

MARIA CELESTE SAID SILVA MARQUES

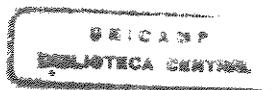
UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

**ENTRE A ORIGEM E A MÁQUINA ESTRUTURAL: *o sujeito
constitutivo e inventivo nos caminhos de Mikhail Bakhtin e de
Michel de Certeau***

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Campinas – São Paulo

2001



2001/5812

MARIA CELESTE SAID SILVA MARQUES

**ENTRE A ORIGEM E A MÁQUINA ESTRUTURAL: *o sujeito
constitutivo e inventivo nos caminhos de Mikhail Bakhtin e de
Michel de Certeau***

**Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Lingüística
do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade
Estadual de Campinas como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutor em Lingüística.**

Orientador: Prof. Dr. Sírio Possenti

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Campinas – São Paulo

2001

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

M348e Marques, Maria Celeste Said Silva
Entre a origem e a máquina estrutural: o sujeito constitutivo e inventivo nos caminhos de Mikhail Bakhtin e de Michel de Certeau / Maria Celeste Said Silva Marques. - - Campinas, SP: [s.n.], 2001.

Orientador: Sírio Possenti
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Bakhtin, M. M. (Mikhail Mikhailovich), 1895-1975. 2. Certeau, Michel de, 1925-1986. 3. Análise do discurso. 4. Sujeito (Filosofia). I. Possenti, Sírio. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

BANCA EXAMINADORA

A presente tese, submetida à Comissão Examinadora abaixo assinada, foi aprovada para obtenção do grau de Doutor em Linguística.

Este exemplar é a redação final da tese defendida por MARIA CELESTE SAID

Campinas, 16 maio de 2001.

SILVA MARQUES

e aprovada pela Comissão Julgadora em 10, 07, 2001.

Sirio Possenti

Sirio Possenti

Prof. Dr. Sírio Possenti – Orientador

Prof. Dr. João Wanderley Geraldi

Prof. Dr. Jonas de Araújo Romualdo

Profª. Dra. Maria do Rosário Valencise Gregolim

Prof. Dr. Arnaldo Cortina

DEDICATÓRIA

- **Para meus pais.**
- **Para meu esposo Cícero Marques
pelo incentivo e pela grande paciência
nos momentos difíceis.**
- **À memória da minha avó Nair Said
que sempre me incentivou o gosto
pelos estudos.**

AGRADECIMENTOS

Da polifonia das vozes significativas

Ao Sírio, meu especial agradecimento, pela enorme disposição, dedicação e eficiência no trabalho de orientação. Agradeço ainda pela oportunidade de ter podido ser, uma vez mais, sua orientanda e assim ter continuado em contato com sua imensa gama de conhecimentos, sua tenacidade intelectual na qual me inspirou a fazer ciência. Destaco também sua generosidade e solidariedade acadêmica e humana;

Ao Wanderley Geraldi, pelas relevantes orientações iniciais, pelo grande incentivo para que eu desse uma “guinada” teórica e pelas observações precisas no exame de qualificação, sobretudo as feitas em relação ao capítulo 5, que muito contribuíram para a análise dos dados.

À Simone Bannafous, pelas orientações e apoio durante meu estágio de pesquisas na Universidade Paris 12;

À Tânia Alkimin, pela presença amiga e generosa durante toda minha trajetória acadêmica desde o mestrado;

Ao Arnaldo Cortina, pelas observações valiosas durante o exame de qualificação.

À minha grande amiga Luzimar Chaves (dedicadíssima bibliotecária da UFRO), por ter-me facilitado o acesso às bibliografias que contribuíram para que essa etapa fosse concluída e, principalmente, pela sua amizade;

À minha amiga Anna Flora Brunelli, pelos momentos que convivemos, pela presteza e pelo companheirismo.

Aos funcionários do IEL, pela atenção e atendimento sempre eficientes;

À CAPES, pelo suporte financeiro durante meus estudos na UNICAMP e na Universidade Paris 12 na França.

SUMÁRIO

	Resumo	17
	Introdução	19
Capítulo I.	Reflexão epistemológica: a Análise do Discurso francesa em	
	Discussão	25
	I.As Ciências Humanas	25
	II. Análise do Discurso Francesa (AD)	34
	1.O caminho da Análise do Discurso	34
	2.O panorama da Análise do Discurso	43
	2.1. Primeira época (AD – 1)	44
	2.1.1. <i>Posições teóricas</i>	44
	a) Objeto do conhecimento e objeto real	44
	b) Ciência e ideologia	52
	Conhecimento científico e conhecimento ideológico	52
	Ciências sociais: a AD ou a política por meio da teoria	64
	O lugar das ciências sociais	65
	c) Sujeito e ideologia	71
	O papel da psicanálise	71
	Sujeito e sentido	73
	d)Linguagem e discurso	77
	2.1.2. <i>Procedimentos</i>	79

	12
Formalização e informática	81
2.2. <u>Segunda época (AD – 2)</u>	83
2.2.1. Posições teóricas	83
2.2.2. Procedimentos	84
2.3. <u>Terceira época (AD – 3)</u>	85
2.3.1. Posições Teóricas e procedimentos	85
2.4. As pesquisas atuais	88
III. Concluindo	89
Capítulo II. Princípios Teórico –Metodológicos	93
I. O Objeto de Estudo	93
1. A propósito da subjetividade	96
2. A propósito do slogan	105
3. A propósito da polêmica	106
4. A propósito da sátira	107
5. A propósito da caricatura	108
6. A propósito da charge	110
II. Questões Norteadoras	111
III. Justificativas	112
IV. O Corpus	123
V. Metodologia	124
VI. As Teorias de Bakhtin e Michel de Certeau	128
1. O pensamento de Bakhtin	130
1.1. As linhas mestras do pensamento filosófico-lingüístico	134

1.2. Interação verbal	144
1.3. Dialogismo	147
1.4. Repetição e criação	150
1.5. Constituição dialógica do sujeito bakhtiniano	151
1.6. Dialética, ideologia e marxismo	153
1.7. Cultura	156
2. A Teoria de Michel de Certeau	157
2.1. Posto de observação elucidado	158
2.2. Cultura	159
2.3. Elite/Massa	160
2.4. Cultura no singular e cultura no plural	161
2.5. Artes de fazer	164
2.6. A paisagem da pesquisa	165
2.7. Invenção	166
2.8. As ações	168
3. Bakhtin e De Certeau: uma aproximação	172
4. Categorias e conceitos analíticos: a construção dos instrumentos	175
4.1. Sujeito discursivo	175
4.2. Sujeito constitutivo e inventivo	176
4.3. Sujeito panfleteiro	176
4.4. Sujeito distribuidor	176
4.5. Sujeito (e)leitor	177
4.6. Trabalho lingüístico do sujeito	177

4.7.Operações lingüísticas	178
4.8.Consumo do discurso	178
4.9. Uso do discurso	178
Capítulo III. Das Condições de Produção	181
I.As Frentes Político-Ideológicas	181
II.A Reeleição	184
III.Os Temas	187
1.O Real	188
2. A Crise	194
3. O Desemprego	210
IV.Concluindo	216
Capítulo IV. Panfleto: um Gênero Discursivo	219
I.A Problemática do Gênero	219
II.Opção por uma Perspectiva de Gênero	221
1.Bakhtin e os Gêneros	222
2.Gêneros Primários e Secundários	222
3.Panfleto Político: um gênero discursivo	226
4.Panfleto: condições de êxito	237

Capítulo V. O Trabalho do Sujeito Inventivo e Tático	245
I. Os Slogans	245
II. Os Panfletos Políticos	252
1. Panfletos políticos específicos da propaganda eleitoral pessoal do candidato	254
1.1. Santinho (ST)	255
O texto não verbal: a fotografia	263
O texto verbal	271
1.2. Cédula (CD)	291
1.3. Mosquitinho (MQT)	305
2. Panfletos de contestação	308
2.1. Carta	309
2.2. Manifesto	312
2.3. Cartilha	315
3. Panfletos de desqualificação do adversário (PDA)	338
3.1. PDA constituído só por texto verbal	339
3.2. PDA constituído por texto verbal e visual	342
Conclusão	371
Résumé	377
Anexo	379
Referências Bibliográficas	387

RESUMO

Esta tese é uma investigação sobre o trabalho inventivo do sujeito. A autora analisa panfletos políticos produzidos pelas duas principais frentes político-ideológicas, que disputaram as eleições no Brasil em 1998, centrando o enfoque no processo discursivo para verificar o trabalho realizado pelo sujeito panfleteiro. Sem voltar a velha hipótese do sujeito produtor e considerando o princípio dialógico bakhtiniano e a concepção de inventividade como desenvolvida por Michel de Certeau, a pesquisa busca mostrar que o panfleto é um gênero e um lugar onde o sujeito “trabalha”.

Esta tese destaca as táticas discursivas do sujeito que são demonstradas a partir da grande diversidade e particularidades na construção do panfleto. Contrariamente à Escola de Análise do Discurso francesa (AD) que diz que o sujeito é assujeitado pela formação ideológica que impõe o que pensar, pela formação discursiva que determina o que deve dizer, as manipulações e subversões apresentadas são resultados do trabalho de um sujeito constitutivo e inventivo como previstos por Bakhtin e por De Certeau.

Em suma, a tese mostra que o sujeito é constituído por outros discursos, ou seja, pela ideologia, pelo inconsciente, pela história, mas que não é assujeitado por eles. Com efeito, entre o sujeito origem e o sujeito assujeitado pela maquinaria discursiva, há um sujeito tático que trabalha com materiais lingüísticos.

Palavras-chave: Análise do discurso; panfleto; sujeito inventivo e tático; Mikhail Bakhtin; Michel de Certeau.

INTRODUÇÃO

O que conduz o meu movimento, nesta introdução, é a reconstrução, de forma breve, das trajetórias - muitas vezes tortuosas - percorridas na teoria e na prática para realização desta tese. Enfrentei indagações, ambivalências, receios, angústias para construir este trabalho. É uma tarefa árdua o processo de conquistar a liberdade para escrever e tentar “*dar uma guinada*”. Espero ter conseguido.

Este trabalho não constitui um ponto de chegada. Ele é, sobretudo, o meu movimento, resultado das minhas trajetórias percorridas no entrelaçamento das diversas experiências, das diversas vozes, acreditando sempre que somos sujeitos sociais *da* e *na* história; envolvidos e produtores de cultura; cheios de desejos, sonhos e tradições; constituídos e constituidores da linguagem. Uma das várias trajetórias começa com a militância política e estudantil no Centro Acadêmico do curso de Psicologia (CAP) e no Diretório Central dos Estudantes-DCE, da Universidade Federal do Pará. Outro caminho se inicia na minha experiência de psicóloga e professora de psicologia da aprendizagem, no Instituto de Educação “Antonino Freire”, em Teresina, que se ramifica em uma atuação como psicóloga na prevenção e diagnóstico dos problemas de excepcionalidade das crianças de creches. Esse caminho se entrelaça a outro: o curso de especialização *lato-sensu* em “Pesquisa Educacional” na Universidade Federal do Piauí-UFPI.

“Expulsa” do nordeste pelo *capitalismo*, fui em busca de trabalho na região norte. Um outro desafio se inicia, então, na Amazônia: o trabalho de professora no

Departamento de Educação, na Universidade Federal de Rondônia. Daí em diante, muitos desafios despontaram, dentre eles, o mestrado e o doutoramento em lingüística, na área da Análise do Discurso, na Unicamp.

Ao longo dos caminhos e trajetórias que tenho percorrido, na minha permanente constituição enquanto sujeito, a crença na construção de uma educação e de uma sociedade brasileiras mais igualitárias, tem se aprofundado cada vez mais, apesar dos diversos “brasis” contraditórios, que compõem a nossa diversidade sócio-econômica e cultural. Sei que é difícil continuar acreditando na transformação da sociedade, pois mais fácil é se resignar e aceitar o determinismo, a fatalidade como causa das disparidades e miséria, sobretudo quando se vive num país onde milhares de crianças estão fora da escola, submetidas ao trabalho escravo; famílias sobrevivem comendo nos lixões das cidades, expropriadas de sua dignidade e cidadania. Tudo isso em um contexto no qual impera a falta de ética e a impunidade para a maioria dos homens do poder econômico e político, onde muitos banqueiros, políticos e juízes são corruptos e apenas alguns são presos ou fugitivos da polícia. Mas, dialeticamente, existem pessoas, grupos, políticos que acreditam e lutam por um Brasil mais justo.

Por conceber a linguagem como ponto central na constituição dos sujeitos sócio-políticos e históricos é que construí meu principal objetivo, nesta pesquisa: demonstrar a atividade do sujeito na linguagem, especificamente, no gênero panfleto.

Concordo com Bakhtin (1992b:69) quando afirma que

“no início do trabalho heurístico, não é tanto a inteligência que procura, construindo fórmulas e definições, mas os olhos e as mãos, esforçando-se por captar a natureza real do objeto; acontece que [...] os olhos e as mãos se

encontram numa posição difícil: os olhos nada vêem, as mãos nada podem tocar, é o ouvido que, aparentemente mais situado, tem a pretensão de escutar a palavra, de ouvir a linguagem”.

Por isso, Bakhtin nos aconselha a ficar atentos às *seduções* daquilo que ouvimos. Tentei seguir seu alerta no que se refere às armadilhas presentes na vida acadêmica: do que *ouvi* nos livros que li, do que ouvi das diversas vozes dos cursos que fiz e dos eventos de que participei, em torno do estatuto do sujeito, do discurso, etc.

A convivência com a diversidade de perspectivas de análise é muito produtiva, pois nos instiga a questionar as “verdades” e buscar os caminhos.

As vozes ou filiações teóricas, na Lingüística e, especificamente, na Análise do Discurso (doravante AD), contrapõem-se e, por isso, são tensas na defesa de basicamente dois pontos de vista:

- 1) um deles, ligado à tradição benvenistiana, defende que o sujeito é origem, ponto de partida do seu discurso;
- 2) o outro, filiado à tradição de Pêcheux (AD francesa), afirma que o sujeito é assujeitado ao seu discurso.

Entretanto, há uma outra perspectiva - não tão divulgada e, muitas vezes, acusada de positivista - que *postula a atuação do sujeito*. Essa é defendida por um grupo de pesquisadores que, no Brasil, tem como representantes Possenti, que analisa textos curtos, não institucionalizados, como os chistes e os provérbios, e Geraldi, que trabalha com sujeitos envolvidos no processo educacional do ensino-aprendizagem da língua materna.

Diante dessa conjuntura e como a questão da subjetividade é fundamental para trabalhos de aplicação e de desenvolvimento da teoria, propus desenvolver esta pesquisa - ressaltando: não para homogeneizar as tensões, é óbvio - para, em nível de teoria e análise, destacar a categoria sujeito e refletir sobre seu estatuto a partir do seu funcionamento discursivo nos panfletos políticos. Como, em geral, tenho trabalhado com textos políticos, postulo que o panfleto constitui um gênero discursivo particular e que, especificamente o panfleto político, em época de campanha eleitoral, é um espaço privilegiado para detectarem-se as marcas da atividade do sujeito na linguagem a partir das táticas discursivo-argumentativas.

A composição deste trabalho não é linear, mas segue linhas condutoras de sentido. Suas partes foram escritas na tentativa de “completude” ou, como diria Bakhtin, “acabamento”. Alguns capítulos foram organizados como ensaios (1 e 4) para focalizar um aspecto em especial. A tese que se vê agora é constituída de vários textos que, apesar disso, não se tornaram totalmente autônomos. Os capítulos foram escritos a partir de 1998, após a aprovação do projeto de pesquisa, até o ano 2001.

Do ponto de vista da sua organização, esta tese é composta por cinco capítulos, seguidos de uma conclusão, que retomará os principais aspectos observados. Para inserir-me de forma teórica e metodológica, procuro, no primeiro capítulo, problematizar as limitações da Análise do Discurso francesa e a relação do seu modelo com a problemática da objetividade e da cientificidade das Ciências Humanas.

Dessa forma, no capítulo 1, situo a problemática da AD no interior das Ciências Humanas e descrevo os fundamentos da teoria do discurso de Pêcheux e sua relação com o althusserianismo para mostrar o porquê de não trabalhar no interior da “Escola” de

Análise do Discurso francesa. Para fazer isso, talvez algumas pessoas utilizariam apenas cinco páginas e caracterizariam logo as “fases” da AD. No entanto, fiz um ensaio de 68 páginas, pois essa reflexão, assim mais demorada, permitiu-me atingir meu objetivo que era o de ir até o nível dos fundamentos para evidenciar os lugares epistemológicos, os procedimentos e as implicações para, assim, destacar a categoria sujeito do discurso. Na busca desses fundamentos, faço uma exposição longa, que julgo necessária, dos conceitos de Thomas Herbert e de Althusser para o processo desta investigação.

O capítulo 2 é constituído pelos princípios teórico-metodológicos. Nele, especifico o objeto de estudo a partir da reflexão sobre as categorias que são eixos centrais para esta investigação. Delineio as questões norteadoras, descrevo o *corpus* e justifico a importância desta tese. Mostro, sobretudo, a importância dos arcabouços teóricos de Bakhtin e de De Certeau para a Análise do Discurso, conseqüentemente uma proposta para as Ciências Humanas, ao romper com o paradigma positivista. Para isso, resenho as teorias de Bakhtin e de De Certeau e as aproximações teóricas (dialógicas) entre os dois autores. Dessa reflexão, surgem algumas categorias e conceitos mais específicos para a análise que é desenvolvida no capítulo cinco.

No capítulo 3, a análise das condições de produção a partir dos temas mais abordados nos panfletos permite a compreensão do discurso político, das ideologias, das utopias, das diferentes vozes e matizes que caracterizam os dois grupos principais que disputaram as eleições de 1998 para a Presidência da República do Brasil: a frente de centro-direita (doravante *FCD*) e a frente de esquerda (doravante *FE*).

No capítulo 4, faço um levantamento histórico do panfleto e procedo à descrição dos diversos tipos que compõem o *corpus*, ao mesmo tempo em que mostro como ele

constitui um gênero privilegiado para demonstrar as operações lingüísticas, que o sujeito inventivo faz com a linguagem. Traço um breve percurso histórico do gênero na história da língua e explico minha opção pela concepção de gênero como elaborada por Bakhtin.

No último capítulo 5, os slogans e os tipos principais de panfletos políticos são analisados discursivamente, destacando-se a atividade do sujeito no discurso.

Os principais tipos de panfletos políticos produzidos na campanha eleitoral de 1998 são:

1. os específicos da campanha eleitoral pessoal do candidato (PCP), que subdividi-se em santinho (*ST*), cédula (*CD*) e mosquitinho (*MQT*);
2. os panfletos de contestação (*PC*);
3. os panfletos de desqualificação do adversário (*PDA*).

Nos tipos de panfletos políticos enumerados acima, poder-se-ão ser observadas as várias táticas argumentativas que o panfleteiro, inventivamente, se vale para construí-los. Para isso, constitui-se em um *sujeito tático*.

REFLEXÃO EPISTEMOLÓGICA: *a Análise do Discurso francesa em discussão*

Antes de iniciar a reflexão sobre a Análise do Discurso francesa, é necessário situá-la em relação à problemática das ciências humanas. A AD francesa *aspira a um estatuto autônomo no campo das ciências humanas*. O problema da constituição de uma tal ciência aparece então de início como um problema epistemológico: responder de maneira adequada à questão “o que é uma ciência do homem?” pressupõe uma resposta à questão “qual a relação entre o sujeito e o objeto?”

I. Ciências Humanas

O homem como objeto científico é uma idéia surgida no século XIX. Antes, tudo que se referia ao homem era estudado pela Filosofia.

Durante muito tempo, desde a Antigüidade, os filósofos trataram do objeto de estudo hoje confiado às ciências humanas - o saber sobre o homem social. No entanto, é somente no século XIX que o modelo de racionalidade dominante nas ciências da natureza

se estende às ciências sociais emergentes. As ciências humanas emancipam-se historicamente da filosofia em busca de positividade seguindo o modelo da matemática e da experimentação para estudar o homem.

É nesse contexto que, segundo Laville e Dionne (1999:53), “*desenvolvem-se então as ciências humanas, com o objetivo de compreender e de intervir na ordem social da mesma forma que as ciências naturais tentavam dominar a natureza*”.

Mas é no século XX que acontece a explosão das ciências humanas. Para Laville e Dionne (1999:54),

“As revoluções na ordem econômica e política sucedem-se e propagam-se pelo resto do mundo. Novos fatores intervêm; fatores que aumentam a necessidade de se servir das ciências humanas para compreender e intervir: as duas guerras mundiais; as crises, tal como a dos anos 30; os confrontos ideológicos, inclusive o que opõe o socialismo ao capitalismo; o subdesenvolvimento de uma importante parte do planeta e o crescimento das desigualdades, etc.

O século XX é, sem dúvida, o século das ciências humanas. Seus especialistas trabalham nos governos, empresas públicas e privadas, no ensino e na pesquisa. Ocupam cargos de prestígio e gozam, muitas vezes, de uma importante influência. Acham-se em todo lugar onde os fatos sociais suscitam problemas que devem ser compreendidos e explicados, e que se deve gerenciar e enquadrar”.

Em sua busca do status de ciência, as ciências humanas objetivam, desde seu início, compreender e explicar a realidade social para eventualmente dominá-la. Essas são as principais funções das ciências humanas ao tentar empregar o método consagrado no campo das ciências da natureza. Por conseguinte, as ciências humanas desenvolvem-se, segundo uma concepção da construção do saber científico conhecida como *positivismo*,

cujas características principais são, de acordo com Lavelle e Dionne (1999:27-8), o empirismo, a objetividade, a experimentação, a validade, as leis e a previsão.

Esse modelo instaurado nas ciências humanas, em sua busca do reconhecimento de sua legitimidade como ciência, produz um conhecimento positivo da realidade humana, em que dicotomizam a relação sujeito epistêmico e objeto. O problema epistemológico central é que o homem e os fatos sociais tornam-se objetos, coisas, passíveis de controle e intervenção; constituem-se em objetos de poder e de dominação. Não há separação entre conhecer e agir. O ser humano e seu comportamento são considerados objetos manipuláveis cujo conhecimento é posto ao serviço de estratégias de ação.

Ao trilhar o caminho da positividade, as ciências humanas separaram a ciência da vida. O sujeito resume-se ao observador.

Entretanto, os resultados desse modelo tornaram-se insatisfatórios para se explicar o homem e a sociedade contemporâneos. Em seu percurso, as ciências humanas introduziram o oposto do sujeito observador, que é o do estruturalismo, cuja idéia básica é a de que há sempre uma estrutura que antecede o sujeito e que o constitui. Por detrás dessa estrutura, não estariam os falantes e suas motivações, mas outras estruturas. Dessa forma, o estruturalismo provocou a exclusão do sujeito.

De acordo com Possenti (1995b:16), o estruturalismo se propagou para vários campos, “desde a Lingüística até a Biologia, passando pela Antropologia, pela Arquitetura, pela Literatura, pelas diversas Semiologias e mesmo pela Economia, sem contar com a moda e outros elementos da cultura, mesmo popular (não esquecendo achegas propedêuticas ao sabão em pó e ao *telecatch*) [...]”.

Se por um lado, para Souza (1995:114), o estruturalismo tem como alguns de seus aspectos mais significativos o fato de ter processado, no interior das ciências humanas, o descentramento do sujeito cartesiano, a descoberta do inconsciente freudiano, a dissolução da idéia de autor e o apagamento da noção de origem, por outro lado, para Morin (1996), com o estruturalismo, o sujeito foi expulso da história ao eliminarem-se as decisões, as personalidades, para verem apenas determinismos sociais. O sujeito foi expulso da antropologia e substituído pelas estruturas. Inclusive pode-se dizer que,

“em determinado momento, e cada um a sua maneira, Lévi-Strauss, Althusser e Lacan liquidaram de vez a noção de homem e a noção de sujeito, adotando o inverso da famosa máxima de Freud. Freud dizia: ‘Aí onde está o isto (Das Es) deve devir o eu’. Segundo a visão estruturalista e cientificista, aí onde está o eu, há que liquidá-lo, deve vir o isto” (p.46).

Como efeito, pode-se dizer que esse redirecionamento operado pelo estruturalismo, nas ciências humanas, em busca do conhecimento verdadeiro é marcado por um marxismo positivista, pois como afirma Possenti (1995b:18),

“Os efeitos desta concepção são devastadores, porque então a história tem que ser excluída (por mais que alguém possa dizer que as estruturas são históricas), os agentes são excluídos, a ação dos agentes é excluída, o próprio real é excluído e, com ele, a possibilidade de verdade. A economia, a sociedade, as instituições, tudo passa a ser visto como uma máquina cujo funcionamento não pode ser explicado, só descrito, nem transformado, porque não há como introduzir um elemento de ação na estrutura (a não ser talvez pelo acaso...)”.

Foi nessa conjuntura em que as ciências humanas estavam dominadas pelo estruturalismo lingüístico que, na França, surgiu uma disciplina chamada Escola de Análise do Discurso francesa.

Tanto o paradigma cientificista que separa o sujeito do objeto quanto aquele que decreta a morte do autor, reduz o sujeito a uma estrutura são insatisfatórios para explicar, como afirma Bakhtin (1992b), o homem como produtor de textos. O humano é o subjetivo, o sensível, o afetivo, o valorativo, o opinativo. Como poderia então transformar o humano em objetividade sem destruir sua principal característica que é a subjetividade? É possível produzir conhecimento científico sem ideologia? Essas são questões fundamentais no debate metodológico e epistemológico das ciências humanas.

Para Michael Löwy (1994) e (1996), todos os fenômenos econômicos ou sociais são produtos da ação humana, são históricos e por isso transitórios. O seu pressuposto é o de que a realidade deve ser compreendida nas suas inter-relações complexas (totalidade), nos seus enfrentamentos ou contradições internas.

Fundamentado nessas categorias, Löwy entende que, subjacentes às concepções de cientificidade e objetividade do positivismo, do historicismo e do marxismo, há visões de mundo diversas, que interpretam diferentemente as tensões existentes entre valores e ciência, entre ciência e ideologia e entre conhecimento e luta de classes.

A finalidade da ciência é aproximar-se do conhecimento verdadeiro da realidade social e histórica. Tanto o positivismo quanto o historicismo e o próprio marxismo partem da hipótese de que existe uma realidade social objetiva, uma realidade histórica, só que pelo menos para o historicismo e para o marxismo existe uma relação dialética entre o sujeito e o objeto do conhecimento, visto que o sujeito produtor dessa realidade é o

sujeito que trata de conhecê-la. “Não existe uma separação total, como para o positivismo” (p.87).

Ao tratar das relações entre visões de mundo e conhecimento científico na perspectiva marxista, Löwy (1996) resgata o materialismo histórico e dialético de Marx e destaca (fundamentado em Marx) que quem cria as visões de mundo, as superestruturas são as classes sociais, mas quem as sistematiza e lhes dá a forma de teoria, de pensamento elaborado são seus representantes políticos, literários e científicos em função dos interesses de classe. Enfatiza que as visões de mundo não configuram idéias isoladas, mas “uma certa maneira de pensar”, um certo horizonte intelectual de cada classe. Nesse sentido, a teoria está sempre comprometida com o ponto de vista de uma determinada classe social. Portanto, para Marx, ciência e representação científica de classe não são contraditórios. “É possível fazer ciência a partir de uma relação dialética entre ciência e representação de classe” (p.96). Pode-se também produzir ciência fora dos paradigmas marxistas quando o cientista vai às raízes dos problemas, percebendo as contradições que existem na realidade.

Para Löwy, não existe ciência pura, de um lado, e ideologia, de outro. Existem diferentes pontos de vista que estão vinculados a diferentes pontos de vista de classe. O próprio Marx afirma e proclama o compromisso de sua teoria com o ponto de vista do proletariado e se apresenta como representante científico do proletariado. Para Löwy (1996), essas afirmações de Marx têm a vantagem de evitar dois erros metodológicos muito freqüentes no marxismo contemporâneo. Um é o que ele chama de “reducionismo sociológico”, que se caracteriza por reduzir a ciência unicamente à classe social: “esse

autor é burguês, este outro latifundiário e o assunto está terminado” (p.104). O outro erro positivista - que se encontra também no marxismo

“é o de considerar que a ciência não tem nada a ver com a ideologia, ou com a luta de classes. Essa é a concepção de Althusser quando diz que Marx, como Lavosier, criou uma nova ciência. [...] Essa foi uma descoberta genial que inaugurou a ciência da sociedade, da história”(p.104).

Dessa forma, para Althusser, a história da ciência passa a ser completamente autônoma, separada da luta de classe. No entanto,

“o próprio Marx mostra a relação entre o desenvolvimento da economia política e a luta de classes [...]. Essa é para mim a grande força, a grande vantagem (do ponto de vista da análise dialética) do método utilizado por Marx em *O Capital* para analisar a relação entre ideologia e ciência, e evitar esses erros mecânicos, reducionistas ou positivistas ” (Löwy, 1996:105).

Löwy reconhece a importância histórica da diversidade de pontos de vista, mas ressalva que há certas perspectivas que são mais abrangentes e, dessa forma, mais favoráveis a uma produção de conhecimento mais completo e verdadeiro. Para ele, o ângulo do proletariado¹ é mais abrangente do que o da burguesia, mas o primeiro não é monopólio exclusivo de um único grupo ou corrente.

1. Para Löwy, o conceito marxista de proletariado, hoje, compreende o conjunto daqueles que vivem da venda de sua força de trabalho. Isso inclui não só a classe operária industrial, como uma série de camadas que tradicionalmente eram de origem pequeno-burguesa (ou da classe média), mas que conheceram ou estão conhecendo no período histórico contemporâneo um processo de proletarização ou de semiproletarização. Isso se refere ao chamado trabalho intelectual nos últimos 30 anos. Cada vez mais o intelectual vende sua força de trabalho por um salário. Ele trabalha em uma empresa/instituição, em uma

Novos Paradigmas: o diálogo

Para Schnitman (1996), uma das características principais dos novos paradigmas científicos, estéticos, culturais e terapêuticos são a recursividade e as implicações mútuas deles com a subjetividade, a ação social e a vida cotidiana. A autora não nega a existência de processos globais, mas, no momento, não há certezas e sim um convite à reflexão nessa infinita intertextualidade que define o contemporâneo.

O contexto da cultura contemporânea catalisou a formação de novas ciências e novas perspectivas sobre as ciências, as quais resgataram o problema do sujeito. Para Schnitman (1996:14), “na contemporaneidade há uma convergência entre ciência, cultura e terapia graças à restituição do sujeito à ciência e à restituição da ciência aos sujeitos”.

Os novos paradigmas questionam um conjunto de premissas e noções que orientaram, até a contemporaneidade, a atividade científica, proporcionando reflexões filosóficas sobre a ação social e sobre a subjetividade.

Esses novos desenvolvimentos fizeram com que determinados temas se tornassem relevantes para a ciência, como aqueles que tradicionalmente eram relacionados com a arte, tais como a subjetividade, a singularidade e a capacidade geradora. Para Schnitman (1996:15-6), os estudos atuais estão mais atentos à

“necessidade de respeitar a complexidade ecológica e a importância das singularidades históricas, culturais e regionais para o planejamento em diversas esferas da atividade humana, incluindo também a subjetividade e a ação social.

[...] Questionam-se leis gerais, propondo-se que elas se aplicam só a áreas

empresa, privada ou pública, que determina o horário, o conteúdo de seu trabalho. Esse intelectual tem

limitadas da realidade e que nelas coexistem teorias alternativas que não necessariamente se validam entre si.[...] As alternativas, a construção social da ciência e o não registrar uma única verdade objetiva são fenômenos que introduzem a necessidade de levar em conta questões éticas de eleição, responsabilidade e liberdade. A ciência não é neutra; serve para destruir e construir, assim como para alterar cursos de ação”.

Na cultura contemporânea se sobrepõem linguagens, projetos, tempos com múltiplos eixos problemáticos. Para Schnitman, estamos assistindo à dissolução dos discursos homogeneizantes e totalizantes na ciência e na cultura. Diante da complexidade do mundo, as respostas diretas e estáveis não resistem.

A construção desse percurso das ciências humanas, apesar de breve, possibilita perceber como essas ciências em sua constituição, tradicionalmente, dicotomizam a relação entre sujeito e objeto; contrapõem consciência e ação. Vimos também, que os fenômenos humanos podem originar outros conceitos de homem, de ciência, de objetividade, encontrando a humanidade do homem-sujeito. No entanto, não se tem um modelo (ou modelos) a seguir, mas apenas o princípio de que a interdisciplinaridade supõe novas definições de categorias e métodos, fecundando as disciplinas umas às outras de forma a romper com o positivismo, com o idealismo subjetivista, com o marxismo mecanicista ou vulgar para poder captar as dimensões objetiva e subjetiva do ser humano e de seu processo de conhecimento.

É nesse contexto contraditório de desestabilização de “verdades” e de nascimento de novas possibilidades de fazer ciência e de pensar o homem inseparável da arte, da

filosofia, da literatura, etc. que situo minha reflexão epistemológica sobre a Análise do Discurso francesa.

II. Análise do Discurso francesa (AD)

Nesta reflexão, sistematizarei criticamente os fundamentos teóricos do conjunto de pesquisas -, que surgiu em meados da década de 1960 e que foram consagrados em 1969 pela publicação do número 13 da revista *Langages*, intitulado “Análise do discurso” e pelo aparecimento do livro *Análise automática do discurso*, de Pêcheux (1969) - conhecido como Análise do Discurso francesa (AD). Tentarei examinar, de maneira consistente, as bases dessa teoria do discurso, colocando em evidência os lugares epistemológicos, os procedimentos e as conseqüências. Esse será meu objetivo neste capítulo.

1. O caminho da Análise do Discurso

Não sou filósofa agindo em terreno próprio. Por isso, não tenho uma instrumentalização conceptual para empreender uma crítica epistemológica profunda. Sou estudiosa da lingüística e centro-me na análise do discurso e, sem dúvida, é uma condição necessária possuir algum rigor que me permita refletir sobre os *modelos de análises lingüísticas* e assim “eliminar ou solapar certezas, pelo menos metodologicamente” (Possenti, 1990:111). Dessa forma, não vou privar-me do exercício de uma crítica teórico-científica ao campo em que trabalho.

Para muitos estudiosos da linguagem, de acordo com Geraldi (1996:15), a AD francesa emerge como um projeto “para preencher espaços vazios deixados pela análise da língua e das proposições, expandindo o objeto para nele incluir os estudos das estruturas textuais, das constrictões da língua sobre a fala ou das marcas de fala na língua [...]”. Nessa direção estão aqueles que afirmam que a AD francesa surge como uma teoria que pensa o discursivo inscrito em um quadro que articula o lingüístico com o social a partir de “uma relação necessária entre o dizer e as condições de produção desse dizer” (Orlandi,1986), constituindo assim, na perspectiva de Pêcheux, uma teoria (materialista) dos processos discursivos sobre o terreno de uma teoria não-subjetiva (não-idealista) da subjetividade.

Nessa crítica acima, Geraldi segue a perspectiva reflexiva de Maingeneau (1990:65-6) para quem

“pensar o aparecimento da escola francesa como uma tentativa para superar os limites da filologia tradicional e das diversas ‘análises de conteúdo’ em uso nas ciências humanas a partir da constatação de uma falta, como se o saber fosse um imenso mapa do qual bastasse ocupar os espaços ainda virgens [...], supõe uma concepção bastante ingênua da evolução das ciências humanas”.

Entretanto, para outros, segundo Geraldi (e para ele próprio que faz uma crítica severa à AD francesa), mais do que preencher espaços

“a análise do discurso (AD), especificamente a escola francesa de análise do discurso, surge como resposta a uma demanda das ciências sociais: Com que métodos ler objetivamente um texto, extrair dele seus significados sem se deixar influenciar pela subjetividade de leitor?” (1996:15).

“ [Esse] projeto de uma análise automática do discurso somente pôde ser sonhado sob a condição de um assujeitamento do sujeito às condições de produção, aos instrumentos de produção e às relações de produção discursivas, cujo processo global pode ser equiparado a uma maquinaria [...]”(1996:16).

A questão acima comanda, segundo Maingueneau (1990), tanto as metodologias estruturalistas nas ciências humanas quanto a própria legitimação dos discursos teóricos. A definição do marxismo e da psicanálise estão implicadas com a forma de como se deve ler Marx ou Freud. “E é neste movimento que estão inscritos o programa da teoria das ideologias e a análise de discurso que lhe está ligada” (p.69).

Diante desse quadro, analisarei a configuração teórica na qual a AD francesa se apóia para então me situar teoricamente. Começarei por perguntar: quais certezas poderiam ser *eliminadas ou solapadas metodologicamente* na AD francesa?

Ao se procurar analisar a situação do programa da Análise do Discurso francesa percebe-se que seus resultados para a questão da subjetividade na língua são dramáticos, visto que não se encontram nele as respostas satisfatórias às novas exigências teóricas, éticas e políticas de uma análise discursiva. Por exemplo, uma categoria fundamental como a de sujeito é concebida como assujeitada pelo peso da estrutura social, apesar das revisões. Tal posição tem implicações filosóficas e políticas para campos como o da lingüística e para a sociedade em geral. Para o primeiro, implica não haver possibilidade de um trabalho do sujeito na linguagem; para a segunda de não haver possibilidades de o sujeito transformar as relações sociais. E quando falamos de países do chamado “terceiro mundo”, como o Brasil, onde as desigualdades sociais são extremas, isso significa uma

apologia ao conformismo, à resignação. Por isso, a AD merece críticas daqueles que defendem um pensamento renovador na atualidade.

Apesar de a AD ser uma teoria relevante e fértil, pois, ao longo de sua existência, tem produzido muitas publicações, aplicações, críticas, é necessário uma reflexão sobre seus fundamentos. As certezas sobre as raízes dessa escola foram postas em questão no interior dela mesma. A esse propósito é significativa a posição de Gadet (1993:08) ao afirmar que a conjuntura de emergência da Análise do Discurso, dominada pelo estruturalismo, foi pouco criticada na lingüística.

Outro autor que se posiciona veementemente a respeito da necessidade de repensar a AD é Maingueneau (1990), no artigo “*Análise de discurso: a questão dos fundamentos*”. Ele afirma que o enraizamento lacano-althusseriano da AD - e que é o mesmo que se encontrava no firmamento do pensamento dos anos 60 - precisa ser repensado, em vista da rapidez da erosão das autoridades no campo das ciências humanas. Segundo ele, a partir daí, várias atitudes são possíveis:

“Não se colocar nenhuma questão e continuar a trabalhar como se não houvesse nada. [Essa] atitude é suicida a menor ou maior prazo. Uma disciplina como a análise de discurso não pode se tomar um simples método de investigação empírica sem perder toda sua razão de ser, sem ser absorvida no universo indeciso de uma espécie de pragmática das situações de comunicação”;

Manter a inscrição da análise de discurso nesta conjuntura teórica de aliança entre marxismo e psicanálise. [Essa] atitude é irrealista. [A] análise de discurso saiu de uma versão particular do marxismo e da psicanálise, ligada a uma conjuntura teórica determinada, a do estruturalismo. *A análise de discurso não pode fazer*²

² Grifo da autora.

como se nada tivesse mudado nas ciências humanas desde há vinte e cinco anos;

Repensar os fundamentos da análise de discurso. [Esta] última atitude, a nosso ver mais pertinente, define uma tarefa a cumprir. Várias soluções são possíveis.

1. Uma delas consistiria em modernizar as referências teóricas da lingüística, do marxismo e da psicanálise levando em conta a evolução das ciências humanas. Este procedimento pressupõe que o núcleo da análise de discurso permaneça válido e que é somente sua ‘vestimenta’ que envelheceu;

2. Um outro procedimento, que teria no momento nossa preferência, consistiria em fazer a hipótese de que a análise de discurso ultrapassa seu enraizamento lacano-althusseriano, que este enraizamento é ele mesmo apenas uma interpretação. É inegável que a análise de discurso se alimentou do althusserianismo mas isto não significa que ela se reduza a ele. Podemos muito bem conceber que a *solidez dessa referência impede de ver um movimento de pensamento, na realidade, mais complexo*. O próprio fato de que a análise de discurso tenha sobrevivido ao apagamento da conjuntura que a tomou possível, o fato de que ela tenha podido tocar públicos estranhos ao marxismo e à psicanálise parecem indicar que isto que por longo tempo tomamos como uma ortodoxia talvez não seja” (p.73).

Com efeito, como

(i) não sou suicida;

(ii) não acredito que metodologicamente a mudança da “roupagem” da AD possa responder as questões cruciais como àquelas propostas pelo próprio Pêchuex (1993:317), por exemplo: como separar, nisso que continuamos a chamar ‘o sujeito da enunciação’, o registro funcional do ‘ego-eu’ estrategista assujeitado (o sujeito ativo intencional teorizado pela fenomenologia) e a emergência de uma *posição do sujeito*?”;

(iii) não concebo o lacano-althusserianismo como uma ortodoxia, ou seja, uma perspectiva que não deve ser questionada e sim seguida num *estilo religioso, doutrinal*;

(iv) as ciências humanas mudaram nestes quase trinta anos - é um dos aspectos que pretendo mostrar no capítulo dois;

(v) acredito no movimento e na historicidade do humano,

então, tomarei a sugestão de Maingueneau como um caminho em minha pesquisa e irei aos fundamentos - pois como ele mesmo afirma “*é ao nível dos fundamentos que tudo se passa*” -, na tentativa de ultrapassar o lacano-althusserianismo e buscar construir outro modelo de análise discursiva baseado no *círculo bakhtiniano* e nas teses de *Michel de Certeau* sobre as *Artes de fazer*.

Acrescento que o programa da AD francesa fundamentou meus estudos lingüísticos desde o início - no mestrado-, assim como minha atuação docente a partir de então. E foi paulatinamente, com o aprofundamento nas leituras, nos estudos, nas aulas de pós-graduação, no trabalho, que fui percebendo - pela diversas *vozes* e pela minha própria constituição enquanto sujeito -, as reduções conceituais e conseqüentemente as limitações de análises da AD francesa. Daí, para esta tese, propus realizar essa crítica epistemológica e apresentar um outro modelo de análise que descreverei adiante, pois “repensar os fundamentos da disciplina implica necessariamente recorrer a outras fontes, construir outras categorias analíticas e inventar outros procedimentos metodológicos, escolhendo outros companheiros de viagem para enfrentar as ondas de um mar em movimento [...]” (Geraldi,1996:18).

Mostrarei os limites fundamentais da AD francesa e sugerirei um outro modelo, pois metodologicamente, é incoerente postular outro caminho, outras companhias teóricas sem explicitar do quê e o porquê da discordância e, com quem não partilho e com quem

partilho idéias. Esclareço que essa proposta não é um mero incremento e que não pretendo contrapor ao projeto de Análise do Discurso francesa um programa alternativo.

Ir ou não aos fundamentos de uma disciplina não é uma posição sem discordâncias e conflitos entre os estudiosos. Para muitos pesquisadores, de acordo com Maingueneau (1990:65), “ocupar-se dos fundamentos da disciplina em que eles se inscrevem constitui um luxo inútil [...]”. Para Possenti (1990:97), a volta aos fundamentos da AD é uma tática que pode ser feita de várias maneiras. No entanto, ele menciona apenas duas, ressaltando que “nenhuma delas ocorre em estado puro, a não ser a primeira em alguns epígonos”. Vejamos essas duas formas:

“Uma é a que volta para reafirmar postulados, axiomas (sobre as condições de produção, sobre a associação da língua com a ideologia, sobre o sentido como efeito de sentido, sobre a historicidade, institucionalidade e repetibilidade dos discursos, sobre os limites da sentença, etc.) e filiações (Althusser, Lacan e Foucault sim, Sartre não, Saussure sim e não, Benveniste e Ducrot talvez, depende, Chomsky de jeito nenhum, etc.). É uma volta de estilo religioso, doutrinal, sempre lembrando aos adeptos e aos inimigos quais são os artigos de fé (ou os enunciados que submetem sujeitos e os enunciados que são submetidos aos sujeitos, para falar como Foucault, 1972). Nesta volta há um grande risco de os enunciados fundadores da disciplina se transformarem em slogans, às vezes contraditórios: o sujeito é clivado, o sujeito não existe; às vezes tautológicos: o objeto da análise do discurso é o discurso; às vezes simplificadores para além do suportável; a lingüística é positivista ou, mais pós-modernamente, logocêntrica, **cave**.

Uma outra forma de voltar é para reler, recolocar, questionar, tentar transformar slogans em análises, eventualmente abandonar alguns ou adaptá-los às novas exigências. Pêcheux fez isso várias vezes, e de modo sucinto e brilhante em Pêcheux (1983), texto de interesse ainda maior porque termina com muitas

interrogações. Robin, Maingueneau, Marandin, Courtine e alguns outros são exemplos desta atitude. Sem falar que Foucault está longe de ser uniforme, etc.”.

Não irei ao nível dos fundamentos para reafirmar postulados, axiomas, para reler categorias. Dessa forma, não estou enquadrada em nenhum dos dois grupos. Pretendo elucidar a especificidade da reconhecida análise do discurso francesa - que serve como contraproposta ao meu lugar epistemológico -, propor reflexões e mobilizar outras categorias teóricas e analíticas para meu trabalho. Pois, tendo como objetivo compreender o trabalho lingüístico do sujeito, esta tese questiona as simplificações dos estatutos das categorias sujeito (na qual concentrar-me-ei), discurso, formação discursiva, no projeto da AD francesa.

A breve avaliação do percurso histórico permitirá compreender o fato de se rejeitarem categorias, conceitos e se adotarem outros.

Começarei por caracterizar sucintamente a teoria da AD. Para tal empreendimento, farei uma incursão em suas condições de emergência e analisarei brevemente as suas fases. Como os pressupostos filosóficos são importantes na reflexão epistemológica, farei uma exposição que pode ser considerada longa (mas acredito que necessária) dos conceitos filosóficos para então caracterizar a AD-1. No entanto, não pretendo realizar uma retrospectiva histórica. Irei ao nível dos fundamentos porque é nele que se encontram as limitações elementares da AD que, dentre outros motivos, constituem um dos pontos que justificam a importância do meu modelo de análise.

A AD de Michel Pêcheux e de seus colaboradores do laboratório de psicologia social apoiando-se sobre a informática, no fim dos anos 60, surgiu a partir do encontro de

uma conjuntura intelectual e de uma prática escolar no interior de uma certa tradição, segundo Maingueneau (1990) e (1991). A tradição é (européia, francesa) de associar fundamentalmente reflexão sobre os textos e história.

A conjuntura teórico-política francesa no fim da década de 60, sob a égide do estruturalismo triunfante, propiciou uma reflexão sobre a “escritura” articulando três regiões do conhecimento científico: um certo *marxismo*, uma certa *lingüística*, e uma certa *psicanálise*. A seguir reproduziremos o quadro epistemológico de acordo com Pêcheux e Fuchs (1975):

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. a lingüística como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos e enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Essas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria do Sujeito (da subjetividade) de natureza psicanalítica. Entretanto, o marxismo e a lingüística presidem o nascimento da AD na conjuntura teórica. O meu objetivo agora é comentar o quadro epistemológico exposto acima - mais especificamente no que se refere ao lacano-althusserianismo - a partir da análise da evolução de determinadas posições teóricas nas três principais épocas da AD, de acordo com Pêcheux (1983) e (1988).

Não é suficiente considerar a conjuntura intelectual na França para se compreender a emergência da AD francesa. É importante ressaltar que a AD francesa definiu um procedimento,

“cuja forma heurística transborda largamente o quadro metodológico e teórico do estruturalismo.[...] Foi preciso [...] um projeto enraizado em um projeto intelectual bem preciso, no caso o do althusserianismo, que dominava então na França a cena filosófica e a reflexão nas ciências humanas ” (Maingueneau, 1990:66-7).

É necessário compreender como intervém no projeto histórico da Análise do Discurso a articulação teórica entre as três regiões: o marxismo (althusseriano), a psicanálise (lacaniana) e a lingüística (estruturalista).

2. O panorama da Análise do Discurso

O panorama da AD foi sendo reformulado no que se refere às suas posições teóricas e no que se refere aos seus procedimentos. Em seu percurso, ela se defrontou com questionamentos, limites e reavaliações.

Para explicitar esse desenvolvimento baseio-me no resumo sobre as três épocas que se encontra nos textos de Michel Pêcheux (1975) e (1983); Thomas Herbert (1968) e (1972). Adiciono as contribuições de Althusser (1967), (1979) e Althusser et alii (1980).

As críticas são fundamentadas a partir das próprias posições de Pêcheux, ou seja, nas inconsistências teóricas, mas também, e principalmente, em concepções teóricas de outros autores, o que me possibilitou o aproveitamento de textos excelentes - o que

significa que não segui uma linha de crítica especificamente interna. As reflexões críticas são baseadas em Michel Löwy (1994) e (1985), Silveira (1978), Thompson (1981), Possenti (1990) e outros autores. A análise será realizada nos limites do objetivo desta pesquisa, que é compreender as reduções fundamentais da AD francesa, especificamente o conceito de sujeito. Analisarei as posições teóricas e os procedimentos principais de forma mais extensa na primeira fase, visto que é nela que se encontram os pilares da teoria de Pêcheux. Nas demais fases, enfocarei apenas os deslocamentos teóricos significativos.

2.1. Primeira época (AD-1)

2.1.1. Posições teóricas

Sucintamente, poder-se-ia dizer que a AD-1 (primeira época da análise do discurso), aquela dos fins dos anos 60 e início da década de 70, na França, tinha como principais posições teóricas as concepções sobre:

a) Objeto do conhecimento e objeto real

As preocupações e os pressupostos de Michel Pêcheux para construir sua máquina discursiva já estão presentes em Thomas Herbert.

As idéias centrais de Michel Pêcheux sobre o estatuto de ciência podem ser lidas principalmente em Thomas Herbert (1966): *“Reflexões sobre a situação teórica das*

*ciências sociais e, especialmente, da psicologia social*³ e Thomas Herbert (1968): “*Observações para uma teoria geral das ideologias*”. As tarefas principais que Thomas Herbert propõe, nestes dois textos, são: 1) analisar as especificidades das práticas científicas em oposição às práticas ideológicas; 2) destacar a situação teórica nas ciências sociais com o *objetivo de fornecer-lhes um instrumento científico*.

Nessa tentativa, Herbert se apóia em Althusser freqüentemente. Suas posições teóricas, e uma de suas principais, que é a problemática do objeto científico e do objeto real, são extraídas, de forma explicitada, do projeto althusseriano.

Por isso, inicialmente, vou discutir as proposições de Herbert sobre a problemática do objeto da ciência, especificamente a distinção entre objeto do conhecimento e objeto real.

Para Herbert (1972), os cientistas sociais não estavam desprovidos do conceito de prática científica, pois a teoria tal como Althusser a tinha desenvolvido razoavelmente, tornava sabido que a prática científica “não se produz nunca destacando do ‘real’ generalidades que se organizariam em conhecimentos, assim como queria o mito empirista” (p.26).

Veamos, agora, então a direção da crítica sobre a concepção empirista do conhecimento. Para Althusser (1975), no processo de conhecimento empírico, o sujeito realiza uma operação de abstração em relação ao objeto real, cuja posse chama-se conhecimento. Ele afirma (p.36-7), que

³. Este texto assinado por Thomas Herbert, na verdade, era a primeira publicação de Michel Pêcheux. Mais tarde, em 1968, foi publicado sob o mesmo pseudônimo um segundo texto: “*Observações para uma teoria geral das ideologias*”. A utilização, por Pêcheux, de um pseudônimo, nessas publicações acadêmicas, escondendo sua identidade pode ser considerada como puro oportunismo: evitar uma

“todo processo empirista do conhecimento reside na operação do sujeito denominada abstração. Conhecer é abstrair a essência do objeto real, cuja posse pelo sujeito chama-se então conhecimento.[...] A abstração empirista, que extrai a essência do objeto *real* dado, é uma *abstração real*, que põe o sujeito na posse da essência *real*.[...] O real: é estruturado [...] isto é, constitui-se de duas essências reais [...] se preferimos (termos hegelianos), o essencial e o inessencial”. [...] O *conhecimento*: tem por única função separar, no objeto, as duas partes existentes nele: o essencial e o inessencial - mediante processos particulares que têm por fim *eliminar o real inessencial* [...], para deixar o sujeito cognoscente apenas diante da segunda parte do real, que é sua essência, também real”.

Althusser critica o empirismo por identificar o conhecimento (produto do processo de conhecimento) e o objeto do conhecimento. Para ele,

“quando o empirismo designa na essência o objeto do conhecimento, confessa algo de importante, que nega ao mesmo instante: confessa que o objeto do conhecimento não é idêntico ao objeto real, dado que o declara apenas parte do objeto real. Mas nega o que confessa, precisamente ao reduzir essa diferença entre dois objetos - o objeto do conhecimento e o objeto real - a uma simples distinção de partes de um só objeto: o objeto real. Na análise confessada, há dois objetos distintos: o objeto real que ‘existe fora do sujeito, independente do processo do conhecimento’ (Marx) e o objeto real. Na análise negada, não há mais que *um só objeto*: o objeto real. [...] Esse jogo de palavras joga com um diferença que ele mata: ao mesmo tempo lhe subtrai o cadáver” (p.41).

O provimento da prática científica é concebido por Herbert (1972) a partir da sua concepção de ciência. Para ele,

“uma ciência, como campo de generalidades científicas, nasce sempre pela transformação de uma generalidade ideológica inicial, por meio de uma generalidade intermediária, que desaparece no resultado: por aí, a prática científica entra na definição geral da prática, visto que há uma matéria a trabalhar (a ideologia encontrada), um instrumento de trabalho (a generalidade G2) e um produto (a generalidade científica G3)” (p.26).

Vejamos o esquema teórico da prática científica, de acordo com Herbert (1972:28):

	G1		G2	G3
Prática teórica	Ideologia		Aparelho de transformação	Sistema científico dos conceitos articulados
Prática não teórica	“real empírico	prática empírica	produto técnico ou ideológico	

Em sua análise, Herbert, ao examinar os elementos da prática teórica, tira indicações estratégicas. Para ele, G1 e G2 constituem o objeto da ciência no duplo sentido de *objeto de crítica* e de *objeto produzido*. A prática científica só consegue transformar alguma coisa “porque consegue destruir o objeto de crítica (G1) e produzir (= produzindo) o objeto científico (G3)” (p.29).

O aparelho de transformação “(G2) designa o que serviu de instrumento à prática científica para produzir G3 a partir de G1”. O trabalho desse aparelho consiste, para Herbert (1972),

“em desarticular a constelação dos conceitos ideológicos iniciais produzindo uma ruptura epistemológica, uma configuração científica articulando novos conceitos. [...] Uma ciência nasce antes designando como pode seu objeto e que, em seguida, se desenvolve em torno dele: uma ciência no estado nascente é pois uma ‘aventura teórica’, retomando a palavra de Althusser: o acesso ao objeto é obtido por caminhos ainda não desbravados [...]” (p.30).

A partir de sua concepção sobre o trabalho teórico de transformação, Herbert critica a história das ciências por utilizar habitualmente o termo ideológico *gênio* que disssimula a prática científica mais do que a mostra. O trabalho teórico e a reinvenção de instrumentos são colocados, por exemplo, na Física, como o gênio de Galileu ou de Einstein.

Para Herbert, a realidade que uma prática científica se dá a transformar, isto é, a matéria-prima de sua prática não é o real, mas a própria ideologia, constituindo-se em um *efeito de conhecimento*. Essa distinção entre objeto real e objeto de conhecimento é uma posição formalista que Pêcheux herda de Althusser, que “não oferece ‘garantias’ de uma identidade entre o objeto ‘real’ e sua representação conceptual” (Thompson, 1981:14).

Vejamos como Althusser (1979), no ensaio “Sobre a dialética materialista”, no qual discute o “Processo da prática teórica”, concebe a problemática do objeto da ciência:

“[...] o emprego de conceitos gerais (exemplos: os conceitos de ‘produção’, ‘trabalho’, ‘troca’, etc...) é indispensável à prática teórica científica, essa primeira generalidade não coincide com o produto do trabalho científico: não é o seu resultado, mas a sua condição prévia. Essa generalidade (que chamaremos de *Generalidade I*) constitui a matéria-prima que a prática teórica da ciência transformará em ‘conceitos’ especificados, isto é, em outra generalidade (que

chamaremos de *Generalidade III*) ‘concreta que é um conhecimento. Mas que é, então, a *Generalidade I*, isto é, a matéria-prima teórica sobre a qual se efetua o trabalho da ciência? Contrariamente à ilusão ideológica [...] do empirismo ou do sensualismo, uma ciência jamais trabalha sobre um existente, que tenha, por essência, a imediatidade e a singularidade puras (das ‘sensações’ ou dos indivíduos). Ela opera sempre sobre o ‘geral’, mesmo quando este tem a forma de ‘fato’” (p.160).

“Mas quem trabalha? [...] Qual é, na prática teórica das ciências, o momento, nível, instância, que corresponde aos meios de produção? [...] será o que chamaremos de *Generalidade II*, constituída pelo corpo dos conceitos cuja unidade mais ou menos contraditória constitui a ‘teoria’ da ciência no momento (histórico) considerado [...]. As indicações esquemáticas [...] nos bastam para compreender que a prática teórica produz *Generalidades III* pelo trabalho da *Generalidade II* sobre a *Generalidade I*” (p.160-1).

Para Althusser, então, ciência é entendida por uma prática específica que leva à produção de conhecimentos a partir de um trabalho de transformação - com os meios de produção teóricos correspondentes - exercido sobre uma matéria-prima teórica (conceitos, representações, intuições, etc.). O produto final é um objeto teórico ou *objeto do conhecimento*. Althusser corta assim as ligações entre o produto do conhecimento (*Generalidade III*) e o mundo real.

Todavia, essa concepção de ciência, de acordo com Vázquez, em *Ciência e revolução: o marxismo de Althusser* (1980:21),

“não leva em conta [...] as condições sociais e políticas em que tem lugar a produção de conhecimentos. Define, pois, a ciência à margem dos fatores sociais que intervêm no planejamento e na organização da investigação, assim como no controle, transmissão e utilização social dos conhecimentos alcançados.”

Duas objeções relevantes à concepção de matéria-prima ou efeito de conhecimento são feitas por Thompson (1981:15). A primeira delas se refere ao fato de ela ser “uma substância inerte, complacente, sem inércia ou energia próprias, esperando passivamente sua manufatura em conhecimento. Pode conter grosseiras impurezas ideológicas, é certo, mas estas podem ser expurgadas no alambique da prática teórica”. A segunda é que “essa matéria-prima parece apresentar-se para o processamento como fatos mentais separados (fatos, idéias recebidas, conceitos banais [...])”. Enfim, para o referido autor, essa é uma noção muito definhada de conhecimento, pois “não leva em conta os movimentos formativos reais da consciência” (p.16).

Há mais a dizer sobre a explicação do objeto do conhecimento de Althusser (e conseqüentemente sobre a de Pêcheux). A explicação de Althusser deixa de lado a força propulsora do mundo real que é a experiência. Para Thompson (1981:17),

“a experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão, pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências gerais, velhos sistemas conceptuais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença. Essa apresentação imperativa de efeitos de conhecimento não está prevista na epistemologia de Althusser, que é a de um recipiente - um fabricante que não se preocupa com a gênese de sua matéria-prima, desde que ela chegue a tempo”.

Segundo Thompson (1981:17), Althusser negligencia o diálogo entre o ser social e a consciência social. Entretanto, o ser social e a consciência social se constituem a partir de reflexões ativas entre si, visto que

“a consciência, seja como cultura não autoconsciente, ou como mito, ou como ciência, ou lei, ou ideologia articulada, atua de volta sobre o ser, por sua vez: assim como o ser é pensado, também o pensamento é vivido - as pessoas podem, dentro de limites, *viver* as expectativas sociais ou sexuais que lhes são impostas pelas categorias conceptuais dominantes”.

Althusser vai mais além em seu projeto. Sua argumentação se dirige contra a famosa inversão que Marx fizera da dialética de Hegel. A partir dela, ele corta as relações entre objeto do conhecimento (Generalidade I) e o objeto real quando afirma que

“A Generalidade I é, por essência, inadequada à essência dos objetos dos quais a abstração deveria extrai-la” [...] A própria Generalidade I recusa, por conseguinte, o modelo de ideologia empirista pressuposta pela ‘inversão’” (Althusser, 1979:167).

“O ‘acerto de contas’ que nos indica o conceito de ‘inversão’ não pode consistir, então, em inverter a teoria que concebe a autogênese do conceito como a ‘gênese do concreto’ (real), na teoria contrária: a que concebe a autogênese do real como a gênese do conceito (é essa posição que, se for verdadeiramente fundamentada, autoriza a expressão de ‘inversão’) [...]. Quando chegamos a esse ponto, vemos, em última análise, que não pode mais tratar-se de uma ‘inversão’. Porque não se obtém uma ciência invertendo uma ideologia. Obtém-se uma ciência com a condição de abandonar o domínio em que a ideologia acredita ter relações com o real, isto é, abandonando a sua problemática ideológica [...] para fundar ‘*em um outro elemento*’, no campo de uma nova problemática, científica, a atividade da nova teoria” (Althusser, 1979:168-9).

Segundo Althusser, a ruptura entre o objeto do conhecimento e o objeto real refere-se à inadequação das essências dos dois. Para Althusser, tanto o idealismo de Hegel quanto a inversão marxista da dialética dele estão encerrados num mesmo círculo

ideológico, pois para ele a interpretação que considera a dialética marxista como uma inversão da dialética em Hegel é uma ideologia empirista (essa problemática é discutida em *A favor de Marx*, Althusser: 1979). Para romper tal círculo é necessário que a nova teoria se estabeleça em outro campo. É preciso que sua fundação se dê num objeto do conhecimento radicalmente distinto do objeto real. *A direção da crítica* é o empirismo e o *lugar da problemática* está na distinção entre ciência e ideologia que analisarei a seguir.

b) Ciência e ideologia

Conhecimento científico e conhecimento ideológico

Na tentativa de especificar a prática teórica, um dos problemas principais que Herbert se coloca é o da especificidade do **conhecimento científico** e do **conhecimento ideológico**. Ciência e ideologia apresentam-se em relação de oposição. Por isso, na exposição desse tópico, primeiramente, examinarei, como Herbert (1972:6-7), define os conceitos principais com os quais trabalha e que, como se verá mais adiante, são retirados de Althusser (1979:144-5). Esses conceitos são os seguintes:

Prática: no sentido geral, é preciso entender “todo processo de transformação de uma matéria-prima dada num produto determinado, transformação efetuada por um trabalho humano determinado, utilizando meios de produção determinados”.

Prática Técnica: “transformação das matérias-primas extraídas da natureza - ou produzidas por uma técnica prévia - em produtos técnicos, por meio de instrumentos de produção determinados”.

Prática Política: “transformação de relações sociais dadas em novas relações sociais produzidas, por meio de instrumentos políticos”.

Prática Ideológica: “transformação de uma ‘consciência’ dada numa nova ‘consciência’ sobre ela mesma”.

Prática Teórica: “transformação de um produto ideológico em conhecimento teórico, por meio de um trabalho conceitual determinado. A separação da teoria em relação à ideologia constitui a ‘ruptura epistemológica’”.

Prática Social: “o conjunto complexo das práticas em interdeterminação, no interior de um todo social dado. [...] Sabe-se que a prática social de uma sociedade determinada admite como fator dominante seu *modo de produção*, isto é, a organização complexa das *forças de produção* (instrumentos de produção e forças produtivas) e das *relações de produção* (formas das relações sociais entre os produtores)”. Esta concepção da prática social, para Herbert, (segundo ele) adverte-o da necessidade de colocar em duas linhas diferentes a prática técnica e a prática política, no interior do todo complexo, de onde ele constrói o seguinte quadro (p.7):

	prática empírica	prática ideológica	prática teórica
A	prática técnica (instrumentos de produção)		
prática social	} _____ ideologias		conhecimentos científicos
B	prática política (relações sociais de produção)		
			Ruptura epistemológica

Ao comentar o quadro acima, Herbert explica que entende o conceito de *prática empírica* como aquilo que Althusser chama “‘a vida concreta dos homens’, isto é, a relação concreta entre a prática técnica e a prática política numa sociedade dada”.

O conceito de prática empírica é distinto espacialmente do de prática ideológica. Para Herbert, no entanto, essas duas formas de prática estão em continuidade e não existe ruptura assinalável entre elas.

Por outro lado, ele separa a prática ideológica da prática teórica pela linha de ruptura: “isto se justifica na medida em que conhecimentos científicos são efetivamente produzidos”.

Os conceitos acima são uma leitura da noção de prática como concebida por Althusser (1979: 144-5):

“Por *prática* em geral entenderemos todo o processo de *transformação* de uma determinada matéria-prima dada em um produto determinado, transformação efetuada por um determinado trabalho humano, utilizando meios (‘de produção’) determinados. [...] Essa definição geral da prática inclui em si a possibilidade da particularidade: existem práticas diferentes, realmente distintas, embora organicamente pertençam a uma mesma totalidade complexa. A ‘prática social’, a unidade complexa das práticas existentes em uma sociedade determinante em última instância, é aí a prática de transformação da natureza (matéria-prima) dada, em *produtos*, de uso pela atividade dos homens existentes, trabalhando pelo emprego *metodicamente regulado de meios de produção* determinados, no quadro de relações de produção determinadas. Além da produção, a prática social comporta outros níveis essenciais: a prática política [...] que transforma sua matéria-prima: as relações sociais, em produto determinado (novas relações sociais); a prática *ideológica* (a ideologia, quer seja religiosa, política, moral,

jurídica ou artística transforma também seu objeto: a ‘consciência’ dos homens); e, enfim, a *prática teórica*” (p.144).

“A prática teórica faz parte da definição geral da prática. Lida com uma matéria-prima (representações, conceitos, fatos) que lhe é dada por outras práticas, sejam ‘empíricas’, ‘técnicas’, ‘ideológicas’. Em sua forma mais geral, a prática teórica não compreende somente a prática teórica *científica*, mas igualmente a prática teórica pré-científica, isto é, ‘ideológica’ (as formas de ‘conhecimento’ constituindo a pré-história de uma ciência e suas ‘filosofias’)” (p.145).

Althusser substituiu a noção de práxis pela noção de “prática” (teórica, ideológica, política e econômica). Segundo Silveira (1978:57), essa substituição não é por acaso. Para Althusser a noção de práxis tem caráter ideológico (historicista, humanista); a noção de prática, ao contrário, alude a níveis *específicos* da estrutura social. Entretanto, a concepção de prática implica a autonomização dos níveis (ou instâncias) da estrutura social.

A distinção entre ciência e ideologia é compreendida por Althusser por meio das noções de prática teórica e ideológica.

Pêcheux, como vimos, segue o pensamento de Althusser ao conceber que o conhecimento científico nasce de uma ruptura radical com o conhecimento ideológico anterior.

Vejamos então a proposição fundamental no que se refere às *condições* nas quais *uma ciência estabelece seu objeto*, de acordo com Herbert (1968:74):

“[...] toda ciência [...] é produzida por uma mutação conceitual no interior de um campo ideológico em relação ao qual esta ciência produz uma ruptura através de um movimento que tanto lhe permite o conhecimento dos trâmites anteriores

quanto lhe dá garantia de sua própria cientificidade. Nesse sentido, toda ciência é antes de tudo, a ciência da ideologia com a qual rompe”.

O processo de estabelecimento do objeto de uma ciência, isto é, o processo de reprodução metódica por meio do qual uma ciência explora seu próprio discurso, testando sua consistência e necessidade tem, de acordo com Herbert (1968:74), dois momentos:

“[Há em] uma ciência o *momento primeiro* da ‘transformação produtora’ do objeto dessa ciência, [que é] dominado por um trabalho de elaboração ‘teórico-conceptual’, destinado a subverter o discurso ideológico com que esta ciência rompe. [Há] o *momento segundo* da ‘reprodução metódica’ de seu objeto, pelo qual ela explora, do interior, o seu discurso, para testar sua coerência. [Este] momento pode ser qualificado de ‘conceptual-experimental’, na medida em que estabelece os fenômenos que essa ciência produz (torna visíveis)”.

Essa concepção de ciência elaborada por Herbert-Pêcheux, ao desenvolver a análise automática do discurso, especificamente no que concerne às condições nas quais uma ciência estabelece seu objeto, segue a concepção de Althusser:

“[...] toda ciência, ao nascer, tem que romper com a representação **mistificada - mistificante da ideologia**” (Althusser, 1967:41).

“A prática teórica de uma ciência distingue-se sempre claramente da prática teórica ideológica de sua pré-história: esta distinção toma a forma de uma discontinuidade qualitativa teórica e histórica, que podemos designar, com Bachelard, pelo termo de ruptura epistemológica [...], isto é, do trabalho de transformação teórico-específico que a estabelece em cada caso, que funda uma ciência destacando-a da ideologia do seu passado, e revelando esse passado como ideológico” (Althusser, 1979:145).

“No modo de produção teórico da ideologia (inteiramente diferente [...] do modo de produção teórico da ciência), a formulação de um *problema* não é senão a expressão teórica das condições que permitem uma *solução* já produzida fora do processo de conhecimento, porque imposta por instâncias e exigências extrateóricas (por ‘interesses’ religiosos, morais, políticos ou outros), de se *reconhecer* num problema artificial, fabricado para lhe servir ao mesmo tempo, como espelho teórico e de justificação prática” (Althusser, 1979:55).

Essa concepção de ciência está estreitamente vinculada à interpretação que Althusser faz da obra de Marx. Louis Althusser invoca a experiência de Marx que, segundo ele, não chegou à teoria científica da história a não ser ao preço de uma crítica radical da filosofia do homem. Para que possamos entender como, para o althusserianismo, uma prática ideológica da pré-história de uma ciência se transforma em sua prática teórica científica, é importante resumir as três etapas na evolução do pensamento de Marx - *até que sua obra se constituísse em uma “ciência”* - de acordo com a releitura conduzida por Althusser e que está posta de forma sucinta em *A favor de Marx* (1979:196-204).

Após uma breve introdução, descreverei as etapas.

Louis Althusser, por ser filósofo e membro do Bureau político do Partido Comunista Francês de linha soviética, era “ligado a grupos políticos que faziam depender a construção do socialismo da prevalência dos estímulos ideológicos sobre os estímulos econômicos [...]” (Souza, 1970:71). Estava em terreno próprio ao retomar⁴ a doutrina de

⁴ Concordo com Souza (1970:73), ao afirmar que “convém lembrar [que] a estreita relação entre atitudes políticas de um autor e sua argumentação teórica pode ser extremamente esclarecedora e compreensiva destas atitudes”. Entretanto, para o referido autor essa correlação não é necessária e indissolúvel, de modo a comprometer irremediavelmente a argumentação com essas atitudes, mas ela pode mostrar o caráter

Marx à luz de métodos estruturalistas. O ponto de partida é uma determinada linguagem - a escrita de K. Marx. A releitura de Marx, conduzida por Althusser, foi realizada de acordo com o método que ele definiu como uma “leitura de sintomas”; isto é, uma leitura centralizada sobre as descontinuidades, os saltos, os pontos de embaraço, as reformulações que aparecem nos textos de Marx. Este método implica que os textos de Marx sejam confrontados entre si mesmos antes de serem referidos a qualquer outra coisa exterior a eles mesmos.

A partir deste método, Althusser busca equilíbrio sistemático na obra de Marx, no nível fundamental dos conceitos operativos, e mostra uma

“descontinuidade entre o jovem Marx, hegeliano, e o Marx da maturidade, do *Capital*, que teria rejeitado ou superado Hegel e Feuerbach, assim como os economistas clássicos. Marx entrou no Marxismo, quando rejeitou a ideologia hegeliana para entrar numa estrutura (não necessariamente sincrônica) científica. Eis a tese básica da leitura de Marx feita por Althusser” (Lepargneur, 1972:96).

Para Althusser (1979:196-204), há três etapas na evolução do pensamento de Marx que descreveremos a seguir:

Primeira Etapa: Uma primeira etapa “humanista”, dominada por um humanismo racionalista-liberal. O jovem Marx combate o despotismo prussiano, a censura como negação da liberdade, as leis feudais por serem anti-rationais. Esse combate, ele o fundamenta e justifica por meio de uma concepção do homem como liberdade e razão.

ideológico de seu objeto. Esclareço que esse posicionamento de Souza é relevante principalmente quando

Segundo Althusser (1979:196-7), para o jovem Marx, “o ‘Homem’ não era apenas um grito, que denunciava a miséria e a servidão. Era o princípio teórico da sua concepção do mundo e da sua atitude prática [...]; o homem não é liberdade a não ser como razão. A liberdade humana não é nem capricho nem o determinismo do interesse, mas, como a queriam Kant e Fichte, autonomia, obediência à lei interior da razão”.

Segunda Etapa: Uma segunda etapa “humanista” (1842-1845): o humanismo comunitário. Marx descobre Feuerbach. Aceita sua definição do homem como “ser comunitário”. Nesta perspectiva, o homem só é ele mesmo em comunhão com outros homens e com a natureza. É sobre essa base que está fundada a teoria da “alienação”, categoria fundamental dos Manuscritos de 1844. O homem se constitui homem **em e por** sua relação com a natureza por meio da relação privilegiada que é o trabalho. Na dominação da natureza, o homem se exprime, exerce seu poder, se realiza. No trabalho, o homem exerce seu poder criador, sua consciência, sua liberdade, sua vontade. Entretanto, no regime capitalista, o fruto do trabalho do homem se torna um objeto exterior ao homem e *estranho* ao homem. O operário não tem nenhum direito sobre o produto de seu trabalho. O homem que trabalha se torna estranho a si mesmo, se aliena *em e por* seu trabalho. Toda ação política toma, então, sentido a partir dessa separação. É preciso construir um mundo em que o operário não se aliene em seu trabalho, onde ele possa de uma maneira ou de outra se apropriar do fruto de seu trabalho. Numa ótica mais ampla, o objetivo da revolução “não será mais somente *política* (reforma liberal racional do Estado), mas *humana*’ (‘comunista’), para restituir ao homem sua natureza alienada na

forma fantástica do dinheiro, do poder e dos deuses”. Esta definição da revolução [...] constitui uma *démarche* “humanista”.

Terceira Etapa: A partir de 1845, Marx rompe de forma radical com toda teoria que fundamenta a história e a política em uma definição prévia do homem em uma “essência humana”. Realiza uma “ruptura epistemológica” entre a fase humanista e a fase científica. Althusser (1979:163) explica: “A prática teórica de uma ciência se distingue nitidamente da prática teórica ideológica de sua pré-história: essa distinção toma a forma de uma descontinuidade qualitativa teórica e histórica que podemos designar com Bachelard pelo termo de **ruptura epistemológica**”. Para Althusser, Marx rejeita a problemática de toda a filosofia anterior e instaura uma problemática inteiramente nova. Ele critica radicalmente a pretensão de fundamentar tudo num conhecimento da essência humana. O humanismo é uma ilusão. Ele não é ciência, mas ideologia. A ruptura epistemológica que Marx realiza em 1845 lhe permite desembarcar na terra firme da ciência. Donde a conclusão de Althusser (1979), que do ponto de vista estrito da teoria podemos e devemos abertamente falar de **um anti-humanismo teórico de Marx** e ver neste anti-humanismo **teórico** a condição de possibilidade absoluta (negativa) do conhecimento (positivo) do mundo humano, e de sua transformação prática. Só podemos **conhecer** alguma coisa a respeito dos homens com uma condição (absoluta): reduzir a cinzas o mito filosófico (teórico) do homem. Todo pensamento, portanto, que se valesse de Marx para restaurar, de uma maneira ou de outra, uma antropologia ou um humanismo teórico não seria **teoricamente** mais do que cinzas.

Althusser interpreta assim o pensamento de Marx como um corte epistemológico entre ciência e ideologia dentro da própria obra de Marx, assim como em relação a este último e aos economistas “clássicos” que o precederam (como Adam Smith, Ricardo, etc.). Segundo Löwy (1996:103), ao tratar da questão da relação entre ideologias e ciências,

“essa análise vem de Bachelard, dos estudos que ele fez sobre a história das ciências naturais, sobretudo a história da química: tem-se um corte epistemológico entre a química e a alquimia - a alquimia é uma ideologia, a química é ciência. Esse corte começou com Lavoisier. Antes de Lavoisier as análises eram de tipo ideológico. Se acreditava por exemplo, que o fogo resultava de uma substância metafísica que era o flogisto, com Lavoisier começou uma análise a partir da descoberta do oxigênio. A este momento, Bachelard chama de corte epistemológico, quando termina a ideologia e começa a ciência”.

Althusser aplicou o mesmo argumento, a mesma análise, ao marxismo. Para ele, antes de Marx havia ideologia, com Marx - a partir da sua terceira fase - aconteceu o corte epistemológico entre ideologia e ciência nas “ciências sociais” e surgiu, dessa forma, uma ciência criada por Marx. Todavia, de acordo com Löwy (1996:104),

“Para Marx, antes de sua obra já havia ciência. Para ele, a obra de Ricardo é científica, assim como a de Sismond, de Adam Smith. Ele não é o único, nem o primeiro cientista. Não existe, portanto, este corte entre ciência e ideologia. Por outro lado, na própria obra de Marx há um ponto de vista de classe, que pode ser chamado de ideológico, ou melhor, utópico. Existe uma visão social de mundo, do ponto de vista de uma classe (o proletariado) com a qual a obra de Marx se relaciona.

Desse modo, não existe a ciência pura de um lado, e a ideologia de outro”.

Silveira (1978:65) em sua leitura crítica da obra de Althusser, precisamente em sua análise da concepção althusseriana da relação entre ciência e ideologia, afirma que o

“erro de Althusser consiste em tentar transpor as categorias bachelardianas para o Materialismo Histórico. O conhecimento do senso comum e o conhecimento científico em Bachelard também são heterogêneos. Mas, por este motivo, Canguilhem comentando Bachelard afirma que ‘A ciência... tem uma história mas não origens. Ela não é a frutificação de um pré-saber..., *uma pré-história da ciência é um absurdo.*’ Portanto, como se trata de dois elementos heterogêneos, simplesmente um deles não pode dar origem ao outro. Ocorre que na transposição ‘marxista’ de Bachelard, Althusser substitui ‘conhecimento de senso comum’ por ‘ideologia’”.

Ao considerar que a ciência não tem nada a ver com a ideologia, com a luta de classes, Althusser comete, de acordo com Löwy (1996), um erro metodológico de tipo positivista. Pois não há uma relação dialética entre o sujeito e o objeto do conhecimento e sim uma separação total entre eles.

Vemos assim, dentre outros aspectos, que Althusser rejeita qualquer compromisso com o *historicismo*, o *humanismo* e o *empirismo*. Entretanto, de acordo com Thompson (1981:11), em troca, Althusser oferece um “teorismo a-histórico que, ao primeiro exame, revela-se um idealismo”. Para Thompson (1981:12-3), o que é ativamente rejeitado por Althusser

“é toda a tradição de análise marxista histórica e política substantivas [...]. O marxismo althusseriano não é apenas um idealismo, mas tem muitos atributos de uma *teologia*, então o que está em jogo, dentro da tradição marxista, é a defesa da própria razão. [...] Althusser repetidamente deixa de compreender as categorias

históricas (de classe, ideologia, etc.) empregadas por Marx. [...] Em consequência, não tem a categoria (nem o meio de ‘tratar’) da ‘experiência’ (ou a influência do ser social sobre a consciência social); por isso falsifica o ‘diálogo’ com a evidência empírica inerente à produção do conhecimento e à prática do próprio Marx, incidindo portanto, continuamente, em modos de pensar que a tradição marxista chama de ‘idealistas’; em particular, confunde o necessário diálogo empírico com *empirismo*, e faz consistentemente uma representação falsa (de formas as mais ingênuas) da prática do materialismo histórico (inclusive a própria prática do Marx); a resultante crítica do ‘historicismo’ é em certos pontos idêntica à crítica especificamente antimarxista do historicismo (tal como representada por Popper), embora seus autores delas derivem conclusões opostas. [...] Portanto, o universo conceptual de Althusser não tem categorias para explicitar a contradição ou mudança - ou luta de classes”.

As idéias e o positivismo de Althusser e de seu grupo, de acordo com Giannotti (1975), engrossaram as águas do anti-historicismo que predominou na França, naquele tempo: “estruturalistas , althusserianos ou existencialistas, cada um a sua maneira, trazem a História para a égide do psicologismo e justificam, desse modo, a desconfiança que todos temos atualmente contra essa enigmática noção” (p.101).

Vêm-se acima alguns elementos dos quais se nutre Pêcheux para elaborar o estatuto do conhecimento científico, e algumas das críticas que são feitas a esses fundamentos por alguns pensadores. Foi sobre esses pilares epistemológicos que foi construída a concepção de ciência que se encontra no dispositivo teórico da AD.

Esclareço que não pretendo esgotar a relação entre ciência e ideologia como elaborada para Pêcheux, nos fundamentos althusserianos, nem mesmo tentar uma completude, mesmo em qualquer das posições teóricas que estou analisando. Não estou na busca de “pistas” que influenciaram o programa de pesquisa da AD francesa. O que me

interessa é mostrar que os pilares epistemológicos de tal programa, pois como afirma Maingueneau (1990:73), precisa ser reformulado pelo fato de essa *referência lacano-althusseriana impedir de ver o movimento do pensamento, na realidade, mais complexo*.

Como, para Althusser, a ideologia constitui um obstáculo epistemológico ao conhecimento científico e, segundo ele, as ciências sociais por terem seus os problemas formulados artificialmente e as soluções dadas *a priori* para servirem de justificação prática aos interesses religiosos, morais, políticos, etc., essas ciências teriam que passar do modo de produção ideológico para o científico.

Ciências sociais: a AD ou a política por meio da teoria

De acordo com Gadet (1993:8), a AD “nasce na crença em uma visão de intervenção política [e] como portadora de uma crítica ideológica apoiada em uma arma científica, que permitiria um modo de leitura cuja objetividade seria insuspeitável. [...] Há aí a “ilusão de encontrar o que o texto disse verdadeiramente (‘ou quis verdadeiramente dizer’)[...]”.

No entanto, esse esforço por elaborar uma técnica de leitura objetiva não pode dissociar, segundo Maingueneau (1976:21), a “vontade militante e interesse científico: estudar os processos de ‘deformação’ ideológica no discurso, era de fato tomar partido de um trabalho de desmistificação, a serviço de uma transformação da sociedade”.

A partir de sua concepção de ciência ou de como se dá o conhecimento da verdade, Pêcheux, baseando-se no positivismo althusseriano, pretendia provocar o que se poderia dizer uma *ruptura no campo ideológico das ciências sociais* a partir da

construção de seu dispositivo experimental - a análise automática do discurso - que privilegia o discurso e sua análise como lugar de intervenção teórica. No entanto, é incoerente e ambíguo empreender um instrumento *objetivo, científico* (ao fazer a ruptura entre ideologia e ciência, de acordo com o althusserianismo) de investigação de textos e esse dispositivo de análise se constituir ao mesmo tempo em um gesto político, em uma estratégia de grupos políticos.

A seguir, indagarei se o aparato conceptual mobilizado por Pêcheux e os subsídios que poderia trazer para as ciências sociais cumprem efetivamente as promessas de um pensamento novo. Antecipadamente, a resposta é negativa. Começarei a explicar o porquê do caráter negativo da resposta. Por isso, analisarei por que Pêcheux não concede às ciências sociais o estatuto de prática científica.

O lugar das ciências sociais

Herbert, face ao conceito de prática científica de Althusser, não concede às ciências sociais o estatuto de prática científica. Essas são constituídas pela aplicação de práticas técnicas numa ideologia, cujo complexo reassegura o conjunto da prática social, ‘cimentando o hiato, “a ‘matéria a transformar’ tem aqui a forma específica de um discurso em farrapos, tendo uma coerência autônoma invisível [...] e dotada de uma função determinante no interior do todo complexo” (1972:27).

Por isso, Herbert (1972) critica a concepção de prática científica como feita pelas ciências sociais - *na grande cena da prática social* -, por colocarem àquela na continuidade das “práticas técnicas”. Segundo ele, a percepção tradicional da prática

científica, concordando com a epistemologia empirista, não chega a fazer a divisão entre as práticas científicas e outras práticas, colocando em jogo a especulação, a teorização e uma importação de instrumentos pré-fabricados de diversas práticas científicas ou técnicas.

Ao fazer o esboço das condições ideológicas do surgimento das “ciências sociais”, Herbert (1972) diz que elas respondem a uma demanda social. Os resultados das pesquisas são uma adequação

“às ‘necessidades ideológicas’ de uma grupo social ou de uma sociedade num momento dado; as obras mais aptas a satisfazer estas necessidades são retidas, as outras caem no esquecimento (p.23). Trata-se [...] de transformar em aparência a ordem social, com a única finalidade de melhor realizá-la (p.26). A demanda concerne à exploração-transformação da ordem social. Os instrumentos e os modelos, quer sejam eles importados ou não têm por função colocar a questão de adequação repetitiva da adequação conseguida. Os instrumentos são, em si mesmos, respostas simuladas [...]” (p.23-4).

Com efeito, do ponto de vista de Herbert, as ciências sociais se caracterizam por formularem certas respostas, conforme interesses de toda ordem, para, em relação às respostas, determinarem as questões. Para ele, os especialistas das ciências sociais respondem a uma demanda ou a uma encomenda social bem específica. Ora, numa sociedade de classes, como afirma Silveira (1979:59-60), “não pode senão tratar-se de interesses de classe, logo o ‘modo de produção’ teórico da ideologia está vinculado a interesses de classes”.

Entretanto, para Herbert, as ciências sociais não romperam com a ideologia, não operaram os dois momentos prescritos por ele para a sua constituição como ciência. Para ele, as ciências sociais eram ideologias ou pseudociências. Ele diz que constatou que

“para as disciplinas nas quais a fase ‘teórico-conceitual’ havia sido inconsideradamente recoberta pela prática ‘conceptual- experimental’ - como é, singularmente, o caso das ‘ciências sociais’ -, o efeito de ruptura em relação à ideologia não havia sido produzido, e que, conseqüentemente, a experimentação reproduzia esta afirmando sua realidade ilusória (efeito de ‘realização do real’)” (Herbert, 1968:74-5).

Como “uma ciência é, antes de tudo, a ciência da ideologia (ou das ideologias) com a qual ela rompe”, para Herbert (1968), as ciências sociais não tinham ultrapassado ainda a linha de ruptura. O estágio dessas ciências era de pré-científicas. Conseqüentemente, se constituíam em uma prática ideológica, pois a fase “‘teórico-conceitual’ havia sido inconsideradamente recoberta pela prática ‘conceptual-experimental’. [...] A fase de ‘reprodução metódica’ do objeto da ciência das formações sociais *não aconteceu no sentido estritamente científico do termo* [...]” (p.64-7). Isso se deve, de acordo com Herbert (1968:67), ao fato de o materialismo histórico ter se constituído num “arsenal teórico-prático de *meios técnico-políticos* com a finalidade de responder a uma ‘demanda’ que emanava da formação social existente, visando a lhe adaptar-readaptar as relações sociais’ reais”.

Apesar de considerar a construção de um dispositivo instrumental em um domínio para provocar uma mutação conceitual em um campo ideológico, para ele, nas ciências sociais, o aparecimento da experimentação, da quantificação e dos modelos não é

suficiente para ratificar a ruptura e para abrir a era científica do objeto social, pois seus instrumentos não eram re-inventados.

Para Herbert, (1972), os instrumentos são muito importantes em cada um dos dois momentos da ciência. Entretanto, é no segundo momento, no da “reprodução metódica” do objeto, que os instrumentos têm uma função mais determinante, pois ele é o momento fundador de uma ciência. As reinvenções das ferramentas e dos instrumentos necessários são procurados nas práticas científicas já estabelecidas e nas práticas técnicas - práticas ligadas aos processos de produção - tornando-se instrumento dessa ciência em particular. Entretanto, ele ressalta que o instrumento científico não deve ser considerado independente da teoria ou como aplicação desta. O que faz da atividade científica uma prática é, em última instância, a apropriação dos instrumentos pela teoria, o que permite o ajustamento de um discurso a si mesmo.

Herbert (1972:27) critica o estatuto das ciências sociais por terem como modelo e garantia as ciências da natureza. Ele diz: “transmite-se atualmente a prática das ‘ciências sociais’ sob a forma de matérias a conhecer, de instrumentos que é preciso aprender a usar’, como nas ciências da Natureza. [...] O projeto de trabalhar nas ‘ciências sociais’ para transformá-la em prática científica é assim suspeito desde o começo”.

Herbert critica o modelo e as garantias que as ciências sociais buscam nas ciências da natureza. No entanto, na construção de toda sua argumentação sobre como construir o novo modelo - este sim “científico” -, ele tem como modelo as ciências da natureza. Tal posição está bem clara quando faz uma discussão sobre a necessidade de instrumentos para uma ciência se estabelecer - na qual ele se fundamenta em Bachelard e em Althusser - , e segue o caminho percorrido pelas ciências da natureza. Os vários exemplos que ele

utiliza sobre o papel dos instrumentos são retirados da história das ciências da natureza. Estas últimas fizeram uso-bom dos instrumentos ao reinventá-los, proporcionando assim uma reapropriação científica e tornando-os aptos a experimentar o discurso teórico nascente. Para ele, nas ciências da natureza, pode-se “identificar as fases de ‘transformação produtora do objeto’, que efetua a ruptura em relação ao campo ideológico [...] (Tales, Galileu, Lavosier), e os momentos de ‘reprodução metódica’. O conjunto do processo constitui uma série de ‘efeitos de conhecimento’ de tipo *científico*” (Herbert, 1968:75-6).

No entanto, para Herbert, as “ciências sociais” fizeram *uso-mau* dos instrumentos. A utilização destes é para intervir no combate ideológico, seja para autorizar ou para contestar posições ideológicas. Por isso, elas são problemáticas, “pré-científicas”. As ciências sociais, segundo Herbert (1972:24), “estão no prolongamento direto das ideologias que se constituíram em contato com a prática política”.

Herbert afirma que, naquela conjuntura teórica (dos anos 60), uma teoria geral das ideologias se tornava, ao mesmo tempo, possível e necessária, visto que o aparecimento das condições de possibilidade de uma ciência das formações sociais cujo momento de ‘transformação produtora’ já havia se efetuado e levava o nome de Marx. Mas, que o segundo momento, o da fase de reprodução metódica do objeto da ciência das formações sociais, não havia acontecido no sentido estritamente científico do termo.

Na tentativa de resolver essa problemática, Herbert objetivava fornecer um instrumento que transformasse a prática das ciências sociais em uma prática verdadeiramente científica: uma *análise automática do discurso*. Parece um paradoxo que Herbert/Pêcheux criticasse a prática das ciências sociais por imitarem as ciências da

natureza e ao mesmo tempo propusesse uma maquinaria para analisar discursos, analisar o funcionamento da linguagem. Todavia, uma análise mais acurada permite dizer que a imitação de que Herbert reclama é, na verdade, por que ela não foi bem feita (caso da reinvenção dos instrumentos). Essa não recusa de uma utilização (empírica) dos instrumentos deve ser provavelmente porque, como afirma Henry (1993:18), Pêcheux é “um filósofo fascinado pelas máquinas, pelas ferramentas, pelos instrumentos e pelas técnicas, por razões profundamente enraizadas em sua história pessoal e antecedentes familiares”.

Embora Pêcheux parta da suposição de que exista uma realidade histórica, social objetiva e a integre no estudo do funcionamento da linguagem - não é tal característica de sua teoria que por si só a exime de ser positivista como alguns reclamam - seu programa de pesquisa é considerado positivista pela descontinuidade entre ciências/ideologias que tem como implicação a consideração de não haver uma dialética entre sujeito e objeto no processo do conhecimento. O que significa que Pêcheux não superou o viés cientificista dominante nas ciências sociais.

Podemos concluir, de acordo com a teoria de Santos (1997), que Pêcheux apesar de reivindicar a especificidade do estudo da sociedade, não superou a dicotomia ciências naturais/ciências sociais sob a égide das primeiras e pressupondo uma concepção mecanicista da natureza. Na verdade, a formalização dos instrumentos como proposta por Pêcheux na constituição de uma ciência para que se desse a ruptura com a ideologia precedente se pauta em princípios epistemológicos do modelo totalitário no domínio das ciências naturais. O modelo de racionalidade que preside a ciência moderna tem a

“preocupação em testemunhar uma ruptura fundante que possibilita uma e só uma forma de conhecimento verdadeiro” (Santos, 1997:11).

Acabei de analisar o lugar que Pêcheux concede às ciências sociais no todo complexo da prática social - ou seja, pseudociências - e as críticas que desmontam o seu posicionamento.

c) Sujeito e ideologia

O papel da psicanálise.

A AD francesa se afirmou como uma análise porque propôs realizar uma decomposição que se parecia com a psicanálise: como o psicanalista que busca aceder, por meio da fala e da escuta, *todo o outro* discurso, o discurso do inconsciente, o analista do discurso buscava decompor os componentes do texto, detectar as posições ideológicas dos sujeitos. Para isso, foi utilizada a leitura de Freud feita por Jacques Lacan. Althusser opera uma convergência particular entre os campos freudiano e marxista. É representativa a seguinte passagem:

“Convencionou-se dizer que a ideologia pertence à região ‘consciência’. [...] Na verdade, a ideologia pouco tem a ver com a ‘consciência’, ao supor-se que esse termo tenha um sentido unívoco. Ela é profundamente *inconsciente*, mesmo quando se apresenta (como na ‘filosofia’ pré-marxista) sob uma forma refletida. A ideologia é, antes de tudo, um sistema de representações: mas essas representações na maior parte das vezes nada têm a ver com a ‘consciência’: elas são na maior parte das vezes imagens, às vezes conceitos, mas é antes de tudo como *estruturas*

que elas se impõem à imensa maioria dos homens, sem passar para a sua ‘consciência’” (Althusser, 1979:329).

Dessa forma, na perspectiva althusseriana, a ideologia ocupa o lugar que tem na psicanálise a ilusão de autonomia da consciência dos sujeitos.

Fundamentando-se em Althusser para construir sua teoria materialista do discurso, Pêcheux parte de uma oposição entre dois tipos de evidências: a do sujeito e a do sentido. Para ele, a evidência do sujeito é característica da posição neopositivista idealista que concebe “sujeito” como um processo pelo qual a subjetividade é fonte, origem, ponto de partida ou ponto de aplicação. Sua teoria materialista dos processos discursivos, por *razões imperiosas* (como ele afirma), para constituir-se, não pode contentar-se em reproduzir, como um de seus objetos teóricos, o “sujeito” ideológico como sempre-já dado. A evidência do sentido está presente em toda filosofia idealista da linguagem. Ele destaca que essas evidências são os pontos precisos da necessidade de uma teoria materialista do discurso muito próxima da teoria de Althusser:

“Como todas as evidências, inclusive aquelas que fazem com que uma palavra ‘designa uma coisa’ ou possua um significado (portanto inclusas as evidências da ‘transparência’ da linguagem), a evidência de que vocês e eu somos sujeitos - e que isto não constitua um problema - é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar” (Althusser, 1992:94).

Sujeito e sentido

Todo o trabalho de Pêcheux tem sua determinação na questão da constituição do sentido conjuntamente com a questão da constituição do sujeito “no interior da própria ‘tese central’, na figura da interpelação”. (Pêcheux, 1988:154). Tendo como referência a ideologia, ele introduz o conceito de sujeito enquanto efeito ideológico elementar. É enquanto sujeito que qualquer pessoa é *interpelada* a ocupar um lugar determinado no sistema de produção. Para uma melhor compreensão analisarei as seguintes teses de Althusser (1992).

A ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos. Segundo Althusser, essa tese explicita a formulação: “só há ideologia pelo sujeito e para os sujeitos. Ou seja, a ideologia existe para os sujeitos concretos, e esta destinação da ideologia só é possível pelo sujeito: isto é, pela categoria de sujeito e de seu funcionamento” (1992:93). Althusser explicita essa tese assinalando que

“a ideologia ‘age’ ou ‘funciona’ de tal forma que ela ‘recruta’ sujeitos dentre os indivíduos (ela os recruta a todos), ou ‘transforma’ os indivíduos em sujeitos através desta operação muito precisa que chamamos *interpelação*, que pode ser entendida como o tipo mais banal de interpelação policial (ou não) cotidiana: ‘ei, você aí!’” (1992:96).

Para comodidade e clareza de exposição, Althusser recorre a uma pequena encenação teatral:

“supondo que a cena teórica ocorre na rua, o indivíduo interpelado se volta. Nesse simples movimento físico de 180° ele se torna sujeito. Por que? Porque ele reconheceu que a interpelação se dirigia ‘certamente a ele’ e que ‘certamente era ele o interpelado’ (e não outro)” (1992:97).

Para Althusser, os sujeitos não podem estar “naturalmente” fora da ideologia, pois os sujeitos se constituem pela sua sujeição, pela sua

“submissão ao Sujeito, de reconhecimento universal e de garantia absoluta. [...] A imensa maioria dos (bons) sujeitos caminha ‘por si’, isto é, entregues à ideologia (cujas formas concretas se realizam nos Aparelhos Ideológicos do Estado). Eles se inserem nas práticas governadas pelos rituais dos AIE. Eles ‘reconhecem’ o estado de coisas existentes (*das Bestehende*), que ‘as coisas são certamente assim e não de outro modo’, que é preciso obedecer a Deus, a sua consciência, ao padre, a de Gaulle, ao patrão, ao engenheiro, que é preciso ‘amar o próximo como a si mesmo’, etc. Sua conduta concreta, material inscreve na vida a palavra admirável de sua oração: ‘Assim seja!’” (1992:103).

Como a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos e sendo ela eterna, implica, para Althusser, que

“a ideologia sempre / já interpelou os indivíduos como sujeitos, o que quer dizer que os indivíduos foram sempre / já interpelados pela ideologia como sujeitos, o que necessariamente nos leva a uma última formulação: *os indivíduos são sempre / já sujeitos*. [...] Que um indivíduo seja sempre / já sujeito, antes de nascer, é no entanto a mais simples realidade, acessível a qualquer um sem nenhum paradoxo” (1992:98).

Para Pêcheux, o sujeito é efeito ideológico elementar. O mérito desse efeito é mostrar “que o teatro da consciência (eu vejo, eu penso, eu falo, eu te vejo, eu te falo, etc.) é observado dos bastidores, lá de onde se pode captar que *se fala do* sujeito, que *se fala ao* sujeito, *antes de* que o sujeito possa dizer: ‘Eu falo’” (1988:154). Essa caracterização deixa bem evidente como o sujeito é introduzido na teoria de Pêcheux pelo viés althusseriano. Então, posso concluir que, nessa perspectiva, um sujeito social não pode ser agente de uma prática social.

Para Pêcheux, o sujeito se constitui em um processo não-subjetivo, de acordo com a teoria althusseriana. As ideologias são forças materiais que, por meio de um processo não-subjetivo, *constituem os indivíduos em sujeitos*, para retomar a expressão de L. Althusser” (Pêcheux, 1988:129).

Uma teoria não-subjetiva da subjetividade, de acordo com Pêcheux (1988:133-4),

“designa os processos de ‘imposição/dissimulação’ que constituem o sujeito, ‘situando-o’ (significando para ele *o que ele é*) e, ao mesmo tempo, dissimulando para ele essa ‘situação’ (esse *assujeitamento*) pela ilusão de autonomia constitutiva do sujeito, de modo que o sujeito ‘funcione por si mesmo, segundo a expressão de L. Althusser que, em *Aparelhos Ideológicos de Estado*, apresentou os fundamentos reais de uma teoria não-subjetiva do sujeito, como teoria das condições ideológicas da reprodução/trans formação das relações de produção: a relação entre *inconsciente* (no sentido freudiano) e *ideologia* (no sentido marxista), [a partir da] tese fundamental segundo a qual *a ideologia interpela indivíduos em sujeitos*:
[...] *o indivíduo é interpelado como sujeito [livre] para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto [livremente] sua submissão ...*”.

Se acrescentarmos, de um lado, que esse sujeito, com um *S* maiúsculo - sujeito absoluto e universal -, é precisamente o que J. Lacan designa como o Outro (Autre, com *A* maiúsculo), e, de outro lado, que, sempre de acordo com a formulação de Lacan, ‘o inconsciente é o discurso do Outro’, podemos discernir de que modo *o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico* estão materialmente ligados, sem estar confundidos, no interior do que se poderia designar *como processo do Significante na interpelação e na identificação*, no processo pelo qual se realiza o que chamamos as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção”.

Os promotores da AAD tinham como idéia diretora o desenvolvimento de uma teoria fundada sobre concepção de um Sujeito dominado pela formação discursiva na qual se inscreve seu discurso: *a formação discursiva determina o que pode e deve ser dito*. As formações discursivas são os componentes de uma *formação ideológica* determinada (“*as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*”, Pêcheux, 1988:160), sendo que ela própria é articulada sobre *condições de produção* particulares.

De acordo com os autores dessa teoria, não se pode analisar o sentido de uma seqüência se não levar em conta a formação discursiva, a formação ideológica e as condições de produção do sujeito e de seu discurso.

Para resumirmos a posição teórica de Pêcheux em relação à categoria sujeito, da forma que foi trabalhada na AD da primeira geração, reproduziremos a seguinte citação de Pêchuex (1983: 311):

“Um processo de produção discursiva é concebido como uma máquina autodeterminada e fechada em si mesma, de tal modo que um sujeito-estrutura determina aos sujeitos como produtores de seus discursos quando na verdade são seus ‘servos’ assujeitados, seus ‘suportes’”(Pêcheux, 1983:311).

Essa posição estruturalista que concebe um sujeito repetidor do já-dito; um sujeito que ocupa apenas um lugar por estar inserido em uma ideologia, numa instituição da qual é um mero porta-voz tem implicações filosóficas. Essa postura teórica da AD está relacionada com uma concepção de homem sem nenhuma possibilidade de intervenção para transformação da sociedade. Como afirma Thompson (1981:10), apenas “revela que os homens nunca ‘fizeram a sua própria história’ (sendo apenas *Träger* ou vetores de determinações estruturais ulteriores) [...]”.

d) Linguagem e discurso.

Como vimos, no tópico sobre a relação entre a ciência e a ideologia, para Herbert, as ciências sociais são essencialmente técnicas que têm ligação crucial com a prática política e com as ideologias, cujo instrumento é o discurso. A ruptura que ele pretendia provocar no campo ideológico das ciências sociais era a partir do discurso e da análise do discurso como lugar preciso onde seria possível intervir teoricamente (a teoria do discurso), e praticamente construir um dispositivo experimental (a análise automática do discurso). Ele diz que:

“o instrumento de transformação da prática política é o discurso, como sistema articulado remetendo à prática social complexa - quer sob a forma do Mito ou do sistema - compreende-se que finalmente a prática política tem por função transformar as relações sociais reformulando a demanda social (demanda e também ordem, no sentido duplo que nós entendemos daí por diante), por meio de um discurso. Dizendo isto, não pretendemos que a política se reduza aos discursos; mas que toda decisão, toda ‘medida’ no sentido político toma seu lugar na prática política como uma frase num discurso” (Herbert, 1972:17).

Pêcheux recusa a concepção de linguagem que a reduz a um instrumento de comunicação. Essa teoria concebe o homem e as sociedades humanas baseados nos mesmos princípios dos animais e das sociedades animais: a linguagem é um instrumento de comunicação de informações. Para ele, essa teoria da linguagem, dominante nas ciências humanas e sociais, é uma ideologia que tem a função de mascarar sua ligação com a prática política, visto que é sob a forma de discurso que estão apagadas as dissimilaridades e as dissimetrias entre os agentes dos modos de produção, onde cada um ocupa seu lugar definido no sistema de trabalho não pelo viés da comunicação, por exemplo, e sim por meio de uma ordem: *este é o seu lugar*. Todavia, o processo que obriga a pessoa a ocupar um lugar definido é apagado. O que se vê são apenas as aparências externas e as conseqüências. E aí a linguagem desempenha um importante papel nesse movimento de colocar os agentes no lugar, ao mesmo tempo, que mascara. Por isso, para compreender este papel deve-se renunciar à redução da linguagem a um instrumento de comunicação. O instrumento para romper com essa ideologia é o discurso, o qual se constitui como um dos aspectos da materialidade ideológica.

Nessa primeira fase, Pêcheux definia discurso como um conjunto de enunciados idênticos a si mesmo e diferente de outros, ou seja, o que está contido num discurso está excluído de outro.

O discurso é concebido como uma máquina autodeterminada e fechada que assujeita os enunciadores e se desenvolve sobre uma base que é uma concepção de língua estável e homogênea. Por isso, é possível, de acordo com Possenti (1994:08),

“identificar os elementos constitutivos de um discurso e assim dizer com certeza, por exemplo, que tipos de enunciados um locutor dirá ou não dirá, conforme sua ideologia, a teoria que adote, etc. A questão da enunciação é caracterizada basicamente da seguinte maneira: quem fala de fato é uma instituição, ou uma teoria, ou uma ideologia (e não indivíduos) e cada discurso está submetido a regras específicas que ultrapassam não só a dimensão do indivíduo como também sua consciência. É basicamente o que significa a expressão ‘o sujeito é assujeitado’”.

2.1.2. Procedimentos

O procedimento de análise da AD-1 tinha como característica principal conceber o *corpus* fechado e constituído por seqüências, que eram analisadas privilegiando-se as identidades parafrásticas. Identificavam-se os enunciados que pertenciam a um discurso e separava-os dos que não lhe pertenciam. A hipótese básica era a de que a produção dos traços discursivos de um *corpus* é dominada apenas por uma *máquina discursiva*: um *mito*, uma *ideologia*, uma *episteme*, etc. Esse procedimento era utilizado principalmente em relação aos discursos do campo político e no que se refere ao léxico, à sentença, etc. A

tarefa básica era identificar os discursos de grupos políticos como: da direita, dos socialistas, dos comunistas, etc.

As máquinas discursivas constituem unidades justapostas, auto-suficientes que se oporiam uma às outras (o discurso comunista, o discurso capitalista, etc.).

O procedimento da AAD, de acordo com Pêcheux (1993:312-3) consistia em três momentos:

a) “a análise lingüística de cada seqüência é um *pré-requisito* indispensável para a análise discursiva do *corpus* [e] é considerada como uma operação autônoma, efetúvel exaustivamente e de uma vez por todas. Ela supõe a neutralidade e a independência discursiva da sintaxe”;

b) “a análise discursiva do *corpus* consiste principalmente em detectar e em construir sítios de identidades parafrásticas [que] formam o lugar de inscrição de *proposições de base* características do processo discursivo estudado”. Por isso, a AD, nessa fase, é conhecida como Análise Automática do Discurso - AAD;

c) a interpretação consiste em “uma comparação de estrutura entre processos discursivos heterogêneos justapostos”.

O propósito geral da AAD, de acordo com Pêcheux et alii (1993:276) é ser “uma máquina para produzir desde a identidade, a partir da constituição do corpus fixando as condições de produção, até a interpretação dos resultados reduzindo os discursos a uma identidade: o discurso socialista, na verdade a formação discursiva socialista (ou comunista, etc.).” A AAD produzia tipologias que reduziam os discursos em esquemas simples em termos de frases de base. Para esse empreendimento eram utilizadas a formalização e a informática.

formalização e informática

A formalização ocupa um lugar de destaque na AAD em uma dupla perspectiva, de acordo com Gadet et alii (1993:55): a epistemológica, que visava definir procedimentos repetíveis e comparáveis, e a operacional, que permitia a obtenção de resultados empíricos. Para Michel Pêcheux (MP) tratava-se de formalizar e informatizar o dispositivo da AAD por meio de “um programa informatizado que permitia essa dupla exigência”. Para Gadet et alii (1993:55),

“[...] a démarche formalizadora de MP se situa em um quadro essencialmente algébrico (teoria dos conjuntos, álgebra de Boole, teoria dos grafos) antes que lógico. Alguns empréstimos foram feitos ao domínio das gramáticas formais (autômatos e estados finitos, pilhas e listas.

Todo dispositivo, enfim, foi representado sob a forma de algoritmos, diretamente admissível à programação informatizada destes últimos”.

Gadet et alii (1993) lembra que o final dos anos 60 corresponde à introdução, na França, da informática nas ciências humanas (*Centre de Calcul pour les Sciences Humaines* do CNRS, em particular, foi criado em 1969), e que na AAD-69 Michel Pêcheux se situa no campo dos métodos de análise por computador, criticando os programas de lexicometria e de análise documental como o programa SYNTOL (J.C, Gardin) ou o *General Inquirer*. Parece incoerente, mas, “o programa AAD-69 foi, juntamente com os programas de lexicometria, aperfeiçoado pela equipe de *St. Cloud*, um dos primeiros programas operacionais no domínio da ‘análise de textos por computador’” (p.56).

Para o programa operacional foram realizadas três versões, segundo Gadet et alli (1993:56-7) que descreverei a seguir:

- O programa AAD-69 foi escrito por Michel Pêcheux e Ph. Duval, em Fortan IV, e implantado no centre de *Calcul pour les Sciences Humaines* do CNRS em 1972. A novidade da abordagem metodológica e teórica da AAD-69 suscitou muito interesse, apesar da codificação manual prévia. Aproximadamente vinte pesquisadores em ciências humanas (lingüística, psicolingüística, sociologia, psicologia, psicologia social) que problematizavam sua disciplina no quadro da teoria do discurso utilizaram esse programa de 1971 a 1981. Com os desenvolvimentos da teoria do discurso, o programa tornou-se inadequado e sofreu progressivas modificações que levaram ao DEREDEC;

- O software DEREDEC, programado por P. Plante da Universidade de Quebec em Montreal, incluía um analisador sintático do francês (a Gramática de Superfície do Francês) que permitiu a renovação metodológica;

- A terceira versão da AAD-69 (1975), nomeada AAD-75, foi realizada em ALGOLW por C. Del Vigna. Permitia testar certas modificações das proposições algorítmicas devido a sua configuração interativa.

Concluo essa primeira fase ressaltando, de acordo com Pêcheux (1983:313), que “a existência do *outro* está pois subordinada ao primado do *mesmo*”. O *outro* da alteridade discursiva “empírica” é reduzido ao *mesmo* ou ao resíduo. O outro alteridade “estrutural” é uma diferença entre mesmos.

2.2. Segunda época (AD-2)

2.2.1. *Posições teóricas*

A Análise do Discurso do segundo período (AD-2) é caracterizada a partir do deslocamento teórico que acontece ao tornarem-se objeto da AD as relações de forças desiguais entre processos discursivos. A noção de *formação discursiva (FD)* tomada de empréstimo a Michel Foucault faz explodir a noção de maquinaria estrutural fechada.

A noção de formação discursiva foi introduzida por Foucault (1969). Ao descrever os diversos tipos de discursos (da biologia, da gramática, da economia, etc.), mostra que não existe um discurso uniforme oriundo de uma única fonte e que uma formação discursiva é uma dispersão de enunciados. No discurso médico, por exemplo, encontram-se, além de enunciados sobre o corpo, a saúde, a cura, também sobre a administração, etc. Porém, foi com Pêcheux que essa noção entrou na Análise do Discurso.

Pêcheux (1988:160) chama de formação discursiva (*FD*) “aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)”. Dessa forma, é no seio de uma *FD* que um indivíduo é interpelado-assujeitado em seu discurso.

A *FD* compreende um conjunto de enunciados caracterizados pelas mesmas regularidades e “regras de formação”. A formação discursiva se define pela sua relação com a formação ideológica (*FI*), isto significa dizer que “as palavras, as expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as

empregam [...], isto é, em referência às formações ideológicas [...]" (Pêcheux, 1988:160). A formação ideológica compreende atitudes e representações referentes às posições de classe. Com efeito, uma formação ideológica é uma visão de mundo de uma determinada classe social, ou seja, um conjunto de representações e de idéias que revelam a compreensão que uma dada classe social tem do mundo.

O dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu exterior: pois é “constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo, sob a forma de ‘pré-construídos’ e de ‘discursos transversos’)” (Pêcheux, 1993:314). Entretanto, esse exterior é específico dessa FD. Com efeito, o fechamento da maquinaria é conservado.

Isso ocasiona o conhecimento de “pontos de confronto polêmico nas fronteiras internas da FD, as zonas atravessadas por toda uma série de efeitos discursivos, tematizados como efeitos de ambigüidade ideológica, de divisão, de resposta pronta e de réplica ‘estratégicas’” (Pêcheux, 1983:314).

2.2.2. Procedimentos

Não há inovações. O deslocamento encontra-se “ao nível da construção dos corpora discursivos, que permitem trabalhar sistematicamente suas influências internas desiguais, ultrapassando o nível da justaposição contrastada” (Pêcheux, 1983:315).

A questão do sujeito da enunciação é posta em termos de ilusão do “ego-eu”. O sujeito desconhece as causas que o determinam. “O sujeito do discurso continua sendo

concebido com puro efeito de assujeitamento à maquinaria da FD com a qual ele se identifica” (Pêcheux, 1983:315). Para Possenti (1994:09), “em relação aos falantes, ou à questão da subjetividade, vigora a idéia de que o sujeito é uma função, e que ele pode ter mais de uma”.

Concluimos essa segunda fase ressaltando, de acordo com Pêcheux (1983:315), que “a insistência na identidade discursiva coloca em causa o fechamento desta identidade, e com ela a própria noção de maquinaria estrutural... e talvez também a de formação discursiva”. Entretanto, o sujeito do discurso continua sendo concebido como efeito de assujeitamento à maquinaria da FD, ou seja, segundo palavras do próprio Pêcheux, “a questão do ‘sujeito da enunciação’ não pode ser posta no nível da AD-2 senão em termos da ilusão do ‘ego-eu’ [*moi-je*] como resultado do assujeitamento, [...] problemática althusseriana dos Aparelhos Ideológicos de Estado[...]

2.3. Terceira época (AD-3)

2.3.1. Posições teóricas e procedimentos

A Análise do Discurso da terceira época (AD-3) é caracterizada pela problemática da heterogeneidade enunciativa que tematiza as formas lingüístico-discursivas do *discurso-outro* a partir dos trabalhos de Bakhtin, Lacan, etc.

Na perspectiva da heterogeneidade discursiva, é concebido o encontro, dentro de uma mesma unidade discursiva, de elementos de origens diferentes. Como cada unidade discursiva tem somente um sujeito da enunciação, trata-se então de tomar a possibilidade que oferece a língua de inscrever várias vozes na mesma enunciação. Falar de

heterogeneidade é relacionar um discurso ao seu exterior, ou seja, é tomar o exterior como constitutivo da identidade do discurso.

A problemática da heterogeneidade se instala na AD progressivamente por meio do interesse pelo discurso relatado que coloca, em uma situação de enunciação, várias outras enunciações.

Jaqueline Authier-Revuz, refletindo sobre os trabalhos de Bakhtin e Lacan, em uma perspectiva lingüística, propõe que “a lingüística deva levar em conta, efetivamente, os pontos de vistas exteriores e os deslocamentos que eles operam dentro de seu próprio campo (1982:100)”. Para Authier-Revuz, isso significa que o discurso é produzido por um sujeito que divide o espaço com o *outro*. Na constituição do sujeito e do seu discurso está o Outro, que é incorporado de alguma forma.

Essa forma de heterogeneidade tem seus fundamentos, de um lado, na teoria dialógica do autor russo Mikhail Bakhtin, que tem como princípio a irreduzível alteridade que atravessa o texto e o sujeito e, por outro lado, na psicanálise (e sua análise do inconsciente) em sua abordagem do sujeito e de sua relação com a linguagem a partir da releitura de Freud feita por J. Lacan. Para Authier-Revuz (1990:28),

“a psicanálise [...], na leitura lacaniana de Freud, produz uma dupla concepção de uma fala fundamentalmente heterogênea e de um sujeito dividido.

Sempre sob as palavras, ‘outras palavras’ são ditas [...]. Esta concepção do discurso atravessado pelo inconsciente se articula àquela do sujeito que não é uma entidade homogênea exterior à linguagem, mas o resultado de uma estrutura complexa, efeito da linguagem: sujeito descentrado, dividido, barrado [...].”

Segundo Authier-Revuz, na problemática do discurso como produto do interdiscurso, o sujeito nada mais é do que o suporte e o efeito.

Convenientemente, a referida autora articula essas duas realidades - o dialogismo bakhtiniano e a psicanálise lacaniana para explicar as formas de heterogeneidade do discurso. Para Authier-Revuz (1990:26), a heterogeneidade enunciativa revela-se no discurso por meio de formas constitutivas e de formas mostradas. Segundo a autora, a heterogeneidade constitutiva é radical, resultante da exterioridade interna ao sujeito e ao discurso, onde estão em jogo o interdiscurso e o inconsciente.

As formas de heterogeneidade mostrada caracterizam-se por alterarem a unicidade aparente da cadeia, pois elas aí inscrevem o outro, na seqüência do discurso, segundo modalidades, com ou sem marcas unívocas de ancoragem, ou seja, marcadas e não marcadas.

Como formas marcadas da heterogeneidade mostrada, tem-se os discurso direto ou indireto, de citação, negação, aspas, de notas explicativas, etc. Nas formas não marcadas, o sujeito e discurso são colocados diante da incerteza com relação à referência ao outro. Dessa forma, elas estão bem próximas da heterogeneidade constitutiva.

Nessa terceira fase, de acordo com Possenti (1994:09),

“os enunciados de cada discurso têm um percurso que faz com que carreguem a memória de outros discursos. Esta característica pode ser percebida em vários níveis: [...] nos discursos da lingüística, por exemplo, podem ser identificados enunciados que são comuns à psicologia, ou à etnografia, ou à sociologia, etc. E também podem ser percebidos em níveis mais elementares, como por exemplo, no

ato falho, ou no discurso aparentemente neutro, mas de fato ideológico, preconceituoso, etc., no trocadilho, no discurso citado, na pressuposição”.

2.4. Pesquisas Atuais

O desenvolvimento atual de muitas pesquisas centra-se em novos procedimentos que constroem as máquinas discursivas estruturais a partir de numerosos programas que abordam as diferentes formas da heterogeneidade mostrada e constitutiva. Esses redirecionamentos das pesquisas inegavelmente mostram aspectos interessantes sobre o funcionamento da linguagem pelo fato de questionarem a concepção homogeneizadora da discursividade. Entretanto, a ênfase na presença do exterior do discurso tem sido um argumento muito utilizado nas investigações para demonstrar a ausência do sujeito. O que esses trabalhos têm feito é mostrar o “*assujeitamento do sujeito*” pelo *outros* discursos.

Pêcheux (1983) questiona, ao analisar pesquisas mais recentes que abordam o tema da heterogeneidade, se é o “discurso de um outro que é colocado em cena pelo sujeito, ou discurso do sujeito se colocando em cena como um outro (as diferentes formas da ‘heterogeneidade mostrada’)”.

Apesar de a AD em seu programa atual ter abandonado a metodologia da “maquinaria discursiva”, não abandonou a noção de assujeitamento. Seu projeto - pelo menos o desenvolvido no Brasil - inclui ainda categorias como o arquivo; as formações discursivas (FD); os gêneros; as formações ideológicas. E convive (ou disfarça) com difíceis interrogações, tais como:

- “Como separar, nisso que continuamos a chamar “o sujeito da enunciação”, o registro funcional do “ego-eu” estrategista assujeitado (o sujeito ativo intencional teorizado pela fenomenologia) e a emergência de uma posição do sujeito?
- Que relação paradoxal essa emergência mantém com o obstáculo, a irrupção imprevista de um discurso-outro, a falha no controle?
- O sujeito seria aquele que surge por instantes, lá onde o “ego-eu” vacila?
- Como inscrever as conseqüências de uma tal interrogação nos procedimentos concretos da análise?” (Pêcheux, 1983:317).

Apesar de, em seus últimos trabalhos, Pêcheux (1990) conceber a não exclusividade da pretensa oposição estrutura vs. acontecimento, ao postular a idéia de que uma maquinaria de assujeitamento ocasionaria o apagamento do acontecimento, o sujeito continua inalterado, agora, assujeitado por acontecimentos.

Esses questionamentos mostram, no próprio interior do programa da Análise do Discurso, o reconhecimento de que as garantias de um assujeitamento ortodoxo não estão desestabilizadas. Dessa forma, expõe os limites e o esgotamento do estruturalismo na análise do funcionamento da linguagem discursiva.

III. Concluindo

Com justifiquei, no início deste capítulo, a reflexão sobre a primeira fase da AD seria longa, em decorrência da importância da exposição dos conceitos filosóficos, o que poderia ocasionar uma certa desproporcionalidade em relação às outras “fases”.

Acredito que, sobretudo, essa análise crítica mais extensa da AD-1, juntamente com as reflexões sobre a AD-2 e AD-3 (relembrando, divisão feita por Pêcheux, 1988) possibilita-me concluir que, na verdade, não há três fases, mas somente uma.

Poder-se-ia pensar que a AD parte de um pólo extremo: o da *suposição implícita da homogeneidade emunciativa* - característica primordial da AD-1 - e se chega atualmente a outro pólo: o *primado teórico do outro sobre o mesmo*. Todavia, a tese estruturalista, vital para a AD, que afirma o assujeitamento do sujeito, não varia substancialmente da AD-1 até os dias de hoje. Primeiro, porque, apesar da noção de interdiscurso ter sido introduzida na AD-2, para designar o exterior específico de uma formação discursiva, o fechamento da maquinaria é conservado, resultando em um sujeito concebido como puro efeito de assujeitamento à maquinaria da FD com a qual ele se identifica pela problemática althusseriana dos aparelhos ideológicos de estado e pelo tema spinozista da ilusão subjetiva produzida pela “ignorância das causas que nos determinam”. Segundo, porque apesar de Pêcheux, em um de seus últimos trabalhos (O discurso: estrutura ou acontecimento?), não conceber como exclusiva a pretensa oposição estrutura versus acontecimento, o sujeito continua assujeitado.

Essa reflexão crítica sobre os fundamentos da AD francesa revela também, dentre outras coisas, que a pretendida neutralidade científica é uma ilusão. Tal neutralidade nasceu, segundo Gadet (1993:8-9), na “crença em uma intervenção política, porque aparece como portadora de uma crítica ideológica apoiada em uma arma científica, que permitiria um modo de leitura cuja objetividade seria insuspeitável”. Essa ilusão era resquíio de uma “concepção da lingüística como instrumento objetivo de abordagem da língua, sonho de uma hipotética neutralidade da gramática” (Gadet, 1993:9).

Segundo Pêcheux, seu projeto de análise materialista do discurso surge para superar o positivismo nas ciências humanas. Entretanto, mesmo uma breve crítica epistemológica nos mostra que isso não aconteceu, pois, como afirma Possenti (1996a: 40-1) “o golpe no positivismo, no entanto, não foi desferido por uma pesquisa empírica em moldes não positivista, mas por gestos de simplificação e de abolição do mundo, desprezando dados ou, pelo menos, sua simplicidade e variedade”.

A forma como a heterogeneidade é trabalhada pelos clássicos da AD retira qualquer atividade do sujeito. Diante do exposto, acredito que a noção de sujeito da AD não poderá ser “corrigida”. Pode apenas ser demolida, refutada, abandonada.

Pêcheux objetivava com seu projeto da análise do discurso transformar a prática nas ciências sociais. Ele acreditava estar realizando uma verdadeira transformação que tornaria as ciências sociais uma prática científica.

A partir da crítica crucial sobre a utilização de instrumentos nas ciências sociais, Pêcheux concebe sua *análise automática do discurso* como um *instrumento* diferente daqueles utilizados nas ciências sociais. E dessa forma produziria um “corte epistemológico” nas ciências humanas, separando ideologia da teoria do discurso. De acordo com a perspectiva de Pêcheux, ela seria uma teoria (materialista) dos processos discursivos sobre o terreno de uma teoria não-subjetiva (não-idealista) da subjetividade. Todavia, esse projeto de uma teoria de leitura de textos objetiva, neutra, está relacionado com o paradigma cientificista de ciência ainda dominante nas ciências humanas sob a forma do estruturalismo que, no entanto, “se revelou insuficiente, já que os fatos – ah, os fatos – não se conformam à idéia de estrutura, de um lado, e, de outro, já há teorias mais sofisticadas à disposição” (Possenti, 1995b:19).

PRINCÍPIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

I. O Objeto de Estudo

A presente investigação analisa o processo discursivo de panfletos políticos, cujo funcionamento nos permite verificar o trabalho constitutivo e tático do sujeito que assim inscreve a sua *subjetividade*. Esse trabalho do sujeito será demonstrado a partir da análise dos gêneros do discurso e das fórmulas populares (*slogans*, caricaturas, sátiras, polêmicas, etc.) presentes em panfletos políticos produzidos durante o ano de 1998, em que se realizaram eleições para Presidente da República Federativa do Brasil, senadores, deputados federais, deputados estaduais, deputados distritais e governadores.

Postulo que o panfleto político constitui um gênero discursivo particular e que, especificamente, em época de campanha eleitoral, torna-se um espaço privilegiado para se detectarem as marcas da atividade do sujeito na linguagem, a partir das táticas discursivo-argumentativas. Dessa forma, o objeto desta pesquisa, ao invés de estar materialmente compacto, tornou-se assim consideravelmente ampliado e complexo.

O fato de esta pesquisa buscar o novo que o sujeito constrói em seus discursos a partir das marcas da fabricação astuciosa e, muitas vezes, sutil que os sujeitos fazem com a linguagem, implica filiar-se a um programa que, de acordo com Geraldi (1996:8), “está atento às diferenças, sempre sutis e quase invisíveis [...] para recuperar no movimento a historicidade do humano”. Por isso, esta investigação apresenta-se como uma contrapalavra às várias formas simplistas com que a AD francesa tem trabalhado a discursividade enfatizando o “primado teórico do *outro* sobre o *mesmo*”.

Resalto que o fato de tentar demonstrar o trabalho do sujeito na linguagem não implica postular um sujeito intencional, ou mesmo negar o inconsciente, a ideologia e a história. Ou seja, descrever o trabalho do sujeito no discurso não significa inscrever-se numa filosofia do sujeito neutro, transparente a si próprio - uma filosofia de antes da descoberta freudiana - nem naquela de um sujeito sem determinações sócio-ideológicas - uma filosofia de antes de Marx. Pois, como afirma Geraldi (1996:99), “entre a metafísica idealista e o materialismo mecanicista, pontos extremos, movimenta-se o pêndulo”. Esclareço que estou questionando a forma simplificada, pela qual a maioria dos trabalhos sobre heterogeneidade trata o sujeito e o sentido em seus processos de constituição.

Como afirmei acima, esta tese analisa o funcionamento dos panfletos políticos, centrando o enfoque no processo discursivo para verificar o trabalho realizado pelo sujeito. No entanto, sem voltar à velha hipótese do sujeito produtor, mas considerando a interdiscursividade, busco mostrar que a constituição do panfleto político é um lugar onde o sujeito trabalha. Para isso, seguirei os cinco princípios postulados por Possenti (1996a:42-3):

- 1 - os sujeitos são integralmente sociais e históricos e integralmente individuais - para evitar o subjetivismo desvairado ou a identificação do sujeito como peça;
- 2 - cada discurso é integralmente histórico e social e integralmente pessoal circunstancial - para evitar a idéia de que o sujeito é fonte de seu discurso e a de que é o discurso que se dá;
- 3 - cada discurso é integralmente interdiscurso e integralmente relativo a um mundo exterior - para evitar a idéia de que o discurso refere-se diretamente às coisas e a de que tudo é discurso ou que a realidade, se houver uma, é criada pelo discurso;
- 4 - cada discurso é integralmente ideológico e/ou inconsciente e integralmente cooperativo e interpessoal - para evitar a idéia de que o sujeito diz o que diz materializando as suas intenções e a de que o sujeito não tem nenhum poder de manobra e que o interlocutor concreto é irrelevante;
- 5 - o falante sabe (integralmente?) o que está dizendo e ilude-se (integralmente) se pensar que sabe o que diz (ou que só diz o que quer) - para evitar que se desconheçam os saberes que os sujeitos acumulam em sua prática histórica e que se conclua disso que nada lhe é estranho ou desconhecido.

Conseqüentemente, não estou questionando a constituição social, histórica, ideológica do sujeito, visto que o indivíduo está inserido em universos de discursos onde sua subjetividade é resultado da polifonia social em que se inscreve; todavia ele é, ao mesmo tempo, agente ao reelaborar os discursos, os sentidos na práxis. De acordo com Kosik (1995:227), “[...] a totalidade do mundo compreende ao mesmo tempo, como momento da própria totalidade, também o modo pelo qual a realidade se abre ao homem e o modo pelo qual o homem descobre esta totalidade”.

Para uma compreensão mais detalhada de meu objeto de estudo, especificarei algumas categorias, que são eixos centrais desta tese.

1. A propósito da subjetividade

Poderiam perguntar-me: de que subjetividade você está falando neste trabalho? O que significa demonstrar estratégias discursivas sem postular um Sujeito intencional, sem, ao mesmo tempo, negar o inconsciente, a ideologia, a história? O que significa não se inscrever numa filosofia do Sujeito neutro, transparente a si próprio - uma filosofia de antes da descoberta freudiana? O que significa não se inscrever numa filosofia de um Sujeito sem determinações sócio-ideológicas - uma filosofia de antes de Marx? O que Pêcheux quer dizer com “uma teoria não-subjetiva da linguagem?” O que significa dizer que a teoria da linguagem de Bakhtin é subjetiva? É claro que não responderei a essas questões agora, mas apenas ao longo do desenvolvimento da tese. Entretanto, posso, nesse momento, dizer a partir de qual noção de subjetividade trabalharei as questões que norteiam este trabalho. Para isso, desenvolverei a seguir um tópico introdutório sobre esse assunto, com base no artigo de Chauí (1976) “*A destruição da subjetividade na filosofia contemporânea*”.

Para Chauí, o advento da subjetividade na filosofia é caracterizado pelo deslocamento do ponto fixo do *Ser* para a *Consciência*. Vejamos, de forma sintética, como o homem explicava o conhecimento dele e das coisas a partir dos dois pontos citados acima.

Para Chauí, os filósofos gregos, para explicarem a existência das coisas, dos homens e da totalidade do conhecimento de ambos, tinham como ponto de partida um ponto fixo que era o *Ser* (*physis*, *logos*). O conhecimento aparece como desvelamento do Ser (“*physis* = aquilo que faz com que as coisas existam mas que é imanente às coisas existentes”) na sua inteligibilidade (“*logos* = aquilo que determina o sentido das coisas”).

Assim, o ato de conhecer, para os filósofos gregos, “é um re-conhecer (ou lembrar, como diz Platão) o sentido já inscrito nas próprias coisas por essa força originária que é o Ser” (p.31). Sendo que, na transformação cristã, “a *physis* é reduzida à natureza e o *logos* passa a ser Deus, antepondo-se à *physis* como princípio. Deus passa a ser incognoscível” (p.31).

Quando o ponto de explicação passa do Ser (fora do homem) para a Consciência, (no interior do homem) dá-se o advento da subjetividade. E o que é a Consciência ou a *subjetividade ocidental*? Para Chauí, essa categoria se apresenta em três instâncias. Na primeira, ela é definida pela capacidade unificadora das experiências e de manutenção da *identidade*, que a *Psicologia* denomina *Ego*. Na segunda, se apresenta como um poder de síntese, uma capacidade para reconhecer ou produzir, “a partir de si mesma o sentido do real, pela produção de idéias ou conceitos dos objetos e dos estados interiores” (Chauí, 1976:30), que a *Filosofia* denomina *Sujeito*. Na terceira instância, é a capacidade para deliberar e decidir, que a *Moral* denomina *Pessoa*.

De acordo com Chauí (p.30), “Ego, Sujeito e Pessoa definem a subjetividade como um poder totalizador que se debruça sobre si mesmo, sobre os objetos e sobre os outros homens para determinar, isto é, decidir seu sentido”. Devido à especificidade deste trabalho, destacarei a segunda instância, a do Sujeito.

Falar de subjetividade é falar de humanismo. Este último é “toda filosofia que tem como ponto de partida e como referencial privilegiado o homem interior, isto é, a subjetividade” (p.30).

A subjetividade como fonte de certeza, como transparência, como identidade, como todo real, sendo a realidade determinada pela consciência, tem uma certidão de nascimento dada por Descartes e ratificada por Kant, segundo Chauí.

A filosofia humanista, ou da subjetividade, tem como fundamento alguns princípios. O principal deles é o do auto conhecimento, o *Cogito, ergo sum* (Descartes). De acordo com esse princípio, a consciência é a certeza primeira, a fonte das demais coisas. Outro princípio que a filosofia da subjetividade assume é o conhecimento verdadeiro das coisas:

“a filosofia de Kant exige que despertemos do ‘sono dogmático’ [...] para passarmos ao conhecimento das condições subjetivas de nosso contato com o mundo exterior. A revolução Copernicana em Kant é a exigência de uma passagem do Ser à Representação do Ser pelo Sujeito Transcendental como condição e norma do conhecimento verdadeiro” (p.30).

A filosofia da subjetividade assume também o princípio que estabelece as relações entre as consciências. Para Chauí (p.30), a filosofia humanista

“funda-se no solipsismo da subjetividade e coloca sem dificuldade as relações das consciências solitárias em termos projetivos. Vem daí que tal filosofia não encontra nenhuma opacidade no mundo social, nas relações econômicas e sociais e trata os problemas políticos como se fossem problemas morais, isto é, como problemas da consciência se debatendo consigo mesma”.

O nascimento da subjetividade sob a égide do cartesianismo implica uma transformação no conhecimento da realidade: “esta deixa de ser algo que se manifesta por sua força interna e que possui em si mesma a inteligibilidade, e passa a ser algo que é *representado* por um sujeito que lhe confere sentido. A noção de *representação* é, pois, solidária com a de subjetividade” (p.31).

Para Chauí, o percurso da subjetividade feito pelo pensamento ocidental, a partir de Descartes, consiste em outorgar ao Sujeito um poder sobre a realidade que tem como fundamento ontológico a idéia de Deus como ser eterno e infinito, criador dos entes e garantia da verdade. Porém, esse apoio no divino passa inteiramente, em Kant, para o Sujeito Transcendental. A origem das coisas é considerada como “inatingível para o homem e este só pode conhecê-las na qualidade de *dados*” (p.32). Para a referida autora, a filosofia kantiana leva o projeto cartesiano às suas extremas conseqüências:

- reduz o mundo ao conjunto dos fenômenos que pode ser conhecido de modo necessário pelo Sujeito;

- a necessidade está fundada epistemologicamente pelas faculdades a priori do Sujeito Transcendental, nos *noumenos*, inalcançáveis pelo Sujeito. A subjetividade é, dessa maneira, onipresente, e a representação torna-se o único critério do conhecimento e da verdade;

- a objetividade reduz-se ao conjunto de operações realizadas pelo Sujeito a fim de determinar completamente um objeto. Para Chauí, numa outra linha, a *empirista*, esse mesmo poder é conferido ao Sujeito, mas este é um Sujeito empírico e não transcendental, como o kantiano. O positivismo privilegia o Objeto. Nos procedimentos das ciências, o Objeto é uma construção do sábio.

No pensamento ocidental, é o pressuposto de uma separação entre o Sujeito e o Objeto, como termos independentes, que dá origem à noção de representação. Segundo Chauí (p.32), “essa exterioridade é que leva à busca de uma operação graças à qual o Sujeito possa apropriar-se de algo que lhe é heterogêneo. Essa operação é a representação, que convertendo o Objeto em idéia, torna-o homogêneo à consciência”.

Essa separação entre Sujeito e Objeto originou a suposta neutralidade do cientista, que não se confunde com o objeto que estuda e que, de acordo com Chauí (p.32),

“dará origem à famosa questão de saber se as ciências humanas seriam possíveis, visto que agora Sujeito e Objeto seriam idênticos e o distanciamento e exterioridade exigidos pela objetividade cairiam por terra. Não é, pois, por acaso que as ciências humanas querem pensar o psicológico, o social e o histórico como ‘coisas’”.

A noção de representação rejeita a contradição como condição da verdade e da realidade. O contraditório é sinônimo de irreal, impossível, impensável porque pressupõe que o entendimento obedece cegamente ao princípio da identidade, por isso ele opera compartimentando o real, classificando, dividindo, repartindo, segmentando o universo, para que os contraditórios não se *misturem*.

A nova subjetividade

Para Chauí, a destruição ou recusa da subjetividade, caracterizada pela ilusão da identidade, da unidade, da não-contradição, se dá por meio de dois caminhos.

O primeiro parte da crítica à noção de representação. Chauí faz uma ressalva: “a crítica da representação é uma condição necessária da destruição da subjetividade, tal crítica, contudo, não é uma condição suficiente” (p.32). Quando a autora faz essa ressalva, diz que tem em mente a filosofia hegeliana que é uma crítica da representação e, no entanto, é uma filosofia da subjetividade.

A via representada por Hegel parte da crítica ao postulado, característico do pensamento ocidental, de Parmênides a Kant, segundo o qual tudo o que se contradiz não é nada e, portanto, se há coisas e um mundo, nada se contradiz. A condição da verdade e da realidade é a expulsão da contradição. Hegel afirma que

“[...] o real é real porque é contradição. A identidade de um ser não está nele mesmo, mas naquele ser ao qual se opõe. E o mesmo deve ser dito deste último, cujo sentido e realidade estão na sua oposição a um outro, e que não é qualquer outro, mas o *seu* outro. [...] O real é constituído por realidades que se negam internamente umas às outras, e essa negação ou contradição é que produz o movimento do próprio real. O real é processo. É história. É dialética: negação interna dos contraditórios de cuja luta uma realidade nova nasce”(p.33).

Contudo, para Chauí, a dialética hegeliana, apesar de recusar a subjetividade como entendimento representador de objetos distintos dele próprio, permanece ligada à subjetividade, quando Hegel afirma que

“o real é racional e que o racional é real, isso implica na afirmação da identidade entre Sujeito e Objeto, ou seja, o Objeto é o Sujeito exteriorizado, objetivado. Assim sendo, exterior e interior são uma só realidade no seu movimento de objetivação e de interiorização. A cultura, por exemplo, nada mais é do que o

espírito objetivado. A natureza, por sua vez, é o ponto máximo da objetivação do espírito, é o espírito totalmente fora de si, alienado” (p.33).

Por conseguinte, Hegel não destrói a noção de subjetividade, pois o que conta é apenas a subjetividade do espírito. Ele “aprofunda a separação entre Homem e a Natureza, anunciada por Kant, na Crítica da Razão Prática em que o mundo da natureza é o mundo do determinismo e o mundo humano é o mundo da liberdade, da moral” (p.33).

O segundo caminho da recusa da subjetividade parte da crítica ao privilégio da consciência. A primeira modalidade dessa crítica é representada pelo objetivismo positivista, neo-positivista e cientificista que considera a consciência uma palavra vazia, pois se refere a algo inobservável. Para Chauí, essa crítica é *ingênuo* e *externa* à questão, pois descarta o problema pela recusa da palavra consciência. Um exemplo dessa crítica é a tendência científica conhecida como behaviorismo.

A crítica toma outro rumo com Foucault, que considera que a subjetividade emerge com a noção de *homem* e não com a de representação. De acordo com Chauí (p.34), para Foucault

“a subjetividade só pode nascer quando o ser humano aparece dotado de características que o distinguem da natureza; não é mais parte dela, se opõe pela linguagem, pela capacidade de simbolizar, e apropriar-se dela pela capacidade de trabalho. Isso só ocorre no século XIX. Diz Foucault que o homem é uma invenção muito recente”.

Foucault, ao analisar as diferentes práticas discursivas, concebe o sujeito como uma função vazia, um espaço a ser preenchido por diferentes indivíduos que o ocuparão

ao enunciarem. O sujeito pode assumir diferentes estatutos no interior do discurso, porque não é marcado pela unidade, mas sim pela dispersão, que reflete a descontinuidade dos planos de onde fala, em decorrência das várias posições possíveis de serem assumidas pelo falante.

Ressalto, entretanto, que, de acordo com Chauí, o atestado de óbito da subjetividade como fundante do conhecimento e da ação é dado por Freud, Nietzsche, Marx. Eles criticam a subjetividade enquanto privilégio da consciência. No entanto, não acabam com a subjetividade, eles a colocam em um novo espaço, e inauguram, de acordo com Chauí (p.34),

“uma concepção interpretativa que termina não com a subjetividade, mas com sua colocação num espaço novo onde ela deixa de ser o elemento *constituitor* do conhecimento e da ação para tornar-se algo *constituído* em esferas que não estão ao seu alcance (o inconsciente em Freud, a práxis histórica em Marx e a vontade de poder em Nietzsche)”.

O rompimento com a tradição efetuado por Freud, Nietzsche e Marx acontece a partir do momento em que revelam “a ‘realidade’ como construção imaginária da consciência, como superposição de máscaras que encobrem o verdadeiro lugar do real” (p.35). Para Chauí, conhecer é interpretar. E interpretar é criticar. Criticar tem dois sentidos que se complementam e que são indissolúveis:

a) é buscar a gênese das construções imaginárias, indagando quais as necessidades que impõem a consciência a tais recursos;

b) é, conseqüentemente, encontrar o lugar de origem da própria realidade, isto é, o conjunto das determinações que constituem um certo campo de ação e de saber à revelia da própria consciência.

Dessa forma, um outro caminho é postulado. Agora, trata-se de conhecer como a subjetividade se manifesta para o conhecimento, ou seja, torna-se ela própria objeto de conhecimento. Para Chauí (p.35), “um bom percurso é aquele oferecido pela compreensão da natureza peculiar da subjetividade na linguagem” que percorreu um caminho semelhante ao da filosofia - aqueles que primeiro refletiram sobre a língua foram os filósofos.

No campo específico da linguagem, verificam-se duas tendências. Uma fundamentada na epistemologia clássica, positivista, cartesiana, concebe a língua como função representativa do real, cuja questão central é a preocupação com as condições de verdade do enunciado, que, por sua vez, estava em sua correspondência a um estado de coisas existentes. O real é apreendido a partir das suas representações, feitas por um sujeito que nomeia, classifica, elimina contradições e é caracterizado pelo princípio da transparência e da unidade.

Na epistemologia moderna, a concepção de língua, como vista pela primeira tendência, sofre um deslocamento, originando uma outra tendência. Opondo-se ao paradigma tradicional, a linguagem passa a ser o lugar da constituição da subjetividade.

Em resumo, o que o pensamento contemporâneo contesta é um certo conceito e um certo uso da subjetividade, ou seja, aquela construída sob a égide do cartesianismo, que implica apreender o real pela consciência a partir da transparência, da identidade das coisas e por um sujeito marcado pela ilusão da identidade, unidade e não-contradição.

Contudo, recolocar a subjetividade nas bases marxista e psicanalítica muda todo o aparato teórico-prático do processo de conhecimento.

A subjetividade de que trato aqui é aquela colocada no novo espaço a partir de Marx e Freud. Por isso, entendo subjetividade não como ficção romântica, como característica do indivíduo e sim como resultado dos condicionantes sociais, ideológicos, inconscientes e, ao mesmo tempo, lugar de novas elaborações que, na linguagem, podem ser percebidas a partir das marcas de intervenção do sujeito. São as marcas de subjetividade que tentarei demonstrar na constituição do gênero panfleto, especificamente nos diversos tipos de panfletos políticos, a partir da concepção de *subjetividade mostrada* como desenvolvida por Possenti (1995) e de *sujeito constitutivo e inventivo*, fundamentado em Bakhtin e De Certeau, que constituem o quadro teórico-metodológico desta tese.

2. A propósito do slogan

O slogan representa o eixo de uma campanha político-eleitoral, que pode ser reduzida a ele.

O slogan é uma fórmula elaborada, em uma plataforma política, para que, de forma simplificada, corresponda, da melhor maneira, àquilo que os eleitores (tanto os que são fiéis ao candidato, quanto os indecisos) desejam, esperam, querem para a cidade, para o país naquele momento. O slogan corresponde à “verdade do candidato”.

Para Gourevicht (1986:221-23), a origem do slogan é política:

“é um grito de guerra que vem do gaélico ‘sluaghghairm’ e designa os gritos de reunir dos diversos clãs escoceses das Terras Altas. Desde o século XIX, na Inglaterra, que o slogan tem um sentido nitidamente político. É, na França, aproximadamente em 1927-1928, que ele vem ser concebido na ótica da publicidade”.

Marca de ideologia, *o slogan transforma o enunciado em enunciação*. Seu valor de apelo, suas repetições, sua circulação fazem do objeto um projeto, da ordem das coisas uma ordem a estabelecer.

Diferente do *slogan* publicitário - que tem como referência obrigatória o nome da marca -, o *slogan* político coloca, às vezes, entre parênteses o nome do partido, seu programa ou seu projeto, para uma dinamização mais forte e em uma magnífica redução semântica, como, por exemplo: “*O Brasil não quer voltar atrás. Avança Brasil!*” (da frente de centro-direita / situacionista); “*O Brasil que conhece o Brasil!*” (da frente de esquerda / oposicionista)

3. A propósito da polêmica

Em relação à polêmica, analisarei as formas pelas quais o sujeito utiliza os dois conjuntos de categorias semânticas, as reivindicadas - “positivas” - e as recusadas - “negativas” (Maingueneau, 1987:122), nos panfletos políticos. Entretanto, como a interdiscursividade é constitutiva do discursivo, meu empreendimento poderia transparecer como uma tentativa de diluir a diferença usual entre o polêmico e o não-polêmico. Descreverei as relações semânticas fundamentais que explicam as controvérsias explícitas

em que o sujeito defende uma tese e, ao mesmo tempo, refuta e desqualifica uma tese adversária nos panfletos políticos, pois como afirma Bakhtin (1981:170), a polêmica quando é aberta orienta-se para o discurso refutável do outro, que é o seu objeto. Já a polêmica velada “está orientada para um objeto habitual, nomeando-o [...] e só indiretamente ataca o discurso do outro, entrando em conflito com ele como que no próprio objeto. Graças a isso, o discurso do outro começa a influenciar de dentro para fora o discurso do autor”.

Minha hipótese é a de que a construção polêmica velada ou aberta do discurso dos panfletos políticos mostrará as marcas da subjetividade.

4. A propósito da sátira

No texto satírico instala-se um ponto extremo de divergência ideológica. Em geral, a sátira toma, alternativa ou simultaneamente, duas formas: a forma descritiva e particularmente argumentativa de um quadro grotesco das pessoas e das idéias; a forma narrativa do carnavalesco, marcada pelo riso de exclusão, no qual os traços do adversário são exagerados, deformados. O autor da sátira mostra-se contra a corrente do adversário tomando a forma de uma violência ideológica.

A sátira, de acordo com Leite (1992:40), “é mais do que um gênero, é uma tendência, um pendor, que se ajusta a qualquer tipo de texto. Essa modalidade do cômico, mais que qualquer outra, tem como nascedouro o impulso agressivo, expressando alguma forma de ressentimento, insatisfação e revolta”.

A sátira, nesta pesquisa, é considerada, para efeito de análise, uma forma específica de interdiscurso, que o sujeito utiliza como tática discursiva. Sendo ela uma das formas do humor, ver-se-á como o sujeito a utiliza para produzir riso, ridicularizar, agredir o adversário, nos panfletos políticos.

5. A propósito da caricatura

A caricatura é uma das manifestações do cômico, produzida pelo reconhecimento da semelhança no dessemelhante. A caricatura é uma crítica feita por meio do exagero do aspecto físico do indivíduo, como também de sua personalidade e seu comportamento na sociedade. De acordo com Agostinho (1993: 184-5),

“na caricatura, o artista não inventa pura e simplesmente uma forma, mas apenas potencializa as particularidades intrínsecas de seu modelo.[Ele] procura quebrar a harmonia geral de um rosto, ressaltar os contrastes da personalidade retratada e, assim, criar uma imagem mais verdadeira do que a do próprio modelo. A caricatura não se limita a interferir apenas na expressão de um rosto ou de um corpo. Procura também ironizar o aspecto subjetivo, a personalidade do imitado”.

A caricatura se caracteriza por captar as sutilezas dos detalhes que fornecem expressividade a um todo, seja um rosto, um corpo, um objeto, uma personalidade, um caráter e deformá-lo. Leite (1992:62) diz o seguinte:

“São componentes da caricatura os aspectos do corpo (características e defeitos físicos, trajes e acessórios), os gestos, o comportamento (tiques, manias, hábitos)

o modo de pensar, o modo de se expressar (tiques verbais, falhas, incorreções, afetações). Esses traços são ampliados e deformados, provocando o riso”.

A caricatura tem um objetivo crítico. Numa primeira análise dos panfletos políticos, encontraram-se algumas caricaturas que fazem críticas a candidatos. Alguns textos eram caricaturas verbais e visuais, outros apenas verbais, como podem ser vistas na análise do trabalho do sujeito nos panfletos de desqualificação do adversário, no capítulo 5.

Leite (1992) diferencia a caricatura, em função dos códigos utilizados, em visual e verbal. Para a referida autora,

“a caricatura visual produz efeito de impacto - com uma rápida vista d’olhos permite a imediata apreensão do conteúdo proposto [...]. A caricatura verbal não tem um efeito imediato [...] dadas as peculiaridades do código lingüístico, que exige uma apreensão gradual do conteúdo. [...] Exige que o produtor e receptor dominem um saber comum, não apenas no que diz respeito à identificação do objeto da caricatura, mas em relação ao nível de domínio do código, que varia tanto individual como socialmente (Leite, 1992:81)”.

Nos panfletos políticos, analisarei como se constituem as caricaturas enquanto táticas de linguagem e como o sujeito constitutivo e inventivo marca a sua subjetividade ao mobilizar diferentes vozes, instaurando a polifonia.

6. A propósito da charge

A charge é uma das formas do cômico apresentada por meio de desenho jocoso. É uma presença constante nos jornais, revistas, panfletos políticos, etc. Segundo Agostinho (1993:227), a charge é “a caricatura adaptada às exigências e sofisticções das artes gráficas. Para a autora, a forma como a charge é inserida na imprensa moderna “é a continuação sofisticada e mais abrangente da caricatura que, até o século XVIII, esteve sozinha nas artes gráficas” (p.228).

Os elementos constitutivos que estruturam a charge, segundo Agostinho (1993:227),

“podem ser materiais – que constituem a estrutura-objeto – ou pertencerem a outros níveis de elementos, tais como: sistema de referência ao qual a charge recorre, ou ainda, aos sistemas de reações psicológicas contidas no desenho. Estes níveis podem também se subdividir em tantos outros, como os níveis de ritmo, de sons, de enredo, de ideologia, etc”.

São vários os elementos gráficos necessários para a materialização da charge, tais como: “cenário, espaço, perspectiva, movimento, onomatopéias e, às vezes, texto verbal para completar a ação ou para dar voz aos personagens” (Agostinho,1993:228).

II. *Questões Norteadoras*

Como esta pesquisa é sobre as marcas de subjetividade em panfletos políticos, em período de grande confronto político e ideológico, como é o caso de período eleitoral, abordando o dialogismo a partir da análise de fórmulas populares (textos curtos como *slogans*, etc.) da polêmica, da sátira, da caricatura, algumas questões norteiam este estudo, de forma mais *geral*, formulo as seguintes questões:

a) quais regularidades, se existirem, estão presentes no funcionamento discursivo dos panfletos políticos?

b) os panfletos políticos, pelo fato de serem produzidos por grupos ideológicos, não permitiriam uma atividade inventiva do sujeito discursivo?

De forma mais *específica*, formulo as seguintes questões:

b) os panfletos se constituem em um gênero discursivo?

c) o trabalho do sujeito, no discurso, é materializável sob que formas e a partir de que tipos de produção de sentidos?

d) quais as especificidades discursivas das fórmulas culturais na construção dos panfletos políticos?

e) quais as especificidades discursivas da polêmica?

f) quais as especificidades discursivas da sátira?

g) quais as especificidades discursivas da caricatura?

O fato de esta investigação ser norteada a partir de tais questionamentos e categorias implica descrever o funcionamento do trabalho do sujeito na linguagem, como

descrever o funcionamento discursivo de um gênero ainda pouco estudado em língua portuguesa no Brasil.

III. *Justificativas*

1. *Por que estudar os panfletos políticos*

Os panfletos políticos são importantes porque sua análise discursiva permite aprofundar a categoria sujeito. A ausência de estudos sobre o gênero panfleto é um outro ponto importante que justifica a importância desta pesquisa. Esses aspectos serão desenvolvidos nos tópicos a seguir.

1.1. *Aprofundamento da categoria sujeito*

Este trabalho objetiva um aprofundamento de questões tratadas na minha dissertação de mestrado, defendida em agosto de 1995, quando estudei o funcionamento discursivo de textos produzidos num episódio eleitoral para o cargo de reitor numa universidade federal. Alguns desses textos eram panfletos. Como o objetivo específico era a constituição da cenografia discursiva, a partir dos vários tipos de textos (programas de campanha, boletins de campanha, artigos de jornal, documentos jurídicos e panfletos políticos), a análise da discursividade dos panfletos foi breve, constituindo apenas um capítulo da mencionada dissertação.

Uma análise inicial, que se pode chamar de aproximação do objeto de estudo, mostra que os panfletos políticos são textos muito polêmicos. Em geral, são distribuídos e

visam a persuadir, doutrinar, mesmo quando afirmam que objetivam apenas informar ou avaliar posturas de políticos ou conjunturas políticas. Para isso, mobilizam e recriam recursos expressivos, como a caricatura, a sátira, o refrão, etc. estilo, como a polêmica, que funcionam como apelos de ordem emocional de forma a convencer ou dirigir o leitor a tomar decisões políticas, eleitorais, etc. Quero deixar claro que um gênero mobiliza um conjunto de recursos expressivos, mas, por seu turno, o gênero também se constitui em um recurso expressivo; e que todo tipo de texto é, na verdade, definível a partir de um conjunto de recursos expressivos utilizados e o gênero selecionado (utilizando a noção de *acabamento* como concebida por Bakhtin). O que acontece é um cruzamento ou diálogo entre essas categorias, como se verá no capítulo 4 e 5.

Os panfletos políticos, sendo discurso institucional - visto serem produzidos por partidos políticos, sindicatos, associações ou entidades que representam categorias funcionais na sociedade -, refletem ideologias, constituem-se de outros discursos e poderiam ser vistos a partir da ótica do assujeitamento: o sujeito é assujeitado pelos discursos constitutivos. Entretanto, dialeticamente, os outros discursos presentes num discurso possibilitam uma reflexão diferente sobre o trabalho do sujeito. No que se refere aos textos curtos, de acordo com Possenti (1995:48), *a ação dos sujeitos pode ser detectada, ela é impossível de ser disfarçada. É como se se tratasse de casos de subjetividade mostrada.*

No que se refere ao funcionamento discursivo dos panfletos políticos, minha hipótese fundamental é a de que a presença dos outros discursos (a sátira, a caricatura, a charge, etc.) no discurso possibilita também demonstrar o sujeito operando como um *tático* - conceito desenvolvido por Michel de Certeau (1996), em *A invenção do cotidiano*

- em sua atividade discursiva. Um trabalho que parte dessa concepção de sujeito investe na busca da fabricação que os usuários fazem com os produtos, pois considera que, na constituição dos discursos, os

“outros discursos, *são marcados por usos*, apresentam à análise as *marcas de atos* ou processos de enunciação; significam as *operações* de que foram objeto, operações relativas a situações e encaráveis como modalizações conjunturais do enunciado ou da prática; de modo mais lato, indicam portanto uma *historicidade social* na qual os sistema de representações ou procedimentos de fabricação não aparecem mais só como quadros normativos mas como *instrumentos manipuláveis por usuários*” (De Certeau, 1996:82).

Todavia, o que se tem observado é que são recorrentes diversos trabalhos - a partir daquela que se convencionou chamar “3ª. época da Análise do Discurso (AD) da escola francesa” - que analisam a identidade do discurso, mostrarem a heterogeneidade discursiva a partir da presença dos outros discursos. Baseados no princípio dialógico-constitutivo, concebido pelo círculo de Bakhtin, esses trabalhos mostram aspectos importantes sobre o funcionamento da linguagem, ao considerarem como fundamental o papel dos outros discursos no discurso. Porém, a maioria de tais análises - fundamentadas numa perspectiva de um materialismo estreito - insiste quase sempre no fato de que a presença dos outros discursos no discurso subjuga o sujeito, reduzindo-o a um mero lugar, a um efeito, ou seja, não é o sujeito que se representa por meio do(s) outro(s) discurso(s), mas são estes que o atravessam, assujeitando-o. Essas análises querem demonstrar que o sujeito é, dessa forma, assujeitado pelo(s) outro(s) discurso(s).

Apesar de atualmente a própria AD colocar em discussão a noção de sujeito assujeitado, ao trabalhar sobre os fundamentos da heterogeneidade, a partir dos trabalhos do círculo bakhtiniano, dos trabalhos de Lacan, como diz Pêcheux (1983) “o primado teórico do outro sobre o mesmo se acentua”.

A forma como a heterogeneidade é trabalhada pelos clássicos da AD retira qualquer atividade do sujeito. Como afirma Charaudeau (1999:37), a dita Escola Francesa de Análise do Discurso

“não confere ao [...] sujeito outra existência que não a de uma ‘ilusão’ (efeito Münchhausen), pois ele seria completamente sobredeterminado pelo que Pêcheux chama de ‘pré-construído’ das ‘formas discursivas’. O sujeito é apenas o resultado de um produto, ele não se pertence, ele é falado por um *ailleurs* que será denominado ora ideologia (Athusser), ora inconsciente (Authier-Revuz). Em ambos os casos, o sujeito não é um ‘eu’, mas um ‘isso’ (ideológico ou inconsciente) que fala através de um sujeito falante. Não é por acaso que os defensores dessa posição sempre operaram um paralelismo (abusivo, na minha opinião) entre ideologia e inconsciente”.

Em outra direção teórica, situam-se aqueles que não negam o jogo da sobredeterminação do sujeito pela ideologia e pelo inconsciente. Todavia, não fazem do sujeito uma ilusão, e sim algo positivo. A esse propósito, é significativa a seguinte afirmação de Charaudeau (1999:37):

“Em toda sociedade existem discursos de doxa (topoi, lugares comuns, estereótipos, saberes partilhados) que circulam e se distribuem de maneira mais ou menos aleatória em meio aos diferentes grupos sociais. Todo sujeito é, pois

portador, de um lado (isso também revela uma diferença), de alguns desses discursos e, por outro lado, essa apropriação revela (com frequência, sem que ele se dê conta) seu posicionamento social. Podemos dizer, assim, que esse sujeito é ‘responsável’ (entre aspas, é claro) por suas representações”.

Charaudeau (1999) classifica a posição acima de sociológica e diz que ela é defendida, na França, por alguns sociólogos que “procuram analisar as representações do espaço público nas mídias (Quéré), e que caminha junto com o ponto de vista de uma sociologia construtivista tal como ela é concebida por Bourdieu” (p.37).

No Brasil, Possenti, partindo da heterogeneidade constitutiva dos discursos e dos sujeitos, mostra, em diversos artigos, o trabalho do sujeito. Essa tese é demonstrada em análises de materiais não tipicamente de arquivo (ao analisar lugares comuns como chistes, provérbios - textos curtos onde as relações interdiscursivas são óbvias), pois, segundo o autor, *“fora do arquivo”, os sujeitos trabalham mais claramente, enquanto que no arquivo o funcionamento tende a apagar processos discursivos.*

Para Possenti, a aceitação da tese do trabalho do sujeito seria um avanço para a Análise do Discurso francesa (AD). Ele diz que, apesar dos gestos reducionistas, a AD teve avanços significativos durante as duas últimas décadas, mas “é necessário avançar ainda mais, e imagino que seria relevante mostrar como algumas teses razoavelmente aceitas podem ser seguidas de outras ainda não aceitas”. O referido autor inspira-se na formulação de Maingueneau (1987:12) sobre a relação entre língua e discurso (“a AD afirma [...] a dualidade radical da linguagem, a um só tempo integralmente formal e integralmente atravessada pelos embates subjetivos e sociais”) e baseia-se na análise de chistes para postular a inclusão na AD de outros princípios tais como:

“os sujeitos são históricos e atuam; a ideologia está sempre presente, mas não é a única realidade e também é histórica; que os sujeitos estão irremediavelmente dentro e fora do arquivo, quem sabe mesmo arquivando; enfim, que a interação existe e se caracteriza pelo jogo tenso entre o que já houve e o acontecimento circunstancial que ela é, no qual os sujeitos têm um papel que ultrapassa o de ser um lugar imaginário” (Possenti, 1996:45).

Pode-se concluir que, por meio da demonstração do trabalho do sujeito, a pretensão de Possenti é dar uma resposta à questão do sujeito e assim fazer a AD francesa avançar. Vejamos dois momentos interessantes em que ele explicita como se dará tal avanço. Um deles é “*O sujeito fora do arquivo*” (Possenti, 1996). Nesse artigo, o autor parte dos questionamentos, postos no interior da própria AD, sobre o sujeito assujeitado, e afirma que é um certo viés reducionista que impede a AD de dar uma resposta melhor ao problema, ou, pelo menos, assinalar-lhe um lugar mais adequado, que poderia proporcionar uma boa resposta. Seu objetivo é contribuir para guardar esse lugar sem recuar das conquistas relevantes que ela representou contra uma concepção psicologizante ingênua. Para Possenti (1996a:39), “é urgente sofisticar a lógica - por exemplo, é necessário interrogar-se sobre se a descoberta do inconsciente exclui radicalmente qualquer manobra consciente dos sujeitos, se o sujeito precisa saber o que é para saber o que diz, se a existência de condições anula qualquer opção ou ação de sujeitos, etc - e multiplicar os *corpora* e métodos de análise [...]”.

Outro momento é o artigo “*Pragmática na análise do discurso*”, em que Possenti (1996b) defende a “proposta de uma determinada *conjunção da pragmática e da análise do discurso*”, ou seja, juntar determinados ingredientes da pragmática (como o do *papel ativo do sujeito falante*) à AD francesa, sem que isso significasse supor que o sujeito

estivesse fora da história, da ideologia. Em sua proposta, ele se defende de possíveis acusações de ecletismo e pretensão de completude e defende o ponto de vista da unificação de teorias, ao afirmar que “é relativamente freqüente, tanto nas chamadas ciências da natureza quanto nas chamadas ciências humanas, que uma teoria não seja global [...] e os esforços para a construção de teorias unificadas [...]” (p.72).

Estou seguindo a trilha de Possenti, pois objetivo demonstrar o trabalho do sujeito. Entretanto, construirei um caminho específico a partir de duas vias: uma, trabalhar no interior do arquivo (panfletos políticos) - que são *corpora* privilegiados pela AD e *não tão claros* como os de Possenti - e mostrar que neles também os sujeitos trabalham. Para tal empreendimento, partirei de outro referencial teórico, fundamentado no círculo bakhtiniano e em De Certeau, para construir o modelo de pesquisa e as categorias de análise - o que constitui a outra via de especificidade. A escolha desses autores - como diria Possenti (1996b:76) - é devida ao fato de eles, “*embora privilegiando o social, o histórico, o ideológico e o outro, não transforma[m] o eu, o autor, o leitor em meros vetores, lugares, nem destitui a enunciação de seu caráter circunstancial*” [...].

Não relerei o conceito de sujeito. A meu ver, a tese do assujeitamento do sujeito é constituída num arcabouço teórico próprio (marcado pelo estruturalismo), com seu conjunto de pressupostos, hipóteses e métodos que obrigam certos procedimentos de pesquisa, junto com outros conceitos intrínsecos como formação discursiva, formação ideológica, etc. e que a crítica epistemológica (que está no capítulo 1) mostrou serem pertinentes ao modelo de objetividade próximo da matemática e das ciências da natureza que presidem as ciências do homem no século XX. Por isso, não defendo a tese do

trabalho do sujeito no interior da Escola Francesa de Análise do Discurso. Mais explicitações a esse respeito estão no tópico “Análise Discursiva”.

1.2. *O estado presente dos estudos sobre panfletos*

Outro motivo que justifica a importância desta pesquisa foi a escassez de estudos sobre o funcionamento discursivo dos panfletos políticos. A partir do momento em que me propus estudá-los, um dos passos iniciais foi fazer um levantamento sobre os trabalhos realizados sobre este tema, para elaboração do projeto de pesquisa que, foi apresentado no processo de seleção de doutoramento da Unicamp, em 1996.

Naquela época, observei que havia principalmente antologias de panfletos. Antologia de panfletos literários, como a do autor Juan Maurell (1982) em “*Los surrealistas contra*”; antologia de panfletos que compõem a história da arte, como a de Jaime Brihuega (1982) em “*Manifestos, proclamas, panfletos y textos doctrinales - las vanguardias artísticas em España: 1910-1982*”; antologia de panfletos políticos como a de Marc Angenot (1973) em “*Antologie du panflet de la libération à nous jours.*” É evidente a importância desses trabalhos no âmbito dos estudos literários, históricos e políticos. Entretanto, não encontrei nenhum estudo que tratasse das *folhas de papel que são distribuídas gratuitamente à população com o objetivo de fazer propaganda política, religiosa, etc. e que, no Brasil, chamam-se “panfleto”*.

O meu levantamento continuou até maio de 2000, quando estive durante quatro meses, em Paris, no estágio de pesquisa, denominado, pela CAPES, de *Bolsa Sanduíche*. Na França, o panfleto é conhecido por *tract*. Durante esse período, pesquisei na Biblioteca

Nacional da França “François Mitterand” (B.N.F.), em outras bibliotecas, nas livrarias e editoras. Foram encontrados muitos Catálogos de *tracts*, (alguns muitos raros), por exemplo, *Tracts (1934 - 1935). Fédération Nationale des Combattants républicains*. Paris, Texte imprimé [S. I. n. d. ?] B.N.F.; *Tracts. Algérie. 1956 -1959. Brochures, tracts, affiches et documents divers destinés aux troupes françaises, à la population musulmane et aux troupes rebelles, émanant du Bureau psychologique du corps d'armée d'Alger, et réunis par le Bureau psychologique de la 10^e. Région Militaire*. [S.T.] 1956 - 1959. - 401 *pièces*.

Foram encontrados alguns livros que tratam de determinado tema a partir de panfletos (*des tracts*) como, por exemplo: Firmin Maillard (1987) em *Les Publications de la rue pendant le siège et la Commune* e o Centre de Créativité (1973) em *Quelques tracts de Maurice Lemaitre sur le cinéma (1967 - 1973)*.

Todavia, encontrei apenas um livro sobre panfletos, que trata do movimento político francês conhecido como “maio de 68”, mas sob a perspectiva da Lexicometria, de autoria de Michel Demonet e outros (1975), chama-se *Des Tracts en Mai 68 - mesures de vocabulaire et de contenu*. Essa obra analisa apenas panfletos que foram produzidos durante o movimento de trabalhadores e de estudantes, em maio de 1968, em Paris. Para tal análise, são utilizados instrumentos estatísticos e um programa de computador. Essa forma de abordagem é característica da primeira época da Análise do Discurso francesa (AD), na qual eram desenvolvidos programas de computador com o objetivo de fornecer à AD um instrumento estatístico na caracterização do posicionamento dos enunciadores de um determinado *corpus*, por meio da elaboração de redes quantificáveis de relações significativas entre as unidades.

Consultei, tanto no Brasil como na França, catálogos de teses (CD rooms) sobre panfletos, nas áreas da Lingüística, Publicidade, Jornalismo e *Marketing*. O que encontrei foram algumas teses, na França, que consideram apenas os conteúdos dos panfletos ao tratarem de problemáticas políticas, tais como: *Analyse des textes politiques (professions de foi; tracts)*; *Les langages syndicaux: recherche du contenu ideologique de formes linguistiques utilisées dans les tracts*.

É importante ressaltar que, até o presente momento, os panfletos, numa perspectiva discursiva, foram pouco estudados e, enquanto gênero de discurso, o panfleto não foi sequer abordado. Angenot (1982), em “*La parole pamphlétaire: contribution à la typologie des discours modernes*”, faz uma descrição teórica da linguagem panfletária. Para o autor, o panfleto é um tipo de gênero literário, visto ser constituído por escritos narrativos, romances ou utopias satíricas, reportagens, ensaios essencialmente cognitivos.

Os panfletos políticos nunca foram analisados a partir de um ponto de vista que considera o O/outro, enquanto fórmulas populares, sátira, caricatura, slogan, polêmica.

Maingueneau (1998) afirma que, na França, o panfleto (*tract*), cartazes, guias turísticos, etc. já estão deixando de ser considerados enunciados de pouco prestígio e cada vez mais estão sendo objeto de interesse de escolas de jornalismo, de ciências políticas, de comércio, de comunicação, etc. e mesmo nas Faculdades de Letras e de línguas tradicionais, onde se desenvolvem novas especializações e aplicações. Contudo, pode-se concluir que é evidente a insuficiência (e mesmo ausência) de trabalhos que tratam do “panfleto” como gênero discursivo tanto na França como no Brasil.

1.3. Importância dos panfletos políticos da campanha eleitoral de 1998.

Os panfletos políticos produzidos durante a campanha eleitoral de 1998 são importantes não apenas por serem uma amostra dos inusitados acontecimentos políticos e sócio-econômicos; ou pela grande produção e intensa distribuição, mas, essencialmente, pela rica e variada tipologia produzida, o que me permitirá analisar, além de demonstrar, o trabalho inventivo do sujeito, como também, mostrar que o panfleto constitui um gênero de discurso.

Para atingir o objetivo proposto acima (e em outros lugares desta investigação), analisarei o funcionamento discursivo dos panfletos políticos, produzidos durante o ano eleitoral de 1998, pelas duas principais frentes políticas ideologicamente diferentes que se enfrentaram na disputa do cargo de Presidente da República Federativa do Brasil e que receberam as maiores votações dos eleitores, que foram:

■ A *frente de centro - direita (doravante FCD)*: frente situacionista, visto que o presidente era candidato à reeleição, chamada de *Coligação União, Trabalho e Progresso*, composta pelos partidos políticos: Partido Social Democrata Brasileiro - *PSDB*, Partido da Frente Liberal - *PFL*, Partido Progressista Brasileiro - *PPB*, Partido Trabalhista Brasileiro - *PTB*, Partido Social Democrata - *PSD*, Partido Popular Social - *PPS*. A *FCD* tinha como candidato o Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso (FHC), filiado ao PSDB, que tentava a reeleição;

■ A *frente de esquerda (doravante FE)*: frente oposicionista chamada de coligação *União do Povo Muda Brasil*, composta pelos seguintes partidos políticos: Partido dos Trabalhadores - *PT*, Partido Democrata Trabalhista - *PDT*, Partido Socialista Brasileiro - *PSB*, Partido Comunista do Brasil - *PC do B*, Partido Comunista Brasileiro - *PCB*. A *FE* tinha como candidato o presidente de honra do PT, Luís Inácio Lula da Silva (Lula) que pleiteava a presidência da República pela terceira vez.

IV. O Corpus

O *corpus* desta pesquisa compreende dois conjuntos:

1) o primeiro, chamado de principal, é constituído pelos panfletos políticos, produzidos em Brasília (por ser a capital do país) e na cidade de São Paulo (por ser o maior colégio eleitoral do Brasil), durante a campanha eleitoral para o cargo de Presidente da República, no ano de 1998;

2) o segundo, chamado de auxiliar, reúne os demais panfletos políticos produzidos, em 1998, ano de campanha, também, para os cargos de governador, senador, deputado federal, deputado distrital e estadual.

Nesse período eleitoral, os candidatos individualmente e em grupos produziram textos escritos, como os chamados santinhos, cédulas, mosquitinhos, cartas abertas, manifestos, etc., que postulo constituírem panfletos políticos.

O corpus discursivo desta investigação abrange 41 (quarenta e um) panfletos.

As seqüências discursivas significativas para a análise serão identificadas dentro de parênteses por siglas referentes aos tipos de panfletos: santinho (*ST*), cédula (*CD*),

mosquitinho (*MQT*), panfleto de contestação (*PC*) e panfleto de desqualificação do adversário (*PDA*).

Cada seqüência discursiva também será seguida de um número de identificação e da página onde se encontra no texto original. Alguns panfletos, ou parte deles, estão *scaneados* e estão no corpo do texto. Em anexo, encontrar-se-á uma lista dos textos citados.

V. Metodologia

Entendo por metodologia a postura filosófica que guia uma investigação e da qual decorreram os procedimentos técnicos que se tornam visíveis na própria construção do trabalho.

Um dos primeiros pontos da metodologia surgiu com a inquietação gerada pela preocupação de me aproximar do objeto de estudo, fundamentada em um referencial teórico, que me possibilitasse reunir, selecionar e analisar dados de uma determinada forma para compreender o sujeito inventivo na linguagem, visto que, de acordo Geraldí (1996:20-1), no agenciamento dos recursos expressivos que mobilizam o sujeito e que ele mobiliza,

“há ações que se realizam com a linguagem (avaliar, persuadir, informar, divertir, convencer, doutrinar, seduzir etc.), há ações que se realizam sobre a linguagem, criando novos recursos expressivos a partir daqueles já existentes (especialmente através dos processos metafóricos e metonímicos, mas também através de paráfrases, paródias e mesmo utilizando-se da produtividade dos processos de formação de palavras e dos processos de estruturação sintática), e há ações da

linguagem que delimitam sistemas antropoculturais de referência através da estrutura categorial, estilo de pensamento socialmente condicionado, incluindo ideologias e utopias, que internalizamos nos processos interativos de que participamos e que Lövy (1989) chamará de visões de mundo”.

Para Geraldi (1996:21), há nos discursos a possibilidade de detectar esse movimento entre a memória do passado (ideologias) e uma memória do futuro (utopias), visto que “ele é resultado dos cálculos de horizontes de possibilidades que dão significado ao dizer, aqui e agora, o que se diz e como se diz”.

Já que AD francesa se constitui em uma antropofagia em relação aos outros discursos (é autoritária, pois demonstra que o outro não existe) e, como, esta pesquisa questiona o tratamento reducionista que a AD francesa dá ao discurso e ao sujeito, isso implica, necessariamente, como diz Geraldi (1996:18), “recorrer a outras fontes, construir outras categorias analíticas e inventar outros procedimentos metodológicos, escolhendo outros companheiros de viagem [...]”. Assim sendo, mobilizarei esforços, buscando outras direções, novas re-orientações.

1. A Análise Discursiva

Diante do que já foi exposto, e, sobretudo, como se pode ver no capítulo 1, a escola francesa de análise do discurso não tem pertinência para minha proposta de análise. A chamada “Escola francesa”, no sentido estrito, perdeu sua hegemonia em decorrência de vários aspectos, dentre eles o desenvolvimento de concepções sobre a discursividade por correntes enunciativas e pragmáticas.

O que resta, hoje, de acordo com Maingueneau (1991), é uma maneira de praticar análise do discurso de “tendência francesa”, que possui uma certa especificidade, mas a noção de “Escola” perdeu sua coerência. O referido autor (p.24) isola quatro traços que lhe parecem significativos para caracterizar a tendência francesa de análise do discurso: 1) um interesse por *corpus* relativamente coeso; 2) uma preocupação com a materialidade lingüística; 3) uma relação privilegiada com as problemáticas da enunciação lingüística, inseparável de uma reflexão sobre o Sujeito; 4) afirmação de uma primazia do interdiscurso sobre o discurso.

Como, nesta investigação, pretendo realizar uma reflexão sobre o estatuto do sujeito e descrever o funcionamento de um gênero - panfleto -, a perspectiva discursiva apresenta-se como uma dimensão teórica que permite desvendar aspectos importantes sobre o funcionamento da linguagem. Devido ao fato de o interesse principal desta pesquisa ser o trabalho lingüístico do sujeito, realizar uma análise discursiva implica considerar, na análise, fatores externos à língua, incluir a organização social mais ampla, em que os discursos foram produzidos. Os aspectos sociais, culturais e morais, da sociedade podem revelar as concepções sobre homem, instituições vigentes, etc. e contribuir para entender os diversos tipos de panfletos, os temas, os slogans, as caricaturas, as sátiras, as polêmicas, etc.

Pode-se dizer que a análise discursiva que pretendo realizar pertence à tendência francesa no que se refere à consideração, na análise, das dimensões social, histórica, ideológica e cultural da linguagem. Farei isso, entretanto, a partir de outro arcabouço teórico (e não do lacaniano-althusseriano), que contempla os princípios bakhtinianos e a

teoria de De Certeau, que vinculam o sujeito e o sentido, sendo que o primeiro é, ao mesmo tempo, uma dimensão subjetiva e ativa.

2. O quadro teórico

Analisar o funcionamento de panfletos políticos para compreender a constituição do sujeito e do sentido supõe uma teoria do sujeito. Para isso, esta investigação tem como principais pontos de ancoragem os princípios teórico-metodológicos de Bakhtin (um filósofo da linguagem) e de De Certeau (um historiador e estudioso da cultura).

O aparato teórico comporta basicamente os procedimentos de Bakhtin e de De Certeau como sustentáculos de uma concepção discursiva do funcionamento dos panfletos políticos a partir da polêmica, da sátira, da caricatura, etc. Entretanto, minha base teórica dialoga necessariamente com outros autores ao longo do percurso do trabalho.

Uma explicitação mais aprofundada do porquê da construção de uma outra proposta de análise foi desenvolvida no capítulo 1 desta tese, constituindo um ensaio crítico sobre uma reflexão epistemológica da AD francesa.

No capítulo 1, a partir da reflexão epistemológica realizada, conclui-se que, apesar dos esforços e dos avanços dos teóricos da AD francesa para constituir uma teoria não positivista no estudo da linguagem, percebe-se que esse modelo falhou no seu intento, assim como sua relação próxima com o modelo cientificista das ciências humanas. Dessa forma, é preciso romper com o modelo cristalizado da Análise do Discurso francesa para compreender o trabalho inventivo do sujeito.

Diante desse quadro, eu me pergunto: como construirei meu aparelho conceptual e com que procedimentos metodológicos trabalharei, de forma que o sujeito possa ser resgatado em sua totalidade histórica, social, cultural; de forma que o sujeito possa ser resgatado em relação ao seu papel como sujeito *da* linguagem e *na* linguagem?

Ser sujeito significa colocar-se como autor das transformações sociais; de poder se constituir, e, por meio das *artes do fazer*, reinventar o cotidiano, a linguagem, os sentidos, a prática política, etc.

O enfoque metodológico para dar conta da empreitada acima será construído a partir da contribuição teórica de Bakhtin (1992b) sobre a concepção de texto (discurso ou enunciado) como objeto das ciências humanas, que conduz a um redirecionamento do pensamento no interior das ciências humanas do ponto de vista metodológico. Por um lado, a realização deste redirecionamento se dá por romper com as abordagens positivistas no interior das ciências humanas. E, por outro, pelo fato de se poder refletir sobre as questões da linguagem a partir da compreensão da complexidade, cada dia maior, da experiência do homem num mundo em permanente transformação.

VI. As teorias de Mikhail Bakhtin e Michel de Certeau

Para chegar até Bakhtin e Michel de Certeau, parti de análise da situação das ciências humanas e de uma análise epistemológica da AD francesa (capítulo 1), situando nesse espaço meu objeto de estudo. Minha opção pelas abordagens desses autores foi decorrência, de um lado, dos reducionismos positivistas da AD e, por outro, da possibilidade de empreender um outro caminho a partir de duas teorias que possuem uma

base teórica que critica as interpretações positivistas e desenvolvem uma outra perspectiva sobre o homem, a linguagem, a cultura, etc., a partir da história, da dialética. As teorias de Bakhtin e de De Certeau possibilitam trabalhar no espaço da interdisciplinaridade no qual a análise discursiva pode estar situada.

Apresento, neste tópico, os princípios teórico-metodológicos que fundamentam o presente estudo, colocando - repito - em foco o trabalho do sujeito na linguagem. Para isso, o quadro teórico tem como principais pontos de ancoragem aqueles organizados por Mikahil Bakhtin a respeito do caráter dialógico e ideológico do signo lingüístico e as considerações de Michel de Certeau sobre a inventividade: astúcias sutis, as táticas de resistência que definem a arte de viver na sociedade de consumo. A adoção desse arcabouço teórico-metodológico de análise, que apresentarei em seguida, reflete, além do meu percurso teórico e profissional - que tem como pressuposto a linguagem como uma construção social -, minha postura diante do mundo, que concebe a possibilidade de o homem se constituir e de reinventar a si e à sociedade constantemente.

Explicitando, neste tópico, os autores (*os companheiros de viagem*) escolhidos, primeiro, exporei, de forma resumida, como cada um dos autores, a seu modo, desenvolveu sua teoria. Em seguida, buscarei articular um diálogo entre as concepções dos dois autores. Finalizarei construindo um conjunto de concepções e categorias de análise.

1. O Pensamento de Bakhtin

Neste tópico, meu procedimento será fazer uma introdução concisa do pensamento de Mikhail Bakhtin fundamentada em Todorov (1992). Depois dialogarei com seus escritos.

Escolhi Bakhtin e penetrarei em suas idéias não somente por meio de seus textos, mas também por meio de textos de autores que escrevem sobre ele. Interessam-me suas concepções relacionadas à linguagem, centrando-me em sua abordagem dialética a partir de suas considerações sobre o caráter ideológico do signo lingüístico e da natureza eminentemente semiótica (e ideológica) da consciência.

Todorov (1979) destaca que a unidade da obra de Bakhtin está em sua concepção de que o *inter-humano é constitutivo do ser humano*: a multiplicidade dos homens é a verdade do próprio ser do homem. Para Todorov (1979:14), Bakhtin

“não cessou de procurar o que pode nos parecer agora diferentes linguagens destinadas a afirmar um único e mesmo pensamento. Poderíamos, desse ponto de vista, distinguir quatro grandes períodos (quatro linguagens), conforme a natureza do campo em que ele observa a ação desse pensamento: fenomenológico; sociológico; lingüístico; histórico-literário. No decorrer de um quinto período (os últimos anos), Bakhtin tenta a síntese dessas quatro linguagens diferentes”.

Dessa forma, percebe-se que a *arquitetônica*, ou construção, da obra de Bakhtin não é unívoca. Os matizes de sua trajetória intelectual podem ser sintetizados, segundo Todorov (1979), do seguinte modo:

1. Período *fenomenológico* - é representado pelo primeiro livro de Bakhtin, consagrado à relação entre autor e herói, que ele considera como um caso particular da relação entre dois seres humanos e concentra-se nessa análise. Defende que tal relação é “indispensável [...] para que o ser humano se constitua num todo, pois o acabamento só pode vir do exterior, através do olhar do outro” (Todorov, 1979:14). O trabalho de demonstração de Bakhtin compreende dois planos da pessoa humana. O primeiro, *espacial*, é o do corpo: “ora, meu corpo só se torna um todo se é visto de fora, ou num espelho (ao passo que vejo, sem menor problema, o corpo dos outros como um todo acabado)” (p.14). O segundo é *temporal*, e

“relaciona-se à ‘alma’: apenas meu nascimento e minha morte me constituem em um todo; ora, por definição, minha consciência não pode conhecê-los por dentro. Logo, o outro é ao mesmo tempo constitutivo do ser e fundamentalmente assimétrico em relação a ele: a pluralidade dos homens encontra seu sentido não numa multiplicação quantitativa dos ‘eu’, mas naquilo em que cada um é o complemento necessário do outro” (p.14-5).

2. Período *sociológico e marxista* - o coroamento deste período é representado pelos livros assinados pelos amigos e colaboradores de Bakhtin. Ele e seus amigos se posicionam contra: a *psicologia* e a *lingüística subjetivas* por procederem como se o homem estivessem sozinho no mundo; as *teorias empiristas* por se limitarem ao conhecimento dos produtos observáveis da interação humana. Para o grupo bakhtiniano o social tem caráter primordial: “a linguagem e o pensamento, constitutivos do homem, são necessariamente inter-subjetivos” (p.14).

3. Período *lingüístico* - após suas críticas à lingüística estrutural e à poética formalista - por reduzirem a linguagem a um código e negarem o discurso como uma ponte lançada entre duas pessoas socialmente constituídas -, Bakhtin se empenha em lançar as bases de uma nova lingüística, chamada de “translingüística” (para Todorov seria a “pragmática” e Barros (1996:23) opta por teoria do discurso⁵), cujo objeto não é mais o enunciado, mas a enunciação, isto é, a *interação verbal*. Bakhtin formula propostas produtivas para o estudo da interação verbal na última parte de seu Dostoievski e no ensaio sobre “*O discurso no romance*”. Ele analisa, em particular, a forma pela qual “as vozes dos outros - autores anteriores, destinatários hipotéticos - misturam-se à voz do sujeito explícito da enunciação” (p.15).

4. Período *histórico-literário* - inicia-se nos anos trinta. Comporta dois grandes livros, um sobre Goethe e outro sobre Rabelais. Para Todorov (1979:15),

“Bakhtin constata que a literatura sempre jogou com a pluralidade de vozes, presentes na consciência dos locutores, mas de duas formas diferentes: ou o discurso da obra é em si mesmo homogêneo, mas se opõe em bloco às normas lingüísticas gerais; ou então a diversidade do discurso (a ‘heterologia’) se encontra representada no próprio interior do texto”.

É justamente a essa segunda tradição que Bakhtin dá atenção especial não apenas dentro da literatura, mas também fora. Como resultado, tem-se os estudos das festas populares, do carnaval e da história do riso, que ele desenvolveu.

5.Segundo a autora, atualmente, o nome mais adequado é teoria do discurso como correspondente da metalingüística de Bakhtin, visto que “as diferentes pragmáticas que conhecemos tratam apenas de algumas das questões que Bakhtin desenvolve na sua translingüística. As atuais teorias do discurso parecem-me mais abrangentes e mais próximas, portanto, das reflexões do autor”.

Todas essa linguagens afirmam o pensamento condutor da obra bakhtiniana: a irredutibilidade da entidade transindividual. Todas essas vastas explorações participam do projeto comum de Bakhtin.

Para os propósitos desta investigação, o que segue não é uma análise exaustiva da obra bakhtiniana. Trata-se, antes, de um diálogo com sua obra. O meu interesse é explorar o potencial analítico dos conceitos e da metodologia de Bakhtin.

Bakhtin é um dos maiores pensadores do século XX e um teórico fundamental da língua. Em *Marxismo e filosofia da linguagem* está sua teoria da linguagem e do dialogismo. Bakhtin enfatizou a heterogeneidade concreta da *parole*, ou seja, a complexidade multiforme das manifestações de linguagem em situações sociais concretas, diferentemente de Saussure e dos estruturalistas, que privilegiam a *langue*, isto é, o sistema abstrato da língua, com suas características formais passíveis de serem repetidas. Bakhtin concebe a linguagem não só como um sistema abstrato, mas também como uma criação coletiva, integrante de um diálogo cumulativo entre o “eu” e o “outro”, entre muitos “eus” e muitos “outros”.

Meu objetivo aqui é compreender alguns conceitos e categorias de análise para esta investigação. Apontarei percursos a partir dos textos de Bakhtin e de textos de autores que escreveram sobre ele. Interessam-me principalmente suas concepções relacionadas à interação verbal, ao dialogismo, à repetição, à constituição, ao sujeito, etc. Para isso, seguirei as trilhas das diversas obras, de forma a construir e desenvolver os temas necessários à análise, visto ser fato que nos textos de Bakhtin, os conceitos não seguem uma rede temática estritamente definida como os manuais, e seus escritos não convergem para um fechamento. Exercitando o próprio percurso não-linear, mas dialógico

das idéias, os conceitos bakhtinianos são lidos na rede textual que constitui o conjunto arquitetônico de suas formulações. Afinal, neste trabalho, trata-se não de fazer uma exposição sobre a teoria de Bakhtin, mas de compreender a construção de determinados conceitos e categorias a partir de posicionamentos bem determinados presentes na rede interativa de seus escritos.

A linguagem constitui a centralidade da obra de Bakhtin. Para ele, ao delimitar a linguagem como objeto de estudo específico, há, na filosofia da linguagem e nas divisões correspondentes da lingüística geral, duas orientações principais. À primeira, ele chama de subjetivismo idealista e, à segunda, de objetivismo abstrato. Então, *o que é a linguagem para Bakhtin?* ou *o que é a palavra?*

Para responder à pergunta acima, antes, descreverei a crítica radical que Bakhtin faz às duas correntes teóricas principais do pensamento filosófico-lingüístico, não só vigentes em seu tempo, mas também na lingüística contemporânea: o subjetivismo idealista e o objetivismo abstrato. É a partir dessa análise crítica e fundamentado no materialismo histórico que ele constrói sua concepção de linguagem e seus conceitos fundamentais.

1.1. As linhas mestras do pensamento filosófico-lingüístico

A exposição sobre as duas principais correntes que orientam o pensamento filosófico-lingüístico está em *Marxismo e filosofia da linguagem* (Bakhtin/Voloshinov, 1992a:72-109). Nele, Bakhtin intervém na tradição contemporânea que defende a idéia de

que a linguagem estrutura tão completamente nossa compreensão do mundo que a realidade pode ser considerada, em parte, um efeito da convenção lingüística.

a) Subjetivismo idealista

Na perspectiva de Bakhtin, o *subjetivismo idealista* se interessa pelo ato de fala, de criação individual, como fundamento da língua - esta se constitui em um fluxo ininterrupto de atos de fala.

O ato significativo, nessa perspectiva, é reduzido à criação individual em que a língua é considerada como produto acabado, sistema estável (léxico, gramática, fonética), depósito inerte, um instrumento pronto para ser usado.

A criação lingüística é uma criação análoga à artística e à estética. A lingüística é, dessa maneira, considerada como ciência da expressão e suas leis são as leis da psicologia individual. Os aspectos físicos, políticos, econômicos não têm importância direta para o lingüista. A tarefa deste último tem “um caráter preliminar, construtivo, descritivo, classificatório, e limita-se simplesmente a preparar a explicação exaustiva do fato lingüístico como proveniente de um ato de criação individual, ou então a servir a finalidades práticas de aquisição de uma língua dada” (Bakhtin, 1992a:72). Assim, são dicotomizados os aspectos interior e exterior em que a primazia é do interior, do subjetivo.

Para Bakhtin, (1992a:72), as posições fundamentais do subjetivismo idealista, quanto à *língua*, podem ser resumidas nas quatro proposições seguintes:

1. *“A língua é uma atividade, um processo criativo ininterrupto de construção (“energia”), que se materializa sob a forma de atos individuais de fala.*
2. *As leis da criação lingüística são essencialmente as leis da psicologia individual.*
3. *A criação lingüística é uma criação significativa, análoga à criação artística.*
4. *A língua, enquanto produto acabado (“ergon”), enquanto sistema estável (léxico, gramática, fonética), apresenta-se como um depósito inerte, tal como a lava fria da criação lingüística, abstratamente construída pelos lingüistas com vistas à sua aquisição prática como instrumento pronto para ser usado”.*

Enfim, para essa escola, o motor principal da criação é, como afirma Bakhtin, o gosto lingüístico, variedade particular do gosto artístico.

b) Objetivismo abstrato

Segundo Bakhtin, do ponto de vista do *objetivismo abstrato*, as leis que governam o sistema da língua são puramente *imanes e específicas*, irredutíveis a leis ideológicas, artísticas ou a quaisquer outras - não dependem da consciência individual. Em tal sistema,

“o indivíduo tem que tomá-lo e assimilá-lo no seu conjunto, tal como ele é. Não há lugar, aqui, para quaisquer distinções ideológicas, de caráter apreciativo: é pior, é melhor, belo ou repugnante, etc. Na verdade só existe um critério lingüístico: está certo ou errado; além do mais, por correção lingüística deve-se entender apenas a conformidade a uma norma do sistema normativo da língua” (Bakhtin/Voloshinov, 1992a:79).

A história de uma língua, para esta segunda orientação do pensamento filosófico-lingüístico, constitui um fosso com o presente da língua. Para Bakhtin/Voloshinov (1992a:80) “entre a lógica que governa o sistema de formas lingüísticas num determinado momento da história e a lógica (ou antes, a ausência de lógica) da evolução histórica destas formas, nada pode haver nada de comum [...]”; não há nenhum vínculo. A argumentação fundamental dessa perspectiva torna o fosso dialético um fosso intransponível. Segundo Bakhtin/Voloshinov (1992a:81),

“as duas esferas são regidas por leis completamente diferentes, por fatores heterogêneos. O que torna a língua significante e coerente no quadro sincrônico é excluído e inútil no quadro diacrônico. O presente da língua e sua história não se entendem entre si, são ambos incapazes de se entenderem”.

De acordo com Bakhtin, as considerações principais podem ser sintetizadas nas seguintes proposições essenciais:

1. “A língua é um sistema estável, imutável, de formas lingüísticas submetidas a uma norma fornecida;
2. As leis da língua são essencialmente leis lingüísticas específicas, que estabelecem ligações entre os signos lingüísticos no interior de um sistema fechado. Estas leis são objetivas relativamente a toda consciência subjetiva;
3. As ligações lingüísticas específicas nada têm a ver com valores ideológicos (artísticos, cognitivos ou outros). Não se encontra, na base, nenhum motor ideológico. Entre a palavra e seu sentido não existe vínculo natural e compreensível para a consciência, nem vínculo artístico;

4. Os atos individuais da fala constituem, do ponto de vista da língua, simples refrações ou variações fortuitas ou mesmo deformações das formas normativas. Mas são justamente estes fatos individuais de fala que explicam a mudança histórica das formas da língua; enquanto tal, a mudança é, do ponto de vista do sistema, irracional e mesmo desprovida de sentido. *Entre o sistema da língua e sua história não existe nem vínculo nem afinidade de motivos. Eles são estranhos entre si*”.

Essas quatro proposições que resumem o objetivismo abstrato constituem a antítese das quatro proposições do subjetivismo idealista.

O traçado histórico da segunda orientação tem suas raízes no racionalismo dos séculos XVII e XVIII - neste último, desenvolvido de forma simplificada pelos filósofos do Século das Luzes, primeiramente na França que constitui ainda um terreno fértil. Tais raízes mergulham no solo fecundo do cartesianismo.

De acordo com Bakhtin, conceber a língua como convencional, arbitrária, é característica da corrente racionalista, assim como o paralelo estabelecido entre o código lingüístico e o matemático.

O pensamento dos racionalistas é orientado para a matemática; o que lhes interessa é “a relação *de signo para signo* no interior de um sistema *fechado*, e não obstante aceito e integrado” (Bakhtin/Voloshinov, 1992a: 83). Não se interessam sobre a relação do signo com a realidade por ele refletida ou com o indivíduo que o engendra. Ou seja, aos racionalistas, de acordo com Bakhtin/Voloshinov (1992a:83), “só interessa a lógica interna do próprio sistema de signos” - este considerado, como na lógica, totalmente independente das significações ideológicas que a ele se ligam.

Apesar de os racionalistas levarem em conta o ponto de vista do receptor, nunca levam em conta o do locutor enquanto sujeito que exprime sua vida interior, visto que o signo matemático é menos passível do que qualquer outro de ser interpretado como expressão do psiquismo individual. “O signo matemático era, para os racionalistas, o signo por excelência, o modelo semiótico, inclusive para a língua. São precisamente essas idéias que se acham claramente expressas no conceito leibniziano da gramática universal” (Bakhtin/Voloshinov, 1992a:84).

Na caracterização das idéias do objetivismo abstrato, na época contemporânea, Bakhtin considera a escola de Genebra, com Ferdinand de Saussure, como a mais brilhante expressão. E por isso centralizou sua crítica ao objetivismo abstrato nas posições filosófico-lingüísticas de base, de Saussure.

Bakhtin combate o princípio de Saussure de uma tríplice distinção: a linguagem, a língua (como sistema de formas) e a fala (o ato da enunciação individual). Para Saussure, a língua e a fala são os elementos constitutivos da linguagem. Esta não pode ser o objeto da lingüística. A fala não poderia sê-lo porque nela “os elementos que concernem à lingüística são constituídos apenas pelas formas normativas da língua que aí se manifestam. Todo o resto é acessório e acidental” (Bakhtin/Voloshinov, 1992a:87). A fala é absolutamente individual. Dessa forma, só a língua, enquanto objeto externo, seria objeto da lingüística. Como veremos no tópico sobre a interação verbal, Bakhtin diminui a importância do sistema da língua como modelo abstrato, e enfatiza o discurso vivido e partilhado por seres humanos no processo de interação social.

Em sua crítica ao objetivismo abstrato, Bakhtin faz o seguinte questionamento: “em que medida um sistema de normas imutáveis - isto é, um sistema de língua, segundo os representantes da segunda orientação - conforma-se à realidade?”

Os representantes do objetivismo abstrato acentuam que o sistema lingüístico constitui um fato objetivo externo à consciência individual e independente desta - e isto representa uma de suas posições fundamentais. No entanto, para Bakhtin/Voloshinov (1992a:90-1),

“é só para a consciência individual, e do ponto de vista dela, que a língua se apresenta como sistema de normas rígidas e imutáveis. [...] Na verdade, se fizermos abstração da consciência individual subjetiva e lançarmos sobre a língua um olhar verdadeiramente objetivo [...] depararemos com a evolução ininterrupta das normas da língua. [...] Para o observador que enfoca a língua de cima, o lapso de tempo em cujos limites é possível construir um sistema sincrônico não passa de ficção. [...] O sistema sincrônico da língua só existe do ponto de vista da consciência subjetiva do locutor de uma dada comunidade lingüística num dado momento da história. [...] Dizer que a língua, como sistema de normas imutáveis e incontestáveis, possui uma existência objetiva é cometer um grave erro”.

Para Bakhtin/Voloshinov, a relação entre consciência subjetiva e a língua, como sistema objetivo, não está desprovida de qualquer objetividade. Mas essa relação precisa ser compreendida corretamente para ser considerada um fato objetivo. Segundo Bakhtin/Voloshinov (1992a:91), “exprime-se uma relação perfeitamente objetiva quando se diz que a língua constitui, relativamente à consciência individual, um sistema de normas imutáveis, que este é o modo de existência da língua para todo membro de uma comunidade dada”.

Bakhtin/Voloshinov (1992a:92) considera que o objetivismo abstrato não captou corretamente o ponto de vista da consciência subjetiva do locutor (Saussure enfatiza que os fatores fonéticos, gramaticais e léxicos permanecem idênticos e, portanto, universais para todos os enunciados), pois “a consciência subjetiva do locutor não se utiliza da língua como um sistema de formas normativas”.

Segundo o objetivismo abstrato, o locutor serve-se da língua para suas necessidades concretas. Ele utiliza as formas normativas num determinado contexto concreto, pois, para ele, o centro de gravidade da língua está na nova significação que essa forma adquire no contexto. De acordo com Bakhtin/Voloshinov (1992a:92-3),

“para o locutor o que importa é aquilo que permite que a forma lingüística figure num dado contexto, aquilo que a torna um signo adequado às condições de uma situação concreta dada. Para o locutor, a forma lingüística não tem importância enquanto sinal estável e sempre igual a si mesmo, mas somente enquanto signo sempre variável e flexível”.

O locutor leva em consideração o ponto de vista do receptor. Bakhtin pergunta se seria aqui que a norma lingüística entraria em jogo. Ele responde que não e diz:

“o essencial na tarefa de decodificação não consiste em reconhecer a forma utilizada, mas compreendê-la num contexto preciso, compreender sua significação numa enunciação particular. Em suma, trata-se de perceber seu caráter de novidade e não somente sua conformidade à norma”.

Para Bakhtin/Voloshinov, na prática viva da língua, a consciência lingüística do locutor e do receptor tem a ver sempre com a linguagem e não com um sistema abstrato

de normas porque “na realidade não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial” (1992a:95). A separação da linguagem de seu conteúdo ideológico ou vivencial é considerada, por Bakhtin/Voloshinov, como um dos erros mais grosseiros da lingüística formalista. Essa separação ocorre porque historicamente o objetivismo abstrato foi influenciado pela abordagem filológica.

Bakhtin mostra que, na base dos métodos que postulam a língua como sistema de formas normativas, estão os procedimentos práticos e teóricos elaborados para o estudo das línguas mortas, que se conservam em documentos escritos. Ou seja, essa perspectiva da linguagem como um sistema sincrônico estático tem seus fundamentos na nostalgia das línguas mortas, cujos sistemas eram fixos exatamente porque estavam mortos. A lingüística formalista é filha da filologia e submetida aos imperativos desta. Essa lingüística sempre se apoiou em enunciações constitutivas de monólogos mortos, ou seja, em *corpus* de enunciações.

A lingüística saussuriana perpetua os procedimentos da filologia. O filólogo-lingüista não considera o fato de que “toda enunciação não passa de um elo na cadeia dos atos de fala. Toda inscrição prolonga aquelas que a precederam, trava uma polêmica com elas, conta com as reações ativas da compreensão, antecipa-as” (Bakhtin/Voloshinov, 1992a:98). O filólogo-lingüista trata da enunciação desvinculando-a da esfera real, “apreende-a como um todo isolado que se basta a si mesmo, e não lhe aplica uma compreensão ideológica ativa, e sim, ao contrário, uma compreensão totalmente passiva [...]” (Bakhtin/Voloshinov, 1992a:98). Daí a crítica de Bakhtin à noção de *corpus*, como

prática reducionista que tende a reificar a linguagem. O *corpus* transforma as enunciações em monólogos. Com efeito, o procedimento dos lingüistas é o mesmo que o dos filólogos. Onde, de acordo com Yaguello (1992:16), “a idéia sempre reiterada de que o corpus, fundamento da lingüística descritiva e funcionalista, leva ao descritivismo abstrato e faz do signo um sinal (análise distribucional, estabelecimento de classes de contexto e de classes de unidade [...])”.

O objetivismo abstrato, por ter como base a filologia, não considera a enunciação e o contexto lingüístico e real ao refletir sobre a língua, tratando apenas de decifrá-la para ensiná-la. Tal procedimento resulta numa falsa concepção da compreensão como passiva. Para Bakhtin/Voloshinov, esse fato é resultado do papel que a palavra estrangeira adquiriu historicamente como veículo da civilização, da cultura, da religião, da organização política, fundindo-se com a idéia de poder, de força, de santidade, de verdade. Para ele, no entanto, é preciso perceber o “imenso papel ideológico da palavra estrangeira” (Bakhtin/Voloshinov, 1992a: 101).

A posição dos adeptos do objetivismo abstrato de tratar as línguas vivas como se fossem mortas e estrangeiras refletiu-se na maneira de conceber e ensinar a língua materna como se fosse uma língua estrangeira. Na verdade, segundo Bakhtin/Voloshinov (1992a: 108),

“os indivíduos não recebem a língua pronta para ser usada; eles penetram na corrente da comunicação verbal; ou melhor, somente quando mergulham nessa corrente é que sua consciência desperta e começa a operar. [...] Os sujeitos não ‘adquirem’ sua língua materna; é nela e por meio dela que ocorre o primeiro despertar da consciência”.

Bakhtin/Voloshinov conclui sua crítica epistemológica considerando que o subjetivismo idealista, ao reduzir a linguagem à enunciação monológica isolada, e o objetivismo abstrato, ao reduzir a linguagem a um sistema abstrato de formas, constituem um obstáculo a uma apreensão totalizante da linguagem. É importante ressaltar que as críticas feitas por Bakhtin ao subjetivismo idealista e ao objetivismo abstrato não têm como finalidade “demolir a perspectiva dos estudos lingüísticos e estilísticos longa e criteriosamente desenvolvidos por essas duas tendências” (Brait, 1997:99). Para Bakhtin/Voloshinov, a compreensão ampla da natureza da linguagem não está no meio dessas duas orientações; ela está além. Para superar, dialeticamente, essas posições dicotômicas, propôs a *interação verbal* por ser uma idêntica recusa tanto da tese como da antítese, e constituir uma síntese dialética.

1.2. Interação Verbal

O caráter interativo da linguagem é a base do arcabouço teórico bakhiniano. A linguagem é compreendida a partir de sua natureza sócio-histórica. A propósito, é significativa a seguinte afirmação de Bakhtin/Voloshinov (1992a:41): “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios”.

Para Bakhtin/Voloshinov, o ato de fala, ou exatamente, o seu produto, a enunciação, não pode ser considerado levando-se somente em consideração as condições psicofisiológicas do sujeito falante - apesar de não poder delas prescindir. *A enunciação é de natureza social* e para compreendê-la é necessário entender que ela acontece sempre

numa *interação*. A verdadeira substância da língua é constituída, para Bakhtin, “pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada por meio da *enunciação* ou das *enunciações*. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua” (1992a:123).

A enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados. A palavra dirige-se a um interlocutor real e variará em função desse: em relação ao grupo social a que ele pertence, aos laços sociais, etc. Não pode haver interlocutor abstrato, pois não teríamos linguagem com tal interlocutor, mesmo no sentido figurado. Entretanto,

“se algumas vezes temos a pretensão de pensar e de exprimir-nos *urbi et orbi*, na realidade é claro que vemos ‘a cidade e mundo’ através do prisma do meio social concreto que nos engloba. Na maior parte dos casos, é preciso supor além disso um certo *horizonte social* definido e estabelecido que determina a criação ideológica do grupo social e da época a que pertencemos, um horizonte contemporâneo da nossa literatura, da nossa ciência, da nossa moral, do nosso direito” (Bakhtin/Voloshinov, 1992a:112).

Uma das formas mais importantes da interação verbal é o diálogo, caracterizado não apenas como comunicação em voz alta, de pessoas face a face, mas toda comunicação verbal, de todo tipo. Qualquer enunciação constitui apenas uma fração da corrente da comunicação verbal ininterrupta (relativa à vida cotidiana, à literatura, ao conhecimento, à política, etc). Por sua vez a comunicação verbal ininterrupta constitui apenas um momento na evolução contínua e em todas as direções de um grupo social determinado.

Conforme Bakhtin/Voloshinov (1992a:124), a língua vive e evolui historicamente na comunicação social concreta. Dessa forma, para ele, a língua é vista a partir de uma perspectiva de totalidade, integrada à vida humana. A lingüística não pode dar conta de explicar um objeto multifacetado. Para explicar a dialogicidade, o aspecto lingüístico não é suficiente. Por isso, ele acrescenta o contextual e propõe assim uma disciplina, a metalingüística ou translingüística, para estudar o enunciado.

A abordagem que Bakhtin/Voloshinov propõe para o discurso - que ultrapassa os limites da lingüística - é a do estudo da própria enunciação. A estrutura da enunciação concreta é determinada inteiramente pelas relações sociais, ou seja, pela situação social mais imediata e pelo meio social mais amplo.

Para Bakhtin/Voloshinov, a enunciação é produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído por um representante ideal, mas que “não pode ultrapassar as fronteiras de uma classe e de uma época bem definidas” (1992a:112).

A palavra se orienta em função do interlocutor. Na realidade, a palavra comporta duas faces: procede de alguém e se dirige para alguém. Ela é o produto da interação do locutor e do interlocutor; ela serve de expressão a um em relação ao outro, em relação à coletividade. “A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra se apóia sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor” (Bakhtin/Voloshinov,1992a:113).

É a partir da concepção de linguagem de Bakhtin que nasce uma das categorias básicas de seu pensamento, que é o dialogismo. É a partir dela que ele estuda o discurso

interior, o monólogo, a comunicação diária, os vários gêneros de discurso, a literatura e outras manifestações culturais. Ele aborda o dito dentro e como réplica do já-dito.

1.3. Dialogismo

Olhar o mundo de um ponto de vista para melhor captar o movimento dos fenômenos em sua pluralidade e diversidade não é apenas a postura filosófica de Bakhtin, mas também, e principalmente, a orientação de seu sistema teórico fundado no dialogismo. Para Bakhtin, a atividade do diálogo e da criação do personagem no interior da literatura é modelar para o diálogo e a criação em todos domínios da vida. O autor da obra literária, assim como o eu concebido por Bakhtin é uma entidade dinâmica em interação com outros eus e personagens.

As idéias de Bakhtin sobre o homem e a vida são caracterizadas pelo princípio dialógico. A alteridade marca o ser humano, pois o outro é imprescindível para sua constituição. Como afirma Bakhtin, a vida é dialógica por natureza. Assim, a dialogia é o confronto das entoações e dos sistemas de valores que posicionam as mais variadas visões de mundo dentro de um campo de visão: “na vida agimos assim, julgando-nos do ponto de vista dos outros, tentando compreender, levar em conta o que é transcendente à nossa própria consciência: assim levamos em conta o valor conferido ao nosso aspecto em função da impressão que ele pode causar em outrem [...]” (Bakhtin/Voloshinov, 1992a:35-36).

Neste estudo, por questões de ordem metodológica, foram separadas as duas noções de dialogismo que permeiam os escritos de Bakhtin: diálogo entre interlocutores e diálogo entre discursos.

a) *Diálogo entre interlocutores*

A interação entre interlocutores é o princípio fundador da linguagem. É na relação entre sujeitos, ou seja, na produção e na interpretação dos textos que se constroem o sentido do texto, a significação das palavras e os próprios sujeitos. Com efeito, pode-se dizer que a intersubjetividade é anterior à subjetividade. Esta é o resultado da polifonia das muitas vozes sociais que cada indivíduo recebe, mas que tem a condição de reelaborar, pois como ensina Bakhtin/Voloshinov, “o ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também se refrata” (1992a:46).

Esses aspectos do dialogismo interacional de Bakhtin, assinalados acima, contribuem para a compreensão, dentre outras características do discurso, os simulacros e as avaliações entre os sujeitos. Destaque-se que a construção de tais características não são individuais, mas assentadas naquilo que Bakhtin denomina *horizonte ideológico*, ou seja, na relação entre sujeitos (entre interlocutores que interagem) e a dos sujeitos com a sociedade.

Stam (1992:17) mostra que, entre 1918 e 1924, Bakhtin, em uma série de ensaios sobre “Arte” e “Responsabilidade”, tem como tema central a natureza da relação entre o “eu” e o “outro”. Nesses ensaios, Bakhtin argumenta que cada um de nós ocupa um lugar e um tempo específicos no mundo, e que cada um de nós é responsável ou “respondível”

por nossas atividades. Estas ocorrem nas fronteiras entre o eu e o outro, e, portanto, a comunicação entre as pessoas tem uma importância fundamental.

b) *Diálogo entre discursos*

Enfatizei que Bakhtin considera o dialogismo como o princípio constitutivo da linguagem e como a condição do sentido do discurso. Dessa forma, o discurso não é individual tanto pelo fato de que ele se constrói entre, pelo menos, dois interlocutores que, por sua vez, são seres sociais; como pelo fato de que ele se constrói como um diálogo entre discursos, isto é, mantém relações com outros discursos. O discurso, para Bakhtin, é uma “construção híbrida”, (in) acabada por vozes em concorrência e sentidos em conflito.

O dialogismo é o permanente diálogo entre os diversos discursos que configuram uma sociedade, uma comunidade, uma cultura.

A linguagem é, portanto, essencialmente dialógica e complexa, pois nela se imprimem historicamente e pelo uso as relações dialógicas dos discursos. A palavra é sempre perpassada pela palavra do outro. Isso significa que o enunciador, ao construir seu discurso, leva em conta o discurso de outrem, que está sempre presente no seu.

A Análise do Discurso francesa a partir de Jacqueline Authier-Revuz, fundamentada, de um lado, no princípio dialógico bakhtiniano, e, por outro lado, a psicanálise de Lacan (sua análise do inconsciente) propõe o conceito de heterogeneidade da linguagem sob as formas marcadas e não-marcadas, que cindem o sujeito, tornando-o um efeito (Authier-Revuz, 1982,1992). Não me interessa aqui a questão dos tipos de

heterogeneidade. Meu objetivo é apenas localizar e enfatizar o que já foi discutido no capítulo 1.

É nesse quadro, portanto, que me interessam mais de perto as relações dialógicas que tomam forma e sentido nos panfletos políticos. Meu objetivo será analisar as vozes que estão impregnadas nos discursos, ou seja, os discursos que estão interagindo, mesmo que tal interação não esteja, algumas vezes, tão evidente ou explícita e que, no entanto, a partir dela, os sujeitos se constituem e mostram sua inventividade.

1.4. Repetição e criação

O enunciado verbal não é simples reflexo ou expressão de algo que lhe pré-existe; que está fora dele, dado e pronto. Para Bakhtin (1992b:348),

“o enunciado sempre cria algo que, antes dele, não existira, algo novo e irreproduzível, algo que está sempre relacionado com um valor (a verdade, o bem, a beleza, etc.). Entretanto, qualquer coisa criada se cria sempre a partir de uma coisa que é dada (a língua, o fenômeno observado na realidade, o sentimento vivido, o próprio sujeito falante, o que é já concluído em sua visão do mundo, etc.). O *dado* se transfigura no *criado*”.

Para Bakhtin, é mais fácil estudar, no *criado*, o que é o *dado*, como, por exemplo, os elementos de conjunto de uma visão do mundo, os fenômenos refletidos da realidade, etc., do que estudar o *criado*. Ele diz: “toda análise científica se resume, no mais das vezes, a descobrir o que já estava dado, já presente e pronto antes da obra [...]. É como se todo o dado se reconstruísse de novo no criado, se transfigurasse nele”

(Bakhtin,1992b:349). Dessa forma, tudo é reduzido ao dado prévio, ao já pronto. Na verdade, “o objeto vai edificando-se durante o processo criador, e o poeta também se cria, assim como sua visão do mundo e seus meios de expressão” (Bakhtin,1992b:349).

As possibilidades e as perspectivas que estão presentes nas palavras e nas formas concebidas como abreviaturas ou representante de um enunciado, de uma visão do mundo, de um ponto de vista, etc. reais ou virtuais são infinitas, segundo Bakhtin. Como se pode perceber, essa posição de Bakhtin é o oposto do posicionamento de Althusser e Pêcheux sobre a categoria sujeito. Com efeito, a categoria criação do Bakhtin se opõe a categoria do sujeito assujeitado, do lacano-althusserianismo, de Pêcheux.

Nos panfletos políticos, analisarei as informações e os sentidos que são repetidos em relação ao discurso vigente e que repete esse discurso. Entretanto, meu enfoque centrar-se-á nas formas de articulação para o novo, ou seja, naquilo que Bakhtin chama de *criado* e, como veremos, De Certeau chama de *invenção* - atividade realizada por um sujeito criativo e inventivo.

1.5. A constituição dialógica do sujeito bakhtiniano

Para Bakhtin, o reconhecimento do sujeito e do sentido são imprescindíveis para a constituição de ambos.

Bakhtin coloca em crise a unicidade do sujeito falante. Ele atribui ao sujeito um estatuto heterogêneo. O sujeito modifica seu discurso em função das intervenções dos outros discursos, sejam elas reais ou imaginadas. Portanto, o sujeito não é a fonte primeira do sentido.

Segundo Bakhtin, o sujeito emerge do outro. O sujeito bakhtiniano é dialógico e seu conhecimento é fundamentado no discurso que ele produz. Conforme Bakhtin, “não podemos perceber e estudar o sujeito enquanto tal, como se ele fosse uma coisa, já que ele não pode permanecer sujeito se ele não tem voz; por conseguinte, seu conhecimento só pode ser *dialógico*” (Bakhtin, *apud* Todorov, 1981:34).

O *eu*, para Bakhtin, não é monádico e nem autônomo (o *cogito* autocriador de Descartes). Ele existe a partir da do diálogo com os outros *eus*, necessita da colaboração de outros para poder definir-se e ser “autor” de si mesmo.

Com efeito, o sujeito dialógico bakhtiniano abala a concepção clássica do sujeito cartesiano, circunscrito em uma identidade permanente. O sujeito bakhtiniano é solidário das alteridades de seu discurso ao ser concebido numa partição de vozes concorrentes. Dessa forma, a idéia de sujeito de Bakhtin é uma negação do sujeito pensante de Descartes, ao mesmo tempo, que é o oposto do sujeito lacano-althusseriano da AD francesa, já que “a ‘palavra do outro’ se transforma, dialogicamente, para tornar-se ‘palavra pessoal-alheia’ com ajuda de outras ‘palavras do outro’, e depois, palavra pessoal (com, poder-se-ia dizer, a perda das aspas). A palavra já tem, então, um caráter criativo” (Bakhtin, 1992b:405-6).

Essa fundamentação do sujeito de Bakhtin na crítica radical do sujeito coisa abre uma perspectiva inovadora importante de conhecimento para a lingüística, pois propõe que o sujeito só pode ser teorizado como objeto de teoria, a não ser com a condição de ser reconstruído como tal, a partir da realidade das outras vozes de seu discurso. O sujeito bakhtiniano marca sua originalidade epistemológica por meio de um duplo deslocamento. Um que ancora a consciência na palavra: “a consciência de si é sempre verbal”

(Bakhtin/Voloshinov, 1980:183). E outro que ancora o sujeito na comunidade: “eu só pode se realizar no discurso, apoiando-se em nós” (Bakhtin, *apud* Todorov, 1981:68).

O sujeito não está pronto, acabado. É incompleto e está numa busca eterna de completude inconclusa.

1.6. Dialética, ideologia e marxismo

Bakhtin ao conceber a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação fez da dialética o seu método na construção de seu arcabouço teórico. A sua dialética é dialógica e está vinculada com a totalidade, com a história, com a interação social. Sua visão de mundo é pluralista e polifônica. Dessa forma, ao privilegiar uma visão mais comunitária da dialética social, Bakhtin afasta-se do marxismo clássico ao dar menos ênfase à determinação econômica.

Para Bakhtin, o homem constrói sua existência dentro das condições sócio-econômicas objetivas, de uma sociedade. Somente como membro de um grupo social, de uma classe social é que o indivíduo ascende a uma realidade histórica e a uma produtividade cultural. O nascimento físico não é uma condição suficiente para o homem ingressar na história, pois o animal também nasce fisicamente e não entra na história. “Portanto, é necessário, um segundo nascimento, um nascimento social. Não se nasce organismo biológico abstrato, mas camponês ou aristocrata, proletário ou burguês [...]” (Bakhtin/Voloshinov, 1980:34). Dessa forma, a ligação do homem à vida e à cultura se dá por meio da realidade social e histórica.

Nessa perspectiva, Bakhtin concebe a consciência como um fato sócio-ideológico. Para ele, a consciência só existe na medida em que se concretiza através de algum tipo de material semiótico, seja sob a forma de discurso interno, seja no processo de interação verbal com os outros. Com efeito, Bakhtin descentraliza a consciência individual da filosofia idealista e da visão psicologista da cultura que “afirmam que a ideologia é um fato de consciência e que o aspecto exterior do signo é simplesmente um revestimento, um meio técnico de realização do efeito interior, isto é, da compreensão” (Bakhtin/Voloshinov, 1992a:33). Para o referido autor, o verdadeiro lugar do ideológico é o material social particular de signos criados pelo homem. “Sua especificidade reside, precisamente, no fato de que ele se situa entre indivíduos organizados, sendo o meio de sua comunicação. Os signos só podem aparecer em um *terreno interindividual*” (Bakhtin/Voloshinov, 1992a:35).

Assim, segundo Stam (1992:30), Bakhtin, em sua crítica marxista do psicologismo, “desmascara o apreciado mito burguês da autonomia individual”.

Bakhtin critica também o marxismo vulgar, mecanicista por relegar o mundo dos signos e da ideologia a uma superestrutura determinada pela base econômica. Pois, para Bakhtin/Voloshinov (1992a:33), “cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade”. Dessa forma, Bakhtin não concebia a ideologia como falseamento da realidade ou falsa consciência. Para ele, o conceito de ideologia é mais abrangente, pois considera a contradição como constitutiva do produto ideológico, visto que este último “reflete e refrata uma outra realidade que lhe é exterior” (Bakhtin/Voloshinov, 1992a:31). Essa concepção supõe um movimento dialético com a infra-estrutura.

Como vimos, Bakhtin faz uma crítica marxista do psicologismo e mostra-se igualmente crítico em relação ao marxismo mecanicista.

O fenômeno ideológico por excelência e o modo mais puro e sensível de relação social são a palavra, ou seja, a linguagem no sentido mais amplo, de acordo com Bakhtin/Voloshinov (1992a:36). É na palavra que se revelam as formas básicas e ideológicas gerais da interação verbal. Dessa forma, “a concepção ampla que Bakhtin tem da linguagem torna-se um veículo para evitar a armadilha do economicismo mecanicista” (Stam, 1992:31).

Bakhtin critica a categoria da causalidade mecânica para explicar como a realidade (infra-estrutura) determina a ideologia. Para ele, “o ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas se refrata” e o que determina essa refração do ser no ideológico é confronto de interesses sociais, ou seja, a luta de classes. “Classes sociais diferentes servem-se de uma só e mesma língua. Conseqüentemente, *em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios*. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes” (Bakhtin/Voloshinov, 1992a :46).

Essa plurivalência social do signo ideológico é traço que torna o signo vivo, móvel e capaz de evoluir. No entanto, segundo Bakhtin/Voloshinov (1992a:47), essa mesma característica faz dele um instrumento de refração de deformação do ser: “a classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente”. Na realidade, para Bakhtin, todo signo ideológico vivo tem duas faces, mas essa *dialética interna* do signo não se revela inteiramente a não ser em épocas de crise social e de comoção revolucionária. Enfim, é

assim que, para Bakhtin/Voloshinov (1992a:47), “se apresenta o problema da relação entre infra-estrutura e as superestruturas”.

1.7. Cultura

A partir das categorias-chave de Bakhtin como dialogismo, interação verbal, ideologia, consciência, etc, analisados nos tópicos anteriores, pode-se perceber que a contribuição de Bakhtin à análise da produção cultural e das ciências humanas é uma visão transdisciplinar.

A noção de dialogismo, de acordo com Bakhtin, pressupõe uma cultura fundamentalmente não-unitária, na qual diferentes discursos existem em relações de trocas constantes e versáteis de oposição. Segundo Stam (1992:101), com essa noção, a maior contribuição de Bakhtin talvez seja de caráter político, pois implicitamente “critica o modelo stalinista do ‘realismo socialista’ (na época de Bakhtin) e o derrotismo implícito da escola de ‘ideologia dominante’ do marxismo althusseriano de nossa época”. No entanto, o pensamento crítico de Bakhtin não representa um recuo em relação ao radicalismo e sim um avanço por chamar atenção para todas as formas opressivas de poder e não apenas as que derivam de classe. Para Stam (1992), apesar de Bakhtin não se dirigir especificamente a todas as opressões, “uma política textual bakhtiniana favoreceria uma abertura à especificidade e diferença, recíproca e descentralizada; não aconselharia aos embates feministas, negros ou *gays* que ‘esperem sua vez’, até que a luta de classe atinja seus fins” (p.101).

Para Bakhtin, não há produção cultural fora da linguagem. O dialogismo opera dentro de qualquer produção cultural, seja letrada ou analfabeta, verbal ou não-verbal, elitista ou popular.

Até aqui, expus alguns conceitos do arcabouço bakhtiniano que acredito serem importantes para a análise dos panfletos políticos. A seguir exporei o pensamento de M. De Certeau.

2. A Teoria de Michel de Certeau

Na perspectiva em que situo a necessidade de se estudar o trabalho do sujeito na linguagem, pode parecer incoerente fundamentar esta tese em Michel de Certeau, por ele ser um historiador muito conhecido por seus estudos sobre os textos místicos desde a renascença até a era clássica. Entretanto, De Certeau é um *pensador no plural*. E sua pluralidade teórica é constituída justamente por sua incursão em várias áreas. Possuidor de sólida formação em Filosofia, Letras Clássicas, História e Teologia, interessou-se também pelos métodos da Antropologia, da Lingüística e da Psicanálise. Essa formação de Michel de Certeau proporcionou-lhe uma visão unitária das ciências humanas. Neste sentido, a sua interpretação das práticas culturais contemporâneas como uma criatividade oculta num emaranhado de astúcias silenciosas e sutis oferece para esta investigação um enfoque coerente e produtivo para demonstrar o trabalho do sujeito na linguagem.

A antropologia política de De Certeau, fora dos paradigmas cientificistas do número, dos quadros, e porcentagens e cujas idéias centrais estão em *A cultura no plural* - constituído a partir dos relatórios redigidos para *Arc-et-Senans* e de alguns trabalhos com

objetivo semelhante - e em *A invenção do cotidiano*, nos permite, de acordo com Giard (1995:14), “*inventar o possível*, ocupar um espaço de movimentação onde possa surgir uma liberdade”. Assim, a partir da construção teórica de De Certeau, serão elaborados conceitos e categorias de análises que permitirão a este estudo perceber as diferenças, a inventividade, na materialidade discursiva, onde outros só vêm obediência, uniformização, assujeitamento.

2.1. Posto de observação e elucidação

A especificidade da perspectiva de Michel de Certeau, ao estudar a história cultural e social, é construída, de acordo com Giard (1995:07), “no entrecruzamento das disciplinas e dos métodos, associando à história e à antropologia os conceitos e os procedimentos da filosofia, da lingüística e da psicanálise”. Tal procedimento não significa um ecletismo cômodo ou um sincretismo conciliador, mas como diz Giard (1995:08), o objetivo de De Certeau era “captar novamente cada momento histórico na multiplicidade de seus componentes e a contradição de seus conflitos e porque desconfiava da imposição anacrônica, às sociedades passadas, da grade que recorta atualmente os nossos conhecimentos”.

O posto de observação e de elucidação é voltado para o presente, para o constrangimento da nossa sociedade.

2.2. *Cultura*

O interesse de De Certeau não é a cultura erudita, nem a cultura conhecida como popular. A cultura erudita é considerada “em via de extinção”. Por isso, muitos falam da necessidade de “agora preservar as ruínas, ou de que vejam a tranqüilidade de um aquém da história, o horizonte de uma natureza ou de um paraíso perdido” (Certeau, 1995:56).

Michel de Certeau desqualifica a noção aceita de cultura popular, por ser uma construção deliberada e com fins políticos. As conotações do termo popular “estão associados ao natural, ao verdadeiro, ao ingênuo, ao espontâneo, à infância” (1995:63). O sentido político é evidente. A cultura das elites e as próprias elites se sentem ameaçadas tanto no que concerne às revoltas camponesas, às reivindicações regionais como no que concerne às classes trabalhadoras e *perigosas das cidades*. O que os estudos sobre a cultura popular perseguem é “a eliminação de uma ameaça popular” (1995:69).

A idealização da cultura popular “é o retorno a um povo ao qual se cortou a palavra para melhor domesticar” (1995:58). Retorna-se a uma pureza original dos campos, símbolo das virtudes preservadas desde os tempos mais antigos. Louva-se a inocência e o vigor da cultura popular para apressar a sua morte. O cientista, ao buscar uma cultura popular, não reencontra o povo. Os estudos da cultura popular são reservados aos letrados ou aos amadores. O povo é retirado. A cultura popular “tornou-se, então, um objeto de interesse porque seu perigo foi eliminado”.

2.3. *Elite/Massa*

A concepção de cultura de De Certeau parte, dentre outros aspectos, da análise da articulação elite/massa. Ele questiona o postulado dos eruditos que diz “que um fenômeno de massa se explica pela ação de uma elite” (1995:168). De acordo com esse postulado, uma elite perigosa é

“capaz de abarcar um grande número de manifestantes e de colocar em circulação idéias subversivas. Uma minoria pensante e ativa permitiria, sozinha, dar conta de um movimento maciço. Essa interpretação ressurgiu em diversos pontos do horizonte político ou científico (De Certeau,1995:166)”.

A multidão é, assim, concebida como passiva, arregimentada ou vítima, segundo os interesses dos líderes e dos benefícios que podem advir. Por isso, argumentam que é preciso protegê-la e orientá-la para a felicidade, substituindo os maus responsáveis pelos bons.

Para De Certeau (1995), essa visão estereotipada, que concebe tanto a massa, o campesinato, o povo em geral como uma força imobilista, se apóia, sem dúvida, no modelo cultural que postula, como evidência do espírito, que “os eruditos mudam o mundo [...]” (p.168). A sua cultura “cala o ‘resto’ porque se quer e se diz a origem do tudo” (p.168). Para essa concepção, a transmissão da cultura é feita segundo um modo *centrífugo*: “tudo vem do centro. Tudo parte do alto”. Ela segue uma via descendente e *hierárquica*. Vai das autoridades em geral “aos [...], segundo uma palavra técnica notável,

‘assujeitados’ (p.169)”. Portanto, para De Certeau, uma interpretação teórica está ligada ao poder de um grupo e à estrutura da sociedade onde ela conquistou esse lugar.

2.4. Cultura no singular e cultura no plural

A reflexão de De Certeau sobre a vida social e a inserção da cultura nessa vida constitui a questão central de *A cultura no plural*.

Com sua teoria, De Certeau (1995) opera um deslocamento na concepção de cultura, pois segundo ele,

“para que haja verdadeiramente cultura, não basta ser autor de práticas sociais; é preciso que essas práticas sociais tenham significado para aqueles que as realizam (p.141)”;

“[A cultura] é uma prática significativa. Ela consiste não em receber, mas em exercer a ação pela qual cada um *marca* aquilo que outros lhe dão para viver e pensar (p.143)”.

“A cultura é uma noite escura em que dormem as revoluções de há pouco, invisíveis, encerradas nas práticas -, mas pirilampos, e por vezes grandes pássaros noturnos, atravessam-na; aparecimentos e criações que delineiam a chance de um outro dia (p.239)”.

Dessa forma, sob a perspectiva de De Certeau, *toda cultura requer uma atividade, um trabalho*, uma forma específica de apropriação. Para M. de Certeau (1995:192), a cultura significa “mais do que um conjunto de ‘valores’ que devem ser defendidos ou idéias que devem ser promovidas. [Ela] tem hoje a conotação de um trabalho que deve ser realizado em toda extensão da vida social [...]”. Nas palavras de Giard (1995:10), “uma

adoção e uma transformação pessoais, um intercâmbio instaurado em um grupo social. Assim entendida, a cultura não é nem um tesouro a ser protegido dos danos do tempo, nem um ‘conjunto de valores a serem defendidos’.

A concepção de cultura como atividade social contemporânea combate ou se contrapõe à idéia de patrimônio defendida pelos louvadores da cultura erudita. Esta última De Certeau classifica de cultura no singular. Ele a ataca com vigor. Para ele, o modelo que pensa a cultura no singular é totalitário, pois traduz o singular de um meio, “traça em caracteres cifrados o privilégio das normas e dos valores próprios a uma categoria” (1995:227). Falar de cultura implica um “lugar especial que ocupamos e que nos determina na sociedade” (1995:228). Michel de Certeau rejeita assim a cultura no singular, pois esta sempre impõe a lei de um poder, e trabalha com outra concepção de cultura, centrada no *plural*, “que exige incessantemente um combate” (1995:242).

Conforme De Certeau (1995), as maneiras de utilizar o espaço, de viver o tempo, de ler os textos, de ver as imagens, enfim, tudo “aquilo que uma prática faz com os signos pré-fabricados, aquilo que estes se tornam para os usuários ou receptores, eis algo essencial que, no entanto permanece em grande parte ignorado” (p.234).

Seguindo a trilha das análises lúcidas e perspicazes de De Certeau sobre a cultura e as artes de fazer o cotidiano, pode-se postular, ao se tratar especificamente da linguagem, do sujeito e do seu discurso, que não se produzem apenas estagnações, reproduções, mas também mobilizações, deslocamentos, atividades que são indícios de ações do sujeito na materialidade discursiva, que uma perspectiva positivista e imanente não encontra ou ignora. A perspectiva da maquinaria discursiva (AD francesa) concebe as ações do sujeito

na materialidade discursiva como resultado exclusivo da própria atividade da língua, como é o caso de Gadet e Pêcheux (1981) em *La langue introuvable*.

Relativamente às estagnações, proliferam irrupções em cada cultura, que “designamos como criações [...]. Bolhas saltando do pântano, milhares de sóis explodindo e se apagando na superfície da sociedade. [...] Na realidade, a criação é uma proliferação disseminada. Ela germina” (Certeau, 1995:242).

Entretanto, para o modelo aristocrático e museográfico da produção durável, as criações são tomadas como prática do desvio, “figuram como exceções ou marginalismos. Uma ideologia de proprietários isola o ‘autor’, o ‘criador’ ou a ‘obra’” (De Certeau, 1995:242). Pode-se dizer, então, que uma ideologia da determinação e da reprodução nega a ação do sujeito na sociedade e na língua. Segundo De Certeau (1995:242), “esse modelo tem como origem um luto e como efeito um engodo: a apologia do ‘não-perecível’ tem como valores os mortos mais do que os vivos, os materiais resistentes mais do que os outros, e os meios munidos o bastante para garantir a conservação de suas relíquias”.

No entanto, a criação é perecível. É essencialmente relativa a uma coletividade e somente isso lhe permite introduzir-se na duração. Para De Certeau (1995:242),

“a morada, o traje, a bricolagem, a cozinha, as mil atividades urbanas ou rurais, entre familiares ou amigos, as formas múltiplas do trabalho profissional constituem também campos onde a criação surge por toda parte. O cotidiano está semeado de maravilhas, espuma fascinante, nos ritmos prolongados da língua e da história [...]”.

As pesquisas de De Certeau estão centradas na temática da expressão cultural como uma atividade. Ele rejeita a perspectiva de uma problemática voltada para as representações, para os produtos culturais e para o caráter excepcional da expressão *culta* e adota uma perspectiva centrada nas práticas, nas relações humanas e nas transformações das estruturas da vida social. Ele fornece três pontos que considera particularmente notáveis para a descrição da cultura como atividade:

1. fazer algo com uma coisa;
2. fazer algo com alguém;
3. mudar a realidade cotidiana e modificar o estilo de vida, até o ponto de pôr em perigo a própria existência.

Por conseguinte, de acordo com De Certeau (1995:250) “as ações culturais constituem movimentos. Elas inserem criações [...]. Inscrevem trajetórias, não indeterminadas, mas inesperadas, que alteram, corroem e mudam pouco a pouco os equilíbrios das constelações sociais”.

2.5. Artes de fazer

Nos textos reunidos em *A cultura no plural* (1995) já está esboçado o programa de pesquisa que vai ter seu desdobramento em *A invenção do cotidiano* (1996), publicado em dois volumes. Neste último, a empreitada teórica de De Certeau centra-se nas operações que os usuários fazem com os produtos culturais oferecidos no mercado dos

bens, pois é mister ocupar-se com “as maneiras diferentes de *marcar* socialmente o desvio operado num dado por uma prática”.

2.6. A paisagem da pesquisa

A invenção do cotidiano nasceu da interrogação de De Certeau (1996) sobre “as operações dos usuários supostamente entregues à passividade e à disciplina” (p.37). A teoria das práticas cotidianas analisa as diferentes maneiras de fazer, que, majoritárias na vida social, não aparecem senão a título de resistências ou inércias em relação ao desenvolvimento da produção sócio-cultural. Entretanto, para De Certeau (1996), a análise das maneiras de fazer cotidianas não implica um retorno ao indivíduo. Ele afirma que

“o atomismo social que, durante três séculos, serviu de postulado histórico para uma análise da sociedade supõe uma unidade elementar, o indivíduo, a partir da qual seriam compostos os grupos e à qual sempre seriam possível reduzi-los. [...] tal postulado se acha fora do campo deste estudo” (p.37-8).

O exame das práticas por De Certeau considera como relevantes dois aspectos fundamentais. Um deles é que a relação, sempre social, determina seus termos e que cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais. O outro é que o enfoque é direcionado para os modos de operação ou esquemas de ação e não diretamente ao sujeito, que é o seu

autor ou o seu veículo. Ele visa a uma lógica operatória. Portanto, o objetivo do trabalho de De Certeau (1996:38) é

“explicar as *combinatórias de operações* que compõem também (sem ser exclusivamente) uma ‘cultura’ e exumar os modelos de ação característicos dos usuários, dos quais se esconde, sob o pudico nome de consumidores, o estatuto de dominados (o que não quer dizer passivos ou dóceis). O cotidiano se inventa com mil maneiras de *caça não autorizada*”.

2.7. Invenção

Para De Certeau, os estudos sobre as representações e sobre os comportamentos de grupos ou de indivíduos precisam ser completados pelo estudo daquilo que o consumidor fabrica, por exemplo, com as imagens da televisão, com o espaço urbano, com os produtos comprados do supermercado, com os relatos e legendas que o jornal divulga, etc.

A presença e a circulação de uma representação, por exemplo - ensinada como código da promoção sócio-econômica por pregadores ou por vulgarizadores -, não indica de modo algum o que ela é para seus usuários. Para De Certeau (1996:40), é importante “analisar a manipulação feita pelos praticantes que não a fabricam, pois só assim se pode perceber a diferença ou a semelhança entre a produção da imagem e a produção secundária que se esconde nos processos de sua utilização”.

A pesquisa de De Certeau (1996) se situa nessa diferença ou nesse distanciamento e “poderia ter como baliza teórica a construção de frases próprias com um vocabulário e

uma sintaxe recebidos” (p.40). Para o referido autor, em lingüística, “o ato de falar (e todas as táticas enunciativas que implica) não pode ser reduzido ao conhecimento da língua” (1996:40). M. de Certeau colocando-se sob a perspectiva da enunciação, afirma que seu objeto de estudo privilegia

“o ato de falar: este *opera* no campo de um sistema lingüístico; coloca em jogo uma apropriação, ou uma reapropriação, da língua por locutores; instaura um presente relativo a um momento e a um lugar; e estabelece um *contrato com o outro* (o interlocutor) numa rede de lugares e de relações” (p.40).

Conforme M. de Certeau, essas quatro características do ato enunciativo (segundo Emile Benveniste) poderão encontrar-se em muitas outras práticas como a de caminhar, cozinhar, etc., nas quais os usuários fazem uma bricolagem, usando inúmeras e infinitesimais metamorfoses, segundo seus interesses próprios e suas próprias regras. Para ele, “é mister descobrir os procedimentos, as bases, os efeitos, as possibilidades” (1996:40).

A invenção é, segundo De Certeau, uma produção e uma poética escondidas e disseminadas nas regiões definidas e ocupadas pelos sistemas da “produção” (televisiva, urbanística, comercial, lingüística, etc.), realizadas por grupos ou indivíduos. Essa produção astuciosa e dispersa é, ao mesmo tempo, insinuante, “silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas *maneiras de empregar* os produtos impostos por uma ordem econômica dominante” (De Certeau, 1996:39). Ela se opõe à produção racionalizada, expansionista, centralizada, barulhenta e dominante.

Os procedimentos da invenção se referem aos usos que os meios populares fazem das culturas difundidas pelas elites produtoras de linguagem.

Segundo De Certeau, tanto a invenção como a criatividade não é apanágio dos profissionais do assunto. Há milhares de redes informais, fluxos de informações que circulam entre práticos anônimos e artistas reconhecidos. Sem esses intercâmbios uma sociedade se asfixia e morre. O consumo é visto como passivo, De Certeau desloca a atenção e mostra a inventividade no desvio da prática no uso dos produtos.

Os indivíduos embora não rejeitando diretamente ações, rituais, representações e leis que lhe são impostos, subverte-os pelas maneiras de usá-los para fins e em função de referências estranhas ao sistema dominante.

2.8. As ações

M. de Certeau busca balizar os tipos de operações que caracterizam o consumo dos ‘dominados’ na rede de uma economia e reconhecer nas práticas de apropriação “os indicadores da criatividade que pululam justamente onde desaparece o poder de se dar uma linguagem própria” (De Certeau, 1996:44).

As ações se referem aos processos pelos quais os usuários reempregam os produtos. Aqueles que têm poucos bens financeiros, pouca influência nos meios de informação, e pouca “segurança” de todo o tipo precisa de um “acréscimo de astúcia, de sonho ou de senso de humor” (De Certeau, 1996:44). Daí a necessidade, segundo M. de Certeau de “diferenciar as ‘ações’ (no sentido militar do termo) que se efetuam no interior da rede de consumidores pelo sistema dos produtos, e estabelecer distinções entre as

margens de manobra permitida aos usuários pelas conjunturas nas quais exercem a sua ‘arte’” (1996:44).

As relações que os consumidores mantêm com os dispositivos da produção são classificadas por De Certeau em dois tipos de lógicas de ação que são a estratégia e a tática.

a) Estratégia – esta é constituída, segundo De Certeau (1996:98), pelo “cálculo (ou manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado” de um ‘ambiente’. Ela requer um *lugar* capaz de ser circunscrito como um *algo próprio* e, dessa forma, capaz de servir de fundamento a uma gestão de suas relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa, etc.). Toda racionalização *estratégica* objetiva, primeiramente, distinguir de um *ambiente* um lugar *próprio*, ou seja, do poder e do querer, segundo M. de Certeau (1996:99), “gesto cartesiano, quem sabe: circunscrever um próprio num mundo enfeitado pelos poderes invisíveis do Outro. Gesto da modernidade científica, política ou militar”.

As estratégias escondem, por meio de cálculos objetivos, a sua relação com o poder guardado pelo lugar próprio ou pela instituição.

Em suma, as estratégias são ações que, por postularem um lugar de poder, “elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes) capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem” (De Certeau, 1996:102).

b) Tática – é uma ação calculada que o ‘fraco’ pode empreender. É constituída por um cálculo que não pode contar um lugar próprio e nem com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. Seu lugar é o do outro. Por não poder reter esse lugar, a tática se insinua aí, fragmentariamente, pois não pode apreendê-lo por inteiro e nem retê-lo à distância. A tática pelo fato de não dispor de base onde

“capitalizar seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias, [ela] depende do tempo, vigiando para ‘captar no vôo’ possibilidades de ganho. O que ela ganha, não guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em ‘ocasiões’” (De Certeau, 1996:46-7).

A tática é a arte do fraco que por não ter lugar próprio joga com o terreno que lhe é imposto. Para De Certeau (1996), muitas práticas cotidianas como falar, fazer compras, preparar refeições, ler são do tipo tática. “Da televisão ao jornal, da publicidade a todas as epifanias mercadológicas, a nossa sociedade [...] mede a realidade pela capacidade de mostrar e de se mostrar. [...] É uma epopéia do olho e da pulsão de ler” (p.48). De acordo com o referido autor, o fraco tira proveito, em momentos oportunos, de forças que lhe são estranhas, combinando elementos heterogêneos, por exemplo:

“o espectador lê a paisagem da sua infância na reportagem de atualidades. A fina película do escrito se torna um removedor de camadas, um jogo de espaços. Um mundo diferente (o do leitor) se introduz no lugar do autor. Esta mutação torna o texto habitável (p.49). [...] A leitura introduz portanto uma ‘arte’ que não é passividade’ (p.50);

“os locatários mobiliam o apartamento com seus gestos e recordações” (p.49);

“os pedestres, nas ruas, fazem caminhar as florestas de seus desejos e interesses”
(p.49);

“os usuários dos códigos sociais os transforma em metáforas e elipses de suas caçadas” (p.49).

Também uma grande parte das ‘maneiras de fazer’ são vitórias do ‘fraco’ sobre o mais ‘forte’ “(os poderosos, a doença, a violência das coisas ou de uma ordem, etc.), pequenos sucessos, artes de dar golpes, astúcias de ‘caçadores’, mobilidades da mão-de-obra, simulações polimorfas, achados que provocam euforia, tanto poéticos quanto bélicos” (De Certeau, 1996:47).

Segundo M. de Certeau (1996), essas performances operacionais estão relacionadas aos combates e aos prazeres dos usuários no cotidiano de nossas sociedades. Elas se multiplicam com o esfacelamento das estabilidades locais.

Concluindo, o trabalho de M. de Certeau e de seu grupo de pesquisadores consistia em sugerir algumas maneiras de pensar as práticas cotidianas dos consumidores, supondo, no ponto de partida, que são do tipo tático, como habitar, circular, falar, ler, ir às compras ou cozinhar. Em sua compreensão das práticas culturais M. de Certeau concebe a cultura ordinária como possuidora de três qualitativos principais: uma economia do dom, uma estética de lances e uma ética da tenacidade. Na cultura ordinária, os grupos ou indivíduos exercem uma ordem por meio de uma arte, ou seja, ela é, ao mesmo tempo, exercida e burlada. Dessa forma, ele refuta as teses comuns sobre a passividade e a massificação dos comportamentos que, para Giard (1996), constitui o esboço de “uma

concepção política do agir e das relações não igualitárias entre um poder qualquer e seus súditos” (p.20).

3. Bakhtin e De Certeau: *uma aproximação*

A articulação das perspectivas de Bakhtin e De Certeau é fundamental para a compreensão da forma como o sujeito se constitui, é constituinte e inventivo na sociedade, no discurso.

Bakhtin e De Certeau nasceram no continente europeu. O primeiro, na Rússia e o segundo, na França. Os dois nasceram em épocas diferentes, o autor russo nasceu em 1895 e o francês em 1925. Entretanto, viveram durante certo tempo em uma mesma época.

Bakhtin e De Certeau se assemelham em muitos aspectos. Ambos possuem formação em Letras e História. Pode-se traçar uma aproximação entre Bakhtin e De Certeau no que diz respeito às práticas sociais e ao processo de socialização do indivíduo.

Um dos pontos em comum em Bakhtin e de Certeau está no fato de ambos partilharem a dialética como núcleo de suas teorias.

M. de Certeau constrói formulações que vêm ao encontro das idéias de Bakhtin sobre o sujeito. Ao buscar articular o pensamento de Bakhtin e de Certeau percebe-se que a complementaridade entre esses dois autores é fecunda na direção de um ponto que é essencial, nesta pesquisa, que é a constituição do sujeito como ser histórico e social, apesar de marcada por diferentes caminhos.

Nas construções teóricas dos dois autores, está permeada a noção de mediação do outro na experiência sócio-cultural, na linguagem. A participação do outro é importante como mediador na constituição do sujeito e do seu discurso. M. de Certeau reflete sobre a problemática da escola, da universidade, das minorias lingüísticas, sobre tudo que constitui a cultura em uma sociedade. A sua verdadeira questão era saber: Como *se* cria? A sua atenção era para a criação anônima, nascida da prática do desvio. Seu interesse é pelas operações culturais dos usuários supostamente considerados consumidores passivos dos produtos. Para M. de Certeau, as operações culturais são movimentos cujas trajetórias não são indeterminadas. Por isso, ele busca esclarecer os caminhos sinuosos presentes nas astúcias táticas das práticas ordinárias e cotidianas. A concepção de cultura de De Certeau vê possibilidades que preservam o espaço do sujeito.

O espaço do sujeito pode ser encontrado na teoria de Bakhtin ao tentar encontrar a dialética do subjetivo e do objetivo, mediada pelo fenômeno da linguagem, que é uma questão central. Para ele, o sentido das coisas é constituído pela linguagem na interação social. Na linguagem, no diálogo, na interação, estão o tempo todo o sujeito e o outro.

Ambos dão importância à subjetividade na possibilidade de autoria, ao destacarem a criatividade, a invenção e ao considerarem o homem um ser expressivo e produtor de objetos culturais. Reconhecem a importância do social na constituição da subjetividade humana, mas compreendem que o homem não é submetido ao seu determinismo.

M. de Certeau, em seu arcabouço teórico-metodológico, não discute temas como luta de classes, ideologia. Bakhtin se preocupou com essas questões. Daí ter situado a fala corrente num contexto mais amplo. Ambos priorizam a dimensão ampla do meio cultural e histórico. Ambos concebem a linguagem como produção. Bakhtin por meio da polifonia,

da polissemia e do dialogismo. M. de Certeau por meio da invenção, das operações culturais da linguagem ordinária.

M. de Certeau, ao desenvolver uma perspectiva inovadora sobre a cultura, sugere um novo caminho em busca do sujeito. De Certeau estuda como um grupo social supera o eclipse de sua crença e chega a obter benefício das condições impostas para inventar sua própria liberdade, criar para si um espaço de movimentação.

A partir de essa maneira de ler a história cultural e social, o autor francês desejava captar cada momento histórico, na multiplicidade de seus componentes e na contradição de seus conflitos. M. de Certeau desconfiava da imposição anacrônica às sociedades passadas e da grade que recorta atualmente os nossos conhecimentos.

Assim, a partir das teorias de Mikhail Bakhtin e Michel de Certeau, emerge um sujeito criativo e inventivo.

A partir da complementaridade teórica de Bakhtin e de De Certeau, o pesquisador pode encontrar uma perspectiva que incorpora o social, o cultural e o histórico e que, ao mesmo tempo, se constitui em uma opção que permite às ciências humanas um trajeto fora dos paradigmas cientificistas, ao priorizar uma abordagem ético-cultural.

No tópico seguinte, desenvolverei as categorias de análise mais específicas a partir da arquitetura teórica dos dois autores.

4. Categorias e conceitos analíticos: *a construção dos instrumentos*

A construção das categorias analíticas mais específica (além das já discutidas nos tópicos anteriores) será realizada a partir de uma associação entre as teorias de Bakhtin e De Certeau. Na realidade, é um cruzamento entre duas teorias a partir das quais se produzirão conceitos híbridos com noções elaboradas em virtude da especificidade de procedimentos para uma análise discursiva. Embora os instrumentos de análise possam parecer uma espécie de colagem, espero que, pelo menos, sejam convincentes e produtivos para o trabalho. Abaixo apresento os principais conceitos.

4.1. *Sujeito discursivo* - (doravante *SD*) essa noção é criada precisamente no interior da ciência moderna que se caracteriza pela objetividade, pela validade, pelas abstrações, pelas leis, pelas previsões e generalizações e, por isso, só percebe as estratégias em detrimento da inventividade artesanal das táticas. Pode-se dizer que para o *SD* há uma vitória do espaço, do lugar sobre o tempo, que *visa criar lugares segundo modelos abstratos* (como diria De Certeau).

Como o sujeito discursivo, proposto pela ciência moderna (dentro da qual está a Análise do Discurso francesa), é concebido como aquele que comanda o sujeito autor, a sua utilização implica levar em conta a homogeneização. Como afirma Geraldí (em conversa com a autora desta pesquisa), *o sujeito discursivo é uma abstração, uma idealização e, por isso mesmo, metafísico*. O *SD* é genérico, dessa forma, não possibilita localizar as táticas e os processos de construção de lugares distintos.

4.2. Sujeito constitutivo e inventivo

A noção de sujeito constitutivo e inventivo (doravante *SCI*) é uma categoria cardeal para a análise do trabalho do sujeito nos panfletos políticos. Essa categoria é formulada a partir da teoria dialógica da linguagem de Bakhtin, articulada à teoria crítica da cultura de De Certeau que concebe o sujeito como inventivo.

Esse sujeito constitutivo e inventivo é um sujeito autor que produz movimentos de ocasião, movimentos no tempo. Com efeito, o *SCI* é um sujeito hábil do tempo, pois usa as táticas e aproveita as ocasiões.

Na análise dos panfletos políticos, analisarei, a partir de quais discursos, os sujeitos (o sujeito panfleteiro) se constituem. Para isso, baseio-me no princípio dialógico de Bakhtin, segundo o qual o sujeito se constitui numa relação de intersubjetividade lingüística. A inventividade, baseada em De Certeau, será descrita a partir da subjetividade detectada a partir das marcas lingüísticas que demonstram o sujeito operando com materiais lingüísticos.

4.3. Sujeito panfleteiro - (doravante *SP*) designa o autor do panfleto que pode ser o publicitário, a equipe do candidato, militantes dos partidos políticos ou o próprio candidato.

4.4. Sujeito distribuidor – (doravante *SD*) se refere tanto ao distribuidor militante do partido político quanto ao indivíduo que é pago para distribuir os panfletos.

4.5. *Sujeito (e)leitor* - designa o (e)leitor, que ocupa no discurso do panfleteiro o lugar de interlocutor.

4.6. *Trabalho lingüístico do sujeito*

O trabalho lingüístico do sujeito (doravante *TLS*) é uma categoria criada a partir da categoria social do marxismo chamada trabalho. O marxismo concebe trabalho como uma “atividade humana por excelência, pela qual o homem intervém na natureza e em si mesmo. O trabalho é condição de transcendência e, portanto, é expressão da liberdade” (Aranha e Martins, 1996:6). Ou seja, além da atividade laborativa sobre a natureza, na qual o homem inscreve significados, o trabalho é um processo que constitui o ser do homem. Assim, a noção de trabalho em Marx remete necessariamente a agentes, instrumentos e relações.

Para Kosik (1995), o fundamento do real centro de atividade, da real mediação histórica de espírito e matéria, de cultura e natureza, de homem e cosmos, de teoria e ação é a *práxis*, cuja dimensão mais essencial é a *criação* da realidade humano-social. Por conseguinte, para o referido autor, a *práxis* é atividade que se produz historicamente, é unidade do sujeito e do objeto.

A retomada dessa categoria na linguagem significa considerar que as palavras e o sentido são produtos do trabalho lingüístico-discursivo humano. Nesta pesquisa, o trabalho lingüístico se refere às ações que os sujeitos operam para produzirem sentido e que podem ser detectadas na materialidade discursiva por meio dos recursos expressivos que são trabalhados.

4.7. Operações lingüísticas

As operações lingüísticas (doravante *OL*) são movimentos cuja trajetória são insuspeitáveis e determináveis. São as maneiras de fazer a inovação por meio do *uso*, de manobras, de montagens que estão presentes nos slogans, caricaturas, charges, paródias, etc. ou pequenas alterações de um uso de um gênero, por exemplo.

4.8. Consumo do discurso

O consumo discurso (doravante *CD*) significa a mera utilização de materiais lingüísticos, ou seja, que o sujeito apenas utiliza discurso(s) pronto em algum lugar, ou seja, o discurso é apenas mencionado.

4.9. Uso do discurso

Uso do discurso (doravante *UD*) é a produção astuciosa, às vezes dispersa, às vezes silenciosa, algumas vezes quase invisível, “pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas maneiras de empregar os produtos impostos [...]” (De Certeau, 1996:39). O uso aqui, nesta pesquisa, compreende as formas como os outros discursos são utilizados no discurso principal (ou seja, no discurso que está sendo analisado). Significam as ações empregadas, as modificações operadas na construção dos enunciados dos panfletos políticos. Na análise destes, enfocarei a produção secundária que se esconde nos processos de produção dos enunciados. Como em De Certeau (1996), me situarei na

diferença, ou seja, no distanciamento. No uso do discurso, estão presentes os procedimentos lingüísticos que mostram a inventividade.

Aqui, concludo as observações metodológicas prévias. As análises concretas tornarão mais claras a proposta desta pesquisa.

Porém, para uma compreensão mais profunda das divergências discursivas, necessário se faz conhecer o contexto político das eleições. Então, a seguir, caracterizarei as condições de produção.

DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Meu objetivo neste capítulo é descrever o panorama político e eleitoral no ano de 1998 por meio da análise dos temas mais abordados, o que me permitirá entre outras coisas entender o funcionamento discursivo dos panfletos políticos, meu objeto mais específico de análise. Para atingir esse objetivo, inicialmente farei duas breves introduções, uma sobre a constituição das duas frentes político-ideológicas e outra sobre o processo de reeleição.

Esclareço que para analisar questões, como as econômicas, por exemplo, vou me fundamentar em alguns autores que fornecem uma compreensão de maneira mais clara, pelo menos para não especialistas, e são bem representativos das duas principais posições político-ideológicas em jogo nas eleições.

I. As frentes político-ideológicas

O panorama político das eleições de 1998, para o cargo de Presidente da República, estava polarizado pelas duas frentes, a *FCD* e a *FE*, que representavam dois grupos político-ideológicos, com maiores votações na eleição de 1998, para o cargo de Presidente da República Federativa do Brasil. Na *FCD*, a candidatura à reeleição do presidente

Fernando Henrique Cardoso representava, segundo Alcoforado (1998:134), “a coalizão de forças de direita e centro-direita”. No entanto, considerando a perspectiva de Amaral (1995:51), pode-se dizer que o arco de apoio a FHC era *de extrema-direita*, pois

“inclui desde de seu multiforme PSDB, [...] o ruralismo atrasado, meliante, de Caiado e quejandos, passando pelo PTB (da ‘tropa de choque’ de Collor), o PMDB de Sarney, o PFL de sempre, Antônio Carlos Magalhães, o PMDB não-esquerdista, Roberto Campos, os liberais, os neoliberais, os não liberais, os falsos liberais, e os conservadores com matizes e sem matizes. [...] Ao lado dessa forças claramente partidárias, o grande empresariado, a FIESP e a CNI à frente, a unanimidade dos grandes meios de comunicação de massas, a simpatia dos credores internacionais, o sorriso do capital estrangeiro e o aplauso colaborador do FMI e do Clube de Paris. Reuniu todo o Brasil do *status quo*, temeroso de um Brasil que poderia mudar [...]”.

A propósito, de acordo com Fiori (1998:201), seria difícil para o Presidente Cardoso não se reeleger “como candidato único das forças conservadoras, contando com o apoio de quase toda a imprensa e dos governadores”.

Na *FE*, a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva representava um espectro de forças políticas de esquerda, que visava produzir profundas mudanças econômicas e sociais que beneficiassem os trabalhadores e as camadas marginalizadas da população, além de fortalecer o papel do Estado na economia. As forças que apoiavam Lula incluíam os partidos de esquerda que compunham sua frente política, como também, sindicatos, centrais sindicais, movimentos populares e setores da Igreja católica, etc.

Contrariamente à FCD, as forças políticas que apoiavam Lula tinham como projeto para o Brasil a promoção de mudanças estruturais na sociedade brasileira, tais como a reforma agrária, a reforma do sistema financeiro, a reforma tributária, a reforma do Estado,

entre outras, que contribuiriam para a retirada da marginalidade a grande maioria da população brasileira excluída da participação nos frutos do progresso social e econômico. Para Alcoforado (1998:105), “a vitória de Lula significaria a implementação de um modelo de desenvolvimento independente baseado fundamentalmente no mercado interno, sem perder de vista a necessidade de integrar o país à economia mundial”.

Nas eleições de 1988, o eleitor foi convocado para eleger o Presidente e o Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, senadores, deputados federais, deputados estaduais (distritais em Brasília - Capital Federal) e vinte e sete governadores de estado e seus respectivos vices. Foram disputadas vinte e sete vagas para senadores (e seus suplentes) das oitenta e uma - um candidato por estado, como ocorre a cada oito anos. Trinta partidos políticos disputaram essas eleições.

No que se refere ao cargo de Presidente, doze candidatos o disputaram. De um total de 106.101.067 eleitores, 22.798.922, ou seja, (21,49%) se *abstiveram*, isto é, não opinaram sobre o destino a ser dado à Presidência da República; 6.688.610 *votaram em branco*, e 8.884.430 *anularam* seu voto. Assim, 38.371.962 não optaram por nenhum dos candidatos oficiais. Esse voto, que ficou conhecido como de “*não-intenção*”, foi o “*candidato*” mais votado, pois o volume de votos é superior ao de qualquer candidato individualmente. Vejamos: FHC: 35.936.916; Lula 21.475.330; demais candidatos: 10.310.781. Total de votos válidos 67.723.027.

As eleições foram previstas para serem realizadas em dois turnos. Segundo a legislação eleitoral brasileira, o segundo turno é restrito aos cargos do poder executivo como o de Presidente, governador e prefeito (em cidades com mais de duzentos mil eleitores), quando nenhum dos candidatos obtém mais de 50% dos votos válidos no

primeiro turno - os quais passariam a soma dos demais candidatos juntos na disputa do cargo, durante o primeiro turno.

Nas eleições de 1998, o primeiro turno aconteceu no dia 4 de outubro. O segundo turno ocorreu no dia 25 de outubro. Alguns estados (como os de São Paulo, Distrito Federal e Rio Grande do Sul) tiveram segundo turno para governador. Não aconteceu segundo turno para o cargo de Presidente da República, pois o presidente-candidato foi reeleito, no primeiro turno, com 53,6%⁵ dos votos válidos.

II. A reeleição

A eleição do ano de 1998 não foi simplesmente mais uma eleição na agenda da história política brasileira, em vista de o processo eleitoral ter como característica distinta a reeleição. Pela primeira vez, políticos do poder executivo (governadores e Presidente da República), poderiam candidatar-se ao cargo que ocupavam e nele permanecer por mais quatro anos, ou seja, oito anos no total, por meio do voto direto.

A reeleição é apresentada por seus defensores como a possibilidade de uma administração melhor, de o reeleito poder continuar seu trabalho, com novas idéias para problemas crônicos. Ou a possibilidade de permanecerem no poder governos corruptos e populistas, segundo os opositores. No que se refere à reeleição de 1998, no Brasil, de acordo com Comin (1998:012), ela é o “mais importante rebento, cuja gestação e parto foram tão cuidadosamente preparados que consumiram quase todos os esforços reformistas do bloco governista [...]. Este foi o único item realmente negociado à exaustão”. A reeleição emprestou nova dinâmica à política em geral em 1998.

⁵. Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - T.S.E..

O tema da reeleição foi discutido no Congresso Nacional, na mídia e nas diversas camadas da população brasileira. Analisada sob dois ângulos, o ético e o político, a reeleição foi questionada. Do ponto de vista ético, o debate centrava-se no fato de o Presidente Fernando Henrique Cardoso propor que a emenda constitucional da reeleição para os cargos do poder executivo entrasse em vigor a partir de seu mandato e não a partir do seguinte; ou seja, que a emenda beneficiasse a ele próprio, por estar no exercício do cargo, e lhe propiciar vantagens em relação aos demais candidatos. De acordo com Alcoforado (1998:133),

“a possibilidade do uso da máquina do Estado em benefício próprio pelo presidente ou qualquer mandatário em um país como o Brasil, cuja transparência nos atos dos poderes constituídos não constitui uma prática corrente, tomaria pouco recomendável o instituto da reeleição”.

Do ponto de vista político, questionava-se o fato de que uma decisão tão importante, como a emenda da reeleição, ficasse exclusivamente restrita ao Congresso Nacional, sem que o povo se manifestasse por meio de plebiscito.

As duas frentes políticas principais que se enfrentaram na disputa para o cargo de Presidente da República tomaram suas posições. Em relação à *frente de centro - direita (FCD)*, a campanha foi inteiramente estruturada na lógica da reeleição. Tudo arranjado de forma a não expor o presidente-candidato Fernando Henrique Cardoso (FHC), tanto que não houve debates políticos na televisão e o confronto ficou resumido a ele e Lula, neste aspecto, semelhante ao que ocorreu nas eleições de 1995. O presidente-candidato manteve, durante toda a campanha, altos índices de popularidade. A interpretação corrente era a de que o povo se interessava mais em preservar a estabilidade da moeda, da economia e evitar

o “caos”. Para muitos defensores, a reeleição era uma necessidade. Sem ela, a privatização e as reformas continuariam, mas as incertezas aumentariam.

O presidente-candidato, com a garantia de poder disputar um segundo mandato, baseado na força eleitoral do Plano Real, garantiu a aliança governista original (PSDB, PFL, PTB) e ainda conseguiu a adesão de dois grandes partidos, o PMDB e o PPB. Os governadores pertencentes às legendas partidárias de apoio ao governo federal recolheram suas pretensões presidenciais. Essa decisão, provavelmente, foi facilitada pela possibilidade de eles próprios poderem continuar no cargo.

A *frente de esquerda (FE)*, oposicionista, criticou o governo em relação à crise e apresentou o seu candidato como o mais capacitado para tirar o país dela. São representativos os seguintes enunciados:

“O Governo FHC jogou o Brasil na crise” (*PC 1*);

“Com Lula para sair da crise” (*PC 1*).

O processo eleitoral de 1998 ocorreu à luz de fatos marcantes, como a seca do Nordeste, as denúncias sobre a falsificação de remédios, a queimada de Roraima, a falência de empresas, a venda do patrimônio público. Tivemos também o agravamento, no cenário internacional, de sucessivas crises financeiras na Ásia e depois na Rússia e suas repercussões sobre a América Latina; o decréscimo das taxas de crescimento da economia interna e o agigantamento da dívida pública; a deterioração do quadro social interno, com o crescimento das taxas de desemprego; mecanização de postos de trabalhos e a conseqüente instabilidade do emprego e perda de remuneração e de emprego por para boa parte dos

assalariados. Entretanto, a moeda era estável. Fato de que a maioria do povo não tinha experiência, devido à alta inflação histórica da economia brasileira.

Nesse cenário descrito acima, houve muitas campanhas eleitorais milionárias, outras até biliardárias. Todas movidas por muitas promessas e com apresentação de currículos que divulgavam competências e legitimidades, como podemos ver nos panfletos, especificamente nos *santinhos* no capítulo 5. Nesse quadro, não houve grandes protestos porque, como afirma Comin (1998:12-13),

“o governo contou com a carta branca do Congresso e das lideranças partidárias. Sempre que necessário, as taxas de juros foram catapultadas à Lua, arrojaram-se os governos estaduais e houve cortes no orçamento, medidas que foram sempre ‘absorvidas’ sem maiores protestos pelo Legislativo, uma vez que a estabilidade (e a reeleição, claro) estava acima de tudo, não importando os meios para sustentá-la”.

III. Os temas

Os temas que selecionei para análise são aqueles que aparecem com muita frequência no corpus. Em geral, os panfletos tentam alertar a população sobre os fantasmas da crise, da recessão e do desemprego; sobre a previdência, a estabilidade da moeda. Entretanto, os que foram mais discutidos e se tornaram palco de muitas polêmicas foram o Real, a crise e o desemprego. Dessa forma, esses serão os analisados, neste capítulo.

As posições críticas encontradas nos temas variam de acordo com a filiação ideológica de cada grupo, constituindo polêmicas: o sujeito da *FCD*, em geral, argumenta prestando contas ou defendendo-se das acusações do sujeito da *FE*, que ele considera como erradas (não verdadeiras) e mostra (segundo seu ponto de vista) o que é o certo

(verdadeiro). Por outro lado, o sujeito da *FE*, em geral, critica severamente o governo de FHC e propõe soluções. Dessa forma, os temas serão analisados a partir dos posicionamentos dos dois sujeitos das frentes *FCD* e *FE* separadamente.

1. O Real

Para se falar do Real é preciso esclarecer de qual dos dois se está tratando: o Plano econômico ou a moeda. Para Singer (1998:209), a imprensa confunde o Plano Real de estabilização, já consumado, com o padrão monetário “Real”, que está sujeito ao risco de ser atingido por crises monetárias ou cambiais.

O Plano Real foi um programa de estabilização apresentado ao país em 7 de dezembro de 1994, pelo então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, durante o governo do presidente Itamar Franco, que sucedeu ao presidente Collor - destituído do cargo após *impeachment* no dia 29 de dezembro de 1992. Nos oito primeiros meses de governo do presidente Itamar Franco, houve três Ministros da Fazenda, o quarto Ministro foi Fernando Henrique, que permaneceu no cargo até o final do governo.

A implantação da moeda, o Real, de acordo com Alcofarado (1998:78), constitui a terceira fase do Plano FHC de estabilização da economia. A primeira é de ajuste fiscal, a segunda é a da criação da URV (Unidade Real de Valor).

O Real e a estabilidade da moeda foram grandes questões em debate naquelas eleições. Vejamos os posicionamentos das duas frentes político-ideológicas.

a) *Frente de Centro-Direita*

O sujeito panfleteiro articula sua estratégia argumentativa dividindo a história do Brasil em três momentos. Um, anterior ao governo FHC, caracterizado pela inflação. O tempo presente, caracterizado pela moeda forte, pela estabilidade, pelo crescimento econômico - o tempo da mudança, cujo responsável seria o Presidente que estava no poder - e o tempo futuro para dar continuidade à estabilidade econômica ainda mais, ou seja, para “avançar”. São representativos os seguintes enunciados:

“Há 4 anos, o Brasil mudou de moeda, mudou de presidente e mudou de futuro. Deixou de ser o país da inflação, para se tornar o país da estabilidade, do crescimento, da moeda forte no seu bolso” (ST 2).

“Livre da inflação, o brasileiro começou a construir seu futuro. Isso se reflete no aumento de consumo de cimento, que aumentou 52% de 1994 a 1997. No início do Plano Real, um salário comprava apenas 12 sacos de cimento. Hoje pode comprar 20 sacos” (PC 13).

Esta tese é reforçada em vários enunciados, como os transcritos a seguir:

“No primeiro dia do Plano Real, o salário mínimo comprava 60% da cesta básica. Hoje ele compra uma cesta básica inteira e ainda sobra dinheiro” (PC 13);

“De fato, a qualidade de vida no Brasil melhorou. A partir do Plano Real feito pelo PSDB, o brasileiro passou a comer melhor. Vemos isso no aumento do consumo de alguns produtos, de 1994 para cá: Frango: mais 40%. Carne bovina: mais 71%. Iogurte: mais 86%” (PC 13);

“O brasileiro também está vivendo com mais conforto desde o Plano Real: Mais de 8,9 de famílias compraram TV em cores. Mais 4,6 de famílias puderam comprar geladeira nova. Mais 2,4 milhões de famílias compraram um freezer. Mais de 3,1 milhões de famílias compraram máquina de lavar roupa” (PC 13).

O sujeito da *FCD* ressalta, por meio de dados estatísticos, que somente a partir do governo FHC (filiado ao PSDB), mais precisamente de 1994 é que o brasileiro começou a comer melhor, ou seja, a consumir mais frango, carne bovina, queijo, refrigerante, iogurte; a comprar TV em cores, geladeira nova, freezer, máquina de lavar e a construir seu futuro – é o que ele diz: “Livre da inflação, o brasileiro começou a construir seu futuro. Isso se reflete no aumento de consumo de cimento, que aumentou 52% de 1994 a 1997”. Dessa forma, o sujeito da *FDC* se constitui sobre a razão salvadora. Apresenta-se como fundador de um novo tempo, de uma nova era, caracterizada pela abundância de soluções redentoras. Tal imagem é uma constante em sua prática discursiva.

O sujeito da *FCD* elege a queda da inflação como base do êxito de seu plano econômico. Isso produz um sentido da inflação como um mito, uma saga impossível de ser combatida sem FHC, valendo-se para isso do mito político do homem providencial, aquele que realizou a redenção do Brasil.

Para Mendonça (1997), no Brasil, o mito da salvação tem adotado diversas formas. Os heróis brasileiros não são forjados no calor de batalhas sangrentas como um Bolívar ou um Zapata. Eles variam e podem ser populistas, podem “adotar desde a roupagem castrense e institucional do Exército e até as filigranas sofisticadas de um intelectual como FHC” (p.31). Eles têm em comum a estratégia de utilizarem o mito da redenção do país “através das botas militares, da audácia e aventura de um JK, do paternalismo de um Vargas, do

profetismo de um Jânio Quadros, do corpo e das *griffes* de um Collor ou dos floretes intelectuais de FHC” (p.31).

E é sob a imagem de intelectual, “sociólogo conhecido no mundo inteiro”, que FHC era mostrado como aquele que criou o Real, derrubou a inflação e estava mudando o Brasil. Assim, o Plano Real é concebido como um divisor de águas. Porém, há que se ressaltar, como afirma Comin (1998:13),

“que ele não é fruto, mas condição para a existência deste governo. Não que tenha sido feito com propósitos exclusivamente eleitorais (embora seu calendário de gestação e parto sim), mas tratava-se do único nó (entre tantos outros já manuseados por Collor) que, uma vez desatado, poderia garantir o prolongamento no poder do bloco que o ocupava desde a abertura política, em face da ameaça de um verdadeiro revezamento, representado pela ascensão da candidatura das esquerdas. Nesse sentido, o expediente nem era novo (basta lembrar do Cruzado e de suas conseqüências eleitorais), apenas que sua realização foi muito mais bem-sucedida e duradoura”.

Em sua campanha, o candidato-Presidente pedia à população brasileira mais 4 anos para consolidar o real, de forma que as eleições assumiram um caráter plebiscitário em que o leitor teria que dizer sim ou não ao Plano Real. A *FCD* propunha ao eleitor decidir entre o Plano Real e a Inflação, *produzindo o efeito de sentido de que o Plano era o candidato-presidente e a Inflação, Lula*. É nesse quadro destinado a produzir uma mudança subjetiva na identidade coletiva que novos sentidos são instituídos para a nova roupagem do fazer político.

b) *Frente de Esquerda*

A estabilidade da moeda representava o principal fator que garantia o apoio de amplos setores da sociedade brasileira e dava grande popularidade ao presidente-candidato. O sujeito da *FE* para tentar mostrar que o Plano Real se resumia às taxas baixíssimas da inflação, que o sucesso do mesmo era apenas aparente: “*o preço da estabilização é a destruição dos serviços públicos e a venda das empresas públicas comprometendo a qualidade dos serviços essenciais, enquanto cresce a dívida externa*”.

A ênfase do Plano Real é o combate a inflação. O sujeito da frente de esquerda reconhece que o controle da inflação é bom, mas *insuficiente*, pois não contempla políticas para os vários setores como o agrícola e o industrial, entre outros. Os enunciados a seguir são representativos:

“O Plano Real se resume ao controle da inflação, o que é bom , mas insuficiente. O Real é apenas uma moeda estável. No mais, é um desastre porque o país vem perdendo a briga no comércio exterior, setores industriais estão quebrando, a agricultura vai muito mal, a inadimplência é recorde...”(ST 12);

“O preço da estabilização é a destruição dos serviços públicos e a venda das empresas públicas comprometendo a qualidade dos serviços essenciais, enquanto cresce a dívida externa” (ST 13).

Concordando com a *FE*, Tavares (1998) avalia que o Plano Real foi um benefício. Todavia, seus resultados benéficos estão concentrados apenas durante seu primeiro ano de existência e apenas para as populações urbanas, “devido não apenas à drástica queda do imposto inflacionário, que valeu para todas as classes trabalhadoras, mas também à

elevação do salário mínimo real ligada à queda dos preços relativos da cesta básica de alimentos ocorrida em 1995” (p.109). Entretanto, para Tavares (como para a *FE*), o resultado do Plano é mistificado, há uma falta de política agrícola e o benefício do plano teve como contrapartida

“uma perda de renda real da agricultura, submetida a uma crise de grande proporções que foi responsável pela quebra de milhares de pequenos e médios produtores e pela perda de 450.000 empregos rurais. Estes fatos deram uma base objetiva para o impulso recente dos movimentos sociais no campo” (Tavares 1998:109).

O sujeito da *FE* busca esclarecer ao povo sobre o alto preço econômico, social e político da estabilização da moeda para a sociedade brasileira. Para esse sujeito, as conseqüências da estabilidade da moeda eram danosas para a economia do país (era um “desastre”), pois *prejudicava o comércio exterior brasileiro, estava levando a falência setores industriais, a agricultura estava vai muito mal e a inadimplência era recorde*. A propósito, é exemplar a seguinte afirmação de Alcoforado (1998:150):

“A inflação se mantém sob controle graças aos juros elevados e à abertura do País às importações, as quais, por sua vez, trazem o malefício do desincentivo aos investimentos produtivos no Brasil, além de contribuir para o desaparecimento de empresas nacionais não competitivas ou absorção pelo capital estrangeiro”.

O Plano Real de estabilização da economia brasileira, que introduziu a nova moeda o real, objetivando combater a inflação, deve ser compreendido, de acordo com Alcoforado (1998:150), como a primeira etapa de aplicação, no Brasil, do denominado

“‘Consenso de Washington’, expressão adotada em 1990 pelo economista inglês John Williamson, que contempla um conjunto de medidas preconizadas pelo FMI e pelo Banco Mundial para estabilizarem as economias dos países capitalistas periféricos a fim de adaptá-los à nova ordem econômica mundial em gestão centrada na globalização.

O ‘Consenso de Washington’ designa uma estratégia de ajustamento econômico neoliberal que prevê três passos a serem dados na seguinte ordem: 1. Estabilização da economia (combate à inflação); 2. Realização de reformas estruturais (privatizações, desregulamentação de mercados, liberalização financeira e comercial); e 3. Retomada dos investimentos estrangeiros para alavancar o desenvolvimento”.

Para Mercadante (1998:131) também, o Plano Real é indissociável da agenda proposta pelo Consenso de Washington e “foi concebido a partir do mesmo padrão dos programas de estabilização e ajuste aplicados na América Latina a partir dos anos 80 inspirados no ideário neoliberal”. Entretanto, para Mercadante, o país estava vivendo uma tentativa tardia de consolidação de um projeto neoliberal, “com mudanças profundas no Estado e na sociedade, imensos custos econômicos e sociais e novos desafios para a esquerda e demais forças de oposição democrática e popular” (p.132).

O sujeito da *FE* combateu o Plano Real enquanto as pesquisas de opinião revelavam a aprovação dele por 80% da população, pois a inflação era baixa e houve até deflação.

2. *A crise*

Falava-se muito na crise. Na memória política do brasileiro, ela está sempre presente. Nos últimos anos, ela foi apresentada como atingindo vários países. Previa-se que

crise econômica, que tinha se iniciado na Ásia (Tailândia, Coreia do Sul, Hong Kong, Malásia), depois chegou à Rússia - que não conseguiu saldar seus débitos com os credores (internos e externos) e entrou em moratória -, chegaria ao Brasil. A Venezuela aparecia, nos meios de comunicação de massa, como bastante prejudicada pela forte queda do petróleo - um dos efeitos colaterais da crise asiática -, e sofreu com a saída de investidores do capital internacional. Para Chesnais (1998:21), “os *crashes* financeiros asiáticos de 1997 ou o *crash* russo de agosto-setembro de 1998 nada mais são do que episódios mais recentes da fragilidade financeira sistêmica endêmica que caracteriza as finanças mundializadas”.

A crise da economia internacional, assim como o baixo crescimento da economia brasileira aparece como um dos assuntos mais freqüentes nos panfletos políticos tanto da situação como da oposição. As duas frentes mencionavam a crise como argumento na defesa de seus projetos de sociedades. É importante se perguntar: de que crise tratam as duas frentes e quais são suas características?

a) Frente de Centro-Direita

•A crise como “crise econômica”.

Uma das perspectivas da FCD em relação à crise que ocupa uma posição central no discurso do sujeito da FCD, que é situacionista, era a de que ela era “econômica” e determinada pelo processo de “globalização”. Abaixo apresento alguns enunciados que são representativos desse discurso:

“Fernando Henrique Cardoso de olho no furacão. Atento e de prontidão para a conjuntura mundial [...]”(PC 4);

“Toda essa crise financeira internacional, provocando turbulência nos quatros cantos do planeta, ameaça o Brasil quando a economia entra em processo de estabilização [...]”(PC 4);

“Estamos dispostos a tomar [...] todas as medidas necessárias para proteger o Real das ameaças decorrentes da instabilidade financeira internacional” (PC 4).

Nos enunciados acima, vê-se que o *sujeito de centro-direita* se constitui principalmente a partir da *ideologia da inevitabilidade*, que relaciona a crise com um processo global em andamento que domina de forma inexorável a economia mundial: *é uma “crise internacional, provocando turbulência nos quatros cantos do planeta”*, e tende a destruir, no Brasil, sua economia logo, quando ela *“entra em um processo de estabilização”*. Dessa forma, a globalização é assim mostrada como um mito, por isso, ideologicamente, ela serve a variados propósitos. Para o *sujeito FCD*, que é situacionista, ela serve para ser explorada como única causa para os problemas brasileiros.

A crise é utilizada como argumento favorável a *FCD*. Ela era um desafio porque exigia competência. O presidente-candidato se beneficiou dela, mostrando-se como garantia contra a crise: *“Fernando Henrique Cardoso de olho no furacão. Atento e de prontidão para a conjuntura mundial [...]”*. Os números das pesquisas mostram que, no começo de setembro de 1998, FHC tinha 40% das intenções de votos contra 25% do principal adversário, Luiz Inácio Lula da Silva. Com o agravamento da crise, o presidente-candidato saltou para 49% das intenções de voto, enquanto Lula caiu para 22%. Também, segundo as pesquisas, a maioria dos eleitores brasileiros considerava FHC o mais preparado para conduzir a crise.

O eleitor deveria votar no presidente-candidato para evitar a crise, pois somente ele, com sua preparação intelectual, poderia enfrentá-la: “*Fernando Henrique é firme, honesto e competente. [...] Ele é o homem mais preparado para continuar sendo Presidente*” (ST 02).

De fato, o presidente-candidato se beneficiou eleitoralmente da conjuntura da crise financeira internacional, que lhe permitiu explorar freqüentemente a tese *FHC ou o caos*. O grande problema da economia brasileira é mostrado como não sendo resultado, sobretudo da política econômica interna e sim tendo como causa principal os agiotas estrangeiros. Entretanto, a crise é do capitalismo, é dos governos de orientação neoliberal. Responsabilizar somente as tendências econômicas internacionais é simplificar os problemas brasileiros, mas é de grande utilidade como argumentação, especialmente eleitoral. Para Batista Jr. (1997:85),

“a ideologia da globalização desfruta da eterna popularidade das explicações que economizam esforço de reflexão. Serve, muitas vezes, de cortina de fumaça. ‘Globalização’ vira uma espécie de desculpa para tudo, uma explicação fácil para o que acontece de negativo no país. Governos fracos e omissos servem-se dessa retórica para isentar-se de responsabilidade, transferindo-a para um fenômeno impessoal e vago, fora do controle nacional. A ampla divulgação de avaliações superficiais das tendências internacionais acaba contribuindo para inibir o debate sobre a política econômica e social e para dificultar a identificação dos erros das autoridades governamentais. É o que vem ocorrendo no Brasil [...]. Problemas provocados por decisões ou omissões do governo nacional têm sido sumariamente descarregados em cima da ‘globalização’”.

• *A crise causada pela revolução tecnológica*

A crise é também apresentada pelo sujeito da *FDC* como sendo resultado do grande avanço tecnológico e como determinante da globalização: “O grande culpado pelo desemprego é o avanço da tecnologia. Nenhum setor ficará imune à revolução tecnológica” (PC 13).

Não se pode negar que a grande velocidade do progresso das inovações tecnológicas nas áreas da informática, telecomunicações e finanças tem facilitado a crescente integração comercial e financeira dos mercados nacionais. Todavia, como afirma Batista Jr. (1997:85),

“há uma tendência bastante generalizada a exagerar o alcance dos fatos que servem de base à ideologia da ‘globalização’. [...] O processo de internacionalização das últimas décadas não é tão abrangente e nem tão novo quanto sugerem os arautos da globalização. A rápida difusão dessa ideologia, que encontrou solo fértil no Brasil nos últimos anos [difunde] a idéia de que estamos submetidos à ação de forças econômicas globais incontroláveis [...]”.

Para alguns autores, como, por exemplo, Arrighi (1997), a tecnologia não determina a globalização, e sim o contrário, a globalização é que determina a tecnologia. Para o referido autor, é um erro freqüente atribuir as maiores inovações à competição capitalista, pois

“as grandes inovações, das ferrovias às *superhighways* de informação, todas vieram da tecnologia militar e, estão intimamente relacionadas ao aparato militar. A Internet é um rebento dos programas militares dos EUA, que foram empreendidos para dar uma resposta ao avanço do Sputnik. [...] Não concordo que o processo seja conduzido pela tecnologia. Ela é parte do quadro, mas não é determinante dele.

[...] Assim como não devemos transformar a globalização em fetiche, não devemos, também, fetichizar a tecnologia como força condutora do processo ” (Arrighi, 1997: 8).

Em outros lugares do discurso da *FCD* a crise é mostrada como sendo também do Estado. É o que mostrarei a seguir.

• *A crise como “crise do Estado do Bem-estar”*

Para o sujeito da *FCD*, o Estado é o grande entrave ao desenvolvimento do Brasil. As estatais são ineficientes, há um exagerado protecionismo do mercado interno e uma excessiva regulamentação da economia brasileira. Por isso, devem-se restringir as ações do Estado do Bem-Social e transformá-lo no *Estado mínimo*, isto é, em um Estado que se dedica apenas à manutenção da lei e da ordem e à prestação de serviços essenciais, que não intervém como investidor na economia, nem cuida da saúde e das aposentadorias. A defesa dessa perspectiva pode ser detectada, sobretudo no panfleto de contestação 13, em que o sujeito panfleteiro inscreve as marcas de sua subjetividade, a partir da polémica explícita, ao enunciar mobilizando o “Errado e do Certo”. No Errado estão enunciados atribuídos à oposição e que começam assim: “Levianamente, a oposição divulga informações falsas sobre as ações do governo”.

“ERRADO:

As privatizações torram o patrimônio do povo brasileiro.

As empresas públicas são vendidas a preço de banana.

Empresas tão boas e lucrativas, como a Vale e a Telebrás, não deveriam ser vendidas.

CERTO:

Fernando Henrique [...] está fazendo as reformas e as privatizações para modernizar o país. Está combatendo a corrupção, as mordomias e os privilégios[...]. Você se lembra de quanto custava e como era difícil conseguir uma linha telefônica? Doravante, conseguir telefone deverá ser tão fácil e tão barato como conseguir ligação de água e luz.

O Estado brasileiro está concentrando esforços no cumprimento de suas funções sociais [...]. De nada adianta ao Governo possuir o controle de imensos patrimônios produtivos, se a sua rentabilidade é baixa ou nula. Manter certas empresas, como a Siderúrgica Nacional ou a Rede Ferroviária, significava uma sangria para os cofres públicos.

O Estado pode se afastar de suas funções empresariais, que serão melhor desempenhadas pela iniciativa privada [...]. A iniciativa privada tem capacidade técnica e econômica para tocar as empresas que o Estado desestatiza, com uma eficiência e uma rentabilidade que o Estado é incapaz de produzir.

Hoje, uma das principais funções do Estado é criar condições que estimulem a produção de riquezas. A produção cabe às empresas, à sociedade - não ao Estado.[...] Cada macaco no seu galho” (PC 13).

Dessa forma, o sujeito da *FCD* assume um papel de iluminado, aquele que tem que esclarecer o eleitor sobre a verdade. O discurso do outro (da oposição, da esquerda) é uma mentira, é um erro. Coloca-se como portador de um excedente de visão ao “fazer uma reflexão verdadeira” sobre os problemas econômicos brasileiros.

O Bem-estar Social “é um Estado nacionalizador da economia e provedor integral do bem-estar social” (Cardoso, 1998:06), que deve ser extinto para que a crise possa ser

superada, que a economia de mercado possa crescer. Tal perspectiva pode ser melhor vista nos enunciados onde o Estado do Bem-estar Social é mostrado como ineficiente, *não-rentável, o culpado pela corrupção, pelas mordomias, pelos privilégios*. Por isso, ele deve ser reformado, modernizado, se restringir a cuidar de suas funções sociais e deixar para a iniciativa privada a produção das riquezas: *cada macaco no seu galho*. O sujeito da *FCD*, para enfatizar sua argumentação, utiliza um ditado. Contestá-lo, é contestar a sabedoria popular, já que “*cada macaco no seu galho*”.

No novo paradigma proposto pela *FCD*, são reivindicadas a reforma do Estado, a desestatização da economia, a privatização de empresas estatais. Esses objetivos e meios são, de acordo com Ianni (1998), em “*Neoliberalismo: poder mundial*”, inspirados no neoliberalismo. Para o referido autor,

“É no contexto do globalismo que o liberalismo se transfigura em neoliberalismo. A nova divisão transnacional do trabalho e da produção, a crescente articulação dos mercados nacionais em mercado mundial, os novos desenvolvimentos dos meios de comunicação, a formação de redes de informática, a expansão das corporações transnacionais e a emergência de organizações multilaterais, entre outros desenvolvimentos da globalização do capitalismo, instituem e expandem as bases sociais e as polarizações de interesses que expressam no neoliberalismo” (p.24).

Para o sujeito da *FCD*, modernizar significa reformar a atuação do Estado para atuar somente em áreas em que não haja interesse do capital: “*Fernando Henrique [...] está fazendo as reformas e as privatizações para modernizar o país*”. Os opositores dessa ideologia são considerados “errados”. É por isso que o sujeito da *FCD* enuncia a partir da divisão entre o “certo” e o “errado. Os enunciados “errados”(As privatizações torram o patrimônio do povo brasileiro; As empresas públicas são vendidas a preço de banana;

Empresas tão boas e lucrativas, como a Vale e a Telebrás, não deveriam ser vendidas) são atribuídos à *Frente de Esquerda* que, dessa forma, é considerada “errada” - por defender a intervenção do Estado na economia - e seus membros retrógrados.⁶

O sujeito da *FCD* apresenta-se como iluminista, esclarecido, mais preparado, que inserirá o país na modernidade a partir da reforma em profundidade do Estado (Welfare State) que é representado como um elefante branco (PC 13), pesado, oneroso.

No entanto, esse Estado foi vital e estratégico, de acordo com Mello (1998), no contexto histórico do capitalismo de modelo de expansão internacionalista até meados dos anos 80, por ser responsável por custos da *infra-estrutura econômica* (estradas, energia, comunicação, etc.); pelo *bem-estar social* (educação, saúde, seguridade social, etc.) e pelos *investimentos públicos*, “vitais para a sustentação do sistema de produção em massa (realização da mais-valia agregada) e dos altos índices de empregos típicos do período (compromisso inerente ao pacto social daquele momento)” (Mello, 1998:21). Vejamos o seguinte enunciado representativo, presente no PC 13:

“O Estado brasileiro teve um papel histórico e pioneiro na modernização do País. Foi preciso o poder e a determinação do Estado para dotar o Brasil de uma infraestrutura - indústria petrolífera, indústria siderúrgica, sistema de comunicações -, condição essencial para que o desenvolvimento pudesse acontecer. Como aconteceu”.

⁶. Os grupos de esquerda, no Brasil, por defenderem um Estado participativo, são interpretados por setores conservadores, como defensores do Estado tal como ele funciona atualmente. Dessa forma, os membros da esquerda são classificados como dinossauros, principalmente em artigos de jornal assinados por Roberto Campos.

Para Arrighi (1997:6), o Estado do bem-estar-social e do desenvolvimentismo, em muitos aspectos, foi introduzido em países que eram pobres por uma questão de estratégia no âmbito do conflito ideológico entre comunismo e capitalismo.

É importante destacar que o *Welfare State*, de acordo com Alcoforado (1998:87), foi também, “produto da luta dos trabalhadores, dos sindicatos, dos partidos socialistas e comunistas da Europa Ocidental pela ampliação dos direitos sociais do povo”.

O capital mundial (as firmas multinacionais) associou-se aos estados nacionais quando deles necessitava para “garantir a realização de um ciclo auto-sustentado de acumulação de longo prazo (favorecido pelas políticas de incentivos fiscais, programas desenvolvimentistas, endividamento externo, gastos militares, etc.) [...] (Mello, 1998:24)”. No entanto, o capital mundial, ao alcançar sua consolidação, por meio de uma grande concentração/centralização, transnacionaliza-se e pressiona para a “desregulamentação e pela privatização de setores públicos (reforma do Estado) - a grande bandeira neoliberal” (Mello,1998:24).

A partir da década de 70, segundo Alcoforado (19998:87), a queda na produtividade do capital e os encargos crescentes do Estado com a manutenção do *Welfare State*, em vários países europeus, “pôs em cheque a socialdemocracia na Europa Ocidental. Nessas circunstâncias, o Estado passou a se constituir em estorvo para o sistema capitalista em vários países, fazendo com que a tese do Estado Mínimo fosse colocada na ordem do dia”.

Definitivamente, nos anos 80, para o “Grande Capital”, o Estado do Bem-Estar é considerado atrasado na nova lógica do capital transnacionalizado. Por isso, tem que ser descartado. A crise fiscal do *Welfare State* se deve ao fato de que ele, segundo Mello (1997:22),

“dependia da contínua aceleração da produtividade do trabalho no setor corporativo para manter o seu compromisso de fornecimento de bens coletivos [...]. Sobrevieram, então, as conhecidas ondas inflacionárias, as altas taxas de desemprego, greves sindicais, movimentos contestatórios, obrigando o sistema capitalista mundial a rever o paradigma do regime de acumulação herdado do fordismo clássico e a promover inúmeras mudanças nas políticas de investimento e nas funções tradicionalmente cumpridas pelo Estado, tudo em vista de uma reestruturação mais profunda nos padrões produtivos globais vigentes”.

Na nova ordem econômica, o Welfare State não se coaduna com as teses da ideologia neoliberal: Estado Mínimo; privatização e desnacionalização das empresas estatais; o livre mercado; não restrição à participação das empresas estrangeiras no mercado brasileiro. Com efeito, as importações são liberadas de taxações e a legislação econômica e social são ajustadas aos princípios neoliberais.

A partir dos enunciados transcritos acima, percebe-se que uma das estratégias argumentativas do discurso neoliberal do sujeito da *FCD* é demonstrar que as empresas estatais são fontes dos déficits e do endividamento do setor público. Este, por sua vez, é responsável pelas taxas de juros altas praticadas pelo mercado financeiro, e o governo federal, na tentativa de cobrir seus déficits, endivida-se cada vez mais, captando recursos junto ao sistema financeiro. Por isso, o sujeito da *FCD* afirma: “*De nada adianta ao Governo possuir o controle de imensos patrimônios produtivos, se a sua rentabilidade é baixa ou nula. Manter certas empresas, como a Siderúrgica Nacional ou a Rede Ferroviária, significava uma sangria para os cofres públicos*”. No entanto, para Alcoforado (1998:57-60),

“os neoliberais encobrem [...] as verdadeiras causas dos déficits e endividamento do setor.[...] Na prática, a incapacidade atual do Estado brasileiro em investir é produto

de um verdadeiro processo de transferência, nos últimos anos, de recursos do público para o setor privado [...] e, também no exterior, de facilidades fiscais, subsídios de toda ordem, baixas taxas de juros de bancos oficiais e tarifas públicas insuficientes. [...] Como esse processo não poderia seguir-se indefinidamente, o Estado brasileiro foi levado a uma situação sem precedentes em sua história. [...] O Estado e as estatais faliram no Brasil em benefício de grupos privados do País e do exterior”.

Outro argumento do sujeito panfleteiro da *FCD* para tirar o País da crise - ao reduzir a ação do Estado - é a de que a venda das empresas estatais diminuirá os tributos, as tarifas, os preços dos serviços prestados pelas ex-empresas do governo:

“Ao adquirir uma empresa pública, o empresário se obriga a cumprir rigorosamente certas metas. A meta para a telefonia, por exemplo, é telefone barato e fácil para todos. Você lembra de quanto custava e como era difícil conseguir uma linha telefônica? Doravante, conseguir telefone deverá ser tão fácil e tão barato como conseguir ligação de água ou luz” (PC 13).

No entanto, de acordo com Alcofarado (1998:57), “se levarmos em conta a experiência da Inglaterra e Argentina com a privatização dos seus setores elétricos, ocorreu exatamente o contrário: a elevação de tarifas de energia”.

A crise para o sujeito panfleteiro da *FCD* é econômica, tecnológica e do Estado. O sujeito panfleteiro da *FCD*, a partir de seu lugar discursivo situacionista, não fala em crise social. Para a ideologia política desse sujeito, as denúncias da facção ideológica de esquerda sobre a crise que o país enfrenta são mentiras: “*Levianamente, a oposição divulga afirmações falsas sobre as ações do Governo*” (PC 13). Para o sujeito da *FCD*:

“A partir do Plano Real feito pelo PSDB, o brasileiro passou a comer melhor [...], também está vivendo com mais conforto [...], começou a construir seu futuro. Isso se reflete no aumento do consumo de cimento. [...] Agora são vendidos 1,2 milhão de carros” (PC 13).

b) *Frente de Esquerda*

• *A crise como “crise econômica”*

O sujeito da *FE*, ao contrário do sujeito da *FCD*, não divide a crise, não discute o tamanho do Estado. Em seus enunciados, apresenta um diagnóstico da realidade brasileira inserida no processo de internacionalização do capital, cujo culpado é o governo FHC. Os enunciados a seguir são representativos:

“O governo FHC jogou o Brasil na crise. Durante 4 anos *apoiou os banqueiros e especuladores* e não protegeu o Brasil. Agora, tenta esconder a crise dos brasileiros e isso pode quebrar ainda mais a nossa economia” (PC 1);

“É triste o momento pelo qual o povo brasileiro está passando. Miséria, crianças morando nas ruas, pessoas pedindo nos faróis, violência, fome e mais desemprego. Por que chegamos a tal situação? Porque *o governo apostou no modelo econômico neoliberal, que privilegia os grandes grupos empresariais* e prejudica os trabalhadores, a classe média e os pequenos e microempresários” (ST 14).

O projeto da *FCD* é considerado pelo sujeito da *FE* como desnivelador interno da sociedade brasileira, ou seja, aumenta a distância entre a minoria rica e a maioria excluída dos processos socioeconômicos. Por isso diz: “É triste o momento pelo qual o povo brasileiro está passando. Miséria, crianças morando nas ruas, pessoas pedindo nos faróis, violência, fome e mais desemprego”; “*Que os ricos paguem pela crise!*”.

Para o sujeito da *FE* a privatização de empresas estatais, a abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro, a política de livre negociação salarial, a desregulamentação no plano econômico do governo de FHC significam a implementação do neoliberalismo. Para ele, em vez da *FCD* alcançar a eficiência no plano econômico, contata-se exatamente o contrário: a economia está estagnada, pois

“a política do atual governo produziu a maior onda de desemprego dos últimos 15 anos: o Brasil não cresce e deixa de investir em emprego, em saúde, educação, moradia e segurança” (PC 1);

“O Governo FHC [...] pára de investir na agricultura e leva as pequenas e médias empresas à falência” (PC 1);

“O próprio governo afirma que [...] para pagar juros de suas dívidas pôs a venda as estatais brasileiras, pelo preço mais baixo possível [...] importantes empresas brasileiras foram vendidas, a preço de banana, para grandes multinacionais estrangeiras” (ST 14);

“Vivemos sob os efeitos de uma profunda reestruturação das relações entre Estado e sociedade, com o crescente predomínio dos interesses do lucro” (ST 18).

Para o sujeito da *FE*, a implantação das teses neoliberais, no Brasil, é catastrófica. O afastamento do Estado brasileiro de áreas estratégicas como as de energia e de telecomunicações está levando inevitavelmente à desnacionalização da economia. Portanto, transfere para fora do País, o centro das decisões sobre o desenvolvimento desses setores, por isso, no PC 11 é afirmado: “Estamos sendo empurrados ao precipício por um governo

que *transformou o Estado em comitê de negócios favoráveis aos tubarões das finanças e entregou o futuro do país às mão dos agiotas mundiais*".

A privatização de empresas estatais provoca, dentre outras conseqüências negativas, problemas de natureza estratégica do Brasil, pois se está permitindo que setores estratégicos como, por exemplo, o de energia, de minérios e de telecomunicações estejam não mais sob o controle do Estado e sim sejam comandados do exterior, em detrimento dos interesses nacionais. De acordo com Alcoforado (1998:56),

“o argumento dos neoliberais é de que o mundo está se tornando cada vez mais independente, globalizado, fazendo com que teses como a da soberania nacional sejam consideradas arcaicas. Abrir mão da soberania nacional seria para os neoliberais o preço que teríamos que pagar para se integrar à economia mundial. Infeliz do país que abre mão de sua soberania. Ele não merece existir”.

Para o sujeito da *FE*, a ótica neoliberal é falsa. Para ela, é preciso manter os investimentos estatais em áreas estratégicas da economia e se coloca como a salvadora e como único caminho bom, ou seja, *ou a FE ou o caos*. Por isso diz: “*Não há outro caminho para defender a pátria da catástrofe que nos ameaça: somente um governo, das forças populares e democráticas, pode impedir a falência e salvar os brasileiros do caos*” (PC11).

De acordo com o sujeito da *FE*, o desmantelamento do Brasil está centrado não apenas no setor produtivo e no setor público, mas, conseqüentemente, também no social. Para o sujeito da *FE*, o governo de FHC se caracteriza também pela negligência com a questão social: “*o Brasil não cresce e deixa de investir em emprego, em saúde, educação,*

moradia e segurança” (PC 1). Para Gonçalves (1998:184), no governo de FHC verifica-se a piora das condições sociais no país, visto que

“ao longo do governo FH vem ocorrendo um retrocesso no que se refere à pobreza, exclusão e tensão social. Ao mesmo tempo em que o Programa Comunidade Solidária vai desaparecendo da agenda nacional, como resultado da sua própria inoperância, há uma crescente preocupação no sentido de que ‘não apenas os direitos trabalhistas estão sendo questionados e restringidos: o conjunto dos chamados direitos sociais vem sofrendo sérias restrições. Trata-se do direito à educação, à saúde, à moradia, ao transporte, ao emprego, à organização dos trabalhadores’ (Abreu & Lesbaupin, 1997)”.

O sujeito da *FE*, além de apresentar denúncias e críticas, mostra que seu projeto de sociedade brasileira é eficiente para resolver os problemas que os brasileiros vêm sofrendo. Vejamos os enunciados abaixo:

“O povo paga pela crise com juros altos, CPF, impostos e desemprego. [...] Com Lula para sair da crise” (PC 1).

“[...] na luta *contra a barbárie neoliberal, contra as privatizações* [...]” (ST 13)

“Uma grave crise ronda o país, talvez a mais dura já enfrentada em nossa história. [...] Estamos sendo empurrados ao precipício por um governo que *transformou o Estado em comitê de negócios favoráveis aos tubarões das finanças e entregou o futuro do país às mãos dos agiotas mundiais*. Não há outro caminho para defender a pátria da catástrofe que nos ameaça: somente um governo, das forças populares e democráticas, pode impedir a falência e salvar os brasileiros do caos” (PC 11).

Os dois grupos se apresentam como agentes da ação política que pode salvar o Brasil da crise, apesar de demonstrarem reconhecer a existência de problemas estruturais

presentes na dialética do jogo político-econômico. Portanto, é importante não esquecer, como afirma Mello (1998), que:

“a história do capitalismo [...] sempre foi uma história de crises cíclicas associadas a um esforço constante e permanente de *reestruturação* produtiva” (p.08);
 “As crises cíclicas nada mais são que expansão (causa e efeito) desse mesmo movimento contraditório de acumulação e expansão contínua das forças produtivas capitalistas em suas várias etapas de desenvolvimento, e têm representado, sempre, momentos de reajuste da economia mundial face a essas necessidades. E isto está dado pela própria natureza contraditória do movimento de autovalorização do capital [...] ao estender de tempos em tempos a oferta de produtos para além dos limites possíveis da demanda conjuntural, acaba por gerar, nesses contextos, uma *superprodução* de mercadorias (com a conseqüente depreciação dos preços) que passa a exigir a ampliação contínua de mercados” (p.12).

A apresentação dos políticos como salvadores é uma característica de “estruturas políticas como a brasileira, de caráter marcadamente patrimonial” (Mendonça, 1997:31). Mas, a peculiaridade da *salvação pela racionalidade* é característica do discurso da *FCD*. A redenção do país se dará por meio “dos floretes intelectuais de FHC” (Mendonça, 1997:31).

3. O Desemprego

a) Frente de Centro-Direita

O tema do desemprego é discutido estrategicamente pelo sujeito da *FCD* a partir de dois sentidos principais, que mostrarei a seguir.

- *Inevitabilidade do desemprego causado pelo processo de globalização*

Para o sujeito da *FCD* o desemprego é independente da política econômica do governo brasileiro. Assim sendo, o desemprego não é mostrado como efeito de uma política interna deliberada. Vejamos os enunciados representativos.

“O desemprego é um mal dos nossos tempos que atinge o mundo inteiro” (PC13).

“O grande culpado do desemprego é o avanço da tecnologia. A automação e a informática suprimem postos de trabalho, principalmente na indústria mas, de forma cada vez mais marcante, atingem todos os setores da economia: comércio, agricultura, bancos. Nenhum setor ficará imune a revolução tecnológica” (PC 13).

Entretanto, de acordo com Gorender (1996:16),

“o objetivo governamental do pleno emprego cedeu prioridade ao combate à inflação, vista como o pior dos males. Os meios de intervenção fiscal, monetária e cambial são acionados incessantemente com vistas a garantir a deflação compressora, particularmente vantajosa ao capital financeiro”.

De acordo com estudos estatísticos, o Brasil tinha, na época da campanha eleitoral, 13 milhões de desempregados. O desemprego é um dos problemas brasileiros, atribuído, no discurso do sujeito da *FCD*, ao processo da globalização. É caracterizado como um fenômeno mundial, que escapa em grande parte à atuação do governo. É visto como estrutural, como uma epidemia econômica vinculada e decorrente da globalização, do avanço da tecnologia. Mas, segundo Batista Jr. (1997: 86), “a insistência com que se recorre, nesse contexto, à inevitabilidade dos processos em andamento faz lembrar a

observação do historiador inglês A.J.P. Taylor (1996:187), para quem a ‘inevitabilidade’ era ‘uma palavra mágica utilizada para mesmerizar os incautos’”.

A tese do desemprego como um fenômeno mundial, produto da inexorável ‘mundialização’ da esfera financeira, ou seja, da internacionalização dos mercados é uma ideologia, visto que em países como o Brasil, que ainda carregam traços acentuados do seu passado colonial, explicar a causa do desemprego como sendo efeito da globalização, de acordo com Batista Jr. (1997:96),

“constitui um reforço considerável e falsamente moderno para a arraigada subserviência de muitos setores das camadas dirigentes do país, sempre prontos a atuar como prepostos dos interesses internacionais dominantes e a colaborar para uma integração subordinada à economia internacional. Nesse contexto, a ‘globalização’ funciona como álibi para algumas posições tradicionais das elites locais”.

- *Solução do desemprego por meio da competência*

É paradoxal conceber o desemprego inevitável, por ser causado pelo processo de globalização, e ao mesmo tempo sua solução depender da competência intelectual de um indivíduo. Por meio dos enunciados abaixo, percebe-se que a estratégia do sujeito da *FCD* é mostrar que o fim do desemprego é uma questão que depende da preparação intelectual, política e de força do presidente-candidato *FHC*, por isso o sujeito da *FCD* afirma:

“Fernando Henrique Cardoso é o Presidente da república do Brasil. [...]Sociólogo conhecido no mundo inteiro, foi professor em 7 universidades de renome internacional. Foi Senador, Ministro das Relações Exteriores e Ministro da Fazenda. Ele criou o Real, derrubou a inflação [...] e vai vencer o desemprego” (ST 2);

“Agora, o Brasil está enfrentando outro grande problema: o desemprego. E é por isso que *Fernando Henrique* é candidato a presidente outra vez, para enfrentar e resolver este problema. E você sabe quem *derrubou a inflação é o mais preparado para derrubar o desemprego*” (ST 2);

“Vencer o desemprego, o desafio do 2º mandato” (ST 2);

“Primeiro, vencemos a inflação. Agora, vamos vencer o desemprego” (ST2).

A grande estratégia do sujeito panfleteiro da FCD é mostrar o presidente-candidato como ilustrado. Entretanto, não no sentido clássico dos anseios libertários dos filósofos das “Luzes”, que pode ser sintetizado na seguinte divisa do Iluminismo, de autoria de Kant (*apud*: Fortes, 1995:83): “*SAPERE AUDE*. Ou seja, traduzindo do latim: Ousai saber!!!”. Além do mais, ele não se coloca contra a estrutura opressora do sistema capitalista globalizante, postulando uma nova ordem como as vanguardas da Revolução Francesa que se colocavam contra a visão de mundo dos senhores feudais e da Igreja. Mas, no sentido de que ele SABE e o povo é incapaz de se servir da sua própria racionalidade sem a direção de um ilustrado, no caso, ele, o presidente-candidato. Vemos assim a presença do discurso da Filosofia das Luzes ou filosofia da Ilustração.

O eixo central do discurso do sujeito da *FCD* é a razão, representada na imagem do intelectual. Os símbolos são a cultura, a formação acadêmica cosmopolita, etc. Não resta a menor dúvida de que essas idéias representam a ideologia da elite dominante que está no poder e cujo objetivo é ressaltar o plano do saber como estatuto simbólico do poder político.

b) *Frente de Esquerda*

Contrariamente ao discurso da *FCD*, para a *FE*, o desemprego é causado pela política econômica de base recessiva, visto que o controle do combate à inflação se mantém graças ao fato de ela restringir o crescimento da economia brasileira. A adoção desse paradigma de produção, que provoca o desemprego em grande escala, é combatido pela *FE*:

“A política do atual governo produziu a maior onda de desemprego dos últimos 15 anos: o Brasil não cresce e deixa de investir em empregos [...]” (PC 1).

“O desemprego se tornou a maior desgraça social do país com FHC. [...] lançou 4,22 milhões de trabalhadores e sua famílias à miséria e desesperança” (PC 8).

“Particularmente no Brasil, o desemprego é assombroso porque o Plano Real se resume ao controle da inflação [...]” (ST 12).

“A taxa de desemprego, este ano, é a maior dos últimos 14 anos” (PC 2).

Dessa forma, para o sujeito da *FE* o povo brasileiro estava pagando um preço muito alto pelo modelo de combate à inflação inspirado em um conceito neoliberal do Estado e da sociedade. Esse sistema estava deteriorando cada vez mais a vida já precária da maioria da população brasileira.

Compartilhando a mesma perspectiva que a *FE* está Alcoforado (1998:100) ao afirmar que:

“Um país como o Brasil, que possui 20 milhões de desempregados, que cada ano incorpora 2 milhões de trabalhadores ao mercado de trabalho, que possui 32

milhões de miseráveis e apresenta um déficit social expressivo não pode se dar ao luxo de combater a inflação por meio de medidas recessivas como as contempladas no Plano Real”.

O sujeito da *FE* não apenas apresenta denúncias e críticas. Diante do quadro acima, apresenta seu candidato como alternativa para reestruturação produtiva. Para ele, vencer o desemprego e a exclusão social, são necessários novos pressupostos para um novo modelo de desenvolvimento sócio-econômico que não seja neoliberal:

“Juntamente com Lula, presidente e Leonel Brizola, seu vice, temos a certeza de nossa capacidade de oferecer [...] um país [...] sem o temor do desemprego [...]” (ST 1);

“LULA, candidato a presidente da República tem certeza de que é possível construir um país [...] sem o temor do desemprego” (ST 10);

“[...] gerar mais emprego [...] é a chance de fazer um Brasil muito diferente. Muito diferente do que Fernando Henrique tem feito do Brasil” (ST 13);

“O povo já sabe que a maior obra de Fernando Henrique é o desemprego. [...] Com o PT é diferente: emprego, distribuição de renda [...]” (ST 13).

Com efeito, para o sujeito da *FE*, apesar das dificuldades e da situação econômica ela apresenta uma proposta diferente em que não se contrapõe “emprego e distribuição de renda” com faz o projeto da *FDC*.

IV. *Concluindo*

Como se pode ver por meio da análise discursiva acima, a disputa política entre os dois grupos principais - que representam duas concepções de mundo antagônicas, dois projetos de sociedade distintos: de um lado, o bloco de centro-direita, liderado pelo presidente-candidato Fernando Henrique Cardoso, de outro, o bloco de esquerda, liderado por Lula - mostra dois sujeitos que constroem suas imagens a partir dos discursos sobre a modernidade.

A imagem do sujeito da *FCD* é construída nos limites da modernidade por meio da defesa da globalização da economia, do livre mercado, da internacionalização da economia brasileira (do capitalismo subordinado ao capitalismo internacional), do neoliberalismo na política, do Estado Mínimo, nos quais a modernidade é apresentada como uma fatalidade à qual os brasileiros não podem escapar. Essa ideologia da modernidade como natural e fatal retira (ou deslegitima) do *outro* suas opções diversas. Os inimigos não são atores políticos, mas objetos discursivos como o desemprego, a revolução tecnológica, a globalização dos mercados, etc.

A imagem de modernidade do sujeito da *FE* é construída na defesa do socialismo democrático, da participação do Estado na economia como regulador e investidor - especialmente nos setores estratégicos para o desenvolvimento do Brasil -, da proteção à empresa nacional e da ação do Estado em setores da economia e do bem estar, ou seja, por meio das propostas de igualdade e de progresso. Os inimigos são atores políticos como os políticos de direita, o governo FHC. O sujeito da *FE* apresentou denúncias, queixas, mas também muitas propostas.

O quadro demonstrativo abaixo resume os enunciados básicos que cada sujeito enuncia.

Enunciados Básicos de cada Sujeito sobre o Mito da Modernidade	
Sujeitos	
FCD	FE
<ul style="list-style-type: none"> • A modernidade é uma fatalidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • A modernidade é uma via para a igualdade.
<ul style="list-style-type: none"> • Defesa do capitalismo globalizante. 	<ul style="list-style-type: none"> • Defesa do socialismo democrático.
<ul style="list-style-type: none"> • Defesa do Estado mínimo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Participação do Estado na economia.

Quadro 1: Enunciados básicos de cada sujeito.

O *outro* está sempre presente na argumentação dos discursos dos sujeitos das duas frentes políticas. Ao defenderem os *horizontes de possibilidades* (um para a continuidade e o outro para a modificação da sociedade,) de seus projetos políticos o *outro* se constitui a partir de três maneiras principais. Uma é através da contra-argumentação, na qual o outro está presente para ser destruído. Ele é um parâmetro de interlocução contra o qual cada sujeito luta porque defende um horizonte de possibilidade diferente do seu. O outro é também constituído pelos companheiros que lutam junto com o sujeito.

O eleitor é também o outro. A constituição discursiva que os sujeitos panfleteiros da *FCD* e da *FE* fazem de seu leitor é de um interlocutor e de um eleitor em potencial a ser conquistado. Por isso, eles fazem uma imagem favorável de si para convencer os eleitores de que são os melhores, que seus projetos de sociedade são os mais eficientes e justos. Então, pode-se concluir que o outro não é o outro, mas os outros.

É a partir dessas condições de produção que os slogans e os panfletos emergem. As posições das duas frentes políticas principais diante da conjuntura me possibilitam compreender o discurso político e o funcionamento discursivo dos panfletos políticos. Entretanto, esclareço que, neste trabalho, “conceber as ações do sujeito, incluindo, evidentemente, o discurso, a partir das condições sócio-históricas que ele encontra e que condicionam sua ação e o discurso [não] significa anular sua ação ou considerá-la irrelevante. [...] Em suma, as condições de produção condicionam, não determinam” (Marques et alii, 1998:118).

PANFLETO: um gênero discursivo

Nesta parte da tese, meu objetivo é responder a algumas questões colocadas na introdução da pesquisa sobre o panfleto se constituir em um gênero discursivo e, sendo a resposta positiva, propor a hipótese de que há uma relação entre esse gênero e uma grande possibilidade de demonstrar a existência de marcas de subjetividade do sujeito da enunciação. Por isso, desenvolverei este capítulo, discutindo a problemática do gênero, com base em Branca-Rosoff (1999), para analisar brevemente a grande variedade das tipologias e classificações. A partir daí, situarei a linha de pesquisa mais coerente e produtiva. Posteriormente, partindo do corpus, descreverei o panfleto como um gênero discursivo a partir das suas características distintivas e das suas condições de êxito.

I. A problemática do gênero

As produções discursivas são classificadas. Por exemplo, na mídia, os jornalistas e leitores empregam os termos reportagem, editorial, classificados; na televisão, *talk-show*; nas empresas, os relatórios de balanço; na universidade, dissertação, tese, etc. Os

locutores, os leitores utilizam esses termos sem, no entanto, utilizar os termos englobantes como gênero, modo ou tipo de discurso.

Em geral, falar de gênero foi, durante muito tempo, um tema da retórica e da literatura. De acordo com Branca-Rosoff (1999), os lingüistas por muito tempo negligenciaram os estudos dos níveis intermediários do funcionamento do discurso. A partir dos anos da década de 70, quando se desenvolveram os estudos sobre o discurso, é que as tipologias e as classificações dos gêneros do discurso comum se multiplicaram.

As principais correntes são reagrupamentos que funcionam como métodos de questionamento do *corpus*. Eles podem orientar em direção à pesquisa das identidades enunciativas impostas pelas instituições. Branca-Rosoff (1999) reagrupa essas correntes, situando cada uma conforme um eixo dominante, resultando em dois grandes conjuntos: as tipologias universalistas e os gêneros sociais empíricos. No primeiro conjunto, estão os estudos pertencentes à tradição retórica greco-latina aristotélica, visto que os gêneros oratórios estão diretamente relacionados às instituições da cidade e ainda hoje se apóiam sobre uma tipologia do espaço social. Ao segundo, pertencem as pesquisas que defendem a impossibilidade de estabelecer categorizações *a priori*. Nessa segunda classificação está o subconjunto, cujas abordagens não visam a uma tipologia. Objetivam a construção de novos domínios de observação e que Branca-Rosoff (1999) chama de “gêneros comuns incontáveis” e que constituem uma “semântica dos gêneros ligada a uma filosofia do sujeito ativo/agente” (p.19).

Para Goffard (1997), essa perspectiva de trabalho e de pesquisa foi aberta no início dos anos cinquenta pelo pesquisador soviético Mikhail Bakhtin. Este último concebe seu projeto a partir da constatação de que, em todo os domínios da atividade humana, os

homens utilizam a linguagem. Para constituí-la em objeto de estudo, não é possível contentar-se com abordagens parciais (gêneros literários, análises de conversação, retórica, tipologia, etc.) que não podem ser colocadas uma em relação às outras. Para Goffard (1997), o ângulo de ataque escolhido por Bakhtin, para unificar as abordagens e tratar os gêneros, é o do enunciado. Nesse quadro, os gêneros não se limitam ao estudo, tradicional e frequentemente contestado, dos gêneros literários.

Essa abordagem, de acordo com Branca-Rosoff (1999), tem dois grandes expoentes, que são Bakhtin e Wittgenstein. Este comunga com aquele a divisão dos gêneros em primários (os diálogos da interação cotidiana, felicitações, votos, agradecimentos, etc.) e os gêneros secundários, elaborados na literatura, na atividade científica ou sócio-política. Por um lado, para os dois autores, é impossível, por princípio, estabelecer uma classificação exaustiva das atividades da linguagem, pois são inumeráveis as utilizações de tudo que denominamos palavras, signos, frases. Por outro lado, para Wittgenstein, pode-se partir dos jogos da linguagem (indissociavelmente formas e sentido) para fundar uma semântica articulando conteúdos da linguagem com conteúdos de ação.

Os jogos da linguagem, as maneiras de dizer são ao mesmo tempo maneiras de produzir funcionamentos sociais.

II. Opção por uma perspectiva de gênero

Dentre os grandes agrupamentos dos métodos de questionamento de corpus, por coerência, a opção tomada para orientar esta pesquisa se apóia sobre o *arcabouço teórico do sujeito ativo* de Bakhtin.

Opto pela perspectiva do gênero sócio-discursivo bakhtiniano pelo fato de ela conceber, como eixo central, o reencontro dos homens em situações de trocas verbais, de textos concretos de comunicação e não em tipos de textos abstratos.

1. Bakhtin e os gêneros

Bakhtin é o autor que caracteriza mais nitidamente a linguagem pela presença de diferentes gêneros e, sem dúvida, é um empreendimento que é muito bem desenvolvido por ele na *Estética da criação verbal* (Bakhtin, 1992b).

Para Bakhtin, a linguagem acompanha todas as atividades humanas e “cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso” (1992b:279). E como cada esfera se desenvolve e se torna mais complexa, o repertório de gêneros de discurso da esfera vai diferenciando-se e ampliando-se. Haverá tantos gêneros de discurso quanto as atividades humanas. Dessa forma, são infinitas a riqueza e a variedade dos gêneros do discurso. Desse ponto de vista, os gêneros nitidamente se caracterizam pelo que se faz com a linguagem como: mostrar, descrever, explicar.

2. Gêneros primários e secundários

Em seu trabalho de definição de enunciado, Bakhtin (1992b) introduz a tese essencial, segundo a qual os enunciados constituem num dado momento da história de uma cultura um conjunto impressionante de grande diversidade. Quanto mais uma cultura

é rica de espaços de atividades humanas, mais numerosas são as relações entre esses espaços e mais multiplicam-se as situações de trocas orais e escritas. Vários são os exemplos de gêneros sócio-discursivos, em um dado momento histórico de uma dada sociedade. Como, por exemplo: a conversação entre parceiros, a entrevista com um empregador, uma carta de um amigo, a novela, o *talk-show*, o discurso político, a receita de comida, etc.

Bakhtin diferencia os gêneros do discurso em primários e secundários. Os *gêneros primários* (simples) estão presentes nas situações da vida cotidiana e correspondem a um espectro diversificado da atividade lingüística humana relacionada com os discursos da oralidade em seus variados níveis: do diálogo cotidiano ao discurso didático, filosófico ou sócio-político. A comunicação verbal na vida cotidiana dispõe de gêneros, ou seja, para falarmos, segundo Bakhtin (1992b:301), “utilizamos sempre dos gêneros do discurso [...], todos os nossos enunciados dispõem de uma *forma padrão* e relativamente estável *de estruturação de um todo*. [...] Falamos em vários gêneros sem suspeitar de sua existência”.

Os *gêneros secundários* (complexos) são característicos de circunstâncias de uma comunicação cultural mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita. No entanto, correspondem a uma interface dos gêneros primários. De acordo com Bakhtin, a característica essencial dos gêneros secundários é a absorção dos gêneros primeiros e sua transmutação em gênero secundário. Abrangem o romance, o teatro, o discurso filosófico, o discurso político, o discurso científico, o discurso ideológico, etc.

A divisão em conjunto não significa que se trata de classes isoladas, mas sim de formas correlativas: um gênero como o discurso filosófico está representado nas duas

esferas. O que significa que o processo combinatório que constitui um gênero (acabamento) provoca a evolução (inacabamento).

É na vida cotidiana, nas comunicações interativas, que se manifesta o processo combinatório dos gêneros discursivos. O contato entre vida e enunciado é, então, o potencializador dos gêneros discursivos que modulam as enunciações e determinam as formas dos gêneros dos enunciados pronunciados pelos falantes.

A palavra que entra na enunciação é uma unidade do discurso vivo, dinâmico; como tal, é uma unidade cultural dotada de tudo que é próprio da cultura, principalmente as significações cognitivas, éticas e estéticas.

As produções da linguagem são construídas em situação concreta. As pessoas falam e escrevem em direção a interlocutores que têm uma identidade social bem definida e que se interessam por um domínio preciso de atividades. Essas produções são então funcionais: fala-se para participar de uma interação verbal.

O quadro abaixo resume as diferenças entre as duas grandes categorias de gêneros:

GÊNEROS PRIMÁRIOS	GÊNEROS SECUNDÁRIOS
Simples;	Complexos;
Presentes nas trocas verbais cotidianas;	Presentes nos domínios: -culturalmente evoluídos; - complexos (artes, ciências, política, etc.);
Freqüentemente orais;	Freqüentemente escritos;
Tornam-se componentes dos gêneros Secundários	Formados por absorção e transmutação dos gêneros primários;
- Estão em relação com o real; - Estão em relação com os enunciados do outro.	- estão em relação com o real; - estão em relação diferente com os enunciados do outro; - os gêneros primários integrados perderam sua autonomia por estar submisso aos gêneros secundários;

Quadro 2: Características dos gêneros primários e secundários.

As formas típicas da língua, isto é, os gêneros do discurso, organizam nossa fala da mesma maneira que o fazem as formas gramaticais (sintáticas). Falamos por enunciados e não por orações isoladas. O locutor recebe além das formas prescritivas da língua comum - ele não as cria livremente -, os gêneros do discurso, que são “formas não menos prescritivas do enunciado” (Bakhtin, 1992b:304). Com efeito, “o enunciado, em sua singularidade, apesar de sua individualidade e de sua criatividade, não pode ser considerado como uma *combinação absolutamente livre* das formas da língua” (p.304). No entanto, é de acordo com o domínio que temos dos gêneros e sua utilização com desenvoltura que “descobrimos mais depressa e melhor nossa individualidade [...], que realizamos com um máximo de perfeição o intuito discursivo que livremente concebemos” (p.304).

A partir das afirmações acima, pode-se dizer que as normas, as restrições que regem as formas de enunciados, constituem o quadro *com* e *no* qual se materializa a variedade de trocas constitutivas de atividade. Os locutores dispõem de gêneros de discurso presentes na comunidade a que pertencem e sua utilização se dá por meio da concretude das relações sociais. No entanto, as nuances sociais, psicológicas, afetivas dependem das filiações dos sujeitos singulares. Trata-se de dizer que as combinações do enunciado são a expressão da *dimensão normatizadora*, enquanto a *individualidade* é resultado da livre concepção do projeto discursivo do locutor.

As normas dos gêneros funcionam como referência à vinculação social e como meios de reflexão. Assim sendo, os gêneros do discurso apresentam-se como recursos para pensar e dizer. Daí que o domínio dos gêneros permite a subversão possível desses mesmos gêneros, num determinado momento da história, contribuindo para novas variedades entre a infinita possibilidade de gêneros. No caso específico desta pesquisa, o gênero panfleto é um exemplo da história dialética que percorre um gênero.

3. Panfleto político: um gênero discursivo

Este trabalho não se inscreve na classificação tradicional do conceito de panfleto, como uma brochura, ou pequeno livro, construído a partir da linguagem panfletária, isto é, pela polêmica ou pela sátira ou pelos dois e que contém apenas uma análise rápida, que não fornece muitas informações sobre um tema e, com efeito, não é um tratado; o que é relevante é o impacto, os efeitos chocantes, o ataque contra certas idéias. A concepção tradicional, de acordo com Angenot (1982), considera freqüentemente como panfleto os

escritos narrativos, romances ou utopias satíricas, reportagens, ensaios essencialmente cognitivos.

Dessa forma, para Angenot (1982:17), na concepção tradicional, “a palavra panfleto tem um sentido muito amplo que o torna inútil”. Considero também que essa concepção não é útil e nem produtiva para esta pesquisa, como se verá na análise do panfleto político.

Pelo fato de não se utilizar a concepção tradicional, poder-se-ia dizer que a palavra panfleto está sendo usada, atualmente, de forma imprecisa pelo senso comum e neste trabalho. Mas, na realidade, meu empreendimento não consiste em me conformar ao sentido usual, comum. Ao invés disso, buscarei compreender essa forma que o uso ordinário chama de panfleto e descrevê-lo discursivamente para que sua definição seja compreendida e produtiva para a análise.

Para constituir o objeto deste trabalho - o panfleto político -, parti da concepção intuitiva e popular do que é um panfleto. Para as pessoas em geral, os panfletos políticos são textos distribuídos para propaganda política, tanto que, quando alguém realiza esse ato, se diz que ele está *panfletando*. A sua descrição como gênero discursivo é um empreendimento que estou desenvolvendo ao longo desta tese, sobretudo neste capítulo.

O panfleto político é um texto escrito, que se pode afirmar que reflete, de acordo com a teoria de Bakhtin (1992b:279), “as condições específicas e as finalidades [...], não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua - recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais -, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional”.

O panfleto político, enquanto texto e ação com sentido, constitui um gênero secundário e uma forma de relação dialógica. É uma unidade significativa de comunicações discursivas articuladas, que envolve idéias, valores, etc. e, como tal, exige a *compreensão responsiva*, ou seja, a análise pode constituir o conjunto de representações do autor do texto.

O panfleto, neste trabalho, é tratado como um tipo de gênero historicamente circunscrito, pertinente a uma certa sociedade e portador de características formais e ideológicas representativas. A sua descrição e análise estão relacionadas à sua emergência histórica. A construção do modelo de panfleto utilizado nesta pesquisa extrapola as variáveis divergentes de cada texto e concebe um modelo suficientemente estável e funcionalmente coerente para que lhe seja dado o status teórico de gênero.

Como afirma Maingueneau (1998:47), inspirado em Bakhtin, “os gêneros de discurso provêm de diversos *tipos* de discursos associados a vastos **setores da atividade social**”. Assim, o gênero panfleto político constitui um gênero no interior do tipo de discurso de propaganda ideológica. “Divide-se, assim, a sociedade em diferentes setores: produção de propaganda, administração, lazeres, saúde, ensino, pesquisa científica, etc. que corresponde, ao mesmo tempo, a grandes tipos de discursos (Maingueneau, 1998:47)”. É oportuna a construção da seguinte representação:

como o de uma carta, de um manifesto, de uma profecia, de uma cartilha, etc. São distribuídos gratuitamente à população: pessoalmente na rua, pelos correios. Alguns são apócrifos. A maioria não tem data, nem local. E todos são destinados à propaganda política. Utilizam a polêmica, a sátira, a caricatura, a charge, o slogan, uma pequena biografia, etc. As folhas podem ser impressas em off-set, em impressoras para computador, ou ter a primeira folha escrita à mão, todas fotocopiadas, etc. A seguir resumirei, em um quadro descritivo, as características distintivas do panfleto político.

Panfleto Político: características distintivas	
<u>Itens</u>	<u>Discriminação</u>
1.Cena englobante	Política
2.Modalidade de língua	Escrita
3.Formas de circulação	Gratuita. Difusão popular, feita por militantes e (ou) empresas especializadas em lugares públicos de mão em mão; pelos Correios, através de caixas de correspondências.
4. Objetivo	Fazer propaganda político-ideológica (gerar uma predisposição para criar uma imagem favorável de um candidato para obter votos; criar uma imagem negativa do adversário).
5. Produção	Individual ou em grupo. Assinado ou anônimo. Tamanho mínimo de 4,0 cm x 4,0 / máximo de 29,0cm x 21,0 cm. Quantidade de folhas de 1 até 9 (18 páginas).
6.Formatos	Santinho, carta, cartilha, manifesto, caricatura, profecia, etc.
7. Tipos de textos	Verbal e visual. Preto e branco e colorido.
8.Recepção	Leitura imediata e rápida.
9.Tipo de publicação	Folha volante (não guardável). Efêmera (circunscrita a um período político, a uma dimensão no tempo).

Quadro 3: Características distintivas do gênero panfleto.

Considerando o quadro acima, operacionalizarei a definição do panfleto a partir de um conjunto de variáveis que lhe confere um modelo com características relativamente estáveis. Esclareço que esta operacionalização é, apenas, uma forma de descrever o gênero panfleto, e não uma categorização formal, pois, de acordo com a teoria bakhtiniana, um gênero mobiliza uma esfera da enunciação, representando uma unidade aberta da cultura.

Os panfletos políticos são textos escritos heterogêneos, mas, como se pode ver no quadro acima, têm um certo conjunto de traços que se organizam em um conjunto inteligível portador de uma significação ideológica em relação às pessoas e instituições. As condições de sua gênese são um determinado momento político, que no nosso trabalho é o político-eleitoral. Caracterizam-se por serem persuasivos. Podem ser publicações nas quais os candidatos divulgam sua imagem física, apresentam seu programa de eleições, ensinam os eleitores a votar, podem ser textos polêmicos, textos satíricos ou que compreendam tanto a sátira quanto a polêmica, mas que possuem a dominância de uma das duas características. São diversos os panfletos coletados durante a campanha de 1998.

O conceito operacional do panfleto político está relacionado com a forma como ele é utilizado atualmente no Brasil e designa uma forma histórica específica, mas que, sem dúvida, é uma extensão, uma progressão de modelos antigos. Justifico essa afirmação com base no princípio bakhtiniano que diz que *a vida do gênero é marcada pela capacidade transformadora, criadora, renovando-se a cada nova etapa do desenvolvimento*. Apesar dos gêneros discursivos serem unidades estéticas e culturais, eles não têm vinculação mecânica com o tempo presente. O gênero vive o presente, mas carrega seu passado. Com efeito, a forma como o gênero panfleto modula o discurso traz consigo seu começo, mas é

uma rede discursiva em expansão, cuja origem pode ser encontrada nos primeiros tipos históricos de panfletos que se conhecem. Essa diversidade de textos que constituem o panfleto político (santinho, carta, manifesto, caricatura, charge, sátira, etc.), assim como a variedade de suporte material (folha volante, brochura, folder, etc.) trazem consigo as marcas da sua história.

Devido à ausência de estudos sobre os panfletos políticos, farei um percurso pelos dicionários franceses e brasileiros. Acho oportuno esclarecer, mais uma vez, que, na França e na Inglaterra, o panfleto é conhecido como *tract* e que somente em uma concepção bem antiga era conhecido como panfleto.

Segundo o Dicionário francês *Le Grand Robert*, o panfleto (*tract*) tem sua origem na Inglaterra. Era utilizado para propaganda religiosa e política.

“*Tract* n.m. - 1832, palavra inglesa, abreviatura de *tractate* (transação, negociação) ‘*traité*’ (tratado) no sentido especializado moderno; lat. *Tractatus* ‘ação de *toucher* (tocar), de *traiter* (tratar um tema, um assunto)’.

◆1. Concepção antiga. Brochura de propaganda religiosa, política ⇒ **Panfleto**. Distribuir, lançar, fixar os *tracts*. Uma campanha de *tracts*.

10 *tract* é impresso em quatro páginas - duas em francês; duas em alemão - em papel especial, leve e resistente.

MARTIN DU GARD, *Les Tribault*, t. VIII, p.131”.

Como se vê, em uma concepção que os franceses consideram antiga (*vieilli*), ultrapassada, - registros de 1832 - o *tract* era conhecido como *panfleto* e significava uma brochura de propaganda religiosa, política, que podia ser impressa em quatro páginas e em duas línguas: duas em francês e duas em alemão.

Com seu desenvolvimento, *o panfleto* passa a ser conhecido como *tract*. Transforma-se num texto escrito popular, constituído por uma folha impressa, de conteúdo político e proibido. Por isso, é anônimo e sua distribuição ou afixação é clandestina:

“◆2. (1840). Folha impressa que é distribuída ou afixada, para difundir uma informação (freqüentemente proibida, clandestina) de natureza política.

2. Sem dúvida (no século XVIII) se propaga uma forma de escrito popular e espontâneo: o *tract* clandestino e anônimo.

SARTRE, Situação II, p.145.

3. Bost passeia pelas ruas com uma máquina de impressão; Pouillon transportava uma pasta cheia de *tracts*

S. de BEAUVOIR, A força da idade. P.496”.

Vejamos então o que é um *tract*, de acordo com o dicionário francês *Larousse*:

“*Tract* n.m. (palavra inglesa, significa ‘*traité*’, brochura), *tract*, abreviatura de transação, tratado, do latim *tractatus*, ação de tocar, ação de tratar um tema, de *tractatum*, supino de *tractare*, tratar.

1. Brochura, pequeno livro, uma folha de papel impressa que é distribuída, ou pequeno cartaz que é colado nos muros com fins de divulgar informações ou propaganda [...]”.

A primeira ocorrência do termo *tract*, na França, de acordo com Demonet et alii (1978:05), é encontrada em 1840, referente ao anglicismo, na bibliografia que L. Reybaud sobre seus *Estudos sobre os reformadores ou socialistas modernos*: “esses

diversos escritos à mão (em inglês, *tracts*) são constituídos de algumas folhas e têm todas as características de tentativas de criar associações”.

Continuando o percurso histórico, vejamos o que dizem alguns autores sobre o conceito de panfleto. Mais recentemente, Demonet et alii (1978) ao analisarem quantitativamente os panfletos (*des tracts*) do movimento político de maio de 1968, na França, definem o panfleto (*tract*) “como toda folha dupla volante de formato máximo 21x27cm, impressa em tipografia ou estêncil a álcool, cuja difusão é pública e gratuita” (p.5).

Como se pode observar a partir da breve história do panfleto, tanto para os ingleses quanto para os franceses, a palavra panfleto designou folha avulsa, cartaz, brochura ou pequeno livro impresso, distribuído gratuitamente e destinado a fazer propaganda política e religiosa. Depois o termo foi substituído por *tract* (e subsiste até hoje na França e na Inglaterra) e a palavra *panfleto* passou a designar apenas os escritos narrativos, romances ou utopias satíricas, reportagens, ensaios essencialmente cognitivos, cuja característica principal em relação ao livro está no fato de não constituírem um tratado e possuírem um efeito chocante ou perturbador, como o ataque a certas idéias estabilizadas (Angenot, 1982).

Gourevitch, em *A propaganda em todos os seus estados* (1981) e *A política e suas imagens* (1986), já dizia que o panfleto político (*tract*), na França, estava mudando tanto seu estilo quanto sua forma de difusão. Havia praticamente terminado as sentenças em pavimentos, as distribuições às pressas nas saídas do metrô, as impressões à mão ou ilegíveis na máquina de estêncil a álcool com erros de datilografia. E que o panfleto (*tract*) que alguém encontrava em sua caixa de correspondências, por exemplo, era muito mais

cuidadosamente elaborado. A tipografia era variada, a colocação do texto na página, estudada. Já havia ilustrações fotográficas, caricaturas ou histórias em quadrinhos. O panfleto estava progressivamente parecendo um folheto de propaganda ou um jornal, apresentando uma entrevista de um líder nacional, a análise de uma situação local típica, alguns fatos ácidos sobre o concorrente, algumas informações práticas e alguns avisos publicitários para mostrar a confiança dos anunciadores. “A evolução do panfleto mostra que é em sua formulação, mais do que na acumulação, que um texto encontra seu vigor” (1981:220). Dessa forma, para Gourevitch os diversos tipos de panfletos (*des tracts*) constituem diversos estilos.

No Brasil, há um fato muito interessante. A palavra panfleto, significando textos escritos narrativos, romances, ensaios críticos, de linguagem polêmica, satírica, não mudou seu nome para significar também estilos diversificados e sofisticados de panfletos para fazerem propaganda política, sobretudo eleitoral. Inclusive o dicionário brasileiro Aurélio considera como panfleto três categorias distintas de textos, como os pequenos escritos polêmicos, satíricos; os folhetos; os santinhos políticos, que fazem propaganda político-eleitoral. Vejamos o que é um *panfleto*, segundo o dicionário brasileiro Aurélio:

“[Do ingl. Pamphlet, pelo fr. Pamphlet] S.m. 1. Pequeno escrito polêmico ou satírico, em estilo veemente. 2. Folheto. 3. Folha de papel que traz impresso o nome do candidato a cargos eletivo, junto com o respectivo partido e, por vezes, alguns dados sobre o candidato”.

Entretanto, na atualidade e de forma popular, dificilmente alguém chamaria de panfleto um romance, um escrito narrativo, uma reportagem, os ensaios cognitivos, ou

seja, escritos que tenham mais de 15 folhas, por exemplo, cuja distribuição não seja gratuita e que não se destine à propaganda política.

Já o folheto é específico para fazer propaganda de produtos e serviços. Ou seja, embora o folheto seja panfletário (informações breves e em linguagem de fácil compreensão), essa característica não é suficiente para que ele possa ser considerado um panfleto, visto que este último é um texto escrito marcadamente de propaganda política. Eu explicaria o fato de alguns chamarem o folheto de propaganda comercial, de panfleto, como um *uso*, de acordo com a teoria de De Certeau, ou seja, os publicitários criaram um texto simples para fazer propaganda de produtos e de serviços, mas que não preenche o conjunto de critérios de classificação do gênero panfleto. No entanto, eles o tratam e o distribuem “como se fosse um panfleto”.

Apesar de o panfleto político, desde o seu início, ter um conceito amplo e variado e a organização diversificada, a quantidade de folhas variada (de uma folha até uma brochura de quinze folhas, por exemplo), como vimos acima, as características principais, as que lhe dão especificidade são a propaganda política e a distribuição gratuita.

Apoiada na teoria bakhtiniana, afirmo que o gênero panfleto político demonstra a vinculação estreita entre o gênero e o tempo no espaço da cultura. O gênero não pode ser pensado fora do *cronotopo*. Nesse sentido, o gênero “panfleto de propaganda política”, apesar de sua especificidade, não pode ser abordado centrando-se apenas no presente imediato e na sua contemporaneidade. O gênero panfleto de propaganda opera a combinação da propaganda de idéias, da sátira, da polêmica do gênero panfleto literário com a forma breve de divulgar idéias, num texto pequeno para uma leitura imediata e rápida, cuja distribuição é gratuita. Aí reside a especificidade do panfleto na atualidade, a

sua realidade histórica, inseparável da sociedade da qual ele emerge. Ou seja, o panfleto de propaganda política é constituído ao mesmo tempo pela sua história, seu passado como pela sua atualidade, sua definição histórica.

Dessa forma, o sujeito panfleteiro, dentro das circunstâncias eleitorais, prevê as expectativas que seus (e)leitores possam vir a ter frente ao tema que o texto trata, a maneira de abordá-lo, etc., compreendendo um conjunto de representações ideais de (e)leitor com as quais o autor gostaria de estar em sintonia. Mas o objetivo do sujeito panfleteiro compreende também as representações de autor com as quais ele gostaria de se identificar, como também um conjunto de representações e de idéias mais complexo que caracterizam seu pertencimento ideológico, político. Essas antecipações levam o sujeito panfleteiro a articular determinados argumentos em função dos objetivos que pretende atingir e norteará a constituição do discurso. Pois, de acordo com o pensamento bakhtiniano, o enunciado se dirige prioritariamente para a atividade do outro em função do que a orientação apreciativa do locutor permite julgar ou prejulgar.

4. Panfleto: condições de êxito

Um gênero de discurso está submetido a um conjunto de condições para ter êxito. Essas condições concernem às características fundamentais, como as apresentadas por Maingueneau (1998). Por considerar produtivo para este trabalho o conjunto de condições relacionadas pelo referido autor, a partir do qual uma atividade social possa ser considerada um gênero discursivo, minha tarefa a seguir é explicar as condições de êxito do panfleto, levando em conta os elementos principais relacionados por Maingueneau que

são: uma finalidade reconhecida; o status dos parceiros legítimos; o lugar e o momento legítimos; um suporte material.

4.1. Uma finalidade reconhecida

“O Senador EDUARDO SUPPLY, já testado e aprovado por todos nós pela sua competência, transparência e sinceridade, merece novamente o seu voto para o Senado” (Panfleto ST: 9).

“Lula é o candidato daqueles que querem um Brasil diferente” (Panfleto ST: 22).

A partir dos enunciados acima retirados de panfletos políticos, em que o sujeito panfleteiro afirma que “o Senador EDUARDO SUPPLY, merece novamente o seu voto para o Senado” e que “Lula é o candidato daqueles que querem um Brasil diferente”, isso significa que o panfleto político tem como finalidade reconhecida divulgar a imagem de candidatos políticos, objetivando o voto nas eleições.

No primeiro enunciado, são destacados, no candidato, as qualidades da competência, transparência, sinceridade, como argumentos favoráveis a sua imagem - num país em que, de forma geral, o político é visto como corrupto. As qualidades da personalidade e do comportamento ético do candidato são realçadas, utilizando como prova seu desempenho no mandato anterior. Por isso, o sujeito panfleteiro diz: “*O Senador EDUARDO SUPPLY, já testado e aprovado por todos nós.*”

No segundo, o voto é solicitado em forma de conclamação ao povo para mudar o país por meio do voto. A imagem do candidato é representada como aquele que mudará o

país - que naquele momento tinha altíssimas taxas de desemprego e falências de indústrias e de lojas comerciais.

O sujeito panfleteiro objetiva a divulgação de uma imagem, de um ponto de vista, para que o (e)leitor execute a ação de votar em determinado candidato. Dessa forma, o panfleto político tem uma finalidade determinada claramente, o que segundo Maingueneau (1998:52), “é indispensável para que o destinatário possa ter um comportamento adaptado em relação ao gênero do discurso”.

4.2. O status dos parceiros legítimos

“Juntos, derrubamos a inflação. Agora, novamente juntos, vamos vencer o desemprego” (Panfleto ST: 2);

“**Chegou a hora** de você também ajudar a mudar a nossa História [...] na certeza de juntos podermos subir a rampa do Palácio do Planalto [...]” (Panfleto ST: 28).

No panfleto político, o sujeito panfleteiro e o (e)leitor assumem papéis. Nos exemplos acima, apesar do sujeito panfleteiro assinalar um lugar de parceria, de igualdade para o (e)leitor - quando conjuga os verbos na primeira pessoa do plural e diz: “*Juntos, derrubamos a inflação. Agora, novamente juntos, vamos vencer o desemprego*”; “***Chegou a hora** de você também ajudar a mudar a nossa História [...] na certeza de juntos podermos subir a rampa do Palácio do Planalto [...]*” - , ele se representa como aquele que detém o conhecimento, como aquele que compreende de maneira mais profunda os problemas sócio-políticos, visto que era ele quem estava no Palácio da

Presidência da República, derrubou a inflação, iria vencer o desemprego e solicitava o voto do (e)leitor.

O papel do (e)leitor é daquele que não tem as mesmas condições e saberes para ocupar o cargo político e por isso seu papel é o de votar.

O panfleteiro, ao construir o panfleto, leva em consideração o destinatário, que é um eleitor, o que implica dizer que este último está presente no discurso, e por isso interfere no processo de constituição do panfleto.

Nos *panfletos* estão relacionados a imagem de um candidato político e a do eleitor. Os interlocutores são, de um lado, grupos ideológicos (políticos) e agências de publicidade e, do outro, a população em geral (pessoas de todos os sexos, todas as profissões, de várias idades, pessoas que saibam ler o panfleto na língua em ele está escrito), ou determinados grupos da sociedade que o panfleteiro objetiva atingir de forma mais específica, como, por exemplo, os desempregados.

O sujeito panfleteiro objetiva seduzir o (e)leitor a responder ou reagir influenciado pelo apelo de seu discurso. Assim, o “panfleteiro” (agência de propaganda, o grupo responsável pela publicidade do partido político, do candidato) atribui a si e ao leitor papéis no discurso ao construir o panfleto.

4.3. O lugar e o momento legítimos

O lugar e o momento de distribuição dos panfletos políticos são importantes como uma condição para o êxito do gênero. Segundo Maingueneau (1998:52), “todo gênero de discurso implica num certo lugar e num certo momento. Não se trata de regras exteriores,

mas de algo constitutivo”. A distribuição do panfleto político acontece nas ruas, o que constitui uma de suas características essenciais. Entretanto, pode ser distribuído pessoalmente nas casas, nas lojas, nas empresas e instituições. Através dos Correios e dentro de jornais. Todos esses lugares são legítimos para esse gênero.

A distribuição do *panfleto* é gratuita, por meio de uma rede informal, feita pelo militante político, pelas pessoas envolvidas e (ou) pagas pelos grupos políticos. O momento de distribuição é conjuntural: uma eleição, a votação de uma lei, o julgamento de um caso, ou seja, qualquer episódio político pontual. Com efeito, não há uma periodicidade e continuidade no tempo.

O lugar de difusão e de consumo do panfleto são idênticos: a rua, o espaço público. Ao ser recebido pela população, em geral, é objeto de uma leitura imediata e rápida; outras vezes, o leitor “dá uma simples olhada” e joga-o na rua, no lixo; outras vezes o cidadão leva-o para o trabalho, para casa, para a escola, etc., quando então é lido ou esquecido ou jogado fora.

4.4. Um suporte material

O suporte material do panfleto político é rico e diversificado (como veremos no tópico sobre a análise do trabalho do sujeito), abrangendo o formato de marcador de livro, calendário, folder, uma única folha de papel, etc.

Entretanto, em geral, o panfleto é um texto escrito, composto apenas por uma única folha escrita na frente e no verso. Entretanto, há panfletos de até nove folhas (18 páginas), que praticamente constituem uma brochura, uma cartilha.

Resumirei a seguir as condições de êxito do gênero panfleto político:

CONDIÇÕES DE ÊXITO DO PANFLETO POLÍTICO	
<u>Critérios</u>	<u>Características</u>
<i>1. Finalidade Reconhecida</i>	A publicidade de uma imagem, de uma ideologia, de um ponto de vista de um candidato político.
<i>2. Status dos Parceiros Legítimos</i>	A imagem de um candidato político e a do (e)leitor. Os interlocutores são, de um lado, grupos ideológicos (políticos) e agências de publicidade e, do outro, a população em geral ou determinados grupos da sociedade que o panfleteiro objetiva atingir de forma mais específica, como, por exemplo, os desempregados.
<i>3. Lugar e Momento Legítimos</i>	A distribuição nas ruas constitui uma de suas características essenciais. Através dos Correios e dentro de jornais. Todos esses lugares são legítimos para esse gênero.
<i>4. Suporte Material</i>	Em geral, é um texto escrito, composto apenas por uma única folha escrita na frente e no verso. Entretanto, há panfletos de até dezoito páginas, que constituem uma brochura, uma cartilha.

Quadro 4: Condições de êxito do panfleto político.

O panfleto político demonstrou preencher as condições de êxito de um gênero, conforme Maingueneau (1998), visto que a característica intrínseca do panfleto político não se limita a um traço estilístico. O conceito de panfleto político, neste trabalho, privilegia as várias facetas apresentadas pelos diversos textos. Eis porque a concepção, a partir de diferentes aspectos, contempla, desse ponto de vista, a importância da variabilidade sem se pretender exaustividade. No gênero panfleto político os traços

constantes que o caracterizam, em geral, superam as diferenças. A esse propósito é fundamental a seguinte passagem de Bakhtin (1992b:99 e100):

“a situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir de seu próprio interior, a estrutura da enunciação [...] Os estratos mais profundos da sua estrutura são determinados pelas pressões sociais mais substanciais e duráveis a que está submetido o locutor”.

O panfleto político é depositário de formas particulares de ações e de formas de consubstanciar visões de mundo pelo homem, no tempo e no espaço das civilizações. Bakhtin (1992b:291) diz que o locutor

“[...] não é o primeiro que rompe pela primeira vez o eterno silêncio de um mundo mudo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que utiliza, mas também a existência dos enunciados anteriores - emanantes dele mesmo ou do outro [...]. Cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados”.

O passo seguinte será descrever e analisar o trabalho do sujeito a partir das características que se manifestam e, antes de tudo, pelos tipos de enunciados e modos de encadeamento destes enunciados. Visto que não é meu objetivo estudar o sistema, sua tipologia e suas relações e sim demonstrar o trabalho inventivo do sujeito do discurso nos panfletos políticos em época de campanha eleitoral.

O TRABALHO DO SUJEITO INVENTIVO E TÁTICO

“A questão se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é teórica, mas *prática*. É na *práxis* que o homem deve demonstrar a verdade, a saber, a efetividade e o poder, a ceterioridade de seu pensamento. A disputa sobre a efetividade ou não efetividade do pensamento – isolado da *práxis* – é uma questão *escolástica*.”

(K. Marx, Teses contra Feuerbach)

O objetivo principal deste capítulo é demonstrar o trabalho linguístico do sujeito. Dessa forma, buscarei mostrar a repetição e a criação do sujeito que como se verá é constitutivo e inventivo. Para isso, inicialmente analisarei dois slogans e depois os diversos tipos de panfletos.

I Os Slogans de Campanha

Para esta análise, considero apenas os slogans principais (e que estavam sempre presentes nos panfletos) das duas candidaturas mais cotadas estatisticamente para a Presidência da República, que eram:

- *O Brasil não quer voltar atrás. Avança Brasil!* - da frente de centro-direita;
- *O Brasil que conhece o Brasil* - da frente de esquerda.

As análises dos slogans acima permitirão que se perceba, além da interdiscursividade, da ideologia, “a materialização de operações lingüísticas resultante de um trabalho do sujeito” (Marques, 1999: 190).

Pode-se dizer que os enunciados considerados para análise, de acordo com a teoria de Reboul (1975:02), são slogans. Para o referido autor, uma fórmula se constitui em um slogan não pelo que diz, “mas pelo que não diz, e que, no entanto, constitui seu alcance real, o seu poder de incitação”.

Primeiro, analisarei o slogan da candidatura situacionista: *O Brasil não quer voltar atrás. Avança Brasil!*

1. *O Brasil não quer voltar atrás. Avança Brasil!* (ST 2).

O sujeito panfleteiro cria o enunciado “*O Brasil não quer voltar atrás. Avança Brasil!*” a partir de outros discursos, ou seja, de enunciados representativos do discurso da FCD, sobretudo do PSDB, como, por exemplo, o enunciado: “Antes de Fernando Henrique [...] *Lembra* do tempo da inflação? *Lembra* que seu aluguel aumentava de 3 em 3 meses? *Lembra* que a gasolina aumentava toda semana? *Lembra* que os preços no supermercado subiam todo dia? Fernando Henrique acabou com esse tempo” (ST 2).

O sujeito panfleteiro, por meio do verbo lembrar, *usa* (no sentido que dá a esta palavra De Certeau) um lugar comum que diz: *o brasileiro não tem memória*. Daí a

ênfase em lembrar ao brasileiro os feitos do governo, que naquele momento estava no poder. Por isso, ele diz: “*lembre para não voltar atrás*”. Lembre do Brasil *do tempo da inflação*. A partir deste enunciado é construído o slogan *O Brasil não quer voltar atrás*, ou seja, ao tempo da inflação. Vê-se, assim, a presença de outros discursos no interior do próprio slogan, mas também a materialização de operações lingüísticas resultantes do trabalho do sujeito. Essa operação é um aspecto relevante do processo de produção do slogan em análise, pois a partir dela é possível desvelar, na própria matéria lingüística desse discurso, o traço decorrente do trabalho do sujeito sobre o próprio significante.

O sujeito panfleteiro, ao usar o verbo lembrar cinco vezes, no discurso acima, institui uma cena enunciativa sobre um passado recente. Esse processo é uma operação relevante do falante para construir esse slogan, que vincula o Brasil a dois momentos históricos: o de *antes* e o de *durante* o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Reconstroi cenas na memória política do brasileiro de um tempo anterior ao do Presidente Fernando Henrique Cardoso, de uma época anterior ao Plano Real, caracterizada, na área econômica, por um Brasil com frustradas lutas contra a inflação, apesar dos planos Cruzado, Bresser, Collor e dos fiscais do Sarney; na área política, por um cenário de transição lenta de uma ditadura militar para um regime democrático associado a grandes escândalos, à CPI da corrupção e a saída traumática, por *impeachment*, do Presidente Fernando Collor de Mello, acusado de corrupção.

Com efeito, o sujeito panfleteiro da *FDC* representa FHC como um marco, uma marca indelével, um salvador. Fixa-o, tentando torná-lo um ponto de não-retorno.

A partir do enunciado *O Brasil não quer voltar atrás*, o sujeito panfleteiro objetiva também reconstituir cenas de durante o governo FHC para a partir de elas

construir o slogan. É exemplar o seguinte enunciado do sujeito panfleteiro da frente *FCD*, que é situacionista: “*É só você comparar o Brasil de antes com o Brasil de Fernando Henrique para comprovar como este país já mudou. [...] Fernando Henrique fez profundas transformações no Brasil?*” (PC 2). Por isso, diz *Avança Brasil!*, visto que “Hoje, o Brasil tem uma inflação de 4% ao ano, [é] o país da estabilidade, do crescimento, da moeda forte no seu bolso. *Avançar* conclama o povo à reeleição de FHC, mas é também uma voz de comando. Chama o país para, conseqüentemente, não optar por outra candidatura. Caso contrário, o Brasil voltaria ao país de antes do Real.

O enunciado *Avança Brasil!* conclama o memória coletiva do povo para a retomada de um cenário enunciativo presente: poder comprar frango, iogurte, geladeira, televisão, forno micro-ondas, etc. Vejamos os seguintes enunciados representativos:

“[...] 12 milhões de brasileiros entraram no mercado de consumo.

“[...] 7,8 milhões de famílias compraram TV em cores, só em 1997.

Mais 2,4 milhões de famílias compraram um freezer” (ST 2).

O enunciado *Avança Brasil!* é criado a partir do *topos* da quantidade. Por um lado, é uma cobrança histórica do feito, da proeza realizada: a estabilidade da moeda e a entrada no mercado de consumo de uma parcela da população que economicamente estava excluída. E por outro lado, *Avança Brasil!* é continuar poder consumindo.

Esse enunciado chama os eleitores para não darem seu voto a um “desconhecido”, um “incompetente”, ou seja, não tentar percorrer um caminho inusitado que poderia ser perigoso - um retrocesso, ou seja, fugir do novo, temer o desconhecido, o inédito: a esquerda, que era o principal adversário. Avançar era mais que a estabilidade, era a

modernidade. O PT e outros partidos de esquerda eram chamados de dinossauros, de estatizantes. O enunciado da *FCD* a seguir é representativo:

“Levianamente, a oposição divulga afirmações falsas sobre o governo. [...] **ERRADO:** ‘As privatizações torram o patrimônio brasileiro’; [...] ‘em lugar de dar tantos bilhões aos bancos, o Governo poderia construir milhares de casa, escolas e hospitais’. [...] **CERTO:** O Estado pode se afastar de suas funções empresariais, que serão melhor desempenhadas pela iniciativa privada” (PC 13).

Com efeito, o sujeito panfleteiro da *FCD*, ao mesmo tempo, que se revela na contrapalavra do outro, se constitui como sujeito. O discurso do outro não está presente no discurso da *FCD* como mera repetição, mas como trabalho criativo.

Ao conclamar o povo para avançar o sujeito da *FCD* produz o sentido de que o Presidente era competente, tinha a fórmula de estabilização, pois saneara as chagas da inflação. O seu êxito expressava o domínio de um fazer, o que lhe dava credibilidade para avançar, para retomar a crença no passo adiante. A propósito é significativo o seguinte enunciado: “*O Brasil avançou muito nos últimos 4 anos. [...] É por isso que Fernando Henrique precisa de mais 4 anos. Para fazer o Brasil de amanhã ser melhor do que o Brasil de hoje*” (PC2).

Avançar significa ir adiante, mas com ele (FHC), que é “o conhecido”, “o provado e aprovado”, “o gostado”.

Dessa forma, FHC é apresentado como salvador do Brasil. A salvação pela racionalidade é característica do discurso da *FCD*. A redenção do país se dará por meio “dos floretes intelectuais de FHC” (Mendonça, 1997:31).

Esse cenário e esses enunciados são transportados para o lugar de construção desse slogan político *O Brasil não quer voltar atrás. Avança Brasil!* Essa representação não é mera retomada. Ela mostra a presença de um sujeito criativo.

2. *O Brasil que conhece o Brasil (ST 1).*

Analisarei, agora o slogan da candidatura da frente oposicionista: *O Brasil que conhece o Brasil.*

Esse enunciado é polifônico. Há um jogo de referências. O uso de “O Brasil que conhece o Brasil” é um processo de inventividade do sujeito panfleteiro, pois a primeira expressão *o Brasil* e a segunda *o Brasil* são idênticas $A = A$. Mas, as referências são diferentes. Na primeira referência: a frente de esquerda (= o Brasil) conhece o Brasil. A segunda referência, a frente de esquerda é a única que conhece o Brasil (= os outros brasis que os outros não conhecem, sobretudo a *FCD* que é outra frente forte na disputa presidencial). Nesse jogo de referências, há o *uso* criativo de recursos expressivos, pois eles estão significando coisas distintas num mesmo enunciado.

O artigo *O* deixa entrever que a frente oposicionista se coloca como a única frente que conhece o Brasil, e que assim é a mais capacitada para governá-lo, ou seja, o Brasil = *FE* e o Brasil = outros brasis. É aí que está a força, o impacto desse slogan: a *FE* é a única a apresentar essa qualidade. Constitui um enlace das esquerdas contra uma direita, um situacionismo destituído de práxis, por não conhecer o Brasil. Dessa forma, quem (a *FCD*) não conhece o próprio país, não pode governá-lo bem, não tem legitimidade.

Vemos assim que uma das características importantes do slogan é ser “uma fórmula simplesmente orientada e polêmica” (Reboul, 1975:10).

O enunciado *O Brasil que conhece o Brasil* é criado a partir de enunciados que são representativos do discurso da esquerda, sobretudo do Partido dos Trabalhadores como o seguinte: “Lula, que conhece os problemas do país e tem compromisso com as causas sociais. Chegou a hora de um governo dos trabalhadores” (ST 8).

O sujeito panfleteiro da *FE* constrói seu slogan a partir dos discursos sobre sua legitimidade em conhecer o Brasil, visto seu candidato ter uma origem popular: operário e torneiro mecânico. Apesar de ter feito apenas o curso supletivo e não ter um curso universitário, ele foi um líder sindical, tem militância atuante e é um dos principais fundadores do Partido dos Trabalhadores-PT, que tem vínculos profundos com os movimentos populares e conta com o apoio de setores “progressistas” da igreja católica. Dessa forma, o sujeito da *FE* objetiva que a grande maioria da população brasileira se identifique com seu candidato.

O slogan da *FE* recorda, na memória discursiva do brasileiro, o início do ano de 1994, quando Lula realizou a mais profunda mobilização popular já conhecida no país, nas perseverantes caravanas da cidadania lideradas por ele. A recordação dessa mobilização e a presença de enunciados como “Calejado nas lutas dos trabalhadores, conhecendo hoje cada palmo do nosso chão, posso assegurar que estou preparado para construir um Brasil independente e solidário [...]” (PC 9) e “Lula (candidato a presidente) tem história de apoio às lutas populares” (ST 8) são transportados para o lugar de criação desse slogan: *O Brasil que conhece o Brasil*.

O enunciado *O Brasil que conhece o Brasil* é construído também a partir da polêmica: *a FCD situacionista não conhece o Brasil*. Não conhece seu povo. Por isso, a FE diz:

“Com a estabilidade econômica, FHC colocou suas asas de fora, mostrando sua verdadeira personalidade. Um homem que não conhece a realidade do próprio país, chamando os aposentados de vagabundo” (PC 2);

“O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) decidiu chamar o voto em Lula e Brizola, candidatos da coligação ‘União do Povo’, porque têm compromisso com os deserdados do campo e da cidade. Nossos militantes espalhados por todo o país, travam uma luta sem trégua para derrotar Fernando Henrique Cardoso e seus comparsas nas eleições que se aproximam [...]” (PC 11).

Os dois slogans analisados mostram elementos empíricos comprovadores da produtividade de um sujeito trabalhador discursivamente, deslocando assim a compreensão de formação discursiva, como esferas monoliticamente construídas, “definindo para sempre o dizível e o indizível, delimitando territórios cujas fronteiras jamais são ultrapassadas – tal noção, assim compreendida, permitiria somente dar conta de um dos aspectos do trabalho discursivo, aquele do mesmo, do repetível, da paráfrase” (Geraldí, 1996:140).

II. *Os Panfletos Políticos*

Como meu empreendimento é mostrar a constituição e a inventividade do sujeito na construção dos panfletos políticos ao realizar não somente manobras lingüísticas, mas,

sobretudo pelo uso dos gêneros, a classificação que tentarei agora é mais heurística do que descritiva de um campo. Em parte, na elaboração desses textos estão presentes artificios, táticas textuais, etc. a partir das quais o sujeito panfleteiro deseja controlar mais de perto a produção dos sentidos, fazendo com que os panfletos políticos produzidos e distribuídos sejam compreendidos à luz de sua vontade prescritiva e ideológica, ou seja, ele espera uma compreensão responsiva ativa do interlocutor, seja ele adversário ou (e)leitor, por meio de uma resposta, uma concordância, uma adesão, uma execução, etc. Para Chartier (1996), na produção de cartazes, livretos, livros e todos os impressos há toda uma maquinaria composta de senhas, explícitas ou implícitas, que um autor inscreve em sua obra a fim de produzir uma leitura que esteja de acordo com sua intenção.

Por outro lado, como demonstrará a análise, tanto a finalidade quanto a presença do *outro* no discurso (seja o adversário, o (e)leitor, os outros discursos, etc.) faz com que o sujeito panfleteiro lance mão de vários artificios, subvertendo as regras impostas de construção do panfleto político a partir do seu formato padrão e criando uma diversidade de textos, visto que

“as ações praticadas com a linguagem são, a cada passo, ‘ditadas’ pelos objetivos pretendidos, o que pode levar um locutor a representar de modo distinto uma mesma realidade em função dos interlocutores a que dirige suas falas ou em função da ação que sobre eles pretende realizar. [A] fala se realiza entre homens, as ações que com ela praticamos incidem sempre *sobre o outro*, pois através delas representamos, e apresentamos a nossos interlocutores uma certa construção da realidade, para com isso interferimos sobre seus julgamentos, opiniões, preferências” (Geraldi, 1991:27-8).

Para eu compreender os panfletos políticos, vou dividi-los em três grupos, apesar de saber que essa classificação é muito mais ampla. É a predominância de determinado aspecto ou certa mistura de características que vai servir de fio organizador do *corpus* o que será indicado pela análise, respeitando assim “a necessidade de uma unidade de base” (Bakhtin, 1992b:284), como por exemplo, a propaganda pessoal do candidato, a contestação, desqualificação do adversário, etc.

1. Panfletos políticos específicos da propaganda eleitoral pessoal do candidato:

santinho, cédula, mosquitinho.

Os panfletos políticos específicos para a campanha eleitoral têm alguns objetivos como o de tornar um candidato conhecido, o de reafirmar a candidatura daquele que busca a reeleição, etc. a partir de um determinado ponto de vista. Trata-se de criar uma atitude favorável a partir de uma marca de reconhecimento (um slogan, uma proposta polêmica, como a pena de morte, etc.), de singularização, em que o candidato procura mostrar que é o mais capaz para desempenhar as funções que são específicas do cargo pleiteado, o melhor defensor dos interesses de uma determinada categoria social, como a de professor, a de operário, ou de uma determinada parcela da população, de um bairro, de uma cidade, etc. Com efeito, o panfleto defende uma ideologia ou uma utopia e pressupõe o *outro*: os outros discursos, o (e)leitor, o adversário.

Essa primeira classificação de panfleto político que analisarei é composta por três tipos de textos básicos que exemplificarei a seguir, a partir do seguinte quadro:

1. Panfletos Políticos Específicos da Campanha Eleitoral Pessoal do Candidato		
<u>Tipos</u>	<u>Tamanho</u>	<u>Estilos</u>
1. Santinho	Variado: de 13,0 x 10,0 cm até 32,8 x 15,2;	Ofício, meio-ofício, além-ofício, folder: duas dobras, três dobras;
2. Cédula	Variado: a partir de 5,8 cm x 9,5 cm;	Pequena folha de papel (frente e verso) escrita; folder;
3. Mosquitinho	6,0 cm x 9,0 cm até 8,6 cm x 9,5 cm.	Pequena folha de papel (frente e verso) escrita.

Quadro 5: Panfletos de campanha pessoal.

1.1. Santinho (ST)

O santinho é constituído por dois tipos de textos: o não-verbal (a fotografia) e o verbal (biografia, prestação de contas, análise de conjuntura, propostas, etc.). A combinação dos dois textos permite mostrar os *usos* que o sujeito panfleteiro faz do santinho, como se verá na análise.

Analisarei, primeiramente, o santinho mais simples, que possui apenas uma folha e combina texto não-verbal (na frente) com texto verbal descritivo e argumentativo (no verso).

1.1.1. Santinhos com uma fotografia:

1.1.1.a. - Pode-se dizer que o santinho padrão é aquele constituído apenas por uma folha de tamanho variado, contendo a fotografia de um candidato (a qual abrange

toda página da frente) e alguns enunciados como seu nome, seu partido, seu número e, às vezes, seu slogan. O texto verbal mais extenso encontra-se no verso. Classifico esse panfleto como *santinho simples*. Dessa forma, o *ST simples (STS)* é um panfleto de propaganda pessoal de um candidato, no qual a fotografia encontra-se na parte da frente da folha e o texto verbal no verso. Como exemplo, tem-se os *ST 2, 4, 7, 9, 26*.



Santinho 26 (frente)

Augusto Carvalho, bancário e líder sindical, 44 anos, nasceu em Patos de Minas. Vive em Brasília há 20 anos. Foi eleito Deputado Federal em 1994, pela 3ª vez seguida. É respeitado como um fiscal incansável do uso do dinheiro público em nosso país. Destacou-se por criar a Lei da Região Metropolitana, junto com o Senador Arruda, para unir o DF ao Entorno, baixar impostos e atrair indústrias e empregos para Brasília. No Senado, Augusto vai representar o povo brasiliense com a dignidade e a honestidade que todos conhecem. E vai ajudar o Governador Arruda a fazer do GDF um Governo 24 Horas.



Santinho 26 (verso)

Minha hipótese é a de que esse panfleto conhecido como santinho é resultado do trabalho inventivo do sujeito panfleteiro. Como a própria denominação popular já indica, ele teria sua origem no gênero santinho de oração, o qual tem a estampa de um santo na frente e a oração no verso. O uso das características essenciais que definem o gênero santinho religioso para fazer o santinho político ocorreu a partir de modificações na

finalidade, no público a atingir, etc., pois como afirma Bakhtin (1992b), a concepção que o locutor faz do destinatário do seu discurso é um problema importantíssimo. Cada época, cada movimento, cada estilo, cada gênero, nos limites de uma época e de um movimento, se caracteriza por sua concepção particular do destinatário.

A operação de usar o santinho religioso para construir o panfleto político é uma subversão criativa do sujeito panfleteiro (de acordo com a teoria de De Certeau), o que representa diversificar os gêneros secundários, visto que, como afirma Bakhtin (1992b:285), “os enunciados e o tipo a que pertencem, ou seja, os gêneros do discurso são as coordenadas de transmissão que levam da história da sociedade à história da língua”. É verdade que não se tem informações históricas que possam descrever detalhadamente os procedimentos do uso da prática de construção do santinho religioso para o político. Entretanto, a análise mostrará as marcas desse processo de construção, visto que “o enunciado está repleto de ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum da comunicação verbal” (Bakhtin, 1992b:316). Os elos anteriores podem estar próximos, distantes, pois o objeto do discurso de um locutor “é o lugar onde se cruzam, se encontram, e se separam diferentes pontos de vista, visões de mundo, tendências” (Bakhtin, 1992b:319).

Duas importantes e grandes manobras são realizadas pelo sujeito panfleteiro na construção do santinho político. A primeira é a substituição da estampa do santo pela fotografia do candidato. A título de exemplificação dessa operação, utilizo, como exemplo de panfleto político, o da candidata a deputada estadual Ludmila e, como exemplo de santinho de oração, o de São Sebastião para mostrar como são construídos os santinhos da igreja católica e as operações que sobre eles realiza o sujeito panfleteiro.



Santinho simples (ST 7)

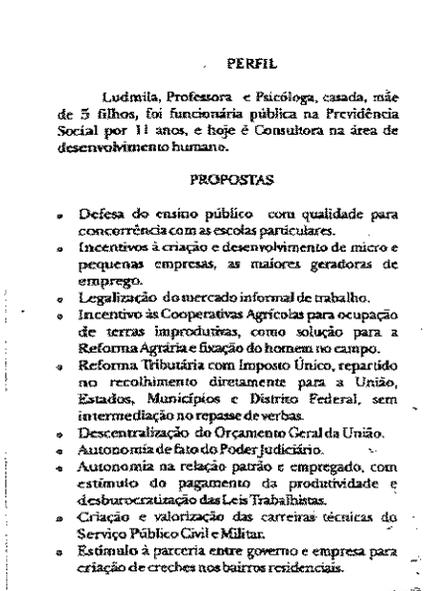
Panfleto político



São Sebastião

Santinho religioso (1)

A segunda manobra é colocar a biografia, as propostas, a análise de conjuntura, etc. no lugar da oração, que se localiza no verso do santinho religioso:



Santinho político (ST 7) - verso

ORAÇÃO A SÃO SEBASTIAO

São Sebastião, mártir, seguidor de Jesus, abençoei todas as pessoas desta cidade e ajudai-nos neste momento de aflição. Vós que sois protetor contra as doenças contagiosas; livrai-nos desse mal. Hoje vos pedimos, de modo especial, por uma pessoa que nos é muito querida (*dizer o nome da pessoa*) para que ela possa dar graças a Deus, na simplicidade e na alegria do seu coração. São Sebastião, amparai os menores de rua, livrai-os das chacinhas, das drogas, dos assaltos e das várias formas de violência. Livrai a todos nós da ganância, do poder, do orgulho, do desânimo e da depressão, para que, assim livres, possamos nos dedicar ao bem dos nossos irmãos mais necessitados. São Sebastião, rogai por todos nós. Amém!

Devoção 19 - (3321-3)
 O'Paulinas - Email
 Reprodução Proibida



Santinho religioso (1) - verso

Analisarei, mais detalhadamente, as duas manobras inventivas principais do sujeito panfleteiro ao usar o gênero secundário santinho de oração para construir o santinho político a partir dos dois textos que o compõem: a fotografia e o texto verbal.

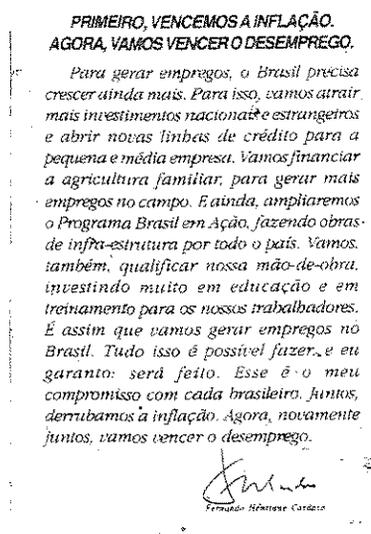
1. O texto não-verbal: a fotografia

A fotografia é uma imagem geralmente associada aos signos lingüísticos dentro do mesmo texto. No santinho político, ela é uma categoria fundamental, cuja função central é divulgar a imagem do candidato, e corresponde evidentemente ao lugar da estampa no santinho religioso.

Usando o invento dos recursos fotográficos, o sujeito panfleteiro, em lugar da ilustração, usa a fotografia para divulgar a imagem do candidato no panfleto político. No retrato, os aspectos visuais, físicos são organizados de forma a produzir uma determinada leitura pelo (e)leitor. Da ilustração do santinho religioso à fotografia do santinho político, há gestos a partir dos quais se dá uma *transfiguração estética*, como diria Chartier (1994:10). Como exemplo, utilizo o santinho (2).



Panfleto político (ST 2) - frente



ST (2) - verso

Os aspectos ilustrativos são estrategicamente construídos nessa fotografia, cujo objetivo principal é difundir que o Presidente é candidato à reeleição. Os elementos composicionais desse retrato têm como função básica, de acordo com Pécora (1998:10), “colocar o espectador na posição de um leitor, capaz de codificar seus signos e figuras [...]”. Os sentidos que são construídos propõem, inventam uma leitura da figura de um senhor - que é o próprio Presidente da República - bem vestido de paletó preto sobre uma camisa branca, produzindo sentidos de seriedade, respeitabilidade e sobriedade, ao mesmo tempo, que um sorriso comedido (os dentes não são mostrados) produz o sentido de pessoa simpática, popular e séria, ao mesmo tempo. Os enunciados são escritos em verde e amarelo, cores da bandeira nacional e do partido PSDB. Ao fundo, está o vulto da bandeira brasileira como se ela estivesse se balançando e, por ser um símbolo nacional, produz um sentido de que o país está em movimento com o presidente-candidato.

A partir da fotografia do santinho político, o sujeito panfleteiro objetiva mostrar que os candidatos são simpáticos, populares, acessíveis ao povo. Apesar de muitas fotografias

mostrarem candidatos sorrindo, ela é *usada* de diversas maneiras. Pode ser apenas a fotografia sobre um fundo com as cores do partido como nos santinhos 2, 6, 7, 9, etc. Pode ser resultado de um trabalho mais elaborado (como nas estampas dos santinhos católicos) e exibir a trajetória da vida do candidato, por meio, de um fundo construído a partir de várias fotografias que representam seus momentos de participação política e social. Como exemplo, têm-se os santinhos 4 e 22, etc. Esse emprego do retrato de diversas maneiras revela de novo a presença de um sujeito inventivo.



Panfleto (ST 4)



Panfleto (ST 22)

O sujeito panfleteiro constrói a fotografia para divulgar a imagem do candidato estrategicamente. Como já afirmei anteriormente, essa operação é uma manobra que usa o santinho religioso e, para demonstrá-lo, analisarei a construção da estampa.

No santinho de oração, a estampa é uma categoria fundamental, cuja finalidade principal é reafirmar cada vez mais a fidelidade dos que acreditam no catolicismo, por meio dos santos. É por isso que usa todo o espaço da página da frente e condensa, por meio da imagem, a singularidade da história do santo, a qual está relacionada com a finalidade de sua oração. Como exemplo, analisarei o santinho de oração de São Roque.



ORAÇÃO A SÃO ROQUE ~

São Roque, que vos dedicastes com todo o amor aos doentes contagiados pela peste, embora também a tenhais contraído, dai-nos paciência no sofrimento e na dor. São Roque, protegei não só a mim, mas também aos meus irmãos e irmãs, livrando-nos das doenças infecciosas. Por isso, hoje, rezo especialmente por uma pessoa muito querida (*dizer o nome da pessoa*), para que fique livre do seu mal. Enquanto eu estiver em condições de me dedicar aos meus irmãos, proponho-me ajudá-los em suas reais necessidades, aliviando um pouco o seu sofrimento. São Roque, abençoai os médicos, fortalecei os enfermeiros e atendentes dos hospitais e defendei a todos das doenças e dos perigos. Amém!

Devoção 18 - 13319-1
©Paulinas - Brasil
Reprodução Proibida



São Roque (Santinho Religioso 2 - frente)

Santinho Religioso 2 - verso

São Roque, de acordo com Scopel (1999:138), é “protetor contra a peste, o contágio e a poluição”. Como se pode observar, sua estampa é construída pela imagem de um homem com uma auréola na cabeça, usando uma vestimenta marrom e sandálias, cujas tiras estão amarradas até a metade de uma das pernas. Segura um cajado com a mão esquerda e tem sua veste levantada até a altura do joelho da perna direita, que está apoiada sobre uma calçada de pedras, mostrando as marcas das feridas. À sua frente, há um cachorro com a cabeça levantada em sua direção, tendo um pedaço de pão na boca. Essa ilustração de São Roque é construída estrategicamente e está de acordo com sua biografia. Segundo Scopel (1999:138):

“São Roque nasceu em Montpellier, na França. Interrompeu uma peregrinação que estava fazendo a Roma, para cuidar de doentes empestados. Na cidade de Piacenza, ele contraiu o vírus da peste e, para não ser pesado a ninguém, retirou-se para uma choupana abandonada, num bosque próximo. Milagrosamente, o cachorro de estimação de Gotardo, morador das imediações, todos os dias lhe levava um pão para seu sustento. Curou-se e voltou para sua terra natal; [...]”.

A imagem de um homem simples, peregrino, está representada pela vestimenta. O contágio da peste é mostrado por meio das feridas, adquiridas ao cuidar dos doentes. O milagre de ter alimento - apesar de ter se retirado para o bosque e estar sozinho - é representado pelo cão com um “pão” na boca. A auréola representa a sua santidade.

Como no santinho de oração, que objetiva difundir a imagem do santo, a fotografia do santinho político busca divulgar a imagem do candidato, conforme a análise feita da fotografia do panfleto político (ST 2). Destaco que, diferentemente do santinho religioso, a fotografia no santinho político não mostra o corpo inteiro do candidato. Em geral, apenas a parte superior do tronco é retratada, mostrando o candidato sorrindo, bem penteado. Os homens vestem paletó e gravata e as mulheres vestem blazers, o que lhes dão um *ar* e um status social de respeitabilidade.

2. O texto verbal

O texto verbal específico que me refiro aqui compreende um texto bem maior do que os dados básicos do candidato, como nome, número, partido e o slogan. O texto verbal de que trato aqui compreende a biografia e as propostas do candidato. Alguns têm um texto escrito um pouco mais longo, como, por exemplo, uma avaliação da conjuntura do país, do estado, ou sua “própria oração”, etc. e defendem um ponto de vista, de forma sintética, proporcionando uma leitura rápida.

A biografia

Minha hipótese é a de que a biografia dos candidatos é uma operação criativa do sujeito panfleteiro e que é construída a partir do gênero oração dos santinhos católicos. Para demonstrar essa tese analisarei dois tipos principais de usos desse gênero na construção da biografia. No primeiro, o sujeito panfleteiro cria a biografia bricolando a oração em forma de prece do próprio candidato. Como exemplo, analisarei o santinho do candidato Mingone, que cria sua oração a partir da prece de São Francisco de Assis e da oração de São Braz.

PRECE DO CANDIDATO

Senhor...

Serei verdadeiro porque há muitos que em mim confiam;

Serei puro porque há quem me espreite;

Serei forte porque há muitos que sofrem;

Serei corajoso porque há muitas dificuldades a vencer;

Serei amigo de todos porque tenho de amar até os inimigos;

Serei dadioso porque é dando que se recebe;

Serei humilde porque reconheço minhas fraquezas;

Serei vitorioso porque Jesus disse sem Mim nada podeis fazer;

Portanto, faça de meu mandato instrumento da paz, da verdade e da justiça social.

AMÉM



MINGONE
FEDERAL-2567-PFL

Av. José de Souza Campos, 70
Fones: (019) 253-7431 e 252-6930
Campinas - SP



ORAÇÃO A SÃO BRAZ

(Protetor contra as doenças da garganta)

Ó bem-aventurado São Braz, que recebestes de Deus o poder de proteger os homens contra as doenças da garganta e outros males, afastai de mim a doença que me aflige, conservai

a minha garganta sã e perfeita para que eu possa falar corretamente e assim proclamar e cantar os louvores de Deus.

Eu vos prometo, São Braz, que a fala que sair da minha garganta será sempre:

De verdade e não de mentira.
De justiça e não de calúnias.
De bondade e não de aspereza.
De compreensão e não de intransigência.
De perdão e não de condenação.
De desculpa e não de acusação.
De respeito e não de desacato.
De conciliação e não de intriga.
De calma e não de irritação.
De desapego e não de egoísmo.

De edificação e não de escândalo.
De ânimo e não de derrotismo.
De conformidade e não de lamúrias.
De amor e não de ódio.
De alegria e não de tristeza.
De fé e não de descrença.
De esperança e não de desespero.

São Braz, conservai minha garganta livre daquela doença braba para que minhas palavras possam louvar a Deus, meu criador, e agradecer a vós, meu protetor. Assim seja.

O sujeito panfleteiro monta sua oração a partir de enunciados retirados da oração de São Francisco de Assis (Scopel, 1999:126) como, por exemplo, quando diz:

- “*Serei dadivoso porque é dando que se recebe*” é criado a partir de “*Mais amar que ser amado, pois é dando que se recebe*” (Scopel, 1999:126);
- “[Senhor] *faça de meu mandato instrumento da paz, da verdade e da justiça social*” é inventado a partir de “*Senhor, fazei-me instrumento de vossa paz!*” (Scopel, 1999:126).

Outros enunciados são parafrazeados do formato da oração de São Braz (Scopel, 1999:119):

<i>Oração do candidato:</i> Serei → porque	<i>Oração de São Braz:</i> De → Não
Serei verdadeiro[...]. Serei puro porque há quem me espreite;	Eu vos prometo, São Braz, que a fala que sair da minha garganta será sempre: <i>De verdade e não de mentira.</i>
Serei forte [...]. Serei corajoso [...]	De ânimo e não de derrotismo.
Serei amigo [...].	De compreensão[...]. De calma [...]. De amor e não de ódio.
Serei dadivoso [...].	De desapego e não de egoísmo.

Quadro 6: Paráfrases da oração de São Braz.

Dessa forma, o sujeito panfleteiro usa o gênero oração para criar o panfleto político. O candidato assume vários compromissos com o Senhor, com (e)leitor, expressos em forma de prece e assim constrói sua biografia a partir das qualidades de ser: verdadeiro, puro, forte, corajoso, amigo, dadivosos, humilde vitorioso, instrumento de Deus, da paz, da verdade e da justiça social.

Outro formato de construção da biografia (mais comum) pelo sujeito panfleteiro é instituir uma cenografia do candidato que mostra seu *curriculum vitae*, para legitimar suas

propostas, sua candidatura e sua eleição. A biografia é construída objetivando criar uma imagem favorável do candidato e para distingui-lo dos demais, ou seja, para dar-lhe singularidade, buscando provocar a identificação de uma determinada parcela do eleitorado com sua imagem. Conseqüentemente, a biografia não é pura descrição de características selecionadas.

O sujeito panfleteiro, astutamente, descreve os componentes básicos da biografia do candidato como a identidade civil, às vezes a idade, a formação, experiências profissionais, etc. Vejamos:

1) *“Ludmila, professora e psicóloga, casada, mãe de 5 filhos, foi funcionária pública na Previdência Social por 11 anos, e hoje é consultora na área de desenvolvimento humano. [Tem como propostas a] defesa do ensino público com qualidade [...]; estímulo à parceria entre governo e empresa para a criação de creches nos bairros residenciais (ST 7);*

2) *“Fernando Henrique é o Presidente da República do Brasil. Casado com Dona Ruth Cardoso, professora, ele tem três filhos e 5 netos.[...] Sociólogo conhecido no mundo inteiro, foi professor em 7 universidades de renome internacional. Foi Senador, Ministro das Relações Exteriores e Ministro da Fazenda. Ele criou o Real, derrubou a inflação e está mudando este país [...]. Vencer o desemprego é o desafio do segundo mandato [...] (ST 2);*

Como se pode observar nos enunciados acima, especialmente nos destacados, cada candidato é singularizado a partir da descrição de seus dados de identificação e, dessa forma, coloca-se em defesa de algo específico que tem a ver com sua história de vida:

- A professora, psicóloga, casada, mãe de 5 filhos e funcionária pública é defensora do ensino público e da criação de creches;

- O Presidente da República do Brasil, casado, pai, avô, sociólogo, ex-Senador, ex-Ministro das Relações Exteriores e Ministro da Fazenda, criador do Real, destruidor da inflação é o mais competente e o mais preparado para ser novamente Presidente e vencer o desemprego.

Essa operação de singularização do candidato pelo sujeito panfleteiro constitui, ao mesmo tempo, uma polêmica. A biografia, no panfleto, não é neutra e não está sozinha. Ela dialoga com outros discursos; diz aquilo que o outro (o adversário) não pode dizer. Os aspectos que caracterizam determinado candidato estão em oposição aos aspectos de um outro.

A biografia constitui-se a partir de um *discurso refletido do outro*, de tipo ativo, que representa a polêmica velada de que fala Bakhtin (1981:171), na qual, “a palavra do outro influencia ativamente o discurso do autor, forçando-o a mudar adequadamente sob efeito de sua influência e envolvimento. [A] palavra do outro permanece fora dos limites do discurso do autor, mas este discurso a leva em conta e a ela se refere”. Vejamos, por exemplo, a construção da biografia de FHC.

Quando sujeito panfleteiro afirma que Fernando Henrique Cardoso é o Presidente da República do Brasil, sociólogo conhecido no mundo inteiro, foi professor em 7 universidades de renome internacional; foi Senador, Ministro das Relações Exteriores e Ministro da Fazenda; criou o Real, derrubou a inflação [...] e vai vencer o desemprego é para contrapô-lo ao seu maior adversário Luís Inácio Lula da Silva (o segundo colocado nas pesquisas de sondagem de votos; FHC era o primeiro). Lula é um candidato de origem popular, foi tintureiro, ajudante de escritório, torneiro mecânico, metalúrgico. Não tem curso universitário, fez apenas o supletivo do 1º Grau. A biografia de Lula não está

explicitamente refutada na biografia de FHC, no entanto, como afirma Bakhtin (1981:170), ao tratar da polêmica velada, “o discurso sente tensamente ao seu lado o discurso do outro falando do mesmo objeto e a sensação da presença deste discurso lhe determina a estrutura”.

O objetivo do sujeito panfleteiro ao enfatizar o preparo intelectual de FHC é mostrá-lo como competente para continuar a ser Presidente do Brasil e vencer o que, naquele momento, era um grave problema sócio-econômico, “o desemprego”. Com efeito, veladamente, o sujeito panfleteiro mostra Lula como incompetente e despreparado intelectualmente.

Dialeticamente, a construção, pelo sujeito panfleteiro, da “biografia de enfatização do preparo intelectual de FHC”, reconhece e, ao mesmo tempo, busca, taticamente ofuscar o preparo e o conhecimento de Lula no que se refere à política, à economia, à questão do emprego/desemprego, etc. devido à sua história de militante político, desde os 18 anos de idade, no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC; fundador da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores - PT.

Desse modo, o paradigma da biografia usado pelo sujeito panfleteiro é aquele que descreve uma trajetória social, política e acadêmica singular e bem sucedida de um candidato. Esse trabalho de construção resulta também da representação do (e)leitor pertencente a uma cultura, que concebe a competência política associada muito mais ao alto grau de escolaridade; das experiências acadêmicas, políticas, como diria Gramsci, tradicionais, elitizadas (professor de universidades internacionais, ministro, etc.), do que às experiências sindicais, da práxis nos movimentos populares, da origem proletária, etc.

A biografia do candidato tem sua origem na oração do santinho religioso, apesar de não ter o formato de uma prece como no panfleto do candidato Mingone. Ela pode ser uma

subversão operada a partir da singularização dos dados básicos do candidato pelo sujeito panfleteiro e, dessa forma, defender uma causa específica e legítima porque tem a ver com sua história de vida como nos exemplos dos santinhos da candidata Ludmila e de Fernando Henrique Cardoso. Essa construção se dá partir da biografia do santo que mostra seu sofrimento, suas provações, seu testemunho de santidade e seu poder em fazer milagres para aqueles que crêem nele e lhe solicitam ajuda, socorro.

Considerando que o santinho religioso tem como finalidade reconhecida à propagação de uma doutrina, a biografia do santo é construída a partir das peculiaridades da sua vida, que pode ser a especificidade do seu sofrimento: ter os olhos arrancados, como Santa Luzia ou ter feridas causadas pela “peste”, como São Roque, etc.; pode ser devido sua dedicação a uma atividade: como Santa Zita, que trabalhou durante 45 anos como empregada doméstica e ainda tinha tempo para a oração, para a missa e para recepção dos sacramentos; pode ser por causa da devoção e fé inabaláveis, como São Jorge, São Sebastião, etc. Sendo assim, todo santo tem sua oração e toda oração tem uma finalidade específica. Todas as orações estão em oposição umas com as outras. Vejamos, então, alguns exemplos de como a oração é criada a partir da biografia.

1) Santa Luzia: *protetora contra as doenças dos olhos*. (Santinho Religioso 03).

Biografia: Santa Luzia ou Santa Lúcia, segundo Scopel (1999:120), nasceu na Sicília e morreu mártir no ano de 303. Enquanto estava presa, *arrancaram-lhe os olhos*, entretanto, no dia seguinte, a encontraram com seus olhos novamente perfeitos.

Oração: “Santa Luzia, que preferistes deixar que *os vossos olhos fossem vazados e arrancados antes de negar a fé e conspurcar vossa alma*; e Deus, com um milagre extraordinário, vos devolveu outros dois olhos são e perfeitos para recompensar vossa

virtude e vossa fé, e vos constituir protetora contra as doenças dos olhos, eu recorro a vós para que *protejais minhas vistas e cureis a doença dos meus olhos*” (Santinho Religioso 3).

2) Santa Zita: *padroeira das empregadas domésticas*. (Santinho Religioso 04).

Biografia: “Santa Zita, conforme Scopel (1999:154), nasceu na Itália no ano de 1212 e trabalhou durante 48 anos como *empregada doméstica*. Cumpriu sempre as suas tarefas de empregada e ainda encontrava tempo para a oração, missa e recepção dos sacramentos”.

Oração: “Ó Santa Zita, que no humilde trabalho doméstico soubestes ser solícita como foi Marta, quando servia Jesus, em Betânia, e piedosa como Maria Madalena, aos pés do mesmo Jesus, *ajudai-me a suportar com ânimo e paciência todos os sacrifícios que me impõem os meus trabalhos domésticos*: ajudai-me a tratar as pessoas da família que sirvo como se fossem meus irmãos” (Santinho Religioso 4).

Parti do santinho político e analisei os dois textos principais que o constituem (a fotografia e a biografia), e fui ao passado ao analisar o santinho religioso (estampa e oração). Fiz esse percurso para compreender as manobras realizadas pelo sujeito panfleteiro ao usar o santinho religioso na construção do panfleto político. As manobras e o processo foram materializados na singularização de características e na defesa de uma ideologia de direita ou de uma utopia de esquerda, no caso do panfleto político, e uma doutrina católica, no santinho religioso.

O processo de singularizar e de defender uma visão de mundo a partir do santinho religioso – imagem e oração - demonstra a presença de um sujeito criativo na construção do santinho político. Essa inventividade é mais uma prova de que o sujeito não é um mero repetidor.

Nos santinhos políticos, a própria ordem em que os dados são colocados é criativa e significativa. A organização é feita em decorrência do que o sujeito panfleteiro imagina ser

mais importante para persuadir os eleitores. Por isso, há uma hierarquia das informações sobre o candidato. Por exemplo, é estratégica a ordem de descrição dos dados da candidata do ST (07): *professora, psicóloga, casada, mãe de cinco filhos*. O sujeito panfleteiro ao ressaltar, em primeiro lugar, a profissão de professora da candidata, objetiva o voto dos professores, que é uma categoria muito grande, no Brasil, mas que é desvalorizada continuamente pelos governantes brasileiros. A prova disso são os baixos salários pagos aos professores (inclusive em vários municípios das regiões norte e nordeste do Brasil, abaixo do Salário Mínimo); objetiva chamar atenção e solicitar o voto de alunos e de seus pais. Em seguida, vêm os outros dados: psicóloga - ela conhece de forma científica os problemas das pessoas; casada - sabe, como as pessoas comuns, das dificuldades e do cotidiano de uma dona de casa; mãe de cinco filhos - além de ela ter todas as características mencionadas anteriormente, é mãe não de um ou dois, mas de cinco filhos.

As características - títulos e realizações - que são ressaltadas na biografia são aquelas que ideologicamente o sujeito panfleteiro acredita serem valorizadas pelo grupo social e ideológico ao qual se dirige o panfleto. O ST (07), como o (02), reafirma essa tese: *Fernando Henrique é o Presidente da República do Brasil. Casado com Dona Ruth Cardoso, professora, ele tem três filhos e 5 netos*. A primeira característica que é destacada é a de que o candidato a Presidência *é o Presidente da República do Brasil*, que é a maior posição política do país. Embora casado com Dona Ruth, não foram ambos, e sim ele quem construiu a família, pois não é do casal e sim dele que se diz que tem “três filhos e 5 netos”.

A especificidade da organização da biografia no *ST* se relaciona com o gênero, com a ideologia que permeia o texto e com a polêmica. Por isso, na biografia não constam características que não tenham relações determinantes com a *finalidade reconhecida* do *ST* que é o voto do (e)leitor.

O santinho político enaltece não apenas as qualidades positivas dos candidatos e enumera as obras que estes realizaram no passado, mas também as que eles afirmam que irão fazer no futuro:

“Fernando Henrique [...] vai vencer o desemprego” (ST 2);

“Eduardo Valverde apoiará demarcação das terras indígenas e a cidadania para os povos da floresta” (ST 3);

“Denizard Rivail [...] vai incentivar a arte e a cultura para afastar os jovens e adolescentes do caminho dos vícios” (ST 5).

O sujeito panfleteiro desvia e reformula o santinho a partir das significações que o constituem. Essa dialética entre um modelo e os manuseios *transgressores* produzem modalidades diversas e variações múltiplas.

Quando se vai analisando a constituição dos santinhos políticos, vê-se, cada vez mais, que o “os usos” na sua construção são vigorosos e coerentes na diversidade. Como, por exemplo, quando o sujeito panfleteiro inverte o estilo na constituição do santinho de maneira que o texto verbal, astutamente, é colocado na parte da frente, para que o (e)leitor tome conhecimento, ao mesmo tempo, da imagem, da biografia do candidato e de suas idéias - mesmo antes de ler o verso, ou de se desfazer do panfleto. É o que veremos a seguir.

1.1.1.b. - O sujeito panfleteiro cria um novo formato - a partir do santinho simples - que possibilita um manejo mais fácil do panfleto, ao permitir ao (e)leitor o conhecimento do candidato por meio do retrato e, ao mesmo tempo, das suas idéias, em uma leitura bem

mais rápida, visto que a maioria das informações está na página da frente. Para isso, o sujeito panfleteiro, numa atividade de apropriação, coloca o texto verbal mais extenso (que canonicamente é escrito somente no verso) junto com a fotografia, na página da frente. Esta é, dessa forma, constituída, simultaneamente, pela fotografia de um candidato e pelo texto verbal - que pode se estender ou não ao verso. Classifico este ST como *santinho conjugado* (outros exemplos são os STCs 16, 21, 22).

Abaixo apresento um exemplo de santinho conjugado em que o sujeito panfleteiro subverte a forma usual de construir o santinho (que contém na parte da frente, somente a fotografia do candidato, seu nome, seu número, seu cargo e nem todas às vezes o partido político) ao incluir, na parte da frente, a biografia.

deputado estadual
DAVID ZAIA
23123 PPS

Representante do DIEESE (Departamento Interdisciplinar de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos) no Conselho Universitário da UNICAMP, no período de 1991 a 1994. David Zaia é liderança no movimento sindical bancário. Eleito três vezes presidente do Sindicato dos Bancários de Campinas (1983/1984), atualmente é presidente licenciado da Federação dos Bancários de SP-MS. David Zaia também presidiu o DIEESE em 1992. Integra a direção executiva da CLT e vice-Comando Nacional dos Bancários. Filósofo formado pela FUC-Campinas, presidiu o Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia. Casado, 42 anos de idade, e pai de dois filhos. Funcionário da Nossa Caixa Nosso Banco desde 1976. David Zaia foi recentemente eleito para presidir a Nossa Caixa-Nossa Cidade de Investimento. Nomeado deputado federal pelo PPS, conquistou a confiança e o voto de quase 20 mil eleitores nas eleições de 1994.

Santinho político (ST 22) - frente

Educação com qualidade

Nos dias atuais somente é possível adquirir competitividade internacional com grandes investimentos na educação, na ciência e na tecnologia. Para isso, é preciso investir nos jovens e nas crianças. É necessário recuperar o ensino público do primeiro e segundo graus, sem o qual não é possível uma boa formação. Para o desenvolvimento do país é necessário, entre outras ações:

- fortalecer as universidades públicas,
- aumentar as vagas e melhorar o acesso das camadas mais pobres ao ensino superior.

O produto mais importante deste final de século é o conhecimento. Apenas os países que investem maciçamente na geração do conhecimento, possibilitando a formação dos estudantes, conseguem aumentar o emprego e melhorar as condições sociais de sua população, reduzindo as desigualdades na distribuição de renda.

Dia 4 de outubro, vote em candidatos que estão comprometidos com uma educação de qualidade. Vote David Zaia.

São Paulo: R. Sílvio Martins, 110 sala 22 - Fone: 55-37011111-1147

Faça com **DAVID ZAIA**
Campinas: Av. Dr. Tereza Alves, 150 - Jaspino II - No. Anchieta Centro - Fone: 370191234-3000

Santinho político (ST 22) - verso

Nesse santinho, a fotografia não deixar de ser uma categoria central. No entanto, a biografia do candidato adquire uma importância fundamental, já que toma mais de um terço da frente do panfleto.

Resumindo, o *ST conjugado* é um panfleto de propaganda pessoal de um candidato, no qual a página da frente é constituída, ao mesmo tempo, pela fotografia de um candidato e pelo texto verbal um pouco longo - que pode se estender ou não ao verso.

As modificações no santinho prosseguem. O sujeito panfleteiro usa-o para fazer propaganda de dois ou mais candidatos.

1.1.2. Santinhos com duas ou mais fotografias:

1.1.2.a. - O santinho simples sofre uma modificação importante quando, inventivamente, o sujeito panfleteiro em vez de fazer a propaganda política de um só candidato, passa a fazer propaganda de dois ou mais simultaneamente. Assim sendo, a quantidade de fotografias de candidatos, que podem estar presentes na primeira folha, aumenta. Conseqüentemente, a primeira folha é toda constituída pelas fotografias de dois ou três candidatos a cargos diferentes. Por exemplo, o panfleto *ST 10*, que na primeira página, à esquerda, apresenta a fotografia do Senador Suplicy (candidato à reeleição) e a de Lula (candidato a Presidente da República Federativa do Brasil), à direita, e, no meio, a de Marta Suplicy (candidata ao governo do Estado de São Paulo). Todos pertencem ao mesmo partido político, o Partido dos Trabalhadores (PT). No verso, três textos referentes a cada um dos três candidatos, que resumem as biografias e os programas respectivos.

Classifico esse panfleto de *santinho composto*, pelo fato de fazer propaganda de dois ou mais candidatos. As fotografias encontram-se separadas dos textos, os quais estão em outra(s) página(s). Veja-se o exemplo a seguir:



Santinho político (ST 10) – frente

SUP LIC Y - SENADOR	MART A - GOVERNADORA	LULA - PRESIDENTE
<p>O Senador EDUARDO SUP LIC Y sempre cumpriu seu trabalho à risca. Praticamente sozinho, mudou a forma de fazer política em nosso País. Uma política justa, limpa e honesta.</p> <p>Entre os 26 projetos de lei apresentados, estão o que institui o Programa de Garantia de Renda Mínima, que inspirou vários prefeitos e governadores.</p> <p>É preciso que SUP LIC Y continue a sua batalha para assegurar o mais breve possível, que todos os brasileiros tenham o direito à sobrevivência e à participação na riqueza da Nação.</p> <p>O Senador EDUARDO SUP LIC Y, já testado e aprovado por todos nós pela sua competência, transparência e sinceridade, merece novamente o seu voto para o Senado.</p>	<p>O governo de MARTA SUP LIC Y tem ações positivas de serem implantadas em São Paulo, através de programas como o Bolsa Trabalho, dirigido para adolescentes entre 15 e 21 anos, vai dar condições para que essas jovens estudem, tenham acesso à cultura, lazer e esportes e ainda recebam a qualificação necessária para entrar no mercado de trabalho; o Programa de Garantia de Renda Mínima que combaterá a miséria; a desigualdade social e a violência; o Banco do Povo, uma linha de crédito popular para o pequeno e médio empresário, abrir ou ampliar seu negócio, assim dará maior oportunidade de trabalho para nosso Estado.</p> <p>MARTA SUP LIC Y terá um governo participativo e democrático, preocupado em resolver os problemas do povo de São Paulo.</p>	<p>LULA, candidato à Presidente da República, o tem certeza de que é possível construir um país digno e justo. Uma nação onde cada mulher, cada homem, tenha orgulho de ser brasileiro. Um país sem fome, sem analfabetos e sem o temor do desemprego. Onde as crianças e os idosos sejam respeitados, os jovens tenham confiança no futuro e os empresários e agricultores possam produzir com tranquilidade.</p> <p>Como você, LULA quer um Brasil moderno, forte e respeitado. E junto com as forças políticas e sociais que formam a União do Povo Muda Brasil, brasileiros que, como LULA e seu vice, Leoni Brizola, têm a firme convicção de que o bem supremo de uma Nação deve ser o seu povo.</p>
<p>LULA 13 PRESIDENTE VICE BRIZOLA</p>		<p>CONFIRME SEU VOTO 13</p>

Santinho político (ST 10) - verso.

1.1.2.b. - uma modificação importante é operada no santinho composto, quando o sujeito panfleteiro coloca, na(s) mesma(s) página(s), as fotografias dos candidatos e os textos (biografia, propostas, análise de conjuntura). Os retratos podem estar em um dos cantos da página ou no meio dela, em cima ou em baixo da página, juntamente com o texto referente a cada candidato. Resumindo, classifico esse *ST* como *composto* e *complexo* por fazer propaganda de dois ou mais candidatos em que as fotografias e os textos encontram-se nas mesmas páginas. (*ST* 8, 11, 12, 15).

Resumirei os tipos de santinho, quanto à combinação entre fotografia e texto verbal, no quadro a seguir:

Santinho (ST): combinação fotografia e localização do texto verbal	
Tipos	Características
1. Santinho simples	Com uma fotografia e texto verbal no verso
2. Santinho conjugado	Com uma fotografia e texto verbal na frente e no verso
3. Santinho composto	Com duas ou mais fotografias e texto verbal no verso.
4. Santinho composto/conjugado	Com duas ou mais fotografias e texto verbal na frente e no verso.

Quadro 7: Santinho: tipos e características.

Na classificação acima estão apenas alguns tipos mais comuns dos santinhos que combinam texto verbal e fotografia, visto que as bricolagens não se esgotam, pois são muitas as *combinatórias de operações* que se fazem notar nas “maneiras de empregar os produtos” (De Certeau, 1996:38).

Em suma, o nome santinho, como é popularmente conhecido esse tipo de panfleto, tem origem no formato dos santinhos da igreja católica, que trazem, na frente, a imagem de um santo e, atrás, uma oração. O santinho é um tipo de panfleto político caracterizado por discurso de propaganda ideológica e constitui uma forma particular de propaganda política pessoal do candidato a um cargo político. Em geral, compreende a fotografia, uma pequena biografia e o número do candidato; o partido político; o slogan de campanha. Às vezes, encontra-se uma análise da conjuntura do país, de um estado, de uma região, de uma cidade. Em panfletos de candidatos que buscam a reeleição, encontra-se um discurso de prestação de contas, quando então são enumeradas suas realizações políticas. Seu tamanho varia de 13,3 x 10,2 até 32,0 cm x 15,0 cm em uma folha de papel frente e verso. É composto fundamentalmente, como todo texto publicitário, por dois tipos de textos: verbal e não-verbal (imagem e palavra).

Apesar da classificação realizada, essa constitui, como diria De Certeau, uma certa “formalidade de uma prática criativa”. Isto pode ser percebido pela diversidade dos santinhos.

Continuando a análise dos santinhos, pode-se ver como eles tomam outras formas; como o sujeito panfleteiro se apossa de maneiras diversas desse objeto, produzindo usos e significações diferenciados a partir de uma determinada finalidade: para ensinar, como veremos a seguir, o eleitor votar em determinado candidato, para reforçar a imagem do candidato, para ser distribuído discretamente no dia da votação, etc.

O santinho é investido de usos e de gestos de apropriações para diversos objetivos, transformando-se em outras modalidades como, por exemplo, a Cédula.

1.2. Cédula (CD)

O sujeito panfleteiro transforma o santinho em cédula, ao usá-lo para ensinar o eleitor a votar em determinado candidato, na urna eletrônica. Os gestos desse uso podem ser compreendidos a partir dos aspectos que permanecem, bem como a partir das estratégias textuais introduzidas: permanecem sempre a fotografia do candidato, seu nome, seu número, seu partido, (sua coligação, quando for o caso), seu slogan, etc. O tamanho é também variado. A modificação é realizada pela supressão da biografia, das propostas, da análise de conjuntura e pela inclusão da cédula de votação e das instruções relativas ao ato de votar. Vejamos o exemplo abaixo.



Cédula (1) - frente



Cédula (1) - verso

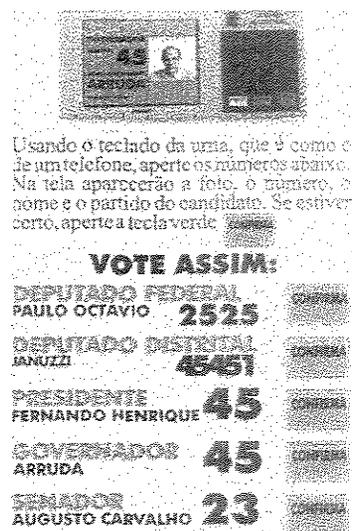
Nesse exemplo, a *CD* (7,96 cm de largura X 29,73 cm de altura) foi construída a partir de aspectos do santinho simples (fotografia e dados de um candidato), na página da

frente, mais a cédula de votação, instruindo o eleitor a votar somente no candidato Luís Estevão, no verso.

A cédula não é sempre igual. O sujeito panfleteiro faz várias mudanças no texto diversificando-o. No exemplo abaixo, ele compõe a *CD* (4) a partir do santinho composto, na primeira página, e da cédula de votação no verso.

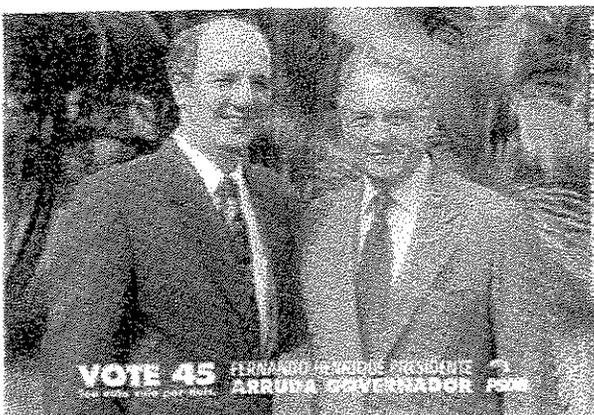


Cédula (4): frente



Cédula (4): verso

O modelo acima (6,5 cm de largura X 10 cm de altura) é um exemplar típico de como o sujeito panfleteiro usa o santinho, transformado-o em cédula. Esse panfleto que originariamente era o santinho (23) que tinha 15,1 cm de largura X 10,7 cm de altura e após algumas modificações no formato realizadas pelo sujeito panfleteiro, tornou-se uma cédula (4).



Brasília, setembro de 1998

Caro amigo,

Como você sabe, nós somos do mesmo partido, o PSDB.

Juntos, queremos trabalhar ainda mais pelo Brasil e por Brasília.

Contamos com o seu voto.

Um abraço,


 Fernando Henrique


 Arruda

A transformação aconteceu no tamanho (este foi reduzido); em um dos lados, o verso, já que o texto, constituído por parágrafos (uma pequena carta coletiva e aberta, que tratarei mais adiante), foi substituído por instruções caracterizadas por enunciados curtos, unidades separadas e fragmentadas cuja leitura reencontra “na articulação visual da página, as conexões intelectuais ou discursivas do raciocínio” (Chartier, 1994:19).

O sujeito panfleteiro opera outras pequenas variações na apresentação da cédula como, por exemplo:

- o formato de um pequeno folder composto de duas dobras. A primeira página é igual as demais cédulas (e ao santinho). As duas internas apresentam inovações, pois, além de conter as instruções de como votar, contêm um esclarecimento (uma “informação”) ao (e)leitor:

“PARA FACILITAR SEU VOTO LEVE ESTE MODELO COM OS NÚMEROS DOS CANDIDATOS ATÉ A CABINE DE VOTAÇÃO. A LEI PERMITE” (Cédula 3).

Na página seguinte, estão os cargos, os números e os nomes dos outros candidatos apoiados pelo candidato principal da Cédula:

Como votar na urna eletrônica

<p>PARA CADA CANDIDATO, DIGITE O NÚMERO CORRESPONDENTE. ESPERE APARECER A FOTO E O NOME. DEPOIS APERTE A TECLA VERDE</p> <p style="text-align: center;">CONFIRMA</p> <p>CASO VOCÊ DIGITE QUALQUER NÚMERO ERRADO, APERTE A TECLA CORRIGIR</p> <p>PARA FACILITAR SEU VOTO LEVE ESTE MODELO COM OS NÚMEROS DOS CANDIDATOS ATÉ A CABINE DE VOTAÇÃO. A LEI PERMITE.</p>	<p>1º DEPUTADO FEDERAL 2 5 8 5 CONFIRMA FURIAN</p> <hr/> <p>2º DEPUTADO ESTADUAL 2 5 2 2 2 CONFIRMA CRESPINO</p> <hr/> <p>3º PRESIDENTE 4 5 CONFIRMA FERNANDO HENRIQUE</p> <hr/> <p>4º GOVERNADOR 1 1 CONFIRMA PAULO MALUF</p> <hr/> <p>5º SENADOR 1 1 CONFIRMA OSCAR DO BASQUETE</p>
--	---

A última página contém as instruções de como *votar de forma correta para governador*, que no exemplo, é votar no candidato Paulo Maluf. Vejamos:



Cédula (3)

A fotografia pode estar na própria cédula, na página da frente, como no exemplo abaixo:



Cédula (16)

Pode-se afirmar que a grande diversidade e as particularidades na composição da cédula, de acordo com a teoria de De Certeau, é resultado das manipulações e fabricações que os usuários fazem com os objetos e que, segundo Bakhtin (1992b:308), são “determinada[s] principalmente pelos problemas de execução que o objeto de sentido implica para o locutor (o autor)”.

A cédula é um tipo de panfleto destinado às pessoas pertencentes às camadas de baixa renda, em geral analfabetas, ou fracamente alfabetizadas, às pessoas idosas e àquelas que não têm o hábito de lidar com equipamentos eletrônicos.

Resumirei os tipos de Cédulas, no quadro abaixo:

Cédula	
<u>Tamanhos</u>	<u>Estilos</u>
10,5 cm x 7,8 cm (máximo)	1. Uma folha: frente e verso; 2. Folder de duas dobras.
9,5 cm x 6,5 cm (mínimo)	

Quadro 8: Tipos de Cédula.

Finalmente, a *CD* é um tipo de panfleto político para campanha pessoal do candidato originada a partir de bricolagens no santinho. A página da frente pode ser constituída como a do santinho, ou seja, pela fotografia do candidato ou pelo retrato do candidato e de outro candidato (um líder) a um cargo diferente do seu. Modificações podem ocorrer tanto na página da frente como no verso, mas sempre permanecem a fotografia e os dados de identificação e sempre é acrescentada a cédula de votação na urna eletrônica instruindo o (e)leitor a como votar em um candidato ou até nos candidatos aos cinco cargos eletivos da eleição de 1998. A *CD* tem duas formas de acordo com a quantidade de folhas: uma folha frente e verso e um folder de duas dobras.

1.3. Mosquitinho (MQT)

Como é proibida a propaganda de candidato a cargo eletivo em dia de votação, nos locais próximos a zona eleitoral, o sujeito panfleteiro *usa* o santinho para fazer propaganda eleitoral, disfarçadamente, e assim burlar a fiscalização. Para isso, ele diminui o tamanho do santinho para nove centímetros de altura por seis centímetros de largura e assim inventa

o mosquitinho, que é conhecido também como confete, por razões óbvias. Todas as informações, como fotografia, nome e número do candidato podem estar na página da frente, e não constar nada no verso. Por exemplo,



Mosquitinho (1)

Devido à proibição, pela legislação eleitoral, da “boca-de-urna”, o panfleteiro por meio do *mosquitinho* objetiva:

1. Ser distribuído discretamente, pelos militantes, ao eleitor sem que a fiscalização perceba;
2. Fixar os dados do candidato pelo eleitor nos últimos momentos que antecedem o ato de votar;
3. Possibilitar seu porte pelo eleitor, de forma discreta, na cabina de votação;
4. “Picar” os eleitores indecisos, os que objetivam votar em branco, ou os que pretendem anular o voto.

Após a análise do mosquitinho, resumirei a seguir as características dos panfletos políticos específicos de campanha pessoal do candidato quanto à finalidade reconhecida, ao status dos parceiros e aos eixos:

Panfleto Político Específico de Campanha Pessoal do Candidato	
<u>Finalidade reconhecida</u>	Promoção da imagem do candidato para a obtenção do voto.
<u>O status dos parceiros</u>	O candidato e os eleitores
<u>Eixos</u>	Pessoal, programático, temático, ideológico

Quadro 9: Panfleto de campanha pessoal quanto ao eixo, status de parceiros, finalidade reconhecida.

Como se pode observar até aqui, a partir da análise dos usos do santinho político, que o panfleto, apesar de defenderem ideologias, utopias, de acordo com os grupos, com os partidos políticos, com as frentes políticas, nele são visíveis muito efeitos da atividade produzida por um sujeito inventivo. Esse fato demonstra que não acontece aquilo que é previsto por Althusser e por Pêcheux, ou seja, um mero assujeitamento do sujeito. O mosquitinho, como os outros panfletos, mostra um sujeito criativo, operando com gêneros, com materiais lingüísticos como previstos por Bakhtin e por De Certeau.

O sujeito panfleteiro em seu trabalho criativo para fazer propaganda política inventa novos modelos. Para isso, modifica formas e dispositivos por meio dos quais um texto é proposto. É o que acontece com o panfleto ao ser modificado para enfaticamente contestar

o adversário. Essas modificações sublinham as estratégias polêmicas acentuadas do sujeito panfleteiro. No próximo tópico, buscarei compreender as formas dessa materialidade.

2. Panfletos de contestação (PC)

O panfleto de contestação é um texto polêmico que supõe um contra-discurso antagônico, implícito na trama do discurso atual, que visa a uma estratégia dupla: demonstrar sua tese e refutar e desqualificar a tese adversária. Ambas versam sobre as condições sociais do país, de um estado ou de uma região a partir de um ponto de vista ideológico. No discurso polêmico, há um terreno comum entre os interlocutores. O discurso do outro constitui o próprio discurso do sujeito enunciador.

Todos os tipos de panfletos de contestação se caracterizam por conter críticas. Elas se diferenciam a partir do lugar político-ideológico do enunciador: se ele está no governo ou na oposição; se ele é de direita ou de esquerda. Além de essa consistência ideológica interna (que mostra um sujeito não-cartesiano), há um trabalho de uso de gêneros, demonstrando assim a presença de um sujeito que é também criador e que De Certeau chama de usuário.

Para contestar e fazer propaganda política, o sujeito panfleteiro usa gêneros como a carta, o manifesto, a cartilha, etc.

2.1. Carta

A carta é, tipicamente, um texto escrito, manualmente ou impresso, devidamente acondicionado e endereçado. Todavia, é usada pelo sujeito panfleteiro para fazer propaganda político-eleitoral.

Os efeitos da operação do uso do gênero carta pelo sujeito panfleteiro para construir o panfleto político (gênero secundário) pode ser observada a partir de algumas manobras importantes. A carta que é um gênero de relação, de endereçamento e destinatário definidos é subvertida, ao ser endereçada generalizadamente a muitos destinatários como, por exemplo, Carta ao Servidor (*PC 10*), Carta ao Povo de São Paulo (*PC 11*), Carta Compromisso (*PC 9*), Carta Aberta (*PC 12*), e distribuída gratuitamente. Isso é usar o gênero carta panfletariamente. A propósito é importante a seguinte afirmação de Bakhtin (1992b:281), de que

“durante o processo de sua formação, esses gêneros secundários absorvem e transmutam os gêneros primários (simples) de todas as espécies [...]. Os gêneros primários ao se tornarem componentes dos gêneros secundários, transforma-se dentro destes e adquirem uma característica particular: perdem sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios [...]”.

A confidencialidade do conteúdo da carta, a intimidade relativa entre o remetente e o destinatário e a reciprocidade das trocas são subvertidas. O que seria o segredo da missiva típica é aqui divulgado para o público:

“Neste final de milênio, no limiar do século 21, chegou a hora de rompermos com a tradição de poder das elites brasileiras. Elas fracassaram na tarefa de fazer deste País uma grande Nação. [...] Candidato a presidente da República pela “UNIÃO DO POVO MUDA BRASIL”, proponho-me a fazer do poder político um instrumento capaz de promover as profundas reformas exigidas pela nossa sociedade” (PC 9).

“Para o pleno conhecimento, enumeramos a seguir alguns dos atos governamentais nocivos ao funcionalismo público do DF:

- ★ Suspensão do tíquete-alimentação (Decreto 16.990 de 8/12/95);
- ★ Não pagamento dos passivos trabalhistas (precatórios)” (PC 10).

Outra marca da inventividade do sujeito panfleteiro está no fato de se dirigir ao destinatário (um público vasto e desconhecido) num tom de intimidade, de igualdade, de parceria para solicitar voto:

“O MST pede o voto de todos os seus *militantes, apoiadores e amigos* para o companheiro Luiz Eduardo Greenhalgh (número 1351), candidato à reeleição como deputado federal” (PC 11)”;

“Chegou a hora de *você também ajudar a mudar a nossa história, transformando esse sonho em esperança* [...]. Só depende de nós. Vai valer a pena, eu garanto. Vamos à luta! (PC 9)”.

O sujeito panfleteiro cria esse tom de intimidade objetivando mostrar que existe uma relação de proximidade entre suas idéias e as do (e)leitor, para que, dessa forma, ele se autorize a criticar e provocar o adversário político:

“Prezado(a) colega,

O governo Cristovam Buarque não deve dó nem piedade dos servidores nestes quase quatro anos de administração do PT. Sempre que pôde ele recorreu a decretos para cassar direitos arduamente conquistados em anos de luta” (PC 10).

“Governo após governo, sejam civis e militares, as elites não forma capazes de arrancar o Brasil da miséria, de pagar o analfabetismo e o atraso da nossa história, de assegurar uma alimentação adequada e de criar condições para que todos vivam com saúde” (PC 9).

“A pesar de amparados pela lei, os servidores vêm sendo sistematicamente prejudicados por um governo que se apregoa democrático e popular. Em flagrante desrespeito ao Judiciário e num descaso sem precedentes ao estado de Direito, o atual Governo do Distrito Federal teima em descumprir as decisões da Justiça” (PC 10).

O sujeito panfleteiro, ao transgredir as regras e convenções do gênero carta, inventivamente constrói um panfleto político de contestação.

Todo discurso se constitui a partir de outros discursos, como se sabe. A interdiscursividade no panfleto político de contestação, como a carta, por exemplo, se caracteriza na forma que Bakhtin (1981) chama de polêmica aberta. Esta é “simplesmente orientada para o discurso refutável do outro, que é seu objeto” (p.170). Por exemplo, o enunciado da Carta (PC 9), “Honestamente, o governador petista que tanto fala em ‘Brasília Legal’ usou e abusou da ilegalidade para transformar os servidores em uma categoria de segunda classe” é criado a partir do slogan de campanha de Cristovam Buarque que era “Honestamente Cristovam” e de uma de suas plataformas políticas que era “Brasília Legal” (PC 9). Esses dois enunciados são utilizados pelo sujeito panfleteiro na construção de seu discurso, ao mesmo tempo em que são refutados. Dessa forma, o sujeito panfleteiro produz

o efeito de sentido de que Cristovam Buarque – que é membro do PT - é desonesto e desleal com a categoria dos trabalhadores.

O sujeito panfleteiro apresenta o discurso do adversário – “Honestamente”, “Brasília Legal” – e, simultaneamente, ataca o discurso do outro: “[...]o governador petista [...] usou e abusou da ilegalidade para transformar os servidores em uma categoria de segunda classe”.

A carta é apenas uma das formas que o sujeito panfleteiro utiliza para fazer contestação e a partir de ela podemos constatar os deslocamentos criativos realizados pelo sujeito panfleteiro. Os desvios operados no gênero carta para construção do gênero panfleto

2.2. Manifesto

A polêmica assume, ainda outro formato, como o do manifesto. Este constitui um outro gênero que o sujeito panfleteiro usa para fazer propaganda político-ideológica.

O gênero manifesto se caracteriza pela estruturas demonstrativas e performativas, nas quais há uma declaração pública de uma tese política, religiosa, estética, etc. Esse gênero também é usado pelo o sujeito panfleteiro ao modificá-lo para fazer campanha eleitoral em forma de uma declaração que justificam as razões para o (e)leitor votar em determinado candidato.

A estruturação do manifesto é usada pelo sujeito panfleteiro, que explicita seu desacordo, refuta teses do(s) candidato(s) adversário (s) e, no final, o (e)leitor é interpelado a aderir aos seus argumentos e a votar no candidato que ele propõe. Vejamos, então como ocorre esse processo.

As características de descrição, de justificativa e de recomendação de uma prática, por exemplo, política, ideológica e estética são subvertidas para fazer campanha ideológica e político-eleitoral. No panfleto político, o sujeito panfleteiro descreve de forma muito breve a sua tese. Tomemos, como exemplo, o “MANIFESTO DO COMITÊ UNIR PRÓ-LULA”. Neste, a situação política e econômica do Brasil é descrita e justificada resumidamente:

“No final do século XX, com essa nova ordem mundial que favoreceu o Capitalismo e aparentemente derrubou o Socialismo [...], agravam-se as contradições, constata-se o alto custo social desse modelo com o aumento do desemprego e a falta de geração de emprego e renda [...].

O governo FHC, mesmo que para efeitos externos possua um discurso em defesa das questões sociais, na prática curva-se, diante das exigências absolutas do capital externo, sob a regência da Organização Mundial do Comércio -OMC, FMI e G-7.

Esse governo, em suas ações, vem abertamente patrocinando as execuções dessa política neoliberal, imprimindo com pulso forte o modelo privativista, elegendo o serviço público como seu alvo principal. A educação pública brasileira configura-se como um dos pontos centrais deste ataque. (PC 3)

O sujeito panfleteiro do manifesto, ao descrever a nova ordem econômica mundial e suas características no Brasil, afirma que o governo FHC é responsável “*pelo aumento do desemprego e a falta de geração de emprego e renda, a perda dos valores éticos e morais e pelo [patrocínio do] financiamento de bancos privados, quebrados financeiramente, evidenciando a prioridade do capital sobre o trabalho*”. Com efeito, a forma de condução da política econômica pelo adversário é refutada.

Após a descrição e justificativas de sua tese, o sujeito panfleteiro interpela o (e)leitor, recomendando uma atitude, que no panfleto político é uma prática eleitoral:

“A conjuntura *exige uma postura crítica* da comunidade acadêmica e da sociedade organizada, além da *definição clara de uma opção política* capaz de fazer frente ao modelo político implantado por esse governo [...].

Assim entendendo, *a comunidade universitária se posiciona, criando o comitê Pró-Lula* que se configura como o espaço alternativo em defesa de uma proposta de transformação capaz de contemplar as aspirações da sociedade em geral, conclamando a todos a se engajar nessa luta” (PC 3).

O (e)leitor é, dessa forma, convidado a *uma postura crítica*, a uma *definição clara de uma opção política*, a de *votar em Lula*.

O manifesto tem no título a palavra “*manifesto*”. É um texto breve, tem apenas uma página, cujo enunciador é um grupo de signatários solidários - servidores públicos e estudantes da Universidade Federal de Rondônia - que faz uma declaração e toma partido político-eleitoral.

Como vimos, no manifesto político-eleitoral, o sujeito panfleteiro denuncia uma impostura, uma prática política que ideologicamente discorda, justificando e recomendando uma outra prática e indicando um candidato para desenvolvê-la. Isso é um exemplo de uso do gênero manifesto de forma panfletária, isto é, de diálogo e de fusão de dois gêneros, de certa forma. Assim, percebe-se mais uma vez a materialização de estratégias resultantes do trabalho do sujeito do discurso, no uso de gênero para construir o panfleto político. Com efeito, isso é mais um argumento para demonstrar que o sujeito não é um mero “consumidor” de gêneros e sim um usuário. As pessoas usam os produtos e não são deles meras consumidoras conforme são mandadas a fazê-lo, o que vai ao encontro da teoria de De Certeau e contra a tese do assujeitamento da AD francesa.

2.3. Cartilha

A cartilha é mais um dos gêneros do discurso usado pelo sujeito panfleteiro para escrever um panfleto político.

A cartilha típica se caracteriza por ser uma pequena brochura escrita que ensina didaticamente os conhecimentos elementares da leitura ou os rudimentos de artes, ciência, doutrina. Atualmente, ela tem sido muito usada para educação popular de massa, como a cartilha do consumidor, dos direitos da criança, dos direitos das mulheres, das empregadas domésticas, etc.

O sujeito panfleteiro, ao usar a cartilha para fazer o panfleto político, deixa algumas marcas desse uso, que podem ser observadas a partir das características que permanecem, mas, sobretudo, pelos desvios que são produzidos. Como exemplo, têm-se “O guia eleitoral do trabalhador e da trabalhadora” e a cartilha “A resposta certa”. Para demonstração do trabalho do sujeito no discurso, analisarei a primeira, visto que ela emprega muito mais os recursos didáticos da cartilha.

O Guia eleitoral do trabalhador e da trabalhadora é uma cartilha produzida pela CUT (Central Única dos Trabalhadores) é uma pequena brochura de 18 páginas, de 13,5 cm de largura X 20,5 cm de comprimento. Objetiva instruir o (e)leitor a votar, recorrendo aos expedientes didáticos (genérico, estilísticos) da cartilha, tais como o uso da imagem e, sobretudo de conhecimentos apenas elementares, como analisarei mais adiante seguir.

Na cartilha para ensinar a criança a ler escrever, por exemplo, os conhecimentos são rudimentares, hierarquizados e sempre utilizam gravuras para facilitar a compreensão dos ensinamentos. Em geral, eles começam com atividades preparatórias que possibilitam ao

professor nivelar os alunos para que não tenham dificuldades para assimilar e interpretar o código da linguagem.

O sujeito panfleteiro utiliza esta característica preparatória da cartilha, para construir o panfleto político, porque faz nela uma introdução sobre a política, de forma que se poderia considerar bastante elementar, sempre relacionando-a com a vida concreta do (e)leitor, com a finalidade de “ensiná-lo” a votar. Vejamos alguns enunciados representativos:

“[...] quase tudo o que diz respeito à nossa vida é determinado pela política - desde o asfalto e iluminação na rua em que moramos até a política econômica, que determina se teremos saúde, educação, reajustes salariais, empregos.

Quando chega a época das eleições, muita gente já desiludida diz: ‘político é tudo igual, só sabe roubar [...]’. Mas não é por aí. Se você votar em qualquer um, ou ficar achando que todos são farinha do mesmo saco, vai cometer um grande erro, pois tudo vai continuar como está.

[...] Por isso as eleições e o seu voto são importantes. É o momento de trocar, ou manter no lugar, as pessoas que decidem nossa vida.

Nas eleições que se aproximam, vamos eleger o presidente da República, governadores, senadores e deputados federais e estaduais, que são os que administram o nosso país, nosso Estado, enfim o lugar em que moramos. E ninguém quer picaretas tomando conta da própria casa” (PC 14).

Na cartilha típica, a de ensinar a ler e escrever, após a parte introdutória, o aluno é iniciado no alfabeto, começando com as vogais e depois com as consoantes, como se pode ver no exemplo da letra **a**, caso em que para seu ensino/aprendizado é usada a ilustração de um menino comendo abacaxi (uma cena concreta do cotidiano). A escolha dessa palavra se dá em virtude de ela começar pela vogal **a**.



Cartilha Fácil (figura 1)

Para ensinar todas as letras do alfabeto assim como os demais conhecimentos é utilizado o recurso da ilustração. Este é um traço característico e essencial do gênero cartilha, ou seja, tudo o que é ensinado é exemplificado de forma concreta para facilitar a compreensão do aluno.

O sujeito panfleteiro para construir o panfleto político, subverte o gênero iniciação das letras, usando a cartilha para a iniciação do (e)leitor no conhecimento dos tipos de políticos. Para isso, substitui a gravura característica da cartilha pelas charges, para representar as situações que são vivenciadas pela população em época de campanha eleitoral e que caracterizam os tipos de políticos mais comuns:

a) Descompromissado social



PC 14 (Charge 1)

Para construir a figura do político descompromissado, o sujeito panfleteiro inventivamente usa a figura (1) de um senhor calvo, de óculos, que veste paletó e gravata produzindo um efeito de sentido de que se trata de um político tradicional, conservador. Ele está num palanque de uma favela e discursa para um grupo de moradores. No seu discurso de campanha eleitoral, promete realizar obras, como pontes, viadutos, avenidas, que não vão ao encontro das necessidades essenciais daquelas pessoas. O povo é representado por figuras de pessoas que vestem roupas simples: as mulheres usam vestidos retos de cor marrom e seus cabelos são curtos e ligeiramente penteados; os homens usam camisetas e calças compridas. Esse grupo é representado como modelo de cidadãos esclarecidos e

politizados, visto que todos são mostrados zangados e indignados com as promessas impróprias, inadequadas do candidato. Essa atitude é representada pelos braços cruzados, pelos cenhos franzidos e pelas pupilas desenhadas próximas ao nariz das quatro pessoas que estão ao fundo e pela mãe, que está na frente do grupo, carregando uma criança no colo e que, diante do pronunciamento do político desvinculado da realidade da comunidade, pergunta pela proposta de política social do candidato.

Na parte inferior da charge, há um enunciado, em forma de um dito popular: “quem não marca compromisso com o social perde o encontro com o povo”. Dessa forma, o sujeito panfleteiro astutamente assume a voz da sabedoria popular para dar ensinamentos ao povo.

b) O todo-poderoso



PC 14 (Charge 2)

O sujeito panfleteiro representa o político todo-poderoso por meio da figura (2) de um político tradicional, que veste paletó e gravata, discursa em um palanque decorado com cartazes de propaganda eleitoral de sua imagem. Em seu discurso, conjuga o verbo ir na primeira pessoa do singular do presente do indicativo para prometer a comunidade que ele sozinho vai resolver todos os problemas da comunidade. O povo é representado por um grupo modelo de quatro pessoas politizadas, que mostram desacordo com o discurso do político: os dois homens e o garoto estão de braços cruzados e mostram reprovação pelos cenhos franzidos; a mulher fala para o grupo: “Se esse aí for eleito, não vai ter espaço para nós!”. Na parte inferior do quadro, o sujeito panfleteiro assume novamente a voz da sabedoria popular para dar o seguinte conselho: “Quem se julga o todo poderoso e dispensa o diálogo com a população, acaba falando sozinho”.

Vários outros tipos são mostrados pelo sujeito panfleteiro, como o aproveitador que é aquele que só aparece, nos bairros pobres, em época eleitoral para tirar proveito da situação; o corrupto, que se envolve em escândalos; o inescrupuloso, que faz qualquer negócio para se eleger; o demagogo, que, por exemplo, beija crianças e abraça as pessoas somente em época de eleição.

Essa construção dos vários tipos característicos de políticos é um trabalho inventivo do sujeito panfleteiro que tem sua origem no gênero cartilha. Neste, a interpretação é orientada por uma idéia principal exposta de forma simples por meio de gravuras com cenas em seqüências que contam uma pequena história, de forma que o texto que está escrito em baixo é mais um reforço do que já foi dito nos quadrinhos.



Cartilha Fácil (figura 2)

A figura 2 é composta de dois quadros, lidos horizontalmente, e tem por objetivo a interpretação do texto pelo aluno a partir da intertextualidade entre as linguagens visual e escrita elaboradas de forma muito simples, visto que as cenas em seqüência narram a estória que está escrita em baixo. Há uma grande conjunção entre os elementos visuais e verbais que auxiliam a interpretação da irritação de Sueli devido ao sapo feio e sapeca, que subiu na sua cama.

Como já afirmei anteriormente, o sujeito panfleteiro também narra as “estórias” por meio de ilustrações, conhecidas como charges, nas quais os políticos desonestos são satirizados como nas figuras acima (1 e 2 do PC 13). Nessas charges, o objetivo é facilitar a compreensão dos tipos de políticos e desenvolver o senso crítico, por parte das pessoas pertencentes às camadas populares, desfavorecidas em termos de grau de escolaridade e alijadas das condições da cidadania.

Como vimos, no panfleto político, as informações constituem primeiras noções de política, as quais começam pelos tipos de políticos mais comuns.

Depois da fase introdutória, o sujeito panfleteiro faz uma avaliação tanto do candidato-presidente Fernando Henrique Cardoso quanto do seu governo, no que se refere à saúde, educação, aposentadoria, segurança, desemprego, reforma agrária, etc. até a caracterização do político “correto” e do (e)leitor consciente.

Como já apresentei os tipos de políticos mais comuns, vejamos algumas charges, em que o candidato-presidente FHC é avaliado:



PC 14 (Charge 3)



PC 14 (Charge 4)

O sujeito panfleteiro constrói essas charges a partir de caricaturas. O primeiro quadro representa uma família assistindo ao pronunciamento de um candidato, na televisão. Os elementos visuais e verbais são conjugados para produzirem o efeito de sentido de que o candidato é o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso e que ele não conhece o povo e seus problemas, por isso não tem condições de solucioná-los e assim ser um bom Presidente. Para produzir esse sentido, o sujeito panfleteiro usa a caricatura e o discurso do preparo intelectual difundido, como marca de FHC, nos meios de comunicação, nos panfletos, etc.

A caricatura é usada pelo sujeito panfleteiro para criar a imagem pictórica de FHC, apresentado como um homem que se avalia como muito inteligente e muito preparado para ser Presidente. Para isso, ele é estrategicamente desenhado, tendo sua cabeça grande, tomando quase toda a tela da televisão. Essa representação é criada também a partir do

discurso popular que diz: “cabeça grande é sinal de inteligência”. Ele é apresentado usando óculos, paletó e gravata, chapéu usado pelos magistrados, pelos formandos de cursos universitários, no dia da colação de grau, ou seja, o sujeito panfleteiro usa vários símbolos que são lugares comuns para representar o intelectual.

O povo está representado por meio da caricatura de uma família de classe popular sentada apertadamente em uma pequena poltrona e se mostram estarecidos com o pronunciamento do Presidente. Esse sentido é produzido pelos olhos do pai em direção ao (e)leitor e a mão direita levantada e apontando em direção a imagem do Presidente na TV. O sentido de espanto da mãe e da filha é produzido pelas sobrancelhas levantadas.

O enunciado de FHC “...como vocês sabem, eu dediquei anos de estudo dos problemas do país e...” é inventivamente construído, pelo sujeito panfleteiro, a partir da ideologia que diz que “quem usa vocabulário difícil é muito estudioso” e do discurso - já citado em outros momentos desta tese - da enfatização do preparo intelectual de FHC:

“Fernando Henrique é o Presidente da República do Brasil. [...] Sociólogo conhecido no mundo inteiro, foi professor em 7 universidades de renome internacional. Foi Senador, Ministro das Relações Exteriores e Ministro da Fazenda. Ele criou o Real, derrubou a inflação e está mudando este país [...] (ST2).

O discurso da família (povo) “se pelo menos ele falasse a nossa língua...” é criado, pelo sujeito panfleteiro, a partir do discurso do grupo de esquerda de que este sim conhece o Brasil, fala a linguagem do Brasil. O slogan desse grupo era “O Brasil que conhece o Brasil”; seu candidato à Presidente da República era de origem popular e realizou a Caravana da Cidadania (percorrendo todo o Brasil) e tinha o apoio político dos grupos dos movimentos populares. Pode-se ver também que esse discurso está em relação polêmica

com o discurso de FHC. Aliás, essa é a característica marcante dos panfletos de contestação como já afirmei anteriormente.

O segundo quadro representa a visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso a região nordeste do Brasil, num período de muita seca, falando para repórteres de jornal e de televisão, tendo como pano de fundo uma família nordestina paupérrima. O sujeito panfleteiro constrói a caricatura de FHC como vaidoso, egocêntrico, muito preocupado com sua imagem e nem um pouco com o povo. Para isso, utiliza a figura de um homem que veste paletó e gravata que fala voltado para a câmera de televisão e para os microfones dos jornalistas, arrumando a gravata sem dar a mínima importância para família que é estrategicamente colocada ao fundo do quadro para mostrar não apenas a distância das políticas do Presidente das reais necessidades da população, mas principalmente o seu descaso, visto que a grande seca de 1998 já tinha sido anunciada e comunicada antecipadamente e oficialmente, pelas instituições responsáveis pelos estudos da seca e da meteorologia, pela CUT, por meio de documentos enviados ao Presidente. Essa caricatura é criada a partir das imagens produzidas pelos canais de televisão e pelos jornais que mostravam a visita do Presidente a uma cidade do interior do nordeste. Esta visita ocorreu somente após vários meses de seca e após os saques a supermercados e armazéns, pelas populações famintas.

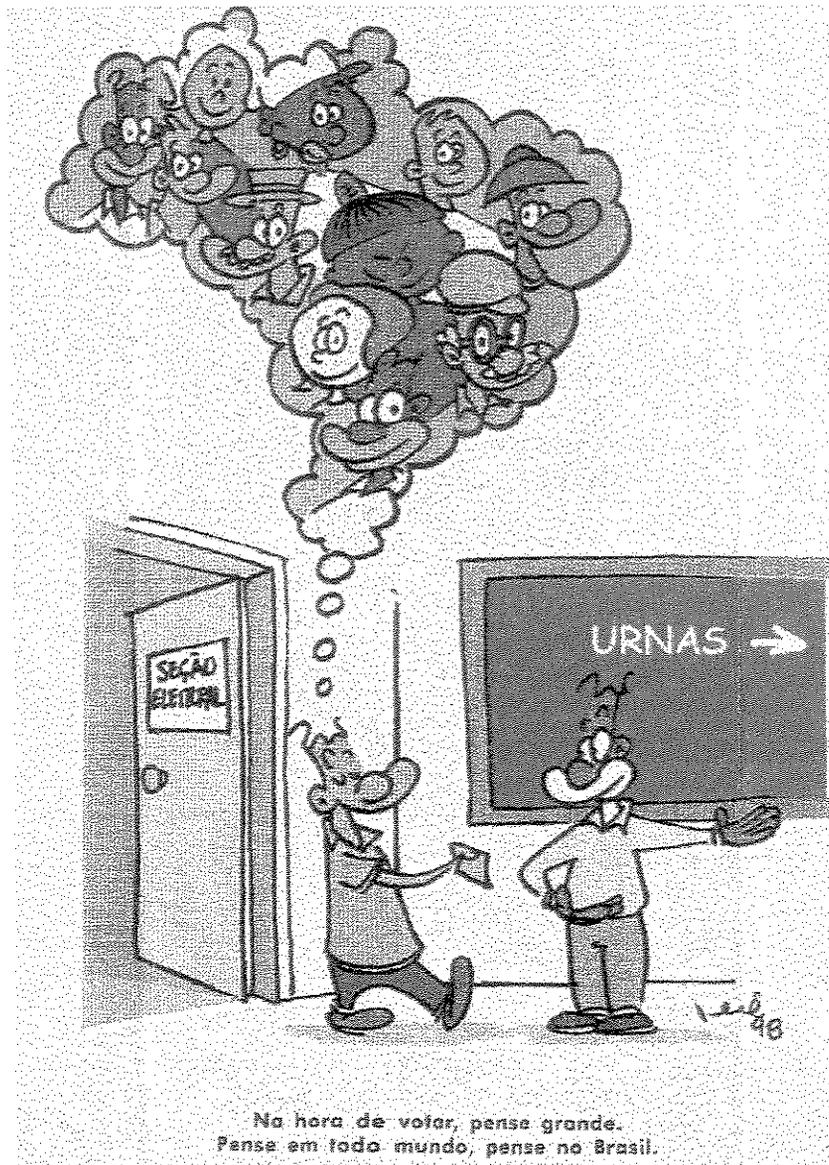
A caricatura da família nordestina é construída pelo sujeito panfleteiro para representar a situação de abandono do povo do sertão nordestino, pelo Presidente da República. Para isso, ele mostra a família em frente a um casebre de taipa, debaixo de um sol escaldante (representado pelo desenho do sol em forma de espiral com traços perpendiculares na cor laranja) e servindo de fundo para a imagem do Presidente diante dos repórteres. Os pais são magros e vestem roupas rasgadas; os filhos desnutridos e doentes.

Todos estão com fome. Isso é representado pelas crianças que chupam os dedos, pela magreza de seus corpos, pela carcaça de um boi próximo aos cactos. O semblante da mãe que segura uma criança nos braços é de desolação e timidez, representado pela presença apenas do olho direito desenhado bem grande e com a pupila muito pequena no canto direito do olho.

O enunciado da mãe “se ele dedicasse um tempinho com a gente” é criado pelo sujeito panfleteiro a partir do discurso da esquerda que diz que o “Presidente Fernando Henrique Cardoso não conhece o Brasil” apesar de todo sua formação intelectual.

O grande objetivo final do autor da cartilha para ler e escrever é que o aluno possa interpretar e escrever pequenos textos, em linguagem bem acessível, usando para isso um vocabulário bem elementar e do cotidiano (como a figura 2 da Cartilha Fácil).

Abaixo está a última charge da cartilha para da CUT, que representa o comportamento final desejado para ser executado pelo (e)leitor.



PC 14 (Charge 5)

O sujeito panfleteiro ao construir o panfleto político, em forma de cartilha, objetiva que, ao final dela, o (e)leitor possa fazer uma leitura dos candidatos aos cargos políticos e votar corretamente, ou seja, conscientemente e pensando no bem-estar da coletividade. Isto está representado pela figura do (e)leitor, que na hora de votar tem o balão de linha que

desenha o mapa do Brasil constituído por pessoas de todas as raças e de todas as regiões que compõem a nação brasileira.

Conforme a teoria bakhtiniana, as relações dialógicas constituem relações de sentidos e implicam a participação de um terceiro que penetra no enunciado, interfere no enunciado, ou seja, a representação que o sujeito tem do destinatário é constitutiva do discurso. Fundamentada nesse princípio bakhtiniano, posso afirmar que a construção de cartilhas para educação popular, utilizando gravuras, é pertinente a um tipo de cultura que pressupõe muito mais uma baixa capacidade de abstração das pessoas pobres do que a elaboração de um instrumento de aprendizagem política numa linguagem de fácil compreensão.

Como pudemos observar, o *PC* têm vários formatos, como aqueles que analisei e que resumirei no quadro a seguir:

Panfleto de Contestação
<u>Formato</u>
1. Carta
2. Manifesto
3. Cartilha

Quadro 10: Formatos do *PC*.

Como demonstrou a análise, os formatos que constituem o panfleto de contestação são tecidos por fios dialógicos de vozes que polemizam entre si, se completam ou respondem umas às outras a partir de diversos gêneros, de diversos discursos, como

previsto pela teoria bakhtiniana. Vimos também que a inventividade do sujeito está, sobretudo na maneira de usar, “perverter”, “subverter” os gêneros para “fins e em função de referências variadas”, de acordo com a teoria de De Certeau (1996), constituindo um “gesto inaugural de autoria e de individualidade” (Sant’Anna, 1991:32).

O sujeito panfleteiro usa o gênero carta, manifesto, cartilha em um jogo de identidades e diferenças para construir o panfleto político. Na verdade, os desvios que são operados nesses gêneros não criam cartas, manifestos, cartilhas, pois seus significados são deslocados, exortados e rompem com a “sintaxe tradicional”, constituindo panfletos políticos.

Até agora, a análise mostrou que para fazer propaganda política, o sujeito panfleteiro se apresenta como constitutivo e inventivo, elaborando panfletos específicos para sua campanha pessoal, para contestar o adversário explicitamente. No entanto, ele vai mais além, construindo panfletos em que a polêmica se transforma em caricaturas agressivas, às vezes em injúrias violentas para destruir o adversário. A materialidade dessas operações será demonstrada no tópico seguinte.

3. Panfletos de desqualificação do adversário (PDA)

Para desqualificar o adversário o sujeito panfleteiro elabora textos satíricos, cuja especificidade está em suas características pejorativa, debochada, etc. Tentar mostrar como o sujeito panfleteiro construiu modalidades diversas de PDAs é um empreendimento para capturar as diferenças e as identidades do trabalho de um sujeito criativo.

Os PDAs distribuídos na campanha eleitoral de 1998 são diversos. Alguns são constituídos somente de textos verbais e outros de textos verbais e visuais. Conseqüentemente, classifco-os da seguinte forma:

Panfleto de desqualificação do adversário (PDA)
<i>Constituição</i>
1. Texto verbal
2. Texto verbal e visual

Quadro 11: Constituição do PDA.

3.1. PDA só constituído por texto verbal.

Exemplo 1: Caricatura Verbal

“Perfil do eleitor do RORIZ
 Assiste o Ratinho;
 Gosta de falar no celular dentro do ônibus;
 Come buchada de bode na feira;
 Lê horóscopo todos os dias;
 Assiste filme pornô no cine Ritz;
 Come pé de frango no boteco da rodoviária;
 [...] Chora quando houve Amado Batista;
 [...] Compra carnet do Baú e assiste Faustão
 [...] Mesmo informado vota errado; Vota no 15 pensando na 51;
 É supersticioso e não gosta do número 13;
 Não é ignorante!!! (PDA 1)

O sujeito panfleteiro constrói o retrato do eleitor de Roriz a partir de determinados hábitos, manias, comportamentos, formas de pensar, atitudes que o caracterizam

pejorativamente como brega, deselegante, cafona, oportunista, alienado politicamente, supersticioso. Analisarei a construção de alguns desses traços.

O panfleto em análise é uma imagem verbal caricata do eleitor de Roriz, candidato ao governo do Distrito Federal. O sujeito panfleteiro a constrói para, dessa forma, desqualificar o candidato (inclusive, destaca seu nome com letras maiúsculas e em negrito). Em sua construção são mobilizadas algumas características morais e culturais da sociedade brasileira daquele momento e, para analisá-lo, seguirei o princípio de De Certeau (1996:40) que diz:

“a presença e a circulação de uma representação (ensinada como código da promoção sócio-econômica por pregadores, por educadores ou vulgarizadores) não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários. É ainda necessário analisar a sua manipulação pelos praticantes [...]”.

Com efeito, quando o sujeito panfleteiro diz que o “eleitor do Roriz assiste o Ratinho”, mobiliza cenas enunciativas características do programa de televisão campeão de audiência, em 1998, que era o do Ratinho (codinome do apresentador Carlos Massa), que tinha como principais atrações mostrar pessoas pobres possuidoras de deformidades físicas e mentais, famílias pobres que discutiam seus problemas *internos* e se agrediam fisicamente diante de um auditório e de milhões de telespectadores. Tudo isso regido pela “ética” do maior número de pontos no IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião e de Pesquisa Estatística) e precisamente quando o Brasil tinha como presidente um intelectual, um sociólogo. Essas cenas são transportadas para o lugar de construção do enunciado o “eleitor do RORIZ [...] assiste o Ratinho” para produzir o sentido de que Roriz, assim como seu eleitor tem em comum o gosto pela degradação humana, pela exploração das condições

físicas e psicológicas frágeis do ser humano, o prazer pelo bizarro, enfim os dois são pessoas de mau gosto e desprezíveis. Essa operação de construção do enunciado o “eleitor do RORIZ [...] assiste o Ratinho”, para degradar Roriz, por meio da caricatura de seu eleitor, mostra a presença de um sujeito estratégico e inventivo.

O enunciado o *eleitor de Roriz [...] gosta de falar no celular dentro do ônibus* é criado pelo sujeito panfleteiro a partir das representações características do telefone celular como um objeto de consumo específico e representativo de elevado status social, pertencentes às camadas economicamente superiores da sociedade brasileira, possuidoras de carros particulares, mas que, naquele momento, tinha sua venda estendida para as camadas média e média inferior da população. Isso aconteceu devido à expansão do sistema telefônico, supostamente um dos efeitos da venda das empresas estatais de telefonia para empresas estrangeiras ávidas para entrar no grande mercado brasileiro de consumo, na fase de globalização do capital. Essas representações são importantes na construção do enunciado o “*eleitor de Roriz [...] gosta de falar no celular dentro do ônibus*” para produzir o efeito de sentido de que o eleitor de Roriz é exibido, quer se mostrar superior aos que estão como ele dentro de um veículo de transporte coletivo, por possuir um objeto (até então) símbolo de alto status social (empresários, executivos, políticos, etc.).

Essa apropriação discursiva das representações do telefone celular na construção do enunciado o “*eleitor de Roriz [...] gosta de falar no celular dentro do ônibus*” para criticar o eleitor de Roriz é também outro exemplo de inventividade do sujeito.

Para construir esse retrato do eleitor de Roriz, o sujeito panfleteiro utiliza a sátira de costumes, de valores estabelecidos, de crenças e de falhas do caráter.

A construção do enunciado “*Mesmo informado vota errado; Vota no 15 pensando na 51*” é um trabalho criativo, visto que 15 é o número do candidato Roriz e a inversão do

algarismo cinco para o lugar do um e a mudança deste para o lugar do cinco produz o número 51 que é o nome de uma cachaça muito conhecida no país. Essa inversão produz o efeito de sentido de que o eleitor de Roriz é irresponsável, não leva a sério o ato de votar, pois nesse momento importante além de ele votar no 15 (número de Roriz), está pensando na “caninha” 51, ou seja, ele gosta mesmo é de beber cachaça. Essa montagem “mostra a presença de um sujeito manipulando materiais lingüísticos para produzir efeitos de sentido” (Marques et alii, 1998:126).

Continuando o trabalho depreciativo do eleitor de Roriz, o sujeito panfleteiro o caricatura como um estúpido, supersticioso (pois somente alguém assim votaria em Roriz), pois “*lê horóscopo todos os dias*” e “*não gosta do número 13*” (lembramos que este é o número de Cristovam Buarque, candidato do PT ao governo do Distrito Federal). O panfleteiro finaliza assim sua crítica, produzindo o efeito de sentido de que quem vota no 13 são pessoas de bom gosto, politizadas, esclarecidas, que não acreditam em superstição, sobretudo naquela que diz que o 13 é um número de azar.

3.2. PDA constituído por texto verbal e visual.

O sujeito panfleteiro em seu processo de criação para desqualificar o adversário produz textos constituídos tanto da caricatura verbal como da visual.

Exemplo 1: caricatura verbo-visual: a paródia

Nesse exemplo, o panfleteiro faz um retrato satírico do adversário através da caricatura visual e verbal. As duas estão em consonância. O presidente-candidato Fernando Henrique Cardoso (FHC) é caricaturado em suas idéias, seu comportamento, sua forma de governar o Brasil. Ele é ridicularizado de forma cômica e maledicente.

As características da caricatura de FHC são constituídas a partir de outros textos, instaurando uma heterogeneidade verbal e visual. Sua figura é intertextualizada com o príncipe “Hamlet” de Shakespeare e com “O príncipe” de Maquiavel, o que poderíamos considerar em uma perspectiva mais contemporânea, segundo Sant’Anna (1991:13), um “pastiche, ou seja, um trabalho de juntar pedaços de diferentes partes de obra de um ou vários artistas” para construir uma paródia.

A caricatura intertextual de FHC, a partir de Hamlet, é criada pelo sujeito panfleteiro a partir da representação da figura de um príncipe que segura, diante de si, um crânio com a mão direita, na altura do rosto, olha em direção a ele e profere o seguinte monólogo, que tem como título “VOCES ME DERAM 4 ANOS”:

VOCES ME DERAM 4 ANOS:



Tenho representantes no
Distrito Federal:
São:
-Luiz Estevão
-Joaquim Roriz

ACABEI COM A INFLAÇÃO
ACABEI COM A VALE DO RIO DOCE
ACABEI COM A CSN
ACABEI COM A TELEBRÁS
ACABEI COM A AGRICULTURA
ACABEI COM A SAÚDE
ACABEI COM A EDUCAÇÃO
ACABEI COM A APOSENTADORIA
ACABEI COM AS MICROS EMPRESAS
ACABEI COM OS EMPREGOS
ACABEI COM A REFORMA AGRÁRIA

AGORA PRECISO DE MAIS 4 ANOS PARA ACABAR COM O:
SETOR ELÉTRICO
PETROBRÁS, BANCO DO BRASIL, CEF, FGTS E AS PEQUENAS PRE-
FEITURAS DO BRASIL
COM A DIGNIDADE DO POVO BRASILEIRO
E PARA ACABAR COM VOCES , MEUS CARÍSSIMOS *IDIOTAS*, MEUS
ELEITORES

Este monólogo é uma revisitação caricaturada e criativa do sujeito panfleteiro, daquele célebre monólogo feito por Hamlet, no Ato III, Cena I, conhecido como “ser ou não ser - eis a questão”, no qual ele trata de problemas fundamentais da condição humana num sentido dramático e poético:

“ser ou não ser - eis a questão.
 Será mais nobre sofrer na alma
 Pedradas e flechadas do destino feroz
 Ou pegar em armas contra o mar de angústias -
 E, combatendo-o, dar-lhe fim? Morrer; dormir;
 [...] Morrer - dormir -
 Dormir! Talvez sonhar. Aí está o obstáculo!
 [...] Pois quem suportaria o açoite e os insultos do mundo,
 a afronta do opressor, o desdém do orgulhoso, [...] as delongas da lei,
 a prepotência do mando, e o achincalhe?
 [...] Quem agüentaria fardos, gemendo e suando numa vida servil?
 (Shakespeare, 1996:61).

A obsessão do príncipe era a vingança da morte de seu pai, traído pelo próprio irmão, tio de Hamlet, que apenas um mês depois da morte do irmão casou-se com a rainha, sua cunhada. De acordo com o editor da L&PM Pocket (1997), “a obsessão de uma vingança onde a dúvida e o desespero concentrados nos monólogos do príncipe Hamlet adquirem uma impressionante dimensão trágica”.

Enquanto o príncipe de Shakespeare é tomado pela dúvida e pelo desespero diante da indecisão de matar seu tio, de praticar o mal, o príncipe de Maquiavel é representado como devendo ser extremamente poderoso e perverso.

A intertextualidade, a partir do príncipe de Maquiavel é construída, pelo sujeito panfleteiro a partir de uma imagem do presidente-candidato como uma figura masculina, medieval, européia, resultando em uma figura feia e desmedida, na qual a cabeça é 60% maior que o resto do corpo. Seu rosto é sobrecarregado pelo exagero dos detalhes anatômicos e tende ao grotesco, fazendo surgir uma máscara cômica, caracterizada pelo sadismo maquiavélico representado pelos olhos sem pupilas e pelo sorriso de uma boca grande e de lábios finos.

O sujeito panfleteiro constrói uma paródia *usando* os discursos de Hamlet e de Maquiavel. Enquanto Hamlet é consumido pela dúvida e pelo desespero (*ser ou não ser; pegar em armas; dormir, morrer ou sonhar; rebelar-se contra o opressor e a prepotência*) o príncipe de Maquiavel (FHC) tem a personalidade caracterizada (por meio do texto verbal - seu monólogo - e do texto visual) como uma figura grotesca, na qual o que é ressaltada é sua vaidade, seu sadismo.

O sujeito panfleteiro usa a tragédia de Hamlet como base para uma caricatura, uma comédia; a maldade de Maquiavel é usada por meio do exagero dos seus princípios. Aqui o sujeito panfleteiro emprega a fala de um outro, introduzindo nela, de acordo com os princípios bakhtinianos, uma intenção que se opõe diretamente à original. “A segunda voz, uma vez instalada no discurso do outro, entra em hostilidade com seu agente primitivo e o obriga a servir a servir a fins diametralmente opostos” (Bakhtin, 1981:168).

O *uso* do interdiscurso para construir a caricatura de FHC produz o sentido de que sua prática política é caracterizada pela obsessão em “acabar”, para se manter no poder. A partir do *uso* de outro discurso, ou seja, do enunciado “*ao apoderar-se dum Estado, o conquistador deve determinar as injúrias que precisa levar a efeito, e executá-las de uma só vez [...] a fim de que, tomando-lhes menos o gosto, ofendam menos e os benefícios*

devem ser realizados pouco a pouco, para que sejam melhor saboreados” (ver Maquiavel, 1986:61) são criados os onze enunciados que se iniciam com o verbo acabar, no pretérito perfeito, do modo indicativo: acabei. Nesses enunciados, o sujeito panfleteiro relaciona todas as “injúrias” ou “crueldades” praticadas pelo “príncipe maquiavélico” (FHC), repetindo o verbo acabar. Para Leite (1992:88-9),

“a repetição (de atributos, atitudes, gestos, expressões e tiques físicos e lingüísticos) pode ampliar a distorção da personagem. [Ela é] amplamente requisitada na pintura do caráter. [...] A linguagem empregada pelo caricaturado funciona como índice, revelando algo [...]. A caricatura é a máscara que desmascara”.

A partir da repetição por onze vezes do verbo “acabar” na primeira pessoa do singular e por duas vezes no infinitivo, o sujeito panfleteiro constrói uma crítica severa à forma de governar do presidente-candidato: a obsessão em destruir o patrimônio brasileiro para agradar às elites nacionais e internacionais do capitalismo global e assim se manter no poder, não importando para isso os meios. Está presente aí o princípio maquiavélico segundo o qual o *fim justifica os meios*. Como diz Maquiavel, o objetivo principal de um príncipe é manter o poder. Para julgar a bondade ou maldade de um príncipe, não se deve levar em conta os meios que emprega, mas exclusivamente o resultado que obtém. “[...] na conduta dos homens, especialmente dos príncipes, da qual não há recurso, os fins justificam os meios” (Maquiavel, 1986:61).

Quando o sujeito panfleteiro diz que “acabou com a inflação e com ela vários setores da nação”, refere-se à venda, realizada por FHC, das empresas estatais e públicas (Vale do Rio Doce, CSN, Telebras) para os estrangeiros. Venda esta criticada pela oposição, que considerava as empresas patrimônios da nação e, por isso, segundo ela,

deveria haver antes um debate público sobre sua eventual privatização. Para a oposição, as empresas foram vendidas por preços baixos, como afirma o *PC 8*: “*A Telebras, por exemplo, foi avaliada pelo próprio governo em R\$44 bilhões e foi vendida pela metade do preço (R\$22 bilhões), onde foi parar para o resto da grana?*”

O enunciado, atribuído à caricatura de FHC, pelo sujeito panfleteiro, “Acabei com os empregos” refere-se, ao aumento do número de pessoas desempregadas durante o governo do presidente-candidato. A esse propósito é significativa a seguinte passagem do *ST 2*, em que o Presidente Fernando Henrique afirma que: “Para gerar empregos, o Brasil precisa crescer ainda mais. [...] Juntos derrubamos a inflação. Agora, novamente juntos vamos vencer o desemprego”.

A tese da vaidade e do sadismo de FHC é reforçada, pelo sujeito panfleteiro, no seguinte enunciado: “Agora preciso de mais 4 anos para acabar com o: setor elétrico, Petrobrás, Banco do Brasil, Cef, Fgts e as pequenas prefeituras do Brasil, com a dignidade do povo brasileiro e para acabar com vocês, meus caríssimos *idiotas*, meus *eleitores*”.

Enfim, a intertextualidade presente tanto no desenho como no texto verbal é usada pelo sujeito panfleteiro para enfatizar e ampliar atributos considerados fundamentais. Esses são espriados como uma potência corrosiva daquilo que é propositalmente distorcido para toda a figura de FHC: a sua personalidade, a sua ideologia política, a sua forma de governar. O sujeito panfleteiro transformou a caricatura de FHC em um engrandecimento vulgar. Todo esse trabalho de coesão verbo-visual (monólogo-caricatura), o uso do recurso lúdico da caricatura, da sátira, o diálogo entre discursos e textos é utilizado com o objetivo de denúncia e de crítica pelo sujeito panfleteiro. Essa atividade mostra um sujeito de discurso que trabalha e cujo trabalho está visível nas marcas que deixou no texto que produziu.

Exemplo 2: Caricatura verbo-visual: a degradação

DESONESTAMENTE CRISTOVAM

O GOVERNADOR petista Cristovam Buarque não gosta mesmo de pobre. Sempre que pode manda derrubar as casas humildes da periferia ou torturar e até assassinar pobres, a exemplo do que aconteceu na Estrutural. Tanto é verdade que em entrevista ao *Correio Brasiliense* de 02.08.98, Cristovam desabafou toda sua ira contra os pobres:



“Eu não quero ficar conhecido como o governador dos pobres”

Isso é um desafeto e um desrespeito com os humildes e pobres. Vamos mostrar pra esse Governador Cristovam que humildes e pobres também merecem respeito. Vamos expulsar de Brasília esse Cristovam que diz não gostar de governar para os ricos e milionários.

Cristovam e o P.T se uniram aos ricos e milionários para massurar os pobres e maltratar os humildes. Além de tudo isso, Cristovam ainda diz todos os dias que não acredita de jeito nenhum em Deus, e sempre que pode diz que vai liberar as drogas para todos os presos do Distrito Federal.

FORA CRISTOVAM!!!

PDA (4)

O sujeito panfleteiro estabelece a coerência a partir de uma colagem verbo-visual (texto verbal mais fotografia) que objetiva depreciar o candidato de esquerda em seu processo de reeleição. O trabalho criativo do sujeito está presente dentre outras operações, na montagem de uma fotografia, publicada no *Jornal Correio Brasiliense*, mais um texto verbal depreciativo do adversário. A relação entre o texto escrito e a imagem foi organizada de modo a manipular e conquistar a adesão dos (e)leitores contra o governador-candidato ao governo do Distrito Federal. Para isso, o sujeito panfleteiro coloca a fotografia em

primeiro plano. O rosto do governador de Brasília, Cristovam Buarque, aparece com o dedo polegar esquerdo na entrada da narina direita, ao mesmo tempo, que ele franze os olhos, aproximando-os do nariz. Em cima da fotografia está o título: “DESONESTAMENTE CRISTOVAM”.

Esse panfleto elaborado a partir de uma fotografia em preto e branco e de um texto verbal constitui uma das várias maneiras pelas quais o sujeito panfleteiro inscreve sua capacidade criadora, utilizando a retórica da injúria para desenvolver, o que se poderia classificar, uma hipérbole da agressão, visto que o adversário é violentamente atacado em:

a) sua prática política: “O GOVERNADOR petista Cristovam Buarque não gosta mesmo de pobre. Sempre que pode manda derrubar as casas humildes da periferia ou torturar e até assassinar pobres, a exemplo do que aconteceu na Estrutural [...]. Cristovam e o PT se uniram aos ricos e milionários para massacrar os pobres e maltratar os humildes”;

b) suas idéias: “Vamos expulsar de Brasília esse Cristovam que diz só gostar de governar para os ricos e milionários. Além de tudo isso, Cristovam ainda diz todos os dias que não acredita em Deus, e sempre que pode diz que vai liberar drogas para todos os jovens do Distrito Federal”.

O sujeito panfleteiro constituiu esse panfleto por meio de estratégias de degradação do adversário e de distorção do seu caráter. No discurso da violência acima mostrado, em que Cristovam é atacado em vários níveis, nos seus atos, idéias e pessoalmente, o objetivo do sujeito panfleteiro é unicamente o de destruir o adversário, de matá-lo politicamente por meio das palavras. Uma das estratégias é a citação direta de um enunciado de Cristovam: “[...] *Cristovam desabafou toda a sua ira contra os pobres: ‘Eu não quero ficar conhecido como governador dos pobres’*”. Esse enunciado se refere a uma entrevista que ele dera ao jornal *Correio Brasiliense*, na qual fazia um balanço de seu governo, relatando várias obras e programas destinados à população carente e prometia fazer mais ainda se tivesse mais

quatro anos para governar. Prometia, por exemplo, que se continuasse no governo do Distrito Federal, não haveria mais pobres. Foi então que disse: *Eu não quero ficar conhecido como governador dos pobres*. Esse enunciado, tirado do seu contexto e utilizado no panfleto em análise, para produzir a depreciação de Cristovam, mostra uma inventividade, um sujeito operando como estrategista.

Outra estratégia foi a citação indireta: “[...] *Cristovam ainda diz todos os dias que não acredita de jeito nenhum em Deus.*” A utilização da citação indireta do enunciado de Cristovam é uma tática para mostrá-lo como ateu e, conseqüentemente como comunista, fundamentando-se no estereótipo de que os comunistas são maus por não acreditarem em Deus. Essa tese pode ser confirmada também pelo seguinte enunciado que mostra o governador como mau: *“O governador petista Cristovam Buarque não gosta mesmo de pobre. Sempre que pode manda derrubar as casas humildes da periferia ou torturar e até assassinar pobres, a exemplo do que aconteceu na Estrutural”*.

A veiculação da ideologia segundo a qual comunista é mau por não acreditar em Deus busca a adesão do evangélico para não votar em Cristovam Buarque, pois não haveria qualquer identificação religiosa, ideológica entre eles e o candidato petista, que é ateu.

O que se pode perceber com os exemplos acima de heterogeneidade mostrada, contrariamente à AD francesa, quando o sujeito retoma os outros discursos para constituir seu discurso, ele se constitui como um sujeito inventivo porque trabalha *com* e *sobre* a linguagem. O discurso-outro não é uma pura e simples recuperação do já-dito para reproduzir o *repetido* ou o *igual*, mas uma criatividade que faz surgir o *novo*, o *diferente*. Esses elementos empíricos são argumentos comprovadores da produtividade de um sujeito trabalhador discursivamente e não um servo assujeitado e suporte de uma máquina

discursiva, como proposta por Pêchuex na sua teoria *materialista dos processos discursivos sobre o terreno de uma teoria não-subjetiva da subjetividade*.

Exemplo 4: Profecia: a diabolização

O sujeito panfleteiro usa o gênero profecia para construir um panfleto político de desqualificação do adversário. Nesse, o PT é diabolizado de forma caricata. Esse texto constitui uma brochura de seis páginas, tem como título *A face oculta do PT* e é assinado e distribuído pelo “Instituto Teológico Mundial” de Brasília.⁷

É bem perceptível a atividade do sujeito na linguagem, nesse panfleto. Ao se dirigir aos evangélicos (no Brasil, eles são, em sua grande maioria, pessoas das camadas populares de baixa renda e de pouca escolaridade), o sujeito panfleteiro se articula sobre o gênero profecia para mostrar deliberadamente a relação do PT com o mundo das trevas, para que, dessa forma, seja rejeitado pelo (e)leitor. Por isso, a operação de construir um retrato diabólico do PT é relevante no processo de produção desse panfleto em análise, no qual o sujeito panfleteiro astutamente afirma que “através de fatos e fotos [provará] que o PT e as forças demoníacas estão intimamente ligadas” (PDA 5:1).

Esse panfleto se constitui como se fosse uma profecia. Vejamos as manobras inventivas para construir o prólogo, as revelações e a conclusão.

⁷. Essa brochura é uma fotocópia em preto e branco que foi entregue para a autora por um sujeito distribuidor em uma Cidade Satélite de Brasília, em setembro de 1998.

1. *Prólogo*

O gênero profecia se caracteriza pela predição do futuro feita por um profeta. Esse fala em nome de outro, como seu intérprete. Na Bíblia, foram denominados profetas os homens que falavam em nome de Deus, como seus intérpretes, como a “boca de Deus”. Eram mensageiros de Deus, elevados a mestres, como guias religiosos de Israel, clamavam contra a idolatria e a imoralidade. O sujeito panfleteiro subverte essas características para fazer propaganda político-eleitoral, desqualificando o adversário. Para isso, ele se coloca como profeta, como aquele escolhido para receber revelações divinas sobre o futuro do Brasil e divulgá-las aos evangélicos, especificamente nos enunciados destacados:

“A face oculta do PT

- O que estava oculto aos nossos olhos relacionado com o poder das trevas que quer dominar Brasília e o Brasil, através da política, com estudos detalhados e a ajuda de Deus, *nos foi revelado que o PT e o mundo das trevas estão pactuados para dominar esta nação.*

- [...] Amados irmãos e leitores, *este estudo que foi dado por Deus mudará o destino desta Nação e de sua vida.* Leia e preste bem atenção e tire suas conclusões. Que Deus te abençoe” (PDA 5:1).

Criativamente, o sujeito panfleteiro se constitui como profeta, como aquele que fala em nome de Deus por ter recebido dele uma mensagem e astutamente ela não é uma mensagem espiritual, religiosa, mas político-eleitoral: “nos foi revelado que o PT e o mundo das trevas estão pactuados para dominar esta nação; este estudo que foi dado por Deus mudará o destino desta Nação e de sua vida”.

Quando o sujeito panfleteiro diz que o “poder das trevas que quer dominar Brasília e o Brasil” está identificando Cristovam Buarque e Luís Inácio Lula da Silva, candidatos do PT ao governo de Brasília e à Presidência da República respectivamente com o “poder das trevas”.

Quando o sujeito panfleteiro diz “amados irmãos e leitores, este estudo que foi dado por Deus mudará o destino desta Nação e de sua vida. [...] Nos foi revelado que o PT e o mundo das trevas estão pactuados para dominar esta nação”, usa notoriamente o estilo dos profetas, na introdução das revelações do gênero profecia. Vejamos:

- Profeta Isaías: “Ouvi, céus, e tu, ó terra, escuta, porque o Senhor é quem falou” (Bíblia Sagrada, 1975:815);

- Profeta Jeremias: “O Senhor enviou-me para que profetizasse contra esta casa e contra esta cidade todas as palavras que me ouvistes” (Bíblia Sagrada, 1975:879).

2. Revelações

As profecias, gênero utilizado na Bíblia, se caracterizam por conterem revelações feitas por Deus aos profetas e tratam de temas como o pecado de Israel; o castigo de Israel; o castigo dos inimigos de Israel; o reino messiânico, etc. Uma das características essenciais da profecia é predição do futuro por meio de especial iluminação divina, utilizando linguagem poética ou simbólica. O sujeito panfleteiro opera alguns desvios nas características da profecia para atacar duramente o adversário político-ideológico, por meio de símbolos, de uma linguagem panfletária, de uma análise rápida.

Esse panfleto-profecia contém três revelações, que são sobre: 1) os símbolos do PT ; 2). os símbolos de algumas empresas do governo de Brasília, durante o governo de Cristovam Buarque; 3). O PT ser contra a Bíblia.

Vejamos as manobras criativas do sujeito panfleteiro para diabolizar o PT por meio da primeira revelação da profecia:

2.1) Primeira revelação: “Há uma semelhança muito grande entre os símbolos do PT e os símbolos das trevas”.



(PDA 5: figura 1)

O sujeito panfleteiro demoniza a bandeira do PT e o número do Partido. Para isso, subverte o sentido da cor vermelha, da estrela de cinco pontas e do número 13, atribuindo-lhes características demoníacas e influências maléficas.

Primeiro, descreverei como, historicamente, foi e é constituída a bandeira do PT para que assim eu possa analisar as subversões empreendidas pelo sujeito panfleteiro.



Bandeira do PT

(Foto: Maria José da Silva/acervo do Instituto da Cidadania)

Conforme relata Neto (2001), não houve um ato formal para a criação da bandeira do PT. De acordo com Grammont (1996:1), a bandeira nasceu “em 1980, no final de uma cansativa reunião do PT, para organizar um ato contra a LSN (na Vila Euclides)”. Gramont, Mário Serapicos, Augusto Portugal, avaliando os detalhes do evento, sentiram a falta de algo diferente, como ele mesmo afirma, “uma toque a mais. Uma bandeira!”. Depois de algumas discussões, decidiram por uma bandeira tricolor, vermelha, branca e preta, visto que “dos três, eu e o Augusto éramos torcedores do São Paulo”.

Grammont, como secretário-geral do PT de São Bernardo, conversou com Expedito Soares (Presidente do PT de São Bernardo) e com o Lula que aceitaram a idéia, na época.

Entretanto, “hoje a bandeira não é mais tricolor. Por sugestão do Frei Beto, tiramos a cor preta (lembrava a bandeira sandinista) e, como ele mesmo enfatizou, ‘o vermelho representa a luta e o branco, a paz’. Perfeito, o PT luta pela paz” (Gramont, 1996:1).

Algum tempo depois, segundo Grammont (1996), “Lula tentando explicar o vermelho, teria feito uma analogia com o sangue de Cristo” e tal fato se transformou em manchetes de jornais.

Essa versão da criação da bandeira, conforme Neto (2001), foi sendo reconstruída histórica e ideologicamente. Segundo ele, a cor vermelha da bandeira do PT está relacionada com a filiação ideológica do partido, visto que todos os partidos políticos operários de inspiração marxista têm o vermelho como cor de suas bandeiras e essa cor representa a luta, o sangue dos trabalhadores. O vermelho ideologicamente tem suas raízes na revolução soviética de 1917, na bandeira da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS - (primeira República marxista), que tinha um campo vermelho com a foice e o martelo (representando os trabalhadores industriais e agrícolas) sob uma estrela amarela no canto superior esquerdo. Com efeito, se refere ao marxismo, ao comunismo, ao socialismo.

2.1.a) Cor Vermelha

O uso do vermelho, pelo PT, na criação da sua bandeira, cor relacionada ao socialismo, à luta dos trabalhadores é subvertido pelo sujeito panfleteiro para representar “a guerra e o derramamento de sangue” que seriam provocados pelo PT no poder (PDA 5:3). O sujeito panfleteiro usa astutamente como prova uma citação bíblica: “em Apocalipse 6:4 está escrito: ‘E saiu um cavalo vermelho e o que estava assentado sobre ele foi dado que tirasse a paz da terra e que matasse uns aos outros’”. E afirma mais: “[O] vermelho é a cor do demônio. É por isso que os demônios e os feiticeiros adotam esta cor. Esta é a cor do PT” (PDA 5:3).

O apocalipse é utilizado pelo o sujeito panfleteiro para se mostrar profético, dar autoridade aos seus argumentos. Ele usa criativamente a citação bíblica do apocalipse. O “cavalo vermelho” é para representar a bandeira petista, sua filiação ideológica ao comunismo, à URSS (onde, em sua história de tomada do poder, os soviéticos implantaram a ditadura do proletariado por meio da guerra civil, da luta do povo contra o czarismo, da morte em campos de batalhas, de fuzilamentos pelo Exército Vermelho, etc.) e “o que estava assentado sobre ele”, ou seja, o cavaleiro, o qual foi dada a tarefa de tirar a paz da terra para que os homens se matassem é para representar o PT e seus políticos.

O sujeito panfleteiro objetiva produzir o efeito de sentido de que votar em candidato do PT, partido que tem a cor vermelha como símbolo, seria a mesma coisa de votar no diabo e de ser responsável pela guerra, pelo sangue, pela morte que seriam produzidos pelos políticos do PT, nos cargos de poder. Assim, votar no PT não seria uma atitude condizente com um verdadeiro cristão evangélico, que é aquele que segue os ensinamentos bíblicos, assim como os seus líderes religiosos, pois estes recebem revelações divinas como a de revelar “a face oculta do PT” (DDA 5:1).

2.1. b) Estrela de Cinco Pontas

A estrela de cinco pontos é um símbolo que está na bandeira do PT desde sua criação, e foi proposta por Grammont, segundo o mesmo conta:

“uma estrela branca no centro da bandeira, propus. [A] estrela nasceu, quando um operário olhou para o céu do ABC e viu uma estrela com um brilho diferente, como que indicando um caminho. [...] Hélio Vargas [...], ilustrador do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, fez os primeiros desenhos da estrela, que na época tinha

contornos retos, me perguntou: Por que ela tem cinco pontas e não quatro? - Se tivesse três pontas, lembraria a Mercedes Benz. Se tivesse quatro, lembraria os brinquedos Estrela. Se tivesse seis, lembraria os judeus. Mas cinco, lembra Lampião, Che Guevara, Juventude...disse” (Grammont, 1996).

Para Neto (2001), a estrela do PT significa um guia que indica a direção, o nascimento de um partido que, conforme sua Carta de Princípios,

“define-se programaticamente, como um partido que tem por objetivo acabar com a exploração do homem pelo homem. [...] Partido das massa populares, dos operários (vanguarda de toda população explorada), de todos os outros trabalhadores: bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, bóia-frias, profissionais liberais, estudantes, etc. [...] Partido que almeja uma sociedade democrática e socialista”.

A nova estrela que nasce - o PT - tem como desafio a reconstituição da utopia socialista, como um novo modo de fazer e viver política, uma nova práxis partidária e social, visto que os ideais que moveram os movimentos sociais e revolucionários ao longo do século passado, iniciado pela revolução russa “não conseguiram dar respostas a questões como a liberdade individual, a democratização nas relações Estado-indivíduo, desenvolvimento com preservação da natureza” (I Congresso do PT: 1991).

O sujeito panfleteiro astutamente subverte o significado de estrela como um sinal de algo bom (um guia, por exemplo, para os cristãos, ao anunciar o nascimento de Jesus e guiar os reis Magos, mostrando-lhes o lugar do nascimento do Salvador) para o sentido de “*um símbolo antiquíssimo, com sua história intimamente ligado à magia e à bruxaria, com muitas interpretações místicas, que tem objetivo de seduzir, possuir as mentes e dominar as vidas*” (PDA 5:2). Para isso, realiza uma operação de montagem: a figura da estrela de

cinco pontas é colocada na testa do demônio e transforma-se na estrela-demônio (como mostra a figura 1, do PDA 5) para produzir o efeito de sentido de que o petista (militante, candidato político) é um diabo que objetiva a “perdição” do brasileiro e aquele que votar nos candidatos do PT está com a mente submetida a essas forças demoníacas.

O sujeito panfleteiro busca a adesão do (e)leitor evangélico que, em geral, na sua maioria, reside nas cidades satélites mais periféricas de Brasília, reduto onde o Partido dos Trabalhadores desenvolve sua militância política aliado à igreja católica, sobretudo por meio das pastorais.

2.1.c) Número 13

Atualmente o treze é o número de registro do PT no Supremo Tribunal Eleitoral. No entanto, quando o partido foi legalizado seu número era o três. Com a Lei Orgânica nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979, que continha normas de formação de novos partidos políticos e dissolvia os dois partidos existentes a ARENA e o MDB, houve sorteio para a inscrição e numeração dos cinco novos partidos que surgiram: Partido Democrata Social (PDS) - 1; Partido Democrata Trabalhista (PDT) - 2; Partido dos Trabalhadores (PT) - 3; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) - 4; Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) - 5.

Nas eleições de 1985, ampliaram-se a quantidade dos partidos políticos e o Supremo Tribunal Eleitoral resolveu acrescentar o algarismo 1 (um), antes do número antigo dos partidos, e fazer sorteio para os novos inscritos. Foi assim que o PT ficou associado oficialmente ao número 13.

Nesse trabalho de demonizar o PT, o sujeito panfleteiro usa o número 13 como estereótipo das superstições, do azar, assumindo uma crendice popular. “O 13 é o número símbolo da bruxaria e da magia negra. Todas as sextas-feiras treze do ano, são escolhidas como o dia preferencial dos filhos das trevas para executar pactos, bruxaria e magia negra” (PDA 5:2). Continuando sua inventividade, faz uma montagem para demonstrar as características demoníacas do treze: “Vejam o segredo oculto no 13. Quando colocamos o 3 sobre o 1, ele vira o tridente do diabo.



Este é o número que o PT diz dar sorte”.

Nessa operação de montagem do 13 como tridente diabólico, o sujeito panfleteiro faz uma analogia entre o tridente usado por Netuno e o usado pelo diabo e as funções dos dois:

“O Tridente usado por Netuno tem as pontas em forma de seta, lembrando uma arma de caça submarina que, depois de penetrar no corpo do peixe, não sai com facilidade. É por isso que ele é associado e usado pelo diabo para prender as vidas e matá-las vagarosamente. É um símbolo utilizado como sinal de pacto, pois ele identifica seu usuário como pessoa que rompeu totalmente com Deus e não admite nenhum relacionamento com o Pai” (PDA 5:2).

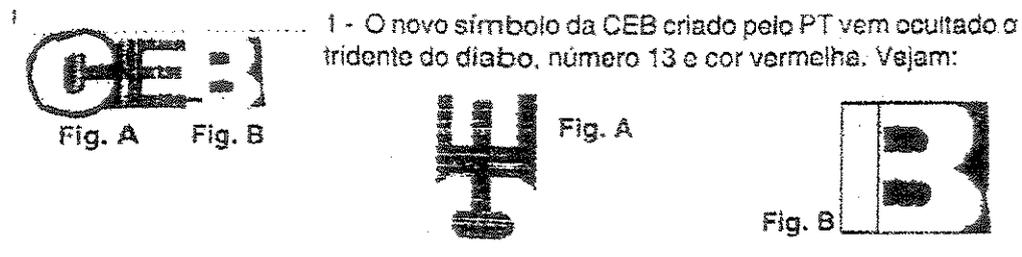
Conseqüentemente, o efeito de sentido objetivado pelo sujeito panfleteiro é o de que os petistas são sectários do demonismo e que a conhecida militância do PT, que sai às ruas de bandeira vermelha em punho, estrelinha no peito, camisetas com lemas (como “PT Saudações”, “oPTEi”) e com o número 13, fazem demonstrações de pacto com o diabo.

2.2. Segunda revelação: “O PT não satisfeito com os símbolos diabólicos em sua bandeira procurou introduzi-los ocultamente nas empresas do GDF, com pretexto de modernizar suas logomarcas”.

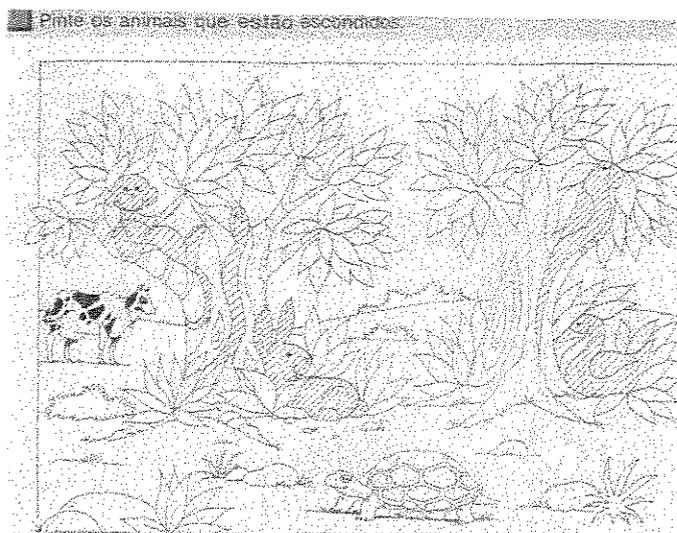
Outra estratégia do sujeito panfleteiro é relacionar os símbolos das empresas do Governo do Distrito Federal (GDF), criados sob a gestão de Cristovam Buarque (filialdo ao PT e candidato à reeleição do Governo do Distrito Federal), ao mundo satânico.

2.2.a) Símbolo da Companhia Energética de Brasília - CEB

Para construir sua segunda revelação, a estratégia principal do sujeito panfleteiro é mostrar que houve uma jogada do PT para ocultar o tridente e o número 13, na *logomarca* da Companhia Energética de Brasília (CEB). Para isso, transforma o símbolo da companhia em algo enigmático que precisa ser revelado por meio da seguinte montagem inventiva, na qual o tridente (Fig. A) é formado a partir do espaço interno da letra C juntado à letra E, depois é colocado com as três pontas para cima. O número treze (Fig.B) é formado a partir da letra B: a haste representa o algarismo 1 e os dois semi-círculos o algarismo três, como pode ser visto abaixo.



Para fazer essa montagem, o sujeito panfleteiro utiliza o princípio das charadas, dos jogos de desenvolvimento da percepção visual em que o objetivo é conduzir o leitor a identificar um objeto que está oculto. Vejamos o modelo abaixo:

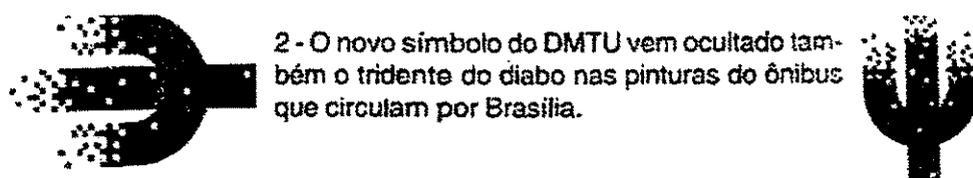


Cartilha Fácil

Nesse exemplo, o objetivo do leitor é identificar os animais que estão escondidos mimeticamente nas árvores e arbustos do desenho. Para isso, é preciso um esforço para apurar a capacidade de discriminação visual. Utilizando esse recurso, o sujeito panfleteiro inventou o tridente e o número 13 a partir do novo símbolo da CEB. O que lhe permite visualizar tais símbolos é a iluminação dada por Deus, como ele afirma no prólogo da profecia.

2.2.b) Logomarca do Departamento Municipal de Transportes Urbanos - DMTU

Outro trabalho inventivo do sujeito panfleteiro pode ser visto a partir dos desvios operados no novo símbolo do Departamento Municipal de Transportes Urbanos de Brasília, no governo de Cristovam Buarque.



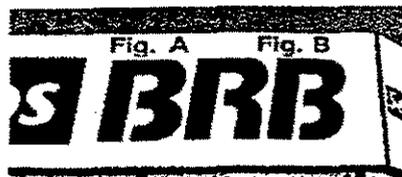
A *logomarca* do DMTU é construída horizontalmente, contendo todas as letras da sigla: a letra D é representada pelo semi-círculo; o M, pelas três pontas na horizontal; o T pelo semi-círculo e pela haste que o atravessa na horizontal; o U é representado horizontalmente pelo semi-círculo sem a haste vertical. O sujeito panfleteiro subverte a logomarca, ao colocá-la na vertical, para representar o tridente. Para ele “[...] na cabeça do demônio tem um tridente, e o mesmo sai fogo, veja o símbolo do DMTU que representa o tridente nas pontas também sai fogo” (PDA 5:4).

2.2.c) Logomarca do Banco de Brasília S.A.- BRB

O governo Cristovam Buarque criou também uma nova logomarca para o Banco de Brasília S. A. (BRB), que tinha como cor oficial o vermelho.

Continuando sua operação de demonizar o PT, o sujeito panfleteiro subverte as duas letras B da logomarca BRB para transformá-las em dois números treze. Para isso,

transforma as duas hastes dos Bs em dois algarismos 1 (Fig. A) e os semi-círculos nos algarismos 3 (Fig. B).



3 - O novo símbolo do BRB vem ocultado o número 13 duas vezes e a cor vermelha. 'O número da bruxaria e magia negra'.



4.2.2.d) Escola Candanga



4 - A estrela de cinco pontas e a cor vermelha estão escondidos por trás do símbolo da Escola Candanga, o novo modelo de educação pregado pelo PT. Este símbolo tem o poder de envolver adultos e crianças (professores e alunos), com objetivo de seduzir, possuir a mente e dominar as vidas. Alertamos que os nossos filhos que vão à escola estão sendo seduzidos por esta magia que os levarão futuramente a ser um militante do PT.

O sujeito panfleteiro, dando andamento as suas revelações, utiliza o símbolo da Escola Candanga para astutamente vincular a nova educação desenvolvida pelo PT, no GDF, ao satanismo. A manobra é relacionar as duas estrelas da logomarca ao significado da estrela de cinco pontas como estrela-demônio (localizada na cabeça do diabo, PDA 5, figura 1). Com essa manobra, o sujeito panfleteiro objetiva produzir o efeito de sentido de que os servidores e os alunos da escola estão sendo envolvidos por uma força poderosa, demoníaca que os faz ser militantes e seguidores da sua ideologia política.

Em todos esses exemplos da segunda “revelação” tem-se as “logomarcas e as inovações, os produtos e as manobras”. O trabalho realizado não é um efeito automático da própria linguagem, mas uma invenção de um sujeito panfleteiro/locutor que manuseia dados (estereotipados) de linguagem.

2.3. Terceira revelação: “PT é contra a Bíblia”.

O sujeito panfleteiro utiliza astutamente citações da Bíblia, de políticos do PT para demonstrar que o PT é contra os princípios bíblicos e, dessa forma, não merecedor do voto dos cristãos.

2.3.a) Casamento Gay

No que se refere ao casamento Gay, o sujeito panfleteiro para argumentar que o “PT feriu todos os princípios bíblicos” usa:

- uma citação bíblica: “Jesus disse: ‘portanto, deixará o homem pai e mãe e se unirá à sua mulher, e serão dois numa só carne’” (Mat. 19:5). Nessa passagem bíblica, o apóstolo Mateus pregava as palavras de Jesus sobre o “matrimônio, virgindade e fidelidade” e era uma resposta de Jesus a pergunta dos fariseus: “É lícito a um homem repudiar sua mulher por qualquer motivo? Essa citação, retirada do contexto bíblico, e usada num panfleto político-eleitoral para desqualificar o adversário (o PT) é mais uma prova de que o sujeito, apesar de interpelado pela ideologia, de seu discurso ser constituído por outros discursos, realiza um trabalho discursivo, não (necessariamente) automático, mas com escolhas estratégicas (obviamente, condicionadas);
- uma citação de Cristovam Buarque: “quando o professor Cristovam Buarque em passeata no Plano Piloto de Brasília, no mês de setembro de 1998, participou do Movimento Gay e deu a seguinte declaração: ‘sou simpatizante deste movimento no Brasil e o que depender da minha pessoa, a Lei que legaliza o casamento Gay de autoria da Deputada Marta Suplicy, do PT, será aprovada”.

Dessa forma, essa declaração de apoio e de solidariedade do candidato à reeleição, Crstovam Buarque, numa passeata de um movimento constituído por pessoas, cuja sexualidade é marginalizada socialmente é subvertida ao ser estrategicamente usada em um panfleto político para mostrar que “o PT tem compromisso com o pecado e o diabo”(PDA 5:5).

2.3.b) Ateísmo

No que se refere ao comunismo e ao ateísmo, o sujeito panfleteiro usa inventivamente uma citação de um livro de Crstovam Buarque, “Deus é uma mera consequência da vida” para construir um panfleto, no qual conclui defende a tese de que Crstovam é “comunista e [que segundo ele] Deus e Igrejas devem ser exterminados da sociedade. Hoje pede voto nas Igrejas Evangélicas, contrariando suas palavras e seu pensamento” (PDA 5:5).

3. Finalização da Profecia

O sujeito panfleteiro, após caricaturar o PT como demoníaco, finaliza o panfleto/profecia. Para isso, ele retira partes da Bíblia e as utiliza, para sugerir ao (e)leitor, sobretudo ao evangélico a dar uma resposta negativa aos candidatos do PT, nas eleições:

“Pois agora conheces a verdade não podemos servir a dois senhores ao mesmo tempo (Mat. 6:24)”;

“Então Elias se chegou a todo o povo e disse: até quando coxearéis entre dois pensamentos? Se o Senhor é Deus seguí-O; e se é Baal, seguí-o (I Rs 18:21)”;

Finalmente, o sujeito panfleteiro encerra sua profecia com a seguinte indagação, “Caro leitor, pergunto eu: você ainda contribuiria para o crescimento deste partido no Brasil? e com a seguinte citação retirada da Bíblia: “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará (João 8:32)”.

Dessa forma, o sujeito panfleteiro coloca-se como um escolhido por Deus que fez revelações aos evangélicos, levando-os a conhecer a verdade, impedindo-os assim de cometerem o erro, o pecado de votar em candidatos do PT, pois têm poder demoníaco para dominar mentes.

No entanto, na constituição discursiva e política do sujeito panfleteiro, a imagem do outro, do sujeito (e)leitor evangélico, é constituída na dimensão da dominação ideológica, pois é solicitada, além da apatia, da aceitação, a continuidade do modelo de dominação pregado pelo Instituto Teológico de Brasília.

O evangélico é visto como ingênuo, supersticioso, crente e temente a Deus e que deve obedecer àqueles que dele recebem revelações divinas como aquelas que desmascaram o que está oculto nas relações do PT com a bruxaria, com o diabo. Conseqüentemente, o sujeito panfleteiro acredita poder assujeitar o (e)leitor evangélico por meio da tentativa de fechamento do discurso e da subjugação do seu interlocutor, sobretudo quando diz: *o que estava oculto aos nossos olhos relacionado com o poder das trevas que quer dominar Brasília e o Brasil, através da política, com estudos detalhados e a ajuda de Deus, nos foi revelado que o PT e o mundo das trevas estão pactuados para dominar esta nação. [...] Amados irmãos e leitores, este estudo que foi dado por Deus mudará o destino*

desta Nação e de sua vida. Leia e preste bem atenção e tire suas conclusões. Que Deus te abençoe. O sujeito panfleteiro, ao valer-se do discurso da profecia e da revelação divina, torna-se autoritário e dissimulado, pois tenta silenciar o outro, postula a passividade do sujeito eleitor evangélico ao seu discurso.

O efeito de sentido desse panfleto é fazer com que o sujeito (e)leitor acredite que votar no PT é votar no diabo. A diabolização do PT, pelo sujeito panfleteiro, é uma tática fundamentada na superstição, na ignorância. Em nossa sociedade, as pessoas pertencentes às camadas mais pobres da população brasileira têm medo do diabo. Por isso, o sujeito panfleteiro se vale da crença popular sobre o “azar” do número 13, do significado do vermelho como sangue, da estrela de cinco pontas ligada à magia para elaborar sua estratégia argumentativa de desqualificação do PT.

Pôde-se perceber que, na análise dos panfletos de desqualificação do adversário, o rebaixamento e a degradação por meio da violência verbal são os recursos principais utilizados pelo sujeito panfleteiro no combate ao adversário. O *PDA* é matizado pela sátira evidente e aberta e os sentimentos são exacerbados e corrosivos.

A análise possibilitou um certo mapeamento das multiplicidades de formas do panfleto político em época de campanha eleitoral, confeccionadas em algumas cidades brasileiras, no ano de 1998 e que podem ser agrupadas, de forma geral, nos seguintes tipos de panfletos políticos: para propaganda pessoal do candidato, para contestação e desqualificação do adversário. Entretanto, eles não são fechados, constituem-se a partir das características dos outros, ao mesmo tempo em que possuem uma característica principal que lhe dá especificidade.

O sujeito panfleteiro, ao utilizar esses tipos de panfletos para a propaganda política, apresenta-se como um sujeito constituído a partir de outros discursos, da ideologia, do inconsciente, mas é evidente a sua apresentação como um sujeito inventivo, criativo que opera com materiais lingüísticos, revelando assim as marcas de sua subjetividade. Essas marcas mostram um sujeito não assujeitado.

Ao fazer análise dos panfletos e demonstrar o trabalho do sujeito, pode-se ver os usos dos discursos, dos gêneros na prática de construção do panfleto o que me permite dizer que a subjetividade não é efeito determinado pela estrutura da língua ou do inconsciente, da ideologia, pois esta tende a falar sempre do mesmo e do idêntico, como afirma a AD francesa.

As apropriações dos discursos, dos gêneros pelo sujeito panfleteiro, na construção do panfleto político implica ter esse gênero o estatuto de uma prática criadora e inventiva, produtora sem, entretanto, privilegiar os protocolos de leitura (como diria Chartier) construídos pelo autor na elaboração do panfleto, mas considerando o encontro deles com as maneiras de ler do (e)leitor, que todavia, não é objeto desta investigação.

CONCLUSÃO

É chegado o momento de rever o trabalho desenvolvido nesta tese e destacar algumas questões por ele suscitadas. Fazer esse balanço final da investigação permite rever meu processo de constituição como “pesquisadora” ao longo do desenvolvimento desta investigação, proporcionando-me um aprendizado gratificante.

Ao delimitar o objeto de estudo desta investigação, afirmei que analisaria o processo discursivo de panfletos políticos da campanha eleitoral de 1998 para verificar o trabalho constitutivo e tático do sujeito da enunciação que, dessa forma, inscreveria sua subjetividade; levantei algumas questões que nortearam este trabalho e fundamentei este estudo nos princípios bakhtinianos e na teoria de Michel de Certeau. Durante os quatro capítulos subsequentes avaliei que o objeto de estudo e os questionamentos norteadores foram sendo discutidos e respondidos. Outras questões foram também surgindo durante o processo de elaboração da tese.

Dessa forma, cumpre, aqui, retomar o trabalho para introduzir a reflexão desta pesquisa.

Introdutoriamente, propus-me uma reflexão sobre meu objeto de estudo, situando-o no bojo da crise das ciências humanas. Em razão desse objetivo, reconstruí, de maneira rápida, a história dessas ciências e de forma mais longa a história da AD francesa. Como não me interessava uma simples reconstituição de suas “fases”, optei por uma análise

epistemológica mais demorada dos fundamentos teóricos principais que estão presentes no surgimento da AD. Entretanto, não pretendi uma análise exaustiva dessa teoria, porque não era esse o propósito, mas ao mesmo tempo, julguei que seria importante tratar as bases dessa teoria do discurso, evidenciando, sobretudo os lugares epistemológicos, os procedimentos e as conseqüências.

Essa reflexão foi importante na medida em que explicitou as reduções epistemológicas, especialmente, em relação à categoria sujeito, abriu caminho para a questão das manobras inventivas e a construção dos capítulos subseqüentes.

Em seguida, procurei construir os princípios teórico-metodológicos fundamentados em Bakhtin e De Certeau pelo fato de esses autores romperem com o positivismo e com o idealismo subjetivista e de suas teorias possibilitarem ao pesquisador captar as dimensões subjetiva e objetiva do conhecimento do ser humano.

A reflexão realizada no capítulo 4, à luz do dialogismo bakhtiniano, apontou o panfleto como um gênero discursivo, que se articula com uma multiplicidade de vozes. Um verdadeiro campo de batalha, onde várias vozes articuladas de ideologias e utopias movimentam-se na constituição de diferentes tipos de panfletos, convergindo para organizar a originalidade do todo, dentro de um determinado momento histórico. A análise também demonstrou que o panfleto tem como características distintivas: a cena política; como objetivo principal a propaganda ideológica; diversificados formatos, como o santinho, a cédula, o mosquitinho, a carta, o manifesto, a caricatura, a charge, etc.; variada quantidade de folhas (até uma brochura de 15 folhas); a distribuição gratuita; ser um texto ligeiro, de linguagem simples, para uma leitura rápida.

A grande diversidade e as particularidades na construção do panfleto é o resultado das manipulações e fabricações que os usuários fazem com os objetos, mostrando assim um sujeito criativo, operando com gêneros, com materiais lingüísticos, como previstos por De Certeau e por Bakhtin.

As vozes que se fazem ouvir no discurso panfletário são vozes sociais e históricas que compõem os santinhos da Igreja católica, a carta, o manifesto, a cartilha, a biografia, a profecia, etc., que são organizados inventivamente pelo sujeito panfleteiro em diferentes tipos de panfletos, como os para campanha pessoal do candidato, para contestação e para desqualificação do adversário. Por sua vez, cada uma dessas três modalidades admite, na sua própria constituição, uma variedade de vozes, de gêneros em constante diálogo. Todos esses elementos articulam-se na constituição do panfleto. Muitos são trazidos pela própria história do enunciado e outros como resultado de um trabalho inventivo de um sujeito criativo. Nesse sentido, o sujeito panfleteiro *usa* as palavras do outro para nelas refratar seus objetivos panfletários.

Ao longo do capítulo 5, o sujeito foi abordado sob o prisma da sua constituição e da sua inventividade. Nessa nova perspectiva, que rompe com concepções simplistas e reducionistas, o sujeito e o sentido são inacabados e complexos ao comportarem a repetição e a invenção. O sujeito panfleteiro, ao construir os diversos tipos de panfletos, não é uno. Ele dialoga com outros discursos constituindo-se assim em um sujeito sócio-histórico e ideológico. Entretanto, ele é também um tático ao trabalhar com outros discursos para “vender” uma boa ou má imagem de um candidato para o sujeito (e)leitor.

Na análise dos slogans de campanha e dos principais tipos de panfletos, pude verificar diferentes manipulações do sujeito panfleteiro e organizá-las em determinados agrupamentos. Cabe, agora então, retomar essas fabricações.

Primeiramente, com referência aos panfletos de propaganda pessoal do candidato, o sujeito panfleteiro realiza importantes manobras inventivas para construir o panfleto a partir do santinho religioso. A primeira delas é a substituição da estampa do santo pela fotografia do candidato. A segunda é colocar a biografia, as propostas, as análises de conjuntura, etc. no lugar da oração, que se localiza no verso do santinho religioso. O sujeito panfleteiro reinventa o estilo do santinho político a partir das significações que o constituem. Essa dialética entre um modelo e os manuseios transgressores produzem modalidades diversas e variações múltiplas que combinam fotografia e texto verbal. O sujeito panfleteiro usa o santinho, apropria-se dele por meio de diversos gestos para diversos objetivos.

O sujeito panfleteiro transforma o santinho em cédula, ao usá-lo para ensinar o sujeito (e)leitor a votar em determinado candidato na urna eletrônica. Usa o santinho para fazer propaganda política nos locais próximos à zona eleitoral, no dia da votação, transformando-o no mosquitinho.

Em segundo lugar, com relação aos panfletos de contestação, o sujeito panfleteiro usa gêneros como a carta, o manifesto, a cartilha, etc., transformando as características típicas desses gêneros para construir um panfleto.

Em terceiro lugar, os panfletos de desqualificação do adversário são criados pelo sujeito panfleteiro, inventivamente, a partir da caricatura, da paródia, etc.

Mesmo trabalhando com corpus tipicamente privilegiado pelo AD francesa a partir de pressupostos teórico-metodológicos diferentes (fundamentados, como já afirmei em muitos outros lugares desta tese, em Bakhtin e De Certeau) cheguei a resultados diferentes em relação à categoria sujeito, à heterogeneidade. A partir da análise das condições de produção, dos slogans e dos três tipos principais de panfletos verifiquei que:

- o panfleto é constituído ideologicamente de acordo com o partido, com a frente política, ou seja, os sujeitos panfleteiros das frentes político-ideológicas de esquerda e de centro-direita utilizam a palavra do outro como constituinte do seu discurso, portador de uma visão de mundo que se contrapõe à do outro. O dizer de cada frente é a reprodução inconsciente do dizer de seu grupo social. Os sujeitos mostraram pertencimentos doutrinários que diante de um contexto sócio-histórico de interação verbal, seus discursos partiam de lugares ideológicos determinados, de seus pertencimentos doutrinários, de seus trânsitos pelas áreas do saber. A *FCD* defendeu a modernidade como uma fatalidade, o capitalismo globalizante e o Estado mínimo. A *FE* defendeu a modernidade como uma via para a igualdade, o socialismo democrático e participação do Estado na economia.

- o sujeito panfleiteiro, na criação dos panfletos, por um lado, mostrou que não há uma liberdade abstrata, uma criatividade expressão da subjetividade individual e, por outro lado, um sujeito coagido, determinado. Contrariamente a AD francesa que diz que o sujeito é suporte de formações discursivas, não fala, mas é falado por um discurso, o sujeito na construção dos panfletos políticos *usa* os discursos e organiza táticas discursivo-argumentativas, dentre aquelas que estão a sua disposição, para produzir seu discurso. Isso demonstra além da criatividade do sujeito, que o discurso é um lugar de trocas enunciativas, em que a história se inscreve e é inscrita.

- a materialização de táticas resultantes do trabalho do sujeito criativo para construir o panfleto é mais um argumento para demonstrar que o sujeito não é um mero repetidor do já-dito, que as pessoas *usam* os produtos, e não são deles meras consumidoras conforme mandadas a fazê-lo, o que vai ao encontro da teoria de De Certeau e contra a tese do assujeitamento da AD francesa, visto que essa teoria (como já mencionei em diversos lugares desta investigação) leva em conta unicamente a ideologia e os outros discursos, reduzindo o sujeito a um mero repetidor. Uma análise que privilegie os discursos em detrimento da inventividade do sujeito só poderia surgir num contexto de uma teoria de assujeitamento exagerado.

Segundo a AD, uma formação ideológica impõe o que pensar e uma formação discursiva determina o que dizer, não havendo assim possibilidade de sujeito livre das coerções sociais no discurso. No entanto, os resultados desta investigação demonstraram que o sujeito a partir do que pode pensar e do que pode dizer, (a partir da realidade dada) reformulou, renovou, revolucionou os discursos. Dessa forma, contrariamente à Escola de Análise do Discurso francesa, o panfleto é, além do lugar da reprodução ideológica, o lugar da criação.

Em suma, o sujeito nem é dotado de total autonomia, nem é reduzido à ideologia. Não é senhor absoluto do seu dizer e nem servo da palavra, de valores, de visões de mundo existentes em uma formação social. As coerções ideológicas não determinam o discurso. Com efeito, *entre a origem e a máquina discursiva, há a constituição e a invenção de um sujeito tático, nos caminhos de Bakhtin e De Certeau.*

RÉSUMÉ

Cette thèse est une recherche sur le travail inventif du sujet de l'énonciation. L'auteur analyse des tracts politiques produites par les deux groupes politique-idéologiques principaux qu'ils ont disputé des élections au Brésil en 1998, en focalisant le centre dans le processus discursif pour vérifier le travail accompli par le sujet pamphlétaire. Sans rendre la vieille hypothèse du sujet produisant, mais en considérant le principe dialogique de la théorie de Bakhtine et la conception de l'inventivité comme développée par Michel de Certeau, il cherche pour montrer que le tract est un genre et une place où le sujet "travaille."

Cette thèse met en valeur les tactiques discursives du sujet qui sont démontrées dès la grande diversité et particularités dans la construction du tract. Contrairement à l'École d'Analyse du Discours française (AD) cela dit que le sujet est assujettissant pour la formation idéologique qui impose que penser, pour la formation discursive qui détermine que ils devraient dire, les manipulations et les subversions sont résultées du travail d'un sujet constituant et inventif comme ayant prévu pour De Certeau et pour Bakhtine.

En concluant, les résultats de la thèse montrent que le sujet est constitué par les autres discours, c'est-à-dire, par l'idéologie, par l'inconscient, par l'histoire mais qu'il n'est pas assujettissant à eux. En effet, parmi le sujet origine et le sujet assujettissant pour la machine discursive, il y a un sujet tactique qui travaille avec les matières linguistiques.

Les mots-clefs: Analyse du discours; des tracts; sujet tactique et inventif; Mikhail Bakhtine; Michel de Certeau.

PANFLETOS POLÍTICOS

I. Panfletos de Campanha Pessoal do Candidato

1. Santinho: (ST)

ST 1: Partido dos trabalhadores (1998). *Lula*. Candidato a Presidente da República Federativa do Brasil. Pp.1-2.

ST 2: Partido social democrata brasileiro. (1998). *Fernando Henrique Presidente*. Candidato a Presidente da República Federativa do Brasil. Pp.1-2.

ST 3. Partido dos trabalhadores (1998). *Eduardo Valverde*. Candidato a deputado federal. Porto Velho – Rondônia. Folder de três dobras.

ST 4: Partido dos trabalhadores (1998). *Jair Meneguelli*. Candidato a deputado federal. São Paulo, pp.1-2.

ST 5: Partido social democrata brasileiro (1998). *Alice Tamborindeguy*. Candidata a deputada estadual. Rio de Janeiro, pp.1-2.

ST 6: Partido dos trabalhadores (1998). *Ivan Valente*. Candidato a deputado federal. São Paulo. Folder de três dobras.

ST 7: Partido social democrata brasileiro (1998). *Ludmila*. Candidata a deputada federal. P.p1-2.

ST 8: Partidos dos trabalhadores (1998). *Durval de Carvalho*: candidato a deputado federal e *Renato Simões*: candidato a deputado estadual. São Paulo. Folder de duas dobras.

ST 9: Partido dos trabalhadores (1998). *Suplicy*. Candidato a senador. São Paulo, p.1-2.

ST 10. Partido dos trabalhadores (1998). *Suplicy*: candidato a senador; *Marta*: candidata a governadora; *Lula*: candidato a Presidente da República Federativa do Brasil. Pp.1-2.

ST 11: Partido socialista dos trabalhadores unificado (1998). *Zé Maria*: Candidato a Presidente da República Federativa do Brasil; *José Vitorio Zago*: candidato a deputado estadual. Pp.1-2.

ST 12: Partido dos trabalhadores (1998). *José Machado*: candidato a deputado federal. Folder de duas dobras.

ST 13: Partido dos trabalhadores (1998). *Durval de Carvalho*: candidato a deputado federal e *Renato Simões*: candidato a deputado estadual. São Paulo. Pp.1-2.

ST 14: Partido dos trabalhadores (1998). *Ricardo Berzoni*: candidato a deputado federal; *Carrara*: candidato a deputado estadual. São Paulo. Folder de duas dobras.

ST1 5: Partido dos trabalhadores (1998). *Jair Meneguelli*: candidato a deputado federal; *Carrara*: candidato a deputado estadual. São Paulo. Pp.1-2.

ST 16: *Petterson Prado* (1998): Candidato a deputado estadual. Pp.1-2.

ST 17: Partido trabalhista brasileiro (1998). *Jamil Ono*. Candidato Estadual. Pp.1-2.

ST 18: Partido comunista do Brasil (1998). *Aldo Rebelo*: candidato a deputado federal; *Benassi*: candidato a deputado estadual. Folder de três dobras.

ST 19: Partido da frente liberal (1998). *Franklin Oliveira*. Candidato a deputado distrital. Brasília, pp.1-2.

ST 20: Partido democrata trabalhista (1998). *Samartin*. Candidato a deputado estadual. Pp.1-2.

ST 21: Partido social democrata (1998). *Edson Oliveira*: candidato a deputado federal; *Ely Palmeira*: candidato a deputado estadual. Rio de Janeiro, pp.1-2.

ST 22: Partido popular social (1998). *David Zaia*. Candidato a deputado estadual. São Paulo. Pp.1-2.

ST 23: Partido social democrata brasileiro (1998). *Fernando Henrique presidente*: candidato a Presidente da República Federativa do Brasil; *Arruda*: candidato a governador. Brasília, p.1-2.

ST 24: Partido socialista dos trabalhadores unificado (1998). *José Vitorio Zago*: candidato a deputado estadual; *Valério Arcary*: candidato a deputado federal. Pp.1-2.

ST 25. Partido da frente liberal (1998). *Bispo Rodrigues*. Candidato a deputado federal. Rio de Janeiro, pp.1-4.

ST 26: Partido social democrata brasileiro (1998). *Augusto Carvalho*. Candidato a senador. Brasília, p.1-2.

2. Cédulas (CD):

CD 1: Partido movimento democrata brasileiro (1998). *Luiz Estevão*. Candidato a senador. Brasília, p.1-2.

CD 2: Partido da frente liberal (1998). *Pastor Aguinaldo de Jesus*. Candidato a deputado distrital. Brasília, p.1-2.

CD 3 : Partido progressista brasileiro (1998). *Paulo Maluf*. Candidato a governador. São Paulo. Folder duas dobras.

CD 4. Partido social democrata brasileiro (1998). *Arruda*: candidato a governador; Fernando Henrique: candidato a Presidente da República Federativa do Brasil. Pp.1-2.

CD 5: Partido dos trabalhadores (1998). *Mercadante*. Candidato a deputado federal. P.1-2.

CD 6: Partido popular social (1998). *Carlos Alberto*: candidato a deputado federal; *Waldner Cavalcante*: candidato a senador. Pp.1-2.

CD 7: Partido social democrata brasileiro (1998). *Maria de Lourdes Abadia*: candidata a deputada federal; *Izalci*: candidato a deputado distrital. Brasília, pp.1-2.

CD 8: Partido progressista brasileiro (1998). *Garib*. Candidato a deputado estadual. Pp.1-2.

CD 9: Partido dos trabalhadores (1998). *Suely*: candidata a deputada distrital; *Cristovam*: candidato a governador; *Arlete*: candidata a senadora. Brasília, pp.1-2.

CD 10: Partido progressista brasileiro (1998). *Coronel França*. Candidato a deputado federal. São Paulo, pp.1-2.

CD 11: *Francisco Leite*⁸ (1998). Candidato a deputado distrital. Brasília, pp.1-2.

CD 12: Partido social democrata brasileiro (1998). *Célia Leão*. Candidata a deputada federal. São Paulo. Folder duas dobras.

⁸. Esse é um dos candidatos que não colocou o nome do partido político no panfleto.

CD 13: Partido da frente liberal (1998). *Umberto Léda*. Candidato a deputado distrital. Brasília, pp.1-2.

CD 14: Partido da frente liberal (1998). *Ceninho*. Candidato a deputado distrital. Brasília, pp.1-2.

CD 15: Partido dos trabalhadores (1998). *Maria Laura*: candidata a deputada federal; *Paulo Tadeu*: candidato a deputado distrital> Brasília, p.1.

CD 16: Partido social democrata brasileiro(1998). *Fernando Henrique*. Candidato a Presidente da República Federativa do Brasil. Pp.1-2.

3. Mosquitinho (MQT)

MQT 1: Partido da frente liberal (1998). *Márcio Araújo*. Candidato a deputado estadual. P.1.

MQT 2: Partido democrata trabalhista (1998). *Cláudio Monteiro*. Candidato a deputado distrital. Brasília, pp.1-2

MQT 3: Partido da reedificação da ordem nacional (1998). *Dra. Iolanda*. Candidata a deputada distrital. Brasília, pp.1-2.

MQT 4: Partido progressista brasileiro (1998). *Laura Nogueira*. Candidata a deputada estadual. Pp.1-2.

II. Panfletos de Contestação

PC 1: Partido dos trabalhadores (1998). *A crise chegou: qual é a saída?* pp.1-2.

PC 2: Partido dos trabalhadores (1998). *É tempo de luta*. pp.1-4.

PC 3: Partido dos trabalhadores (1998). *Manifesto do comitê Unir pró-Lula*. P.1.

PC 4: Partido social democrata brasileiro (1998). *De olho no furacão*. Pp.1-4.

PC 5: Partido dos trabalhadores (1998). *A gente quer educação*. Pp.1-2.

PC 6: Partido dos trabalhadores (1998). *Você tem várias razões para votar em Lula... e nenhuma em FHC!* Folder de três dobras.

PC 7: Partido dos trabalhadores (1998). *Carta compromisso*. Pp.1-2.

PC 8: Sindireta et alii. (1998). *Carta ao servidor*. Brasília, p.1.

PC 9: Souza, D. de A. et alii. (1998). *Carta ao povo de São Paulo*. P.1.

PC 10: Júnior, A. M. (1998). *Carta aberta*. P.1.

PC 11: Partido social democrata brasileiro (1998). *A resposta certa*. Brochura, pp.1-14.

PC12: Comitê sindical nacional / União do povo – muda Brasil. *13 mentiras de FHC: as falsas promessas* (1998). Pp.1-2.

PC 13. Partido dos trabalhadores. *Lula: carta compromisso* (1998). Pp.1-4.

PC 14: Central única dos trabalhadores (1998). *Guia eleitoral do trabalhador e da trabalhadora*. Pp.1-18.

III. Panfletos de Desqualificação do adversário (PDA)

PDA 1: *Perfil do eleitor do Roriz* (1998). Brasília, p.1, (anônimo).

PDA 2: *Quero acabar com você, idiota!* (1998). Brasília, p.1, (anônimo).

PDA 3: *Vocês me deram 4 anos* (1998). Brasília, p.1, (anônimo).

PDA 4: *Desonestamente Cristovam* (1998). Brasília, p.1, (anônimo).

PDA 5: Instituto teológico mundial (1998). *A face oculta do PT*. Brasília, pp.1-6.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, A. e LESBAUPIN, I. (1997). *Análise da conjuntura brasileira*. Rio de Janeiro, IBRADES/Centro João XXIII, N° 47.
- AGOSTINHO, A. T. (1993). *A charge*. São Paulo, Universidade de São Paulo (USP), Tese de Doutorado.
- ALCOFORADO, F. (1998). *De Collor a FHC: o Brasil e a nova (des)ordem mundial*. São Paulo, Nobel.
- ALTHUSSER, L. (1966). *A favor de Marx*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979 (trad. de *Pour Marx*).
- _____. (1967). "Marxismo, ciência e ideologia". In: *Marxismo segundo Althusser*. Coleção sinal, N° 2, Editora Sinal, pp.9-56.
- _____. (1983). *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro-RJ, Graal, 1992.
- ALTHUSSER et alii (1975). *Ler o capital*. Vol.1, Rio de Janeiro, Zahar, 1980 (trad. de *Lire le capital*).
- AMARAL, R. (1995). *FHC: os paulistas no poder*. Niterói-RJ, Casa Jorge Editorial Ltda.
- ANGENOT, M. (1973). *Antologie du pamphlet de la libération à nous jours*. Paris, Le Crapouillot.
- _____. (1982). *La parole pamphétaire: contribution à la typologie des discours modernes*. Paris, Payot.
- ARANHA, M L. de A. e MARTINS, M. H. P. (1996). *Filosofando: introdução à filosofia*. São Paulo, Moderna.
- ARRIGHI, G. (1997). "O mundo: mudanças e perspectivas / um ciclo chega ao fim. Como será o futuro?". In: *Rumos do desenvolvimento*, Rio de Janeiro.

- AUTHIER-REVUZ, J. (1982). "Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours". In: *DRLAV*, N° 26, Paris, Centre de recherche de l'Université de Paris VIII, pp.91-51.
- ____ (1990). "Heterogeneidade (s) enunciativa(s)". In: *Cadernos de estudos lingüísticos*, N° 19, Campinas-SP, Unicamp-Iel. pp.25-42 .
- BAKHTIN, M. (Voloshinov, V.N.1980). *Écrits sur le freudisme*. Paris, L'Age D'homme.
- ____ (1972). *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1981.
- ____ (Voloshinov, V.N.-1929). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1992a.
- ____ (1979). *Estética da criação verbal*. São Paulo, Martins Fontes, 1992b.
- BARROS, D.L.P. de (1997). "Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso". In: Brait, B. (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. São Paulo, Editora da Unicamp, pp.27-36.
- BATISTA JR., P.N. (1997). "O círculo de giz da 'globalização'". In: *Novos estudos*. N° 49, São Paulo, Editora do Cebrap, pp. 84-97.
- BRANCA-ROSOFF, S. (1999). "Types, modes et genres: entre langue et discours". In: *Langage & société*. N° 87, Paris, Maison des Sciences de l'Homme, pp.5-24.
- BUTET, J. et alli (1995). "Discours en situation de travail". In: *Langages*. N° 117, Paris, Larousse, pp.12-31.
- CARDOSO, F.H. (1998). "Notas sobre a reforma do Estado". In: *Novos estudos*. N° 50, São Paulo, Editora do Cebrap, pp. 05-12.
- CARTA DE PRINCÍPIOS: documentos Pré-PT (1998). In: *Partidos dos trabalhadores, resoluções de encontros e congressos/organização*: Diretório Nacional do PT/Secretaria Nacional de Formação política e fundação Perseu Abramo/Projeto memória. São Paulo, Editora Perseu Abramo, pp.49-54.
- CHARAUDEAU, P. (1999). "Análise do discurso: controvérsias e perspectivas". In: MARI, H. et al. (Org.). *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte, Carol Borges.

- CHARTIER, R. (1994). *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIIIe*. Brasília, Editora da Unb.
- CHAUÍ, M. de S. (1976). “A destruição da subjetividade na filosofia contemporânea”. *Jornal de Psicanálise*, Ano 8, N° 20, pp. 30-36.
- ____ (1997). *Convite à filosofia*. São Paulo, Ática.
- CHESNAIS, F. (1998). “A fisionomia das crises no regime de acumulação sob dominância financeira”. In: *Novos estudos*. N° 52, São Paulo, Editora do Cebrap, pp. 21-53.
- COMIN, A. A. (1998). “De continuidades e rupturas”. In: *Novos estudos*. N° 52, São Paulo, Editora do Cebrap, pp. 11-16.
- CORREIA, E. M. & GALHARDI, M. (1995). *Cartilha: como é fácil!* São Paulo, Scipione.
- DAHLET, P. (1997). “Dialogização enunciativa e paisagens do sujeito”. In: Braight, B. *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas, Editora da Unicamp. pp.59-87.
- DE CERTEAU, M, de (1990). *A invenção do cotidiano; as artes do fazer*. Petrópolis, Vozes, 1996.
- ____ (1993). *A cultura no plural*. São Paulo, Papyrus/Travessia do Século, 1995.
- DEMONET, M. et alii (1978). *Des tracts en mai 68: mesures de vocabulaire et de contenu*. Paris, Champ libre.
- DICIONÁRIO: *Le grand Robert - dictionnaire de la langue française*. Paris, 1985.
- DICIONÁRIO: *Grand Larousse de la langue française*. Paris, Larousse, 1986.
- DICIONÁRIO: *Aurélio da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2ª. ed. 37ª. impressão, 1996.
- DOMESGUE, R. (1967). “O marxismo é um humanismo?”. In: *Marxismo segundo Althusser*. Coleção sinal, N° 2, Editora Sinal, pp.57-92.
- FETICK, J.P. (1982). *Les langages syndicaux: recherche du contenu idéologique de formes linguistiques utilisées dans les tracts*. Paris, Université “René Descartes”, Thèse de Doctorad.
- FIORI, J.L. (1998). “In memorian”. In: Mercadante, A. (Org.). *O Brasil pós-real: a política econômica em debate*. Campinas, Instituto de Economia-I, pp. 197-208.

- FORTES, L.R.S. (1981). *O iluminismo e os reis filósofos*. São Paulo, Brasiliense, 1995.
- FOUCAULT, M. (1969). *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995.
- ____ (1971). *A ordem do discurso*. São Paulo, Edições Loyola, 1996.
- GADET, F. (1993). "Prefácio". In: Gadet, F. & Hak, T. (orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Editora da Unicamp. pp.7-11.
- GADET, F., LÉON, J., MALDIDIER, D., & , PLON, M. (1993). "Apresentação da conjuntura em lingüística, em psicanálise e em informática aplicada ao estudo dos textos na França, em 1969". In: Gadet, F. & Hak, T. (orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Editora da Unicamp. pp.39-60.
- GERALDI, J.W (1991). *Portos de passagem*. São Paulo, Martins Fontes, 1993.
- ____ (1996). *Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação*. Campinas-SP, Mercado de Letras.
- GIANNOTTI, J. A . (1968). "Contra Althusser". In: *Seleções Cebrap 2: exercícios de filosofia*. Brasiliense, São Paulo, 1975.
- ____ (1998). "Primeira reeleição". In: *Novos estudos*. Nº 52, São Paulo, Editora do Cebrap, pp. 03-10.
- GIARD, L. (1995). "A invenção do possível". In: Certeau, M. *A cultura no plural*. São Paulo, Papyrus/Travessia do Século.
- GOFFARD, M. (1997). *Les genres*. Paris, Quintette.
- GORONDER, J. (1996). "Globalização, revolução tecnológica e relações de trabalho". *Coleção Documentos*. Série: Assuntos Internacionais. Nº 47. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- GOUREVITCH, J-P (1981). *La propagande dans tous ses états*. Paris, Edilig.
- ____ (1986). *La politique et ses images*. Paris, Edilig.
- HENRY,P. (1993). "Os fundamentos teóricos da 'análise automática do discurso' de Michel Pêcheux (1969)". In: Gadet, F. & Hak, T. (orgs). *Por uma análise*

- automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Editora da Unicamp. pp.13-38.
- HERBERT, T. (1966). “Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social”. In: *Tempo brasileiro*. Nº 30-31, Rio de Janeiro, 1972, pp.3-36.
- _____ (1968) “Remarques pour une théorie générale des idéologie”. In: *Cahiers pour l’analyse*. Nº 9, pp.74-92.
- IANNI, O. (1999). “Neoliberalismo: poder mundial?”. In: *Saber pensar*. São Paulo, Conselho Federal de Medicina, p.1.
- JOLLES, A. (1930). *Formas simples: legenda, saga, mio advinha, ditado, caso memorável, conto, chiste*. São Paulo, Cultrix, s.d.
- KOSIK, K. (1963). *Dialética do concreto*. São Paulo, Paz e terra, 1995.
- LAVILLE, C. e DIONNE, J. (1999). *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre, Editora da UFMG.
- LEITE, S.H.T.de A. (1992). *Chapéus de palha, panamás, plumas, cartolas, “rigalegios”: a caricatura na literatura paulista (1900 - 1920)*. São Paulo, Universidade de São Paulo (USP), Tese de Doutorado.
- LEPARGNEUR, H. (1972). *Introdução aos estruturalismos*. São Paulo, Herder/Editora da USP.
- LEFEVRE, G. (1977). *Analyse des testes politiques (professions de foi, tracts) durant la campagne pour les elections législatives de 1973 dans la Marne*. Rouen-França, Université de de Haute-Normandie, Thèse pour le Doctorad. de III Cycle.
- LÖWY, M. (1994). *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo, Cortez.
- _____ (1985). *Ideologias e ciências sociais*. São Paulo, 1996, Cortez.
- MACHIAVELLI, N.(1532). *O príncipe*. Rio de Janeiro, Ediouro, 1998.
- MAINGUENEAU, D. (1976). *l’Analyse du discours; introduction aux lectures de l’archive*. Paris, Hachette.
- _____ (1990). “Análise do discurso: a questão dos fundamentos”. In: *Cadernos de estudos lingüísticos*. Nº 19, Campinas-SP, pp.65-74.

- _____. (1991). *l'Analyse du discours*. Paris, Hachette.
- _____. (1998). *Analyser les textes de communication*. Paris, Dunod.
- MAQUIAVEL, N.(1532). *O príncipe*. Rio de Janeiro, Estudos, 1986.
- MARK, K. e ENGELS, F. (1845). “Teses sobre Feuerbach”. In: *A ideologia alemã*. São Paulo, Moraes, 1984, pp-107-111.
- MARQUES, M. C. S.S. (1999). “Acorda Brasil: um estudo discursivo do slogan”. In: *Caderno de criação*. N ° 20, Porto Velho, Editora da UFRO, pp.188-193.
- MARQUES, M.C.S.S., BRUNELLI, A.F., & POSSENTI, S. (1998). “Discurso do outro: lá onde o sujeito trabalha”. In: *ALFA: Revista de Lingüística*. V.42, São Paulo, Editora da Unesp, pp.113-131.
- MELLO, A. F. de. (1998). “Crise mundial, reestruturação produtiva e reforma do Estado: os dilemas da globalização e os desafios da conjuntura política (algumas reflexões em vésperas de eleição)”. In: *Cultura vozes*. N° 6, Vol. 92, Petrópolis-RJ, Vozes, pp. 4-31.
- MENDONÇA, K. “Anos FHC: o imaginário político e o não-olhar” (1997). In: *Cultura vozes*. N° 6, Vol. 91, Petrópolis-RJ, Vozes, pp. 29-49.
- MERCADANTE, A. (1998). “Plano Real e neoliberalismo tardio”. In: Mercadante, A. (Org.) *O Brasil pós-Real: a política econômica em debate*. Campinas-SP, Editora da Unicamp. pp.131-167.
- MORIN, E. (1996). “A noção de sujeito”. In: Schnitman, D. F. (Org.) *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre, Artes Médicas, pp.45-55.
- NETO, E. da C. (2001). *Os símbolos do Partido dos Trabalhadores (PT)*. Entrevista com diretor de política social do sindicato dos urbanitários do Distrito Federal. Brasília. pp.2.
- ORLANDI, E. (1986). “A análise do discurso, algumas observações”. In: *Delta*. Vol.2, n°1.
- PÊCHEUX, M. (1983). “A análise de discurso: três épocas”. In: Gadet, F. & Hak, T. (orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Editora da Unicamp, 1993, pp.311-319.

- _____ (1975). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, Editora da Unicamp, 1988.
- _____ (1988). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, Pontes, 1990.
- PÊCHEUX, M. e FUCHS, C. (1975). “A propósito da análise automática do discurso”. In: Gadet, F. & Hak, T. (orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Editora da Unicamp, 1993, pp.163-252.
- PÊCHEUX, M., LÉON, J., BONNAFOUS, S., & MARANDIN, J-M. (1982). “Apresentação da análise automática do discurso”. In: Gadet, F. & Hak, T. (orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Editora da Unicamp, 1993, pp.253-310.
- PÉCORA, A. (1996). “Introdução à edição brasileira”. In: Chartier, R. *Práticas da leitura*. São Paulo, Estação liberdade.
- POSSENTI, S. (1990). “Perguntas em torno de quatro temas”. In: *Cadernos de estudos lingüísticos*. Nº 19, Campinas-SP, pp.97-115.
- _____ (1994). *Apresentação da análise do discurso*. Campinas, mimeo.
- _____ (1995a). “O eu no discurso do outro, ou a subjetividade mostrada”. In: *ALFA*. São Paulo, Editora da Unesp. pp.45-55.
- _____ (1995b). “Estruturalismos não estruturalistas”. In: Mari, H., Domingues, I. & Pinto, J. (Orgs.). *Estruturalismo: memória e repercussões*. Rio de Janeiro, Ufmg/Diadorim. pp.15-25.
- _____ (1996a). “O sujeito fora do arquivo”. In: Magalhães, I. (Org.). *As múltiplas faces da linguagem*. Brasília, UnB. pp.37-47.
- _____ (1996b). “Pragmática na análise do discurso”. In: *Cadernos de estudos lingüísticos*. Nº 30, Campinas-SP, pp.71-84.
- PRIGOGINE, I. (1996). “O fim da ciência?” In: Schnitman, D. F. (Org.) *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre, Artes Médicas, pp.25-40.
- REBOUL, O. (1975). *O slogan*. São Paulo, Cultrix.
- SANTOS, B. de S. (1987). *Um discurso sobre as ciências*, Porto-Portugal, Edições Afrontamento, 1997.

- SCHNITMAN, D. F. (1996). "Introdução: ciência, cultura e subjetividade". In: Schnitman, D. F. (Org.) *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre, Artes Médicas, pp.9-21.
- SCOPEL, Pe. P. J. (1983). *Orações e santos populares*. Canoas – RS, La Salle, 1999.
- SINGER, P. (1998). "O plano Real: continuidade e ruptura". In: Mercadante, A. (Org.) *O Brasil pós-Real: a política econômica em debate*. Campinas-SP, Editora da Unicamp. pp.209-224.
- SHAKESPEARE, W. (1988). Hamlet. Porto Alegre, L&PM Pocket, 1997.
- SILVEIRA, P. (1978). *Do lado da História: uma leitura crítica da obra de Althusser*. São Paulo, Polis.
- SOUZA, A.C. (1970). "Ciência e ideologia em Althusser". In: *Tempo brasileiro*. Nº 23-24, Rio de Janeiro, pp.70-82.
- SOUZA, E.M. (1995). "Estruturalismos não estruturalistas". In: Mari, H., Domingues, I. & Pinto, J. (Orgs.). *Estruturalismo: memória e repercussões*. Rio de Janeiro, Ufmg/Diadorim. pp.109-118.
- STAM, R. (1992). *Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa*. São Paulo, Ática.
- TAVARES, M. da C. (1998). "A economia política do Real". In: Mercadante, A. (Org.) *O Brasil pós-Real: a política econômica em debate*. Campinas-SP, Editora da Unicamp. pp.101-129.
- THOMPSON, E.P. (1978). *A miséria da teoria; ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- TODOROV, T. (1979). "Prefácio". In: Bakhtin (1979). *Estética da criação verbal*. São Paulo, Martins Fontes, 1992b.
- _____ (1981). *Mikhail Bakhtine. Le principe dialogique*. Paris, Seuil.
- VÁSQUEZ, A. S. (1980). *Ciência e revolução*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- YAGUELLO, M. (1992). "Introdução". In: Bakhtin, M. (Voloshinov-1929). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1992a. pp.11-19.